

★ Projetos
para o Brasil

Brasil, crise internacional e projetos de sociedade

WLADIMIR POMAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2013

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Iole Iliada

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Equipe de produção: Reiko Miura (org.) e Rodrigo César

Projeto gráfico: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P784b Pomar, Wladimir.
Brasil, crise internacional e projetos de sociedade / Wladimir Pomar. –
São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

320 p. ; 23 cm – (Projetos para o Brasil ; 2)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-166-4

1. Brasil - Capitalismo - Desenvolvimento. 2. Capital (Economia)
Acumulação. 3. Brasil - Desenvolvimento econômico. 4. Crise internacional. 5. Força
de trabalho. 6. Brasil - Sociedade. 7. Socialismo. I. Título. II. Série.

CDU 338.1(81)

CDD 330.1220981

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

7 PREFÁCIO Iole Ilíada

11 INTRODUÇÃO Wladimir Pomar

CAPÍTULO 1 - BRASIL: CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

- 27 Acumulação primitiva do capital no Brasil
- 36 Acumulação por capitais imperialistas
- 49 Novas condições de acumulação do capital
- 57 Reestruturação neoliberal brasileira
- 70 Concentração e centralização do capital
- 77 Desenvolvimento técnico-científico
- 90 Força de trabalho
- 99 Divisão social
- 112 Problemas históricos da reestruturação desenvolvimentista
- 123 Obstáculos à reestruturação desenvolvimentista
- 133 Investimentos externos no desenvolvimento brasileiro
- 142 Padrões do desenvolvimento brasileiro
- 153 Desencontros entre desenvolvimento, Estado e democracia

CAPÍTULO 2 - DESDOBRAMENTOS DA CRISE INTERNACIONAL

- 172 Reestruturação do capital imperialista
- 183 Resultados contraditórios da globalização
- 196 Crise da globalização
- 207 Possibilidades de mundialização do capital

CAPÍTULO 3 - PROJETOS DE SOCIEDADE

- 228 Projetos reformistas do capital
- 240 Reformas socialistas no capitalismo
- 252 Socialismo de transição
- 264 Retrospecto das alternativas brasileiras
- 275 Projetos brasileiros atuais
- 285 Questões de estratégia e tática

301 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

317 SOBRE O AUTOR

APRESENTAÇÃO

Próximo de completar a terceira década do regime democrático iniciado em 1985 – o mais longo de toda sua História –, o Brasil vem se afirmando como uma das principais nações a vivenciar mudanças significativas no tradicional modo de fazer política. Com três mandatos consecutivos de convergência programática, os governos Lula e Dilma consolidam o reposicionamento do país no mundo, bem como realizam parte fundamental da agenda popular e democrática aguardada depois de muito tempo.

Lembremos, a última vez que o Brasil havia assistido oportunidade comparável, remonta o início da década de 1960, quando o regime democrático ainda estava incompleto, com limites a liberdade partidária, intervenções em sindicatos e ameaças dos golpes de Estado. O país que transitava – à época – para a sociedade urbana e industrial conheceu lideranças intelectuais engajados como Darcy Ribeiro e Celso Furtado, para citar apenas alguns ícones de gerações que foram, inclusive, ministros do governo progressista de João Goulart (1961-1964).

A efervescência política transbordou para diversas áreas, engajadas e impulsionadas pelas mobilizações em torno das reformas de base. A emergência de lideranças estudantis, sindicais, culturais e políticas apontavam para a concretização da agenda popular e democrática.

A ruptura na ordem democrática pela ditadura militar (1964-1985), contudo, decretou a vitória das forças antirreformistas. O Brasil seguiu crescendo a partir da concentração da renda, impondo padrão de infraestrutura (aerportos, portos, escolas, hospitais, teatros, cinemas, entre outros) para apenas parcela privilegiada do país. A exclusão social se tornou a marca da modernização conservadora.

Em 1980, a economia nacional encontrava-se entre as oito mais importantes do mundo capitalista, porém quase a metade da população ainda encontrava-se na condição de pobreza e um quarto no analfabetismo. Nas duas últimas décadas do século passado, mesmo com a transição democrática, a economia permaneceu praticamente travada, num quadro de semiestagnação da renda *per capita* e regressão social. O desemprego chegou a 15% da força de trabalho no ano 2000, acompanhado de elevada pobreza e desigualdade da renda, riqueza e poder.

Para enfrentar os próximos desafios pela continuidade da via popular e democrática, a Fundação Perseu Abramo reuniu e associou-se a uma nova geração de intelectuais engajados na continuidade das lutas pelas transformações do Brasil. Após mais de oito meses de trabalho intenso, profundo e sistêmico, com debates, oficinas e seminários, tornou-se possível oferecer a presente contribuição sobre problemas e soluções dos temas mais cruciais desta segunda década do século XXI.

Na sequência, espera-se que a amplitude dos debates entre distintos segmentos da sociedade brasileira possa conduzir ao aprimoramento do entendimento acerca da realidade, bem como das possibilidades e exigências necessárias à continuidade das mudanças nacionais e internacionais. A leitura atenta e o debate estimulante constituem o desejo sincero e coletivo da Fundação Perseu Abramo.

A Diretoria

Fundação Perseu Abramo

PREFÁCIO

Que país é esse?, perguntava o poeta no refrão da famosa canção¹, na qual a expressão com ares de interjeição servia para manifestar a inconformidade com os problemas nacionais, fazendo eco, então, a um sentimento generalizado de que o país era inviável.

O país que inspirou aquela canção, no entanto, não é mais o mesmo. Nos últimos dez anos, mudanças significativas ocorreram no Brasil. Números e fatos apontam para um país economicamente maior, menos desigual, com mais empregos e maiores salários, com mais participação social, maior autoestima e mais respeito internacional.

Dizer que o Brasil mudou – e mudou para melhor – está longe de significar, contudo, que nossos problemas históricos tenham sido resolvidos. Não podemos nos esquecer de que o passado colonial, a inserção subordinada e dependente na economia mundial, os anos de conservadorismo, ditaduras e autoritarismo e a ação das elites econômicas liberais e neoliberais marcaram estruturalmente o país por cerca de 500 anos, produzindo desigualdades e iniquidades sociais, econômicas, culturais e políticas, com impactos importantes na distribuição de direitos básicos como saúde, educação, habitação, mobilidade espacial e proteção contra as distintas formas de violência e de preconceitos, inclusive aquelas perpetradas por agentes do próprio Estado.

Tendo características estruturais, as questões acima apontadas não podem ser adequadamente enfrentadas sem um estudo mais aprofundado de suas características intrínsecas, seus contextos históricos, das relações sociais que as engendram e das propostas e possibilidades efetivas de superação.

1. “*Que país é este*” é uma canção da banda de rock brasileira Legião Urbana, criada no Distrito Federal. Foi escrita em 1978 por Renato Russo (1960-1996), em plena ditadura civil-militar, mas lançada somente nove anos depois, em 1987, dando título ao álbum. No ano de lançamento, foi a música mais executada em emissoras de rádio do país.

Foi partindo de tais constatações que a Fundação Perseu Abramo concebeu, em janeiro de 2013, os *Projetos para o Brasil*, conjunto de estudos temáticos sobre os principais problemas brasileiros. A ideia era reunir e mobilizar o pensamento crítico de um grupo de especialistas em cada tema, tanto provenientes do âmbito acadêmico quanto com atuação nos movimentos sociais ou órgãos governamentais.

Tais especialistas deveriam ser capazes de identificar obstáculos e entraves para a consecução de políticas visando a superação daqueles problemas, a partir de um diagnóstico da situação e de uma avaliação crítica das propostas existentes para enfrentá-los. Deveriam, pois, recuperar aspectos do passado e analisar o presente, mas visando a contribuir para pensar o futuro.

Isso implicava desafios de grande monta. O primeiro era a definição dos temas. A cada debate, uma nova questão relevante era apontada como merecedora de um estudo específico. Fomos levados assim a fazer uma seleção, que como qualquer escolha desta natureza é imperfeita. Imperfeita porque incompleta, mas também porque reflete o estabelecimento de divisões e recortes em uma realidade que, em sua manifestação concreta, constitui um todo, intrincado e multifacetado.

A realização de recortes no todo também implicou outra questão desafiadora, relativa ao tratamento das interfaces e superposições temáticas. O debate com os colaboradores, no entanto, e sobretudo o processo de elaboração dos estudos, demonstrou-nos afinal que isto não deveria ser visto como um problema. Era, antes, uma das riquezas deste trabalho, na medida em que poderíamos ter textos de especialistas distintos debruçando-se, com seus olhares particulares, sobre as mesmas questões, o que evidenciaria sua complexidade e suas contradições intrínsecas e estabeleceria uma espécie de diálogo também entre os temas do projeto.

Considerando tais desafios, é com grande entusiasmo que vemos nesse momento a concretização do trabalho, com a publicação dos livros da série *Projetos para o Brasil*. A lista² de temas, coordenadores e colaboradores, em si, dá uma dimensão da complexidade do trabalho realizado, mas também da capacidade dos autores para desvelar a realidade e traduzi-la em instigantes obras, que tanto podem ser lidas individualmente como em sua condição de parte de um todo, expresso pelo conjunto dos *Projetos para o Brasil*.

Os livros, assim, representam a materialização de uma etapa dos *Projetos*. A expectativa é que, agora publicados, eles ganhem vida a partir do momento

2. Ver a lista completa dos volumes ao final deste livro.

em que sejam lidos e apropriados por novos sujeitos, capazes de introduzir questionamentos e propostas à discussão. É no impulso desse movimento que envolve os que pretendem prosseguir pensando e mudando o Brasil que a FPA enxerga, neste trabalho, a possibilidade de uma contribuição política importante, para além da contribuição intelectual dos autores.

Impossível não citar que o projeto, ainda que tenha sido concebido muito antes, parece se coadunar com o sentimento expresso em junho e julho de 2013 – quando milhares de pessoas ocuparam as ruas do país –, no que se refere ao desejo de que os problemas estruturais do Brasil sigam sendo, de forma cada vez mais incisiva e profunda, enfrentados.

Retomamos, pois, a indagação da canção, mas agora em seu sentido literal: que país, afinal, é esse?

É, pois, no avanço dessa compreensão, fundamental para a superação das perversas heranças estruturais, que os *Projetos para o Brasil* pretendem contribuir. Importante dizer que, tratando-se de textos absolutamente autorais, cada pensador-colaborador o fará a sua maneira.

Neste volume, Wladimir Pomar dialogará, a partir de seu ponto de vista marxista, com um vasto conjunto de autores de variadas áreas e filiações políticas e ideológicas, buscando identificar as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil e no mundo, através de uma extensa análise do processo histórico de acumulação do capital e da configuração atual do capitalismo, marcado pelo que o autor chamará de uma “crise cíclica de superprodução de mercadorias dinheiro-fictício”.

Partindo desse diagnóstico, Pomar debaterá os processos engendrados por tais contradições, avaliando criticamente os principais projetos políticos de sociedade e as propostas reformistas e revolucionárias para sua construção, tanto no âmbito do capitalismo como entre os que buscam sua superação ou sua erradicação. Essa análise, no entanto, não visará apenas à retomada do debate no campo das ideias abstratas. A preocupação central do autor está nas luzes que podem ser lançadas sobre os desafios e possibilidades postos para os que desejam transformar a sociedade brasileira, tornando-a estruturalmente desenvolvida do ponto de vista econômico e social, em uma perspectiva popular e democrática que possibilite a construção de um processo de transição socialista.

Se a empreitada é vasta, certamente o livro oferecerá aportes analíticos fundamentais para os que buscam, teorica e praticamente, trilhar esse caminho.

Iole Iliada

Coordenadora da coleção *Projetos para o Brasil*

Vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo

INTRODUÇÃO

Este texto¹, compreendendo os capítulos *Brasil – Contradições do desenvolvimento capitalista*, *Desdobramentos da crise internacional e Projetos de sociedade*, pretende focar as questões estruturais ou as contradições do desenvolvimento do capitalismo, tanto no Brasil quanto no mundo, e os projetos de sociedade que estão emergindo nas novas condições de globalização e de crises sistêmicas mais profundas. Mais do que no século XX, os problemas e possíveis soluções locais e nacionais estão em interconexão e interdependência com os problemas e soluções internacionais.

No capítulo 1 procuramos garimpar, em primeiro lugar, o processo de acumulação do capital no país. Sustentamos que tal acumulação teve início no século XIX, como resultado da produção e do comércio internacional do café, e da transferência de elementos técnicos e humanos do capitalismo industrial para o território brasileiro. Essa acumulação originária, base para qualquer desenvolvimento posterior do modo de produção capitalista no país, arrastou-se até o final dos anos 1940.

Ela se manifestou nos investimentos em plantas industriais de bens de consumo corrente na região Sudeste, nos anos 1910, constituindo a primeira onda de industrialização do país. Mas foi confrontada por vários fatores adversos. Primeiro, seu estoque de capital era pequeno e permanentemente em xeque devido às relações de troca desiguais com as potências industriais. Depois, a força de trabalho livre, constituída principalmente pelos ex-escravos,

1. O autor agradece aos companheiros Jorge Olmar M. Copello e Fábio de Oliveira.

era mantida presa aos latifúndios, não constituindo uma massa significativa à disposição do capital.

Durante a crise mundial dos anos 1930 e 1940, essa acumulação ganhou ímpeto com a interferência do Estado na economia. Por um lado, com seu viés industrializante, e investimentos em indústrias de base, o Estado promoveu a segunda onda de industrialização do país; por outro, isso só foi possível por causa do aguçamento das contradições inter-imperialistas. Sob qualquer ângulo, ainda foi uma demonstração do pequeno estoque de capital acumulado e da dependência financeira e tecnológica em relação aos países industriais.

Isso nos levou a argumentar que a exportação de capitais externos permitiu uma nova fase na acumulação e no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esta promovera não só uma imensa acumulação de capitais excedentes nos Estados Unidos (EUA) e uma profunda reestruturação tecnológica dos meios de produção, mas também a emergência de uma polarização política e militar internacional, que levou à Guerra Fria², à Guerra da Coreia³, à descolonização e a uma série de guerras localizadas e regionais.

Essa polarização propiciou uma rápida recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão e uma intensa acumulação de capitais e capacidade produtiva na Alemanha, França, Inglaterra, Japão e tigres asiáticos. Os excedentes de capitais, assim como as guerras de descolonização, levaram esses países e os Estados Unidos a modificarem sua política quanto à industrialização dos países subdesenvolvidos. Eles passaram a exportar capitais para a instalação de plantas industriais nos países periféricos, permitindo ao Brasil realizar sua terceira onda industrializante, consubstanciada no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (JK).

A acumulação de capitais alcançou um patamar qualitativamente diferente. Mas a onda industrializante encontrou obstáculos na limitação das forças de trabalho disponíveis para a indústria e no crescimento da luta de classes no país. As forças de trabalho estocadas nos latifúndios e as lutas por demandas sociais não contribuía para o rebaixamento dos salários e se chocavam contra os interesses capitalistas, tanto estrangeiros quanto nacionais. Essas contradições foram resolvidas pelo golpe militar de abril de 1964, que instaurou a ditadura militar.

2. Disputa político-militar que marcou a antiga ordem mundial, polarizada por Estados Unidos e União Soviética. [N. E.]

3. A Guerra da Coreia foi travada entre 25 de junho de 1950 a 27 de julho de 1953, opondo a Coreia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos e o Reino Unido, à Coreia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela antiga União Soviética. O resultado foi a manutenção da divisão da península da Coreia em dois países. [N. E.]

O regime militar modernizou os latifúndios e os transformou em empresas capitalistas agrárias, como condição de expulsão da maior parte das forças de trabalho da agricultura, tornando-as livres para a indústria. Nesse contexto, os capitais estrangeiros fluíram tanto na forma de investimentos diretos na indústria, quanto na forma de financiamentos e empréstimos, configurando a terceira onda industrializante, cunhada de milagre econômico brasileiro. Mas esse milagre esbarrou nas crises mundiais do capitalismo dos anos 1970.

A nova e profunda reestruturação econômica do capitalismo norte-americano, assim como suas reformulações políticas estratégicas, arrastou os demais países capitalistas avançados a um intenso processo global de exportações de capitais. Com essas exportações, tanto na forma financeira, quanto na forma de plantas industriais, segmentadas ou inteiras, os capitalismo centrais supuseram possível eliminar todas as fronteiras e regulamentos nacionais periféricos que impediam ou dificultavam seu processo de acumulação e de lucratividade.

O capitalismo brasileiro viu-se, assim, diante de novas condições para realizar sua acumulação de capital. Aquela parte da burguesia que havia acumulado capital suficiente para internacionalizar suas empresas, se jogou na globalização, disputando mercados com os capitais desenvolvidos. Mas a maior parte da burguesia brasileira, que não tinha capital acumulado para disputar os novos níveis de competição, aceitou o argumento de que a desindustrialização era um fenômeno global do desenvolvimento capitalista.

Isso fez com que o Brasil abrisse suas comportas para o ingresso livre dos capitais externos, que viabilizaram uma estabilização monetária com âncora cambial e propiciaram o financiamento das contas externas, embora aumentando a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Extraíram grandes lucros da privatização das estatais, exemplo que procurou ser seguido pela burguesia nacional com pouco sucesso. A maior parte dela foi perdedora, com exceção das grandes corporações nacionais. Os casos de falência se multiplicaram e inúmeras plantas industriais foram fechadas ou transferidas para outros países de custos mais baixos.

No início do século XXI, o Brasil havia perdido cadeias industriais inteiras, ou grande parte dos elos que as constituíam. Paradoxalmente, as cadeias e elos restantes se encontravam altamente concentrados e centralizados. O nível de acumulação capitalista havia atingido, num pequeno grupo de ramos e setores industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, um alto patamar de monopolização ou oligopolização. Tal patamar permite a esses ramos e setores praticar preços administrados, impedir a entrada de novos concorrentes no mercado e, de certo modo, determinar os rumos do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento técnico e científico.

Tal desenvolvimento sofre de espasmos desordenados e depende, em grande medida, de investimentos estatais. Apenas alguns setores, como o do agronegócio e da indústria aeronáutica, se beneficiam com os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de instituições governamentais. Em termos gerais, as corporações empresariais não possuem centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), há pouca densidade nas cadeias produtivas, e a automação, a robótica, e os sistemas digitais de comando e controle dos processos produtivos ainda são pouco desenvolvidos no país.

Algo idêntico ocorreu com o desenvolvimento da força de trabalho total presente no país. Tendo sua principal origem no trabalho escravo e, depois, na agregação latifundiária, essa força de trabalho esteve concentrada e presa, por relações extra-econômicas, ao sistema agrícola até a segunda metade do século XX. Só após a modernização dos latifúndios e sua transformação em agricultura comercial, entre os anos 1960 e 1970, ela tornou-se urbana, ampliando sua divisão entre os setores produtivos, comerciais e de serviços, sua divisão técnica e salarial, e sua concentração e dispersão empresarial e regional. A crise econômica iniciada em meados dos anos 1970 e prolongada até depois do ano 2000 impediu, porém, que grande parte da força de trabalho tivesse acesso ao mercado de trabalho, criando uma massa enorme de excluídos e miseráveis.

Por outro lado, a População Economicamente Ativa (PEA) da sociedade brasileira tem como corte principal de diferenciação social a propriedade dos meios de produção. No Brasil, há várias camadas sociais que têm como característica comum serem proprietárias de meios de produção, tanto em larga quanto em micro escala, constituindo não mais do que 20% a 30% do total da população. Em contraposição, há uma massa enorme, entre 70% e 80% da população, que é unicamente proprietária de força de trabalho. Essa massa também pode ser dividida em várias camadas, seja por estarem empregadas ou desempregadas. E há camadas que, historicamente, não tiveram acesso a qualquer escolaridade e qualificação profissional, encontrando-se numa situação de exclusão social total ou parcial.

Existem também camadas sociais que possuem a dupla condição de serem proprietárias de meios de produção e, ao mesmo tempo, utilizarem sua condição de proprietários de força de trabalho para trabalharem em seus meios de produção, sozinhos ou em conjunto com outros proprietários de força de trabalho familiares ou assalariados. É possível encontrar, ainda, outras situações que podemos chamar de pré-capitalistas, como o uso de trabalhadores em sistemas de escravização por dívidas, ou de servidão pelo favor de uso de terras e outros meios de produção.

Todas essas situações de divisão social conformam o que se conhece como sociedade civil e que se desenvolvem num processo de cooperação e conflitos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Em determinados momentos históricos, por uma série de condições objetivas e subjetivas, os processos de cooperação são predominantes, e os conflitos são intermitentes ou residuais. Em outros momentos, os conflitos se tornam predominantes, e a cooperação é apenas subjacente e forçada.

No momento, parecemos nos encontrar, no Brasil, numa situação intermediária entre um longo processo de cooperação predominante e o início de um processo de conflitos, cujas principais tendências ainda não foram clarificadas. Tudo dependerá, em grande parte, tanto da ascensão da luta de classes, quanto das linhas gerais e particulares da intervenção do Estado, a expressão política da sociedade civil, em seus diversos setores.

Por isso, procuramos examinar como o Brasil tenta ingressar num novo processo de desenvolvimento capitalista, tendo como herança um processo neoliberal destrutivo de seu parque industrial e de sua infraestrutura. A burguesia brasileira, depois de haver ingressado de cabeça no neoliberalismo, mostrou-se incapaz de sair do desastre em que se meteu. Foi isso que causou uma profunda divisão em seu meio, levando uma parte dela a apoiar a esquerda democrática e socialista a vencer as eleições presidenciais de 2002.

Apesar disso, a burguesia conservadora neoliberal continuou mantendo poder sobre a maior parte da máquina governamental, sobre o Poder Legislativo, sobre o Judiciário e sobre os meios de comunicação social. Além disso, a hegemonia econômica da burguesia, com participação ativa das multinacionais monopolistas estrangeiras, fora reforçada pela privatização de muitas das empresas públicas, deixando o governo com poucos instrumentos de intervenção estatal na economia.

O domínio da burguesia financeira sobre os demais setores da burguesia também continua relativamente intocado. Os juros praticados pelo sistema financeiro praticamente impediam a maior parte dos investimentos produtivos, mas permitiam que grande parte da burguesia industrial e agrícola obtivesse altos lucros nas aplicações financeiras. É sobre esse quadro de fundo que se movimentam as classes sociais e seus representantes políticos para definir o tipo de desenvolvimentismo que predominará. E tal quadro nos obrigou a situar o debate em torno da reestruturação desenvolvimentista brasileira e dos problemas estruturais cuja solução realmente definirão os rumos futuros do país e, também, de suas forças políticas.

A disputa ideológica e política tem se acirrado principalmente através dos aparatos midiáticos. O fundamentalismo religioso, o individualismo, o

egoísmo, o nacionalismo de grande potência, a subserviência colonialista, o racismo, os preconceitos contra os pobres, marginalizados, mulheres, gays e lésbicas, e a eternidade do capitalismo e da divisão entre ricos e pobres, são martelados incansavelmente como valores de conformação social. E, em geral, nem sempre são contrapostos pelos valores ideológicos da liberdade, da igualdade e da democracia reais, da solidariedade, da convivência pacífica entre os povos, do internacionalismo e do socialismo.

Embora no processo de luta de classes a ideologia permaneça, em geral, em segundo plano em relação à política, os valores ideológicos desempenham papel importante na cimentação da solidariedade e da unidade de classe diante dos embates com as demais classes. E isto se torna ainda mais importante na situação sui-generis em que se encontra o Estado no Brasil. Alguns de seus aparatos permanentes, por exemplo, o Poder Judiciário, as Forças Armadas, o sistema diplomático e o serviço burocrático, não sofreram mudanças significativas em suas formas de organização, em seu conteúdo de classe, e em seus preceitos ideológicos de formação de quadros. A rigor, eles continuam com o mesmo viés conservador e democrático liberal herdado, em maior ou menor grau, do passado republicano latifundiário e ditatorial, que corresponde a mais de 80 anos dos pouco mais de 120 anos de República.

Por outro lado, os poderes Legislativo e Executivo centrais, aparatos que se tornaram crescentemente rotativos, têm sofrido a influência de diferentes forças de esquerda, embora nem sempre tal influência se expresse nitidamente quanto às suas linhas ideológicas e políticas. O governo, desde 2003, parece ter uma maioria de tendência socialista. Há, porém, uma imensa confusão entre a necessidade de administrar o capitalismo no sentido de desenvolver as suas forças produtivas e realizar uma distribuição de renda menos desigual, e a necessidade de introduzir elementos socialistas na propriedade dos meios de produção e no desenvolvimento social, e radicalizar a democratização dos aparatos do Estado.

Boa parte da esquerda socialista não enxerga na possível socialização de meios de produção instrumentos capazes de empurrar o capitalismo a desenvolver as forças produtivas, nem de criar as condições subjetivas para avançar no rumo de uma futura sociedade socialista. E dá pouca atenção às reformas no sistema político e na democratização dos diversos poderes do Estado. Nessas condições, nem sempre há clareza sobre os mecanismos de interação e disputa entre os aparatos do Estado para a definição das políticas do governo, ou mesmo da interação e disputa do Estado com a concentração e centralização do capital, o desenvolvimento técnico-científico, a força de trabalho, a acumulação do capital e a divisão social. As disputas políticas pela hegemonia

e pela dominação dos aparatos do Estado são subestimadas e enquadradas numa visionária disputa democrática que só é vista democraticamente pelo ângulo da esquerda socialista, mas autoritariamente pelo ângulo conservador.

No capítulo 2 examinamos como, a partir dos anos 1970, nos países capitalistas desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, ocorreu uma enorme acumulação de capitais excedentes, a elevação da produtividade do trabalho, e a crescente extração de mais-valia relativa e, em sentido contrário, a queda da taxa média de lucro, ou o colapso da lucratividade, como chamaram alguns.

Para solucionar essa contradição, o capitalismo desenvolvido se viu na contingência de exportar capitais para países agrários e agrário-industriais, tanto na forma de recursos financeiros, como de plantas industriais, segmentadas ou inteiras, para lucrar tanto na especulação financeira, quanto na extração de mais-valia absoluta dos baixos salários. A reestruturação do capital imperialista e sua conseqüente globalização capitalista teve por base essa dupla ação. O que resultou na ocorrência de uma profunda desindustrialização dos Estados Unidos e da Inglaterra e, em menor escala, da Alemanha e da França.

Paralelamente, houve a consolidação dos tigres asiáticos como pequenas potências industriais, e a emergência da China como potência econômica e principal fabricante mundial de bens industriais. A isso associou-se uma profunda crise depressiva controlada no Japão, e a emergência de uma série de novos países em processos de industrialização, não só na Ásia, mas também na África e na América Latina. Finalmente, desmentindo as análises triunfalistas do capitalismo desenvolvido, a emergência de uma série de crises financeiras e econômicas a partir de 2007 tendo como epicentro os países desenvolvidos da América e da Europa.

É nesse contexto que procuramos discutir as duas grandes tendências mundiais de desenvolvimento capitalista em curso. Por um lado, os países de capitalismo desenvolvido começam a apresentar sinais de que o alto nível tecnológico e científico de seus meios de produção (e também de destruição) tendem a acentuar o fato de que a força de trabalho deixa de ser uma necessidade indispensável para a realização da produção. Eles se aproximam cada vez mais do ponto em que poucos trabalhadores são necessários para a elaboração de projetos e inovações científicas e tecnológicas e para a produção efetiva das máquinas automáticas capazes de realizar todo o resto do processo produtivo. Ou seja, o trabalho morto tende a se tornar o aspecto fundamental para a produção, enquanto o trabalho vivo tende a se tornar um apêndice altamente especializado do processo produtivo.

De outro lado, há uma série de países de desenvolvimento capitalista médio, além dos que estão ingressando agora na industrialização e no desen-

volvimento capitalista, que tendem a subordinar as exportações de capitais para seus territórios aos interesses de seu desenvolvimento nacional. Mesmo os países que se subordinam a processos mais intensos de exploração por parte dos países capitalistas tendem a se ver às voltas com reivindicações sociais de soberania. Paralelamente, alguns países socialistas retrocederam a economias de mercado, combinando a ação de planejamento do Estado e de suas empresas estatais com a ação de empresas capitalistas, nacionais e estrangeiras, num processo historicamente novo e extremamente complexo, que catapultou a China para a posição de segunda potência econômica mundial e pode levá-la à posição de maior.

Nessas condições, a mundialização ou globalização capitalista tende a seguir um caminho tortuoso, tanto no que diz respeito aos países capitalistas desenvolvidos e às suas inevitáveis crises cíclicas, quanto em relação aos países capitalistas emergentes. A possível evolução de algumas dessas novas economias capitalistas e de seus Estados para economias de socialismo de mercado com características nacionais próprias não pode ser descartada. Por um lado, mundializando o capitalismo e, por outro, pondo paulatinamente à mostra um caminho para sua superação.

No capítulo 3, procuramos recuperar as experiências de reformas de natureza capitalista no próprio capitalismo, de reformas socialistas dentro do capitalismo e de reformas e revoluções socialistas de transformação do capitalismo. Examinamos as mudanças, tanto técnicas, quanto sociais e políticas, que fazem o capitalismo avançar em sua evolução como modo de produção e formação social, mas não mudaram seu sistema de extração de riqueza e de acumulação de capital pela via da exploração do trabalho assalariado. Historicamente, muitas dessas reformas foram realizadas contra a vontade da burguesia dominante.

As mudanças e inovações técnicas decorreram da concorrência entre os capitalistas. As mudanças reduzindo as jornadas de trabalho, estabelecendo o direito de *uma pessoa, um voto* e o direito de voto às mulheres, introduzindo as férias remuneradas, permitindo o direito de formação e atuação legal de sindicatos e de partidos operários, social-democratas, socialistas e comunistas, foram conquistas dos trabalhadores, tendo por base os preceitos burgueses de liberdade, democracia e igualdade. Por isso, retomamos a velha discussão sobre a possibilidade de reformas socialistas no capitalismo. Desde o século XVIII elas vêm sendo tentadas, com graus de sucesso e insucesso variados, incluindo coletividades comunistas, cooperativas socialistas, economias solidárias e outros tipos de experiências não capitalistas dentro do capitalismo.

Essa discussão foi intensificada ao mesmo tempo em que as contradições entre o crescimento capitalista monopolizado por corporações transnacionais

e as demandas por um crescimento concorrencial e amplas formas não monopolistas permitiu a vitória eleitoral de partidos de viés socialista e a formação de governos tendo tais partidos como força principal. Muitas correntes socialistas passaram a crer que tais governos podiam implantar reformas de caráter socialista imediatamente, enquanto outras, ao contrário, esqueceram ou eludindo a experiência social-democrata europeia, enxergaram naquela vitória a possibilidade de domesticar e humanizar o capitalismo, sem necessidade de introduzir reformas de caráter socialista.

No momento, as dissensões no campo socialista onde há governos sob a direção de correntes socialistas têm ocorrido por parte daqueles que consideram inaceitável que tais governos não introduzam reformas socialistas imediatas. Paradoxalmente, eles parecem acreditar que a existência de liberdades democráticas formais já é suficiente para que medidas radicais de maior democratização e socialização sejam implantadas. Em vista disso, procuramos discutir como as contradições entre o crescimento capitalista monopolizado por corporações transnacionais e as demandas de um crescimento concorrencial e amplas formas não monopolistas, presentes hoje nos países em desenvolvimento, tendem a ser resolvidas por movimentos de mobilização social e pela eleição de governos que realizem reformas democráticas que conduzam a uma transição socialista.

Não descartamos a possibilidade de alguns países realizarem revoluções que destruam o Estado anterior, estruturado como comodato das frações burguesas, e construam um novo Estado, como comodato das classes populares, tendo como objetivo principal realizar a transição socialista. Reiteramos, porém, que a experiência histórica demonstrou que o processo de transição socialista não depende apenas da capacidade do Estado introduzir reformas políticas democráticas, progressivas ou radicais. Depende, fundamentalmente, do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais gestadas pelo capitalismo. Isto é, dessas forças produtivas haverem chegado a um estágio em que a produção se tornou capaz de atender a todas as necessidades materiais e culturais da sociedade e necessitarem muito pouco da interferência do trabalho vivo para realizar-se.

Portanto, os Estados resultantes de revoluções socialistas em países ainda atrasados do ponto de vista capitalista, terão que se utilizar de formas de propriedade capitalistas, ao lado de formas socialistas, para desenvolver as forças produtivas e elevá-las a um ponto em que seja possível superar o capitalismo como modo de produção e formação social.

A partir dessas considerações, apresentamos o que supomos ser o estágio de desenvolvimento e da luta de classes no Brasil. Sumarizamos os proje-

tos elaborados a partir das primeiras reformas democráticas do país, no final dos anos 1940, e traçamos um panorama dos diversos projetos em disputa na sociedade brasileira e de suas condições e possibilidades. Depois, discutimos o que consideramos ser as questões de estratégia e tática relacionadas com os desafios colocados diante da esquerda e, em especial, do Partido dos Trabalhadores (PT), força política que dirige hoje o governo brasileiro, para a implantação de um projeto de desenvolvimento econômico, social e político que responda às demandas da maior parte das classes populares e democráticas da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

BRASIL: CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

★ *Projetos*
para o Brasil

BRASIL: CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

No presente capítulo procuramos examinar como o processo geral de desenvolvimento capitalista ocorreu historicamente, conformando um país medianamente desenvolvido do ponto de vista industrial, embora comportando alguns setores de alta tecnologia e de alta concentração de capital.

Inicialmente, discutimos a acumulação primitiva do capital no Brasil, que se estendeu de meados do século XIX até a primeira onda industrializante, na primeira década do século XX. Esse processo incluiu a importação de elementos técnicos e sociais dos capitalismo europeu e norte-americano associados aos latifundiários escravistas, especialmente cafeicultores, e da acumulação de capitais dessas atividades produtivas e comerciais.

Sustentamos que a análise do processo de acumulação do capital no país só começou a ser realizada na primeira metade do século XX, por pensadores como Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Eugênio Gudim, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini entre outros, influenciados tanto pelas escolas da economia política liberal, quanto pelas escolas da economia política marxista. E procuramos frisar que a acumulação de capital pré-capitalista, ou primitiva, difere da acumulação de capital propriamente capitalista. Enquanto a primeira foi realizada, tanto na Europa quanto no Brasil, por meio de formas extra-econômicas de pilhagem, escravização e colonização de povos e países, trocas comerciais desiguais e povoamento de novas terras, a forma capitalista de produção e acumulação se distingue radicalmente por ter um caráter econômico, baseado nas relações entre proprietários livres.

A acumulação capitalista realiza-se por meio da exploração de forças de trabalho livres por proprietários de capital. Sem trabalhadores livres, cuja única propriedade seja suas forças físicas, não há exploração e acumulação

propriamente capitalistas. É verdade que o modo de produção capitalista também tem se valido, historicamente, das formas extra-econômicas de seus antecessores para ampliar sua acumulação de capital. Mas isso só lhe permite obter um lucro suplementar, que tem por base relações de troca desiguais, juros de agiotagem ou outras formas de apropriação da renda.

Por isso, em *Acumulação por capitais imperialistas*, expomos as diversas fases de exportação de capitais das potências industriais para o território brasileiro, que se deu inicialmente por meio das transferências de elementos do modo de produção capitalista indispensáveis à exploração e ao transporte das matérias-primas minerais e agrícolas. Depois, ela se dá por meio da exportação de plantas industriais, entre os anos 1930 e 1940, que permitiram uma segunda onda industrializante, e nos anos 1950 e 1960-1970, promovendo uma terceira e uma quarta ondas industrializantes. Essas fases de exportação de capitais decorreram das reestruturações tecnológicas e econômicas dos capitalismo centrais, que os elevaram ao imperialismo, produziram guerras regionais e duas grandes guerras mundiais, reconfiguraram a geopolítica das potências imperialistas e acentuaram suas tendências de queda da taxa média de lucro e de desindustrialização.

Esse processo de exportação de capitais foi acentuado, como discutimos no item *Novas condições mundiais de acumulação do capital*, após os anos 1970, associado às reformulações estratégicas das potências capitalistas, tendo à frente os Estados Unidos, à nova revolução científica e tecnológica, à intensificação da produtividade do trabalho e do desemprego tecnológico, e ao aumento da tendência à queda da lucratividade. O capital desenvolvido, além de conformar novas corporações transnacionais, jogou-se na financeirização da economia, na produção desregrada de dinheiro fictício, na especulação financeira, e numa crescente transferência de plantas industriais, segmentadas ou completas, para países de baixos salários, chamando a tudo isso de globalização. Essa globalização, ao contrário do que supunham os cientistas econômicos neoliberais, não gerou apenas o colapso do socialismo de tipo soviético e a subordinação dos países subdesenvolvidos, predicada pelo Consenso de Washington (1989). Ela fez emergir, também, principalmente na Ásia, um socialismo de mercado e uma industrialização soberana que reconfigurou a geopolítica do capitalismo.

Em *Reestruturação neoliberal brasileira* acentuamos as políticas dos Estados capitalistas centrais no sentido de impor aquela globalização aos países subdesenvolvidos. As novas corporações transnacionais subordinaram a economia de vários países cujos Estados e burguesias capitularam à teoria da inevitabilidade do subdesenvolvimento, valendo-se, para isso, da desregulamen-

tação do movimento de capitais financeiros, da privatização de ativos estatais, da venda de ativos privados e de outros mecanismos de extração de lucros. Este foi o caso do Brasil nos anos 1990, que sofreu uma devastação industrial e uma desorganização econômica, social e política, cuja profundidade até hoje não foi avaliada em toda a sua extensão.

Em *Concentração e centralização do capital* procuramos mostrar como os capitais estrangeiros presentes no Brasil, assim como alguns capitais nacionais, elevaram seu grau de concentração e centralização e monopolizaram a economia brasileira de forma ainda mais intensa do que nas décadas anteriores. O domínio monopolista sobre a economia nacional está se mostrando um dos principais fatores estruturais que impedem os investimentos na reindustrialização do país e o pleno crescimento de sua economia. Portanto, é um empecilho não só ao desenvolvimento capitalista, mas também ao crescimento da força de trabalho assalariado na indústria, e ao desenvolvimento de forças econômicas e sociais democráticas e socialistas.

Em *Desenvolvimento técnico-científico* buscamos demonstrar como as privatizações das empresas estatais, a fusão ou incorporação de empresas privadas nacionais e a transferência de empresas para outros países de custo mais baixo tiveram um impacto negativo sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, sobre a formação de cientistas e engenheiros, e sobre a inovação empresarial no Brasil. E como isso levou à concentração de empresas em atividades de maior rentabilidade, ao fechamento das linhas de produção de maior conteúdo tecnológico, e a poucos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Paradoxalmente, em virtude de uma série de fatores relacionados com os investimentos externos no país e de sua inserção no mercado internacional, o país possui alguns setores tecnicamente muito avançados, mas cuja influência sobre o conjunto da economia é reduzida.

Em *Força de trabalho* expomos o processo histórico de formação da força de trabalho no país, até chegar a uma população de mais de 200 milhões de habitantes. Isto é, à sexta maior população do mundo depois da China, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos e da Indonésia, espalhada num território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 60% dos quais se encontram na região amazônica. Também mostramos como essa força de trabalho só se conformou como totalmente livre para a exploração capitalista direta após a modernização dos latifúndios pela ditadura militar. A expulsão dos agregados do campo para as periferias das grandes e médias cidades inverteu a relação entre a população urbana e a população rural, introduziu um caos ainda maior à urbanização brasileira e, com as crises econômicas dos anos 1970, criou uma massa de excluídos que, na prática, se configura como uma classe à parte.

Em *Divisão social*, procuramos detalhar o processo histórico de formação das classes sociais no Brasil e expor como nenhuma delas é homogênea, comportando frações e setores diferenciados. Apesar disso, identificamos a existência de uma divisão social que comporta uma burguesia minoritária, uma pequena-burguesia relativamente extensa, uma classe de trabalhadores assalariados, ou proletariado, como a chamavam os romanos da Antiguidade, além de uma massa de excluídos que pode ser considerada como uma classe desagregada. E tentamos sumarizar algumas das características principais dessas classes e das lutas que elas travam, dentro de si e umas contra as outras.

Em *Problemas históricos da reestruturação desenvolvimentista*, procuramos discutir sumariamente os conceitos de desenvolvimento, os diversos modelos que o Brasil conheceu para desenvolver-se, e examinar os resultados econômicos, sociais e políticos deixados pela devastação neoliberal. Assim, por um lado, tais resultados destrutivos acabaram por levar ao governo do país, pela primeira vez em sua história, uma coalizão partidária tendo à frente um partido de trabalhadores, de viés socialista. Mas, por outro, legaram a esse governo problemas de toda ordem para a retomada do desenvolvimento econômico, social e político.

Em *Obstáculos da reestruturação desenvolvimentista* buscamos discutir os diversos padrões de desenvolvimento em disputa no governo, no Estado e na sociedade, embora nem sempre de maneira consciente. O Brasil parece se encontrar numa situação transitória de alta complexidade, com a burguesia monopolista tentando não permitir qualquer democratização da propriedade, enquanto as demais frações e setores da burguesia não sabem exatamente o que querem. Há setores burgueses que são desenvolvimentistas e defendem o uso de recursos públicos, desde que o Estado não interfira na economia privada. E há setores burgueses liberais e neoliberais que se tornaram desenvolvimentistas, desde que isto não se relacione a qualquer estatismo governamental. Em conjunto, a burguesia se unifica contra a entrada mais firme do capital estatal na economia, mas apoia todas as medidas que coincidam com seus interesses lucrativos, o que inclui uma constante batalha em torno das questões macroeconômicas.

Em *Padrões do desenvolvimento brasileiro* fazemos um retrospecto das diferentes conceituações que têm surgido para caracterizar o padrão de desenvolvimento tentado pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Procuramos mostrar que, em termos gerais, a disputa conceitual apenas reflete a disputa sobre as possibilidades ou impossibilidades do desenvolvimento industrial do país. Sem indústria o Brasil será incapaz de emparelhar na disputa mundial multilateral. E sem um Estado determinado a superar o atraso que o

neoliberalismo lhe impôs, talvez sequer seja possível qualificar o desenvolvimento que se pretende, especialmente tendo em conta o grau de monopolização da economia nacional.

Em *Investimentos externos no desenvolvimento brasileiro* discutimos o grau de acumulação de capital do país, sua impossibilidade de alavancar o desenvolvimento econômico e social no ritmo necessário para sair do subdesenvolvimento, e a possibilidade dos investimentos externos terem um papel positivo nesse desenvolvimento. Elencamos as teorias a respeito, a atual necessidade imperiosa do capitalismo central exportar capitais, e as experiências atuais de industrialização que podem permitir aos países subdesenvolvidos imporem condicionalidades aos investimentos externos e seguirem um caminho soberano.

Finalmente, em *Desencontros entre desenvolvimento, Estado e democracia*, retomamos o debate sobre o papel histórico do Estado e os problemas ali envolvidos, incluindo a hegemonia ideológica e política e as formas diversas de domínio estatal. Na atualidade, o Estado ainda continua tendo papel chave para salvar o capitalismo contra os despossuídos de qualquer propriedade, e também de suas crises. Mas se confronta, cada vez mais, nos países desenvolvidos, com um capitalismo que tende à esquizofrenia de estar no poder e ser contra ele. E, nos países sob pressão das corporações transnacionais, se depara com um capitalismo que pretende se desenvolver sem qualquer concorrência do Estado, embora pretenda que este lhe transfira o máximo de recursos públicos. Em qualquer dos casos, o poder de Estado continua sendo a chave de todo o processo político, econômico e social, para o bem ou para o mal.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL NO BRASIL

Durante os anos 1940, parecendo mais um marxista clássico do que um pensador burguês, Roberto Simonsen (1944) vivia preocupado tanto com os homens quanto com a natureza. Sentia-se atemorizado pela crescente abundância e concentração da riqueza em mãos de um pequeno número de capitalistas brasileiros. Para ele, que vivia o assunto por dentro, tal concentração de riqueza seria promovida pela exploração do homem pelo homem. E, em meio a ela, ocorria a devastação das riquezas naturais, a ausência de defesa em relação aos múltiplos fenômenos meteorológicos, as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria, e uma série de problemas criados pelas grandes aglomerações humanas.

Simonsen não chegou a aprofundar a análise do processo nacional de acumulação de capital com dados consistentes. Utilizou-se apenas das evidências mais gritantes da realidade dos anos 1930 e 1940. Queria, principalmente, justificar a intervenção do Estado como instrumento de correção das

injustiças e dos sofrimentos sociais que tal processo produzia. E fazer com que o capitalismo se desenvolvesse de maneira menos destrutiva, evitando a revolução social cuja ameaça se materializara com a revolução russa de 1917.

Caio Prado Jr. (1942) minimizou a acumulação de capital no Brasil e creditou a acumulação interna reduzida de capital às relações comerciais e financeiras com o exterior. O peso principal residiria nas exportações de bens primários e na predominância do latifúndio na estrutura econômica do país. Como resultado, as relações de trabalho se encontrariam numa transição inconclusa do escravismo para o trabalho livre. E o mercado interno seria diminuto, com disparidades regionais e com um quadro de estagnação das áreas afastadas das relações com o exterior. A acumulação interna de capital por meio de atividades industriais, promovida pela renda fundiária e pelo comércio do café, não havia alterado o quadro anterior. Por isso, desdenhou como insignificante a independência política e a transformação do país numa semi-colônia escravista, responsabilizando apenas a herança colonial pela manutenção de tal quadro, aparentemente inalterado.

Florestan Fernandes (1976), ao contrário, dizia que das condições neocoloniais emergira um mercado capitalista moderno no país. Teria sido no contexto da emancipação nacional e da eclosão interna do capitalismo que as classes sociais teriam surgido como realidade histórica no Brasil. Graças à emancipação nacional teria ocorrido a integração nacional dos estamentos senhoriais, em uma ordem civil que detinha o monopólio de poder. Nas quatro últimas décadas do século XIX, isto é, entre 1860 e 1890, pela força de integração do mercado interno, o industrialismo se revelaria no contexto da dependência ao capital monopolista e ao imperialismo. A dominação externa seria mediatizada e a revolução burguesa não se aceleraria por via autônoma, mas resultado de articulações da iniciativa privada nacional com o intervencionismo estatal ou com o capital estrangeiro, ou com ambos.

Na realidade, a integração dos estamentos senhoriais, ou da classe latifundiária brasileira, teve início um pouco antes, no momento em que se concretizou a transferência do reino português para o Brasil, em 1808. Isto permitiu àqueles estamentos reduzir a drenagem da colonização portuguesa, conforme sustentou Júlio Paternostro (1945), estabelecendo um vínculo direto da economia do novo reino com o mercado mundial e desenvolvendo um capital urbano comercial relativamente autônomo. Fernandes tem razão em dizer que, com a emancipação nacional, tal vínculo se consolidou e fez com que a produção escravista se convertesse em fonte de excedentes econômicos. Tais excedentes permitiram manter o tráfico negreiro e criar uma das condições para a criação de um mercado capitalista moderno, isto é, fazer com que

aqueles excedentes econômicos da lavoura escravista e do comércio externo representassem uma acumulação primitiva de capital, indispensável ao surgimento do mercado capitalista.

Essa acumulação continuou ancorada no que Fernandes chamou de modelo básico de organização da sociedade colonial, ou seja, a superposição do regime estamental português, em fase de transição para o regime de classes, à escravidão de estoques raciais indígenas, africanos e mestiços. Ainda no final do século XIX, tal modelo impedia que se configurasse a outra condição básica que, unindo-se ao capital primitivo acumulado, favorecesse o surgimento do mercado capitalista moderno, do industrialismo e do capitalismo. Isto é, seres humanos livres, não só em termos jurídicos, mas também em termos de qualquer outra propriedade que não fosse sua força de trabalho.

Talvez Fernandes não tenha feito essa distinção histórica por considerar que o regime de classes no capitalismo fosse o mesmo em quaisquer outros modos de produção. Apenas variaria a forma pela qual o regime de classes nasceria e se desenvolveria, com influências dinâmicas externas que afetariam tanto a história quanto as estruturas das sociedades de classe dependentes e subdesenvolvidas. No entanto, o regime de classes no capitalismo é diametralmente oposto aos regimes de classes anteriores.

No escravismo, a força de trabalho não era livre, sequer conseguiu se conformar como classe. No feudalismo, a força de trabalho foi semilivre, conformando-se como classe no processo de luta pela propriedade do solo. Historicamente, em diversas sociedades, em especial nas dependentes e subdesenvolvidas, ocorreu a convivência temporal de modos de produção escravistas, e/ou feudais, e/ou camponeses, com o emergente modo de produção capitalista. Houve a convivência de diferentes regimes de classe, à medida que o regime capitalista se desenvolvia, subsumia ou destruía os demais regimes de classe.

No Brasil, os elementos do modo de produção capitalista emergiram nas últimas décadas do século XIX, mas se mantiveram subordinados ao regime de classes escravista e, depois, latifundiário, pelo menos até a segunda metade do século XX. Essa característica da evolução histórica brasileira tem causado inúmeras interpretações equivocadas. O próprio Fernandes supunha que, no capitalismo dependente, a dominação burguesa apresentaria dois polos.

O primeiro, interno, constituído pelas classes dominantes que se beneficiariam da extrema concentração da riqueza, prestígio social e poder político, no qual exterioridades patrióticas e democráticas ocultariam seu particularismo e autocracia sem limites. O segundo, externo, constituído por setores das nações capitalistas hegemônicas, que Afonso Arinos identificava como sendo imperialismos americano e inglês. Em outras palavras, Fernandes incluiu na

burguesia classes dominantes não-burguesas, como os latifundiários de velho tipo, na prática apresentando as exterioridades patrióticas e democráticas como falsidades e não como missões históricas do desenvolvimento burguês.

Para Prado Jr., as atividades industriais sofriam com pelo menos três problemas. O primeiro consistia na dependência à poupança individual de algumas famílias, poupança decorrente da acumulação interna precária e da ausência de canais de financiamento. Em virtude disso, o Brasil fora incapaz de criar uma típica burguesia industrial. Em outras palavras, apesar de minimizar a acumulação interna de capital, conforme descrita por Fernandes, Prado Jr. reconhecia sua existência, mas relacionava sua precariedade e a ausência de financiamento como fatores que teriam impedido a criação de uma burguesia industrial.

Nesse sentido, da mesma forma que Fernandes, Prado Jr. nada falou sobre a outra condição fundamental para o surgimento e desenvolvimento de uma burguesia industrial: a existência de uma massa populacional livre, tanto da subordinação às atividades agrícolas, quanto da propriedade de meios de produção. Não percebeu que um dos aspectos contraditórios do processo de industrialização brasileira – o qual durante os anos 1920 ficou relativamente estagnado –, consistiu em que o estoque de capital acumulado não era suficientemente consistente para aproveitar a mão de obra liberta da escravidão e para enfrentar a concorrência dos produtos da indústria europeia e norte-americana.

O racismo entranhado nos capitalistas de então, oriundos do latifúndio, do tráfico de escravos e do comércio ultramarino, erigiu-se como uma barreira ao considerar os ex-escravos incapazes de lidar com máquinas e equipamentos industriais. Além disso, a maior parte dos ex-escravos continuou trabalhando nos latifúndios, num sistema que Virgínio Santa Rosa (1963) chamou de agregação. Era uma população miserável de massas rurais, sem terra, vegetando como semi-escravos e vivendo presos aos fazendeiros, isso os impedia de se transformar em seres que pudessem vender livremente sua força de trabalho em troca de salários. Foi preciso esperar quase três décadas após o abolicionismo para que a onda de choque da crise mundial capitalista iniciada em 1929, criasse divisões profundas nas classes dominantes de todos os países, abalasse a ideologia liberal, fizesse emergir correntes e Estados fascistas, colocasse o mundo diante da ameaça de novos e devastadores conflitos imperialistas, e produzisse uma segunda onda industrializante no país.

No Brasil, a crise atingiu a lavoura e o comércio cafeeiro e introduziu uma profunda divisão e disputa na classe latifundiária dominante pela apropriação da renda nacional. Fernandes, com razão, assegurou que a ideologia reformista que emergiu no seio do latifúndio empalmava os ideais burgueses de uma revolução nacional-democrática. Mas que a consciência conservadora

teria prevalecido porque reunira os principais trunfos da estrutura de poder, isto é, desenvolvimento com segurança, o que coincidia com os propósitos dos setores ascendentes das classes médias e dos parceiros estrangeiros.

De qualquer modo, a divisão reformista no seio do latifúndio levou às diversas revoltas tenentistas dos anos 1920, e às chamadas revoluções: a Liberal, em 1930, e a Constitucionalista, em 1932. Esta última, com o apoio da burguesia industrial paulista. Logo depois, fez-se emergir movimentos fascistas e antifascistas, que se desdobraram na insurreição comunista de 1935 e no golpe ditatorial pró-fascista de 1937. O golpe consolidou as forças hegemônicas da revolução de 1930 no poder. Embora oriundas do latifúndio, seus objetivos básicos eram a industrialização, o tratamento do movimento operário como movimento social a ser cooptado por uma política de paz social, e a repressão aos movimentos comunista e socialista. Tais forças eram de face nacional-burguesa, mas nada tinham de democrática.

A industrialização surgiu como reivindicação social em meados do século XIX, cuja expressão maior foi Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. No entanto, só se transformou em força social, como diz Fernandes, quase um século mais tarde, sob o comando dos setores reformistas do latifúndio e com a visão avançada de que deveria ser realizada com a participação direta do Estado. Seu papel vinha sendo praticamente reformulado pelas potências capitalistas, tanto democrático-liberais quanto fascistas, mesmo antes do aparecimento das teses de John Maynard Keynes, em 1936.

O Estado brasileiro, aproveitando-se das contradições inter-imperialistas, empenhou-se na industrialização de setores básicos, como o siderúrgico, o metalúrgico e químico, por meio de empresas de capital estatal e do financiamento de empresas de capital privado. A experiência industrial varguista foi a primeira demonstração de que o subdesenvolvimento não era muralha insuperável de ser suplantada. Com razão, Fernandes argumentou que uma sociedade subdesenvolvida com certa base demográfica e capacidade de importação e de utilização de tecnologia científica contaria com vários elementos favoráveis à industrialização, se dispusesse de matérias-primas, núcleos urbanizados e suscetíveis de expansão metropolitana, tendências correntes de diferenciação e reintegração das classes sociais.

Fernandes acrescentava que várias condições de um país subdesenvolvido podiam ser poderosamente úteis no início do processo de industrialização, como a reserva do trabalho, as margens de lucro do empresariado e, a mais importante de todas, as disposições subjetivas que fazem da industrialização um valor social de caráter moral. A industrialização seria, pois, uma reivindicação utópica a aparecer esporadicamente nos espíritos esclarecidos das camadas

dominantes. À partir da primeira década do século XX, teria sido incluída no rol de interesses de círculos ativos das camadas dominantes e do proletariado em gestação, passando a alimentar uma ideologia que cresceria rapidamente e se difundiria por toda a sociedade.

Desse modo, Fernandes descartou a importância primordial da acumulação prévia de capital para a industrialização e colocou as disposições subjetivas como sua condição mais importante. E, neste caso específico, esqueceu o papel resistente que a ideologia agrarista desempenhou contra a industrialização. Ainda em meados do século XX, Eugênio Gudim (1945) proclamava o papel superior da agricultura latifundiária na geração de riqueza, e se opunha a qualquer intervenção do Estado na promoção da industrialização.

A pequena industrialização dos anos 1910 ocorreu porque havia alguma acumulação de capital, havia certa quantidade de força de trabalho disponível para a atividade industrial e a guerra imperialista na Europa criara um vácuo nas exportações de bens industriais para o Brasil. Por outro lado, além das resistências agraristas, o estoque de capital acumulado não era muito grande e a maior parte da força de trabalho do país continuava presa nas relações de agregação do latifúndio.

O monopólio da terra havia se consolidado desde a Lei Agrária de 1850, embora ainda continuassem em disputa grandes extensões de terras devolutas. Com base nesse monopólio, os latifundiários permitiam aos camponeses sem-terra, constituídos principalmente por ex-escravos, trabalharem “de favor”, ou como agregados, em suas terras. Esses agregados se obrigavam a trabalhar alguns dias nas terras de usufruto do latifundiário, o chamado cambão, e de pagarem uma renda, em geral em espécie.

A renda era proporcional à safra obtida na produção agrícola (meia e terça parte, principalmente) e na produção pecuária (quarta e quinta parte, principalmente). Os latifundiários também forneciam os bens necessários aos camponeses para realizarem a destoca, a aração (mesmo na base do enxadão e da enxada), a semeadura e os tratos culturais até a safra, incluindo ferramentas e alimentos. E cobravam esse fornecimento com juros quase sempre extorsivos, de tal modo que os camponeses, fossem lavradores ou vaqueiros, após cada safra, ainda ficavam devendo para a próxima. Isto configurava uma espécie de prisão ou servidão por dívida que impedia a mobilidade dos camponeses, embora formalmente eles fossem livres.

Prado Jr. não chegou a perceber que essa cadeia de fatores que impedia a liberdade de movimento das forças de trabalho livres constituía um sério obstáculo ao pleno desenvolvimento industrial capitalista. Por isso, ele saltou da precariedade e da ausência de financiamento formador do capital

industrial para a dispersão dos investimentos, como o segundo problema das atividades industriais. Queixava-se de que, realizados unicamente pela iniciativa privada, tais investimentos não tinham a contribuição de qualquer planejamento estatal na construção da infraestrutura, na localização regional e na concentração em setores.

Desconsiderou que, historicamente, o desenvolvimento industrial capitalista ocorreu, em seus primórdios, independente e contra qualquer planejamento estatal. Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos tal desenvolvimento opôs-se a intervenção estatal. Só era admitida para impedir a revolta e a luta dos trabalhadores. Sua presença era dispensável para o desenvolvimento industrial onde havia, por um lado, uma acumulação básica de capitais e, por outro, trabalhadores livres para vender sua força de trabalho no mercado.

O planejamento e a intervenção estatal na construção da infraestrutura, na localização regional, na concentração em setores e no financiamento industrial foi produto dos retardatários capitalismo alemão, japonês e, em parte, russo. O Estado e o planejamento estatal intervieram para reforçar a acumulação de capital e/ou para libertar os camponeses de sua subordinação feudal e da propriedade de seus meios de produção.

Mais tarde, no curso da Primeira Guerra Mundial, o intervencionismo e o planejamento estatal se disseminaram por todos os países capitalistas avançados, de modo a coordenar os esforços bélicos e impor aos capitalistas a produção necessária a tais esforços. Por um lado, os capitalistas descobriram que tal intervenção lhes proporcionava lucros seguros. Por outro, os operários, em especial os norte-americanos, descobriram que as guerras, embora carnificinas atroz, também podiam proporcionar pleno emprego. Foi esse um dos motivos macabros que levou grandes setores operários a apoiarem as guerras de suas burguesias.

No Brasil, o governo Vargas vinha realizando esse intervencionismo e planejamento desde antes da vitória sobre os latifundiários do café e os industriais paulistas. O Estado interferia abertamente na economia, como forma de salvar o capitalismo do próprio capitalismo e também do socialismo. A construção de empresas de base foi propiciada por essa intervenção, por meio de capitais estatais e, em parte, privados. Foram criadas autarquias reguladoras da produção e do comércio e promulgados programas e normas que legitimavam a posse, pelo governo, de meios decisivos para conduzir a vida econômica.

Em 1931 foi adotado o programa de apoio ao café, o principal produto de exportação e de captação de reservas cambiais, e implantado o controle cambial. Em 1933 foram criados o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool. Em 1934 foi sancionado o Código de Águas, que conferiu ao Estado o poder de fixar tarifas elétricas. Em 1938 foi implantado

o Instituto Nacional do Mate, em 1940 o Instituto Nacional do Sal, em 1941 o Instituto Nacional do Pinho e, em 1942, as Comissões Executivas de Frutas, do Leite, de Produtos da Mandioca e da Pesca. Além disso, em 1935 fora criada a Viação Aérea de São Paulo (Vasp).

Após o golpe de 1937, tais ações estatais tornaram-se políticas de Estado. Havia ausência de estoque de capital acumulado no país. E a audácia empreendedora da burguesia nativa era reduzida. Estava acostumada aos lucros fáceis do comércio externo e temia correr riscos. Além do que, havia escassez de um contingente populacional livre em busca de trabalho. Dava a impressão de uma dispersão nos investimentos.

Em 1937, a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro foi comprada pelo Estado. Para normalizar o setor de seguros, surgiu, em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil. Em 1940, a Port of Pará Co. e a The Amazon River Steam Navigation Company, que serviam à região amazônica, foram nacionalizadas e fundidas no Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará. Nesse mesmo ano foi criada a Fábrica Nacional de Motores, cujo objetivo inicial era a manutenção e produção de motores para aviões. Entretanto, também produziu tratores, caminhões, automóveis e refrigeradores.

Em 1941 foram estabelecidas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que começou a construir sua usina em Volta Redonda, e a Aços Especiais Itabira (Acesita), em Minas Gerais. A criação da Companhia Vale do Rio Doce é de 1942. Nesse mesmo ano, o patrimônio da Companhia Lage e Irmãos foi desapropriado, dando surgimento à Companhia Nacional de Navegação Costeira. O Banco de Crédito da Borracha foi fundado para financiar a produção de borracha natural demandada pela guerra e, em 1943, foram criados o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, a Companhia Nacional de Álcalis, e a Caixa de Crédito Cooperativo.

O governo também financiou a construção de indústrias privadas, em especial do setor químico. João Sicsú (2009) argumenta que a intervenção estatal nesse momento se mostrou claramente necessária. Os investimentos exigiam montantes que a iniciativa privada era incapaz de mobilizar, dada a atrofia dos mercados de capitais. E faltava informação correta para que os empresários soubessem onde investir com certeza de lucratividade. Mas Sicsú omite que também faziam parte da realidade de então uma forte disputa com o latifúndio pré-capitalista e a recusa dos capitais dos países avançados em investir nos países subdesenvolvidos. Mas ele tem razão ao enfatizar que a necessidade de o Estado participar efetivamente da vida econômica não estava relacionada à especificidade histórica ou a alguma falha do sistema capitalista, mas à necessidade de prover um ambiente de bem-estar social e dinamismo

nos mercados. Além do fato de as ações da iniciativa privada serem pro-cíclicas, tenderem a agravar as situações e se transformarem em crises quando não havia a intervenção do Estado.

Logo após o final da Segunda Guerra, com a derrubada da ditadura Vargas e a instauração da breve primavera democrática, as concepções liberais voltaram a predominar na política econômica do Estado brasileiro, procurando reduzir a participação dos instrumentos estatais. No entanto, esse foi também um momento de elevação da luta de classes, apesar das tentativas de cercear o movimento sindical e popular e as atividades socialistas e comunistas. Assim, logo que o governo Eurico Gaspar Dutra constatou o esgotamento das reservas de moedas estrangeiras acumuladas durante a guerra, viu-se constringido a optar por um programa – o Plano Salte – que corrigisse as distorções existentes nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia.

O Plano, segundo Enrique Saravia (2004), previa investimentos para os anos de 1949 a 1953, mas foi implementado de forma fragmentária e abandonado em 1951. Ainda segundo este autor, o pensamento predominante durante o segundo governo Vargas, a partir de 1951, considerava que a industrialização seria a única forma possível de conseguir o desenvolvimento, devendo ser realizada por capitalistas nacionais e estrangeiros. O Estado deveria fornecer a infraestrutura física, enquanto as empresas privadas deveriam realizar a industrialização propriamente dita. Esse foi o momento em que as empresas estrangeiras que dominavam os serviços públicos no Brasil realizaram um movimento de retirada para regiões de maior lucratividade, obrigando o Estado a também assumir tais serviços. Além disso, os capitais excedentes nos Estados Unidos eram direcionados para o reerguimento da Europa e do Japão, para a Guerra da Coreia, e para a construção do cinturão sanitário contra a China. Isto impôs ao Estado brasileiro a efetivação dos grandes investimentos de infraestrutura, sugeridos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e o fornecimento do crédito necessário para os novos empreendimentos industriais.

A criação do BNDE e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) ocorreu em 1952 para atender tanto ao Programa de Reparcelamento Econômico – por objetivo trazia o crescimento e a modernização da infraestrutura nacional –, e o financiamento da indústria pesada e de setores agrícolas, quanto o desenvolvimento da região nordestina. Como resultado de um expressivo movimento popular, em 1953 foi criada a Petrobras, que deteve o monopólio de exploração e refino do petróleo para assegurar uma fonte interna de abastecimento. A nova empresa absorveu a Frota Nacional de Petroleiros, criada em 1950.

Paralelamente, a pressão popular por uma maior nacionalização da economia brasileira, assim como pela reforma agrária e outras reivindicações po-

pulares e trabalhistas, ocorria no contexto internacional da Guerra Fria entre capitalismo e socialismo, e de disputas internas entre parcelas nacionais da burguesia e parcelas ligadas a interesses estrangeiros, em especial norte-americanos. A Europa Ocidental e o Japão já haviam se recuperado, e a Guerra da Coreia permitira aumentar ainda mais os excedentes de capitais nesses países e nos Estados Unidos. A participação desses capitais na industrialização de países como o Brasil tornou-se necessidade premente para sua reprodução ampliada, em choque com as concessões e ambiguidades do governo Vargas diante do movimento nacionalista e popular. A tentativa de golpe militar e a ameaça de guerra civil levaram Vargas ao suicídio, em 1954, e colocaram em risco as eleições presidenciais de 1955.

Foi nesse contexto que Prado Jr. reconheceu o papel positivo do imperialismo na industrialização brasileira, porque teria dotado o país de estradas de ferro, portos modernos, serviços urbanos e grandes empresas industriais. Isto é, forneceu o aparelhamento moderno com que a economia brasileira contou até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Ainda segundo ele, o imperialismo teria trazido o espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica que constituem alguns dos fatores essenciais para o progresso econômico. Na verdade, poderia ter dito que os capitais financeiros, comerciais e industriais imperialistas, especialmente ingleses e americanos, necessitaram exportar capitais para garantir a importação dos recursos minerais e agrícolas demandados por suas indústrias. Nessas condições, implantaram elementos materiais e valores do capitalismo, desde que não representassem concorrência para seus produtos industriais.

A rigor, a implantação de grandes empresas industriais, tanto estatais quanto privadas, nacionais e estrangeiras, entre os anos 1930 e 1940, ocorreu pelo afrouxamento do controle imperialista, em virtude de suas disputas internacionais e da Segunda Guerra. Até então, a exportação de capitais imperialistas na forma de plantas industriais era restrita à infraestrutura indispensável ao comércio de matérias-primas dos países subdesenvolvidos para os países industriais, e de produtos manufaturados destes para aqueles. Casos de instalação de indústrias produtoras de bens de consumo e de bens de capital haviam sido raros até então. Somente após a Segunda Guerra ocorreram mudanças no processo de exportação de capitais na forma de plantas industriais.

ACUMULAÇÃO POR CAPITALS IMPERIALISTAS

Após a Segunda Guerra, o padrão de exportações de capital dos países capitalistas avançados para países pouco desenvolvidos sofreu uma mudança significativa, tendo por base a imensa acumulação de capitais excedentes nos

Estados Unidos. Os norte-americanos haviam se transformado em fábrica do mundo e vendedor privilegiado de equipamentos militares para os exércitos aliados em confronto com os nazistas. Além disso, as demandas militares introduziram uma profunda reestruturação tecnológica dos meios de produção e nos produtos, como primeiro sinal da revolução tecnológica e científica que se firmaria nas décadas seguintes.

Os Estados Unidos se tornaram a potência capitalista hegemônica, tendo sob seus pés os escombros das potências capitalistas aliadas e inimigas (Inglaterra, França, Alemanha e Japão). Por outro lado, apesar das suas imensas perdas em forças de trabalho e em meios de produção industriais e agrícolas nas regiões ocidentais ocupadas pelas tropas nazistas, a União Soviética emergira como potência de primeira grandeza, havendo estendido sua área de influência sobre o Leste Europeu, incluindo uma parte da Alemanha. Como Churchill (1947) expressou com veemência, o perigo vermelho chegara ao centro da Europa e era preciso detê-lo.

Para tornar ainda mais turvas as consequências da Segunda Guerra para o capitalismo imperialista, a Índia, o Vietnã e diversas outras colônias na Ásia, no Oriente Médio, na África e na Oceania proclamaram a independência nacional ou se movimentaram nesse sentido. E a China, em 1947, imergiu em sua terceira guerra civil do século XX. Os sinais de um processo conturbado de revoluções e guerras de independência para dar fim ao sistema colonial apareceram aos olhos do imperialismo como sinais de uma terrível expansão comunista mundial.

A resposta imediata dos Estados Unidos a essa ameaça, em 1948, foi o desencadeamento da Guerra Fria. Ela incluía a rápida recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, o auxílio econômico e militar a todos os países que se dispusessem a participar da cruzada anticomunista, a intervenção militar onde fosse necessário, e a ameaça do uso de armas nucleares, cuja tecnologia era monopolizada pelos norte-americanos.

Com o Plano Marshall de recuperação da economia europeia, a interferência política e militar na guerra civil da China, a eclosão da Guerra da Coreia, o Plano Colombo de desenvolvimento econômico do sudeste asiático, a interferência na Guerra do Vietnã, e numa série de guerras localizadas e regionais, em contraposição ao processo de descolonização, os capitais imperialistas, sob hegemonia norte-americana, reconfiguraram a geopolítica mundial em menos de 10 anos.

Mas não conseguiram impedir a perda da China, dominar a península coreana, nem sufocar os movimentos de libertação nacional. Mas, em meados dos anos 1950, Inglaterra, França, Alemanha e Japão logo haviam sido recons-

truídos. Suas burguesias imperialistas haviam reconquistado o poder nacional. As diversas guerras regionais do período haviam lhes proporcionado alta capacidade produtiva, e grandes excedentes de capitais. Essa acumulação de excedentes, associada à elevação da produtividade da extração de altas taxas de mais-valia relativa, fez com que os capitalismo desenvolvidos começassem a se confrontar com o problema da queda de lucratividade. Foi nesse contexto que, na segunda metade dos anos 1950, os capitais norte-americanos, europeus e japoneses modificaram sua antiga política de impedir a industrialização dos países subdesenvolvidos ou dependentes, e passaram a exportar capitais para a instalação de plantas de fabricação industrial nesses países.

Para fazer frente à descolonização dos povos asiáticos e africanos – eles buscavam meios de se industrializar e abriam brechas para a temida expansão comunista –, norte-americanos e ingleses incentivaram reformas agrárias em vários países asiáticos em que ocorriam guerrilhas comunistas. Com isso, retiravam a base social desses movimentos e, ao mesmo tempo, criavam condições para a instalação de empreendimentos industriais.

No Brasil, a implantação de trustes e cartéis imperialistas foi facilitada pelo Estado, ao retirar qualquer entrave à atuação setorial e às remessas de lucro. Prado Jr. sustenta, com razão, que a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), órgão que antecedeu o Banco Central, foi crucial para sedimentar um padrão de industrialização comandado por monopólios estrangeiros, mas inadequado à passagem do que chamava de economia colonial para a nacional. Ou seja, em meados dos anos 1950, Prado Jr. ainda chamava de colonial uma economia que possuía um setor industrial, estatal e privado, de certo porte, e que não mantinha laços de subordinação colonial com qualquer potência. Embora dependente financeira, tecnológica e comercialmente das potências capitalistas, a economia brasileira tinha uma liberdade de movimento que, na pior das hipóteses, podia ser chamada de semicolonial, mas não colonial.

Fernandes, por seu lado, reconheceu que conviviam numa mesma formação social modos de produção pré-capitalistas e capitalistas. Mesmo a economia agrícola brasileira já não era a economia colonial escravista, ela continuava aprisionando a maior parte da força de trabalho do país através de relações de produção pré-capitalistas, com traços de servidão clientelista e por dívidas, como o cambão e o trabalho de favor de parceiros, rendeiros, foreiros, meeiros etc. Porém, começara a introduzir relações assalariadas, às vezes misturadas àquelas relações pré-capitalistas, como o colonato do café.

A categoria *colonial* de Prado Jr., além de desprezar as mudanças políticas ocorridas desde o Império, desprezava também as mudanças econômicas

e sociais ocorridas no país. Mas ele teve razão ao apontar aquela Instrução da SUMOC, instituída após a crise política que levou Getúlio Vargas ao suicídio, como instrumento para a atração de capitais exportados pelas empresas multinacionais, dispensando-as do leilão cambial para a aquisição de máquinas e equipamentos. E também acertou ao afirmar que tal mecanismo seria fundamental para a viabilização do Plano de Metas prometido por Juscelino Kubitschek, caso vencesse as eleições de 1955.

O golpe que derrubou Vargas pretendia seguir abertamente o padrão da política externa norte-americana, de instituição de ditaduras anticomunistas em todos os países periféricos. No Brasil, porém, uma parte da burguesia, com raízes no latifúndio e ligações estreitas com capitais estrangeiros, ainda pretendia uma solução eleitoral e a continuidade de uma democracia formal. O fracasso da tentativa golpista de novembro de 1955 permitiu a realização das eleições e a vitória de Kubitschek, para presidente, e de João Goulart, para vice-presidente, numa coalizão também apoiada pelos comunistas. Estes pretendiam o abrandamento do processo repressivo e a execução do Plano de Metas de crescimento de 50 anos em cinco.

Segundo Lessa (1978) e outros autores, a política econômica implícita nesse Plano tinha quatro eixos fundamentais: tratamento preferencial para o capital estrangeiro; financiamento dos gastos públicos e privados através da expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário; ampliação do setor público na formação de capital; e estímulo à iniciativa privada. Dizendo de outro modo, o Plano continha, na sua essência, futuras contradições entre capitais privados estrangeiros, capitais privados nacionais e capitais estatais nacionais.

O financiamento dos investimentos por meio dos meios de pagamento gerariam, certamente, fortes pressões inflacionárias. E, para ser efetivado na forma acelerada em que foi concebido, teria que apelar para artifícios que dessem maior agilidade às ações do governo. Isto se deu por meio da criação de órgãos da administração indireta, fazendo com que as sociedades de economia mista correspondessem a mais de 70% dos empreendimentos do governo federal entre 1956 e 1960.

O Brasil conheceu, então, sua terceira onda industrializante. Instalaram-se grandes multinacionais automobilísticas, navais e de outros setores. Ao mesmo tempo, emergiu um capital nacional disperso, principalmente no sistema financeiro e em médias e pequenas empresas industriais, tendo como áreas cativas a construção civil e alguns outros setores.

Nesse período foram criadas as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, as Centrais Elétricas de Furnas, a Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba, e a Companhia Siderúrgica Vatu, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce.

Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) foram transferidos ao governo federal a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a Rede Ferroviária Federal, o Serviço de Transporte da Baía da Guanabara e a Companhia Siderúrgica Paulista.

Entre 1956 e 1960, a economia teve taxa média de crescimento de 8,1% ao ano, chegando ao percentual recorde de 10,8% em 1958. Em 1960, o Banco do Nordeste (BNB) converteu-se em agente financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. A participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 20,4%, em 1955, para mais de 25% em 1960. As indústrias líderes em 1950, de produtos alimentares e têxteis, cresceram, nesse mesmo período, a taxas médias anuais abaixo de 6%, enquanto a fabricação de automóveis e de material elétrico ultrapassou os 25% ao ano.

O Plano de Metas previa uma inflação de 13,4% ao ano, mas teve a média real de 22,6% ao ano. O salário-mínimo atingiu US\$ 185,90, em 1959, o de maior valor aquisitivo desde que fora instituído. Segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas, a participação do Estado na formação bruta de capital fixo, sem contar com a contribuição das estatais, foi de 25,6% no período de 1953 a 1956, tendo evoluído para 37,1% no período do Plano de Metas. Com a inclusão das estatais federais, esse percentual chegou a 47,8%.

Por outro lado, a luta de classes não arrefecera, aguçando as contradições no seio da burguesia e as tentativas de solução militar diante dos problemas exacerbados do período, como a inflação, as constantes lutas por aumentos salariais, as disputas por terras e a autonomia das empresas estatais diante das empresas privadas nacionais e estrangeiras. Durante o governo JK ocorreram diversos levantes militares, tendo como pretexto a corrupção e a leniência diante dos comunistas. Nas eleições de 1960 a oposição de direita venceu a disputa pela presidência, elegendo Jânio Quadros, mas foi derrotada na disputa pela vice-presidência, então eleita separadamente, tendo João Goulart (Jango) como candidato.

Além dessa situação política esdrúxula de um vice-presidente oposicionista, Jânio era useiro em ações populistas, que não correspondiam ao que pretendiam as forças de direita que o apoiaram. Em 1962, ele tentou um golpe de Estado através de um ato de renúncia, esperando ser apoiado e reconduzido pelas forças militares de direita. Tais forças, no entanto, haviam perdido a confiança nele e tentaram realizar seu próprio contragolpe, impedindo a posse do vice Jango e instaurando um governo militar.

A resistência à direita militar mobilizou não só alguns governadores de estado, mas também grandes massas populares e médias da população, assim como contingentes militares legalistas. Mas a derrota golpista foi empanada

pela conciliação do vice Jango com os comandantes militares insurretos, que mantiveram muitos de seus postos e impuseram o parlamentarismo ao país. Nos dois anos seguintes, o Brasil viveu sob instabilidade política, social e econômica. Os desequilíbrios provocados pelas transformações do Plano de Metas assumiram proporções extremadas.

Os diversos governos parlamentaristas, assim como o retorno do presidencialismo por via plebiscitária, não conseguiram a coesão política necessária para realizar reformas profundas nas bases fiscais do Estado, definir claramente ganhadores e perdedores na disputa pelo orçamento federal, sustar os déficits continuados, evitar a crise cambial e reduzir a inflação. Para acirrar os ânimos dos contendores burgueses, nesse período foram fundadas novas estatais, por exemplo Eletrobras, Mineradora Itabirito, Companhia Brasileira de Alimentos, Companhia Brasileira de Armazéns, e a Docenave, subsidiária de navegação da Vale do Rio Doce.

Mas a retomada de nova onda industrializante encontrava obstáculos na limitação das forças de trabalho disponíveis para a produção industrial. A baixa oferta de força de trabalho no mercado fazia crescer os salários. E a classe trabalhadora, assim como parcelas da pequena-burguesia, reivindicava não só salários maiores e a observação da legislação do trabalho, mas ueria maior participação dos capitais estatais, a imposição de novas exigências aos investimentos estrangeiros, restrições às remessas de lucros das multinacionais, e reforma agrária que redistribuísse as terras entre os lavradores não-proprietários.

Essas demandas sociais se chocavam contra os interesses capitalistas, tanto estrangeiros quanto nacionais. O aumento dos salários, assim como a observação da legislação trabalhista, se contrapunha às taxas de mais-valia que os capitalistas pretendiam arrancar dos trabalhadores para elevar sua taxa de lucros. Uma reforma agrária, ao invés de liberar forças de trabalho e aumentar a concorrência entre os trabalhadores no mercado, iria manter na agricultura a grande massa de mão de obra predominante no país. Nessas condições, a industrialização só se daria se contasse com o emprego de máquinas de alta produtividade e pequena utilização de forças de trabalho. Criou-se uma contradição que teria que ser resolvida, mais cedo ou mais tarde.

De qualquer modo, empresas multinacionais norte-americanas, inglesas, alemãs, japonesas e francesas transformaram o mercado doméstico numa arena, tanto de cooperação, quanto de competição. A economia brasileira passou a comportar uma industrialização baseada não só em capitais estatais e privados nacionais, mas também e, crescentemente, em grandes grupos estrangeiros, que não eram obrigadas a obedecer a qualquer restrição quanto ao destino de seus produtos e de seus lucros.

Prado Jr. acreditava, com razão, que o equilíbrio entre esses diferentes tipos de capitais somente seria possível e evoluiria normalmente, se os investimentos estrangeiros fossem aplicados, direta ou indiretamente, em atividades de produção para a exportação. Ou seja, se os capitais nacionais, tecnicamente inferiores, que destinavam sua produção para o mercado doméstico, não fossem obrigados a competir com os capitais estrangeiros nesse mercado. No entanto, a exigência de exportação da produção não constava das regras de atração de investimentos externos do Estado. E, como as empresas estrangeiras possuíam recursos tecnológicos mais avançados do que as nacionais, a concorrência com as empresas privadas locais levou muitas destas à falência, ou a aceitarem associações de caráter subordinado. Desse modo, o freio à monopolização ou oligopolização de vários setores da economia brasileira ficou por conta das empresas estatais, que cobriam apenas alguns ramos econômicos.

Contando ainda com vantagens para a obtenção de créditos financeiros, as empresas estrangeiras passaram a monopolizar crescentemente não apenas setores produtivos inteiros, como o automobilístico, o farmacêutico e o naval, mas também o fornecimento do crédito, a comercialização de commodities agrícolas, e o setor de serviços. Sobraram para o capital privado nacional algumas áreas específicas, como o da construção civil pesada e leve.

Prado Jr. deduziu daí que o processo brasileiro de industrialização levou à perda de autonomia na definição do planejamento econômico, à vulnerabilidade externa da economia nacional, à concentração de renda e ao subemprego. Este último aspecto seria reforçado pelo fato do capital internacional produzir e vender bens de alta tecnologia, cuja aquisição necessitava um alto poder aquisitivo. Olhando com atenção, pode-se concluir que Prado Jr. levou em conta apenas alguns dos aspectos desse processo de industrialização, sem considerar seus opostos.

Naquele momento ainda não havia qualquer planejamento econômico que se pudesse considerar regional ou nacional. Foi a entrada massiva de capitais estrangeiros, com seu processo de monopolização e concentração, e as condições que isso criava, que começou a colocar na pauta nacional a necessidade de um planejamento econômico de nível superior ao praticado nos anos 1930. Fernandes, ao contrário, notou que as técnicas de organização e de exploração das atividades econômicas, as técnicas administrativas e de organização estatal, as formas de dominação e de ordenação das relações sociais, não só foram transferidas para o novo curso social e humano, como acabaram desempenhando funções comparáveis ou parecidas com as das sociedades europeias.

A vulnerabilidade externa, presente na economia brasileira desde a época em que as finanças nacionais dependiam dos empréstimos dos Rothschild,

se tornou mais intensa. Não havia qualquer política, nem mesmo de incentivo ao reinvestimento dos lucros, que reduzisse a crescente disparidade entre o produto interno bruto e o produto nacional bruto, o que tendia a travar a acumulação de capital no país. O subemprego, por sua vez, só se tornou evidente com as crescentes taxas de emprego puxadas pela industrialização. Era esta que atraía grande número de camponeses fugidos dos latifúndios e das secas nordestinas para as cidades, ao oferecer postos de trabalho de pouca qualificação profissional. Além disso, a extensão da legislação trabalhista ao campo afrouxara, em certa medida, as restrições latifundiárias à mobilidade dos camponeses agregados, contribuindo para um maior êxodo no rumo das cidades. No entanto, nada disso conseguira conformar um exército industrial dentro do qual a disputa por postos de trabalho rebaixasse os salários ao nível pretendido pelos capitalistas.

Marini (1972), ao examinar os mesmos fatos, considerou que a industrialização do capitalismo dependente, como o brasileiro, partia de um mercado interno atrofiado e dividido entre duas esferas de circulação. Uma esfera alta, que no passado era atendida por importações e que seria o mercado preferencial da nova indústria. E uma esfera baixa composta pela demanda dos trabalhadores, que teria pouca relevância dinâmica para a realização do valor. Diferentemente do consumo da classe trabalhadora nas economias centrais, que só teria perdido importância ao longo do tempo, com os mecanismos de diversificação da demanda capitalista em termos de investimento e consumo produtivo, nas economias dependentes o consumo da classe trabalhadora teria pequeno significado desde os primórdios da industrialização.

Ou seja, Marini caiu no mesmo tipo de apreciação que levou Luxemburgo (1916) e vários outros autores a considerarem que o capitalismo guiaria sua produção pela capacidade de consumo, ou pela sua capacidade de realização. Na verdade, a indústria capitalista inverteu a antiga relação entre a oferta e a demanda, em que esta comandava aquela. A indústria capitalista guia sua produção por sua capacidade produtiva e subordina a demanda a ela, através de processos frenéticos de venda, ou realização comercial. Sua escala é de tal ordem que cria uma oferta muito mais elevada que a capacidade social de consumo, mesmo que esta seja elevada. Ela cria, ciclicamente, uma superprodução que, associada às demais contradições próprias do sistema, mergulha a sociedade e a economia em crises depressivas e recessivas.

Historicamente, o consumo da classe trabalhadora teve realmente pequeno significado nos primórdios da industrialização. No entanto, já antes da Primeira Guerra mundial, na Inglaterra e na França existiam setores de trabalhadores de altos salários e consumo elevado, em virtude dos lucros su-

plementares obtidos pelos países imperialistas na exploração das colônias e semicolônias. Após a Segunda Guerra, os trabalhadores dos Estados Unidos e dos chamados Estados europeus de bem-estar social conformaram um forte mercado de consumo, como contribuição dos capitalistas à luta contra a expansão comunista.

Em comparação com as classes trabalhadoras dos países periféricos, mesmo independentes, as classes trabalhadoras dos países centrais podiam ser consideradas burguesas, por seu padrão de vida. Elas passaram a constituir parte importante do mercado de consumo do capitalismo central, à custa da exploração dos trabalhadores das periferias. Por outro lado, a periferia também tinha no capitalismo central parte importante do mercado de seus produtos, primários e manufaturados. Portanto, a exploração dos trabalhadores e das nações periféricas não era absoluta. Essa situação se tornou ainda mais complexa à medida que o capitalismo central intensificou a transferência de plantas industriais para os países subdesenvolvidos. Com isso, o capital central voltava a extrair mais-valia absoluta e elevava suas taxas médias de lucro. Por outro lado, promovia uma desindustrialização nacional e deixava um número crescente de seus trabalhadores sem emprego.

Marini deduziu daí que o imperialismo realizava, por um lado, um processo de superexploração da força de trabalho dos países periféricos e, por outro, elevava alguns países periféricos, como o Brasil, a um estágio de subimperialismo dependente. Não se deu conta dos problemas que a desindustrialização causava aos países centrais, nem prestou atenção ao fato de que a transferência de plantas para os países periféricos transferia o eixo do processo produtivo para outros continentes, abrindo condições para a industrialização soberana de países subdesenvolvidos, dependendo das políticas adotadas pelos Estados nacionais.

Assim, ao contrário do que supunha Prado Jr., Marini afirmou que o Brasil teria contado com a participação ativa do Estado, dado importância crescente aos setores de alto conteúdo tecnológico, permitido um crescente grau de concentração e centralização monopolista, e se subordinado à necessidade de exportar manufaturados e capitais. Em tais condições, a diversificação de seus mercados externos e a integração do seu mercado com os mercados regionais latino-americanos teriam se tornado estratégicas.

Por outro lado, tal tipo de industrialização criaria altos excedentes de capitais, obrigando a economia brasileira a um forte entrelaçamento com os capitais dos países imperialistas centrais, para realizar sua produção. Desse modo, Marini colocou a superexploração da força de trabalho, a acumulação excessiva de capitais, a realização externa da produção industrial, e a par-

tipificação do Estado como características particulares da industrialização do que chamou de subimperialismo brasileiro. No entanto, essas características haviam feito parte da industrialização dos países imperialistas, faltando aqui a acumulação excessiva de capitais.

Desde as crises do final do século XIX, e das que desembocaram nas duas guerras mundiais do século XX, o Estado se tornara partícipe ativo do desenvolvimento do capitalismo avançado. Nas grandes potências, o Estado se destinara não só a salvar seus capitalistas das crises cíclicas. Teve o dever, também, de mantê-los em crescimento. Através das encomendas e demandas de novas armas, os Estados das potências capitalistas se tornaram os principais incentivadores do desenvolvimento tecnológico, elevando a produtividade do trabalho industrial, a geração de mais-valia relativa e a concentração e centralização do capital monopolista.

Entre o final do século XIX e meados do século XX, os Estados das potências imperialistas desempenharam papel importante na formação de trustes e cartéis, permitindo a conformação de monopólios e oligopólios empresariais. Estes criaram a situação contraditória de estimular a tendência à estagnação tecnológica pela prática do poder de monopólio, e em sentido contrário, de elevar a concorrência ao patamar da disputa intensamente destrutiva entre grandes empresas monopolistas. No Brasil, ao contrário do que supunha Marini, inexistia não só um excesso de capitais acumulados, mas também uma grande massa de força de trabalho livre nas cidades que, concorrendo entre si pelos postos de trabalho industrial, rebaixasse seus preços. A maior parte da força de trabalho do país ainda se encontrava nas regiões rurais, aprisionada através de relações de clientela e dívidas com o sistema latifundiário. Nos anos 1950, a população rural brasileira ainda comportava mais de 65% do total.

Além disso, o Estado brasileiro tinha uma legislação trabalhista que funcionava como proteção relativa contra a superexploração do capital. E a existência de camadas populacionais intermediárias com poder aquisitivo relativamente elevado fazia com que a industrialização brasileira de então, pelo próprio interesse das empresas estrangeiras monopolistas, não resultasse num subimperialismo impelido a exportar a produção para realizar o ciclo do capital. O foco principal da industrialização brasileira era o mercado doméstico, sendo exportada somente uma parte da produção industrial e uma grande parte da produção agrícola e mineral.

Mas a existência de laços extra-econômicos que seguravam a maior parte da força de trabalho no campo e impediam a formação de um grande exército ativo para a indústria tornou-se, rapidamente, um obstáculo ao crescimento industrial e à possibilidade de combinar a extração de mais-valia relativa

com a extração de mais-valia absoluta. Esse obstáculo tendia a se tornar ainda maior se a reivindicação de reforma agrária fosse atendida. Isto permitiria que grandes massas camponesas continuassem na agricultura familiar como proprietárias não só de seus instrumentos de trabalho, mas também da terra.

Essa é uma das explicações para o fato de a burguesia, tanto a nativa quanto a estrangeira, jamais ter apoiado a reforma agrária. Isto, mesmo num período em que o imperialismo forçava reformas agrárias em países periféricos ameaçados por guerrilhas. Em países com territórios pouco extensos e densidade populacional média ou grande, tal reforma foi um fator de liberação de forças de trabalho para a indústria, como ocorreu no Japão, em Taiwan e na Malásia, após a Segunda Guerra mundial. No Brasil, ao contrário, a reforma agrária seria um entrave à liberação da força de trabalho agrícola e à formação de um exército ativo de força de trabalho para a indústria, em função de seu extenso território e baixa densidade demográfica.

Esse problema gerou crescentes embates sociais e políticos durante os anos 1950 e início dos anos 1960. A essa altura, a economia brasileira parecia haver esgotado o modelo de desenvolvimento industrializante. A inflação estava em alta e o endividamento externo tendia a criar problemas crescentes de pagamento. Ficava evidente que as cadeias produtivas industriais apresentavam lacunas imensas na produção dos produtos que haviam se tornado commodities no mercado internacional. Para viabilizar os pesados investimentos necessários ao preenchimento dessas lacunas era necessário não somente manter e ampliar as políticas de atração de capitais externos, mas também intensificar a construção da infraestrutura logística e ofertar uma massa considerável de forças de trabalho baratas. Em outras palavras, chegara o momento de resolver a questão agrária de acordo com os interesses e as condições específicas do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O novo golpe militar, dessa vez vitorioso, de 1964, decorreu tanto do aguçamento dos desequilíbrios econômicos e da luta de classes, quanto das ilusões na natureza democrática das Forças Armadas, que haviam levado à conciliação de 1962. Nesse período, haviam se disseminado, ainda, a suposição do caráter revolucionário da burguesia nacional, uma avaliação pouco realista do poder e dos interesses imperiais dos Estados Unidos, e uma subestimação do poder de mobilização política da direita conservadora. Em sentido contrário, havia uma superestimação da força e da mobilização social de caráter popular e democrático, assim como do poder de confronto do chamado dispositivo militar do governo Jango.

Em virtude desse conjunto de fatores objetivos e subjetivos, a resistência ao golpe foi pífia e dispersa, tornando desnecessário o desembarque

programado dos *marines* norte-americanos em apoio aos golpistas, conforme documentos tornados públicos pelos Estados Unidos. O golpe destinou-se a desarticular a luta de classes, frear o crescimento do setor estatal na economia, e criar as condições para o desenvolvimento capitalista sob o paradigma do liberalismo clássico. Seus mentores, porém, viram-se diante do desafio de completar as condições para o pleno desenvolvimento capitalista. Era necessário liberar, para a nova onda industrializante, as forças de trabalho aprisionadas ao latifúndio, dar um salto na construção da infraestrutura, e preencher as lacunas das cadeias produtivas em implantação.

Nessas condições, no mesmo estilo do Estado bismarkiano e do Estado meiji, o Estado resultante do golpe militar realizou aquilo que alguns teóricos chamam de modernização conservadora para superar os modos de produção pré-capitalistas. Como frisou Fernandes, as classes dominantes utilizaram esse Estado como um bastião de autodefesa e de ataque para impor seus privilégios de classe como interesses da nação como um todo e neutralizar as pressões dos setores marginalizados e das classes assalariadas. O Estado deixou de ser um mero comitê dos interesses privados da burguesia para se transformar numa arma de opressão e repressão, num instrumento aberto da ditadura de classe.

O decreto do Estatuto da Terra, com a finalidade de modernizar os latifúndios, transformá-los em empresas capitalistas agrárias, expulsar a maior parte das forças de trabalho da agricultura e torná-las livres para a indústria, foi imediato. E se mostrou tão inusitado e sem entendimento para a classe dos latifundiários que parte dela se sentiu lesada e ameaçou opor-se à ditadura. Só serenou e começou a entender a mudança quando o Banco do Brasil abriu seus cofres para financiar, a baixo custo, todas as complexas operações de transformação dos latifúndios em empresas de produção agrícola de escala comercial. Os militares e seus funcionários civis também fizeram mudanças na legislação trabalhista, de modo a elevar a produtividade e a lucratividades das empresas. E, apesar da resistência dos setores burgueses adeptos do livre-comércio liberal, constituíram inúmeras novas empresas estatais e implantaram um sistema de planejamento quase militar para construir, na rapidez necessária, a infraestrutura indispensável aos investimentos estrangeiros projetados para o Brasil.

A partir de 1964, foram criados o Banco Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Processamento de Dados. A rede de telecomunicações foi nacionalizada e colocada sob a égide da Empresa Brasileira de Telecomunicações. Foram criadas, ainda, a Empresa Brasileira de Turismo, a Empresa Brasileira de Aeronáutica, e a Empresa Brasileira de Filmes. Estabeleceram-se várias *holdings* estatais, como a Telebras, Siderbras, Portobras, Infraero, e Imbel, esta na área de material bélico. A Petrobras e a Vale do Rio Doce também assumi-

ram o papel de *holdings*, embora não abandonassem suas atividades diretas.

Os governos militares também incentivaram a expansão de empresas construtoras para realizarem grandes obras de infraestrutura, como a Usina Hidroelétrica de Itaipu, a Ferrovia do Aço, os metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a usina nuclear de Angra dos Reis. Ao mesmo tempo, vendeu a Fábrica Nacional de Motores e iniciou a desmontagem de várias ferrovias. Em outras palavras, a ditadura militar brasileira realizou, do mesmo modo que a Alemanha e o Japão do século 19, transformações capitalistas por vias autocráticas, ou aquilo que Fernandes chamou de revolução dentro da ordem. Criou, através do Estado, as condições e os meios para que a burguesia nacional e a burguesia estrangeira desenvolvessem plenamente o capitalismo no país. E forçou a burguesia nativa a transitar, ainda segundo Fernandes, dos conceitos de autonomia nacional, nacionalismo econômico e democracia liberal, para os conceitos de segurança nacional, milagre econômico e democracia forte.

Durante os anos finais da década de 1960, e durante os anos 1970, a maior parte do latifúndio se modernizou e se transformou em capitalismo agrário, dando surgimento ao agronegócio. Paralelamente a isso, ocorreu um intenso processo de expulsão de grandes massas da população rural para as cidades. Cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais se deslocaram na busca de empregos.

Criou-se, assim, uma imensa massa populacional excedente ou excluída do mercado de trabalho. E emergiu um tipo de urbanização caótica e favelizada nas grandes e médias cidades, contrastando áreas de prédios e condomínios de luxo com áreas de construções extremamente precárias, em zonas de risco, sem saneamento básico, nem condições humanas dignas. Tudo isso foi agravado pela grilagem de terras urbanas e pela especulação imobiliária, que empurraram consistentemente os mais pobres para zonas insalubres e de maior risco.

O capital pode contar, assim, com uma farta oferta de forças de trabalho de baixo custo. Por outro lado, também teve que criar uma massa qualificada de salários mais elevados, que constituiu um mercado ávido por bens de consumo, fazendo emergir aquilo que se pode chamar de quarta onda industrializante, batizada pelos militares e seus acólitos civis de milagre econômico.

Entre 1965 e 1985, o PIB brasileiro passou do 49º para o 8º do mundo. Seu crescimento saltou de 2,4% em 1965, para 9,7% em 1968, e ultrapassou os 11% em 1971 e 1972. A formação bruta de capital fixo, entre 1968 e 1981 foi de 24% do PIB. O investimento em equipamentos chegou a 8,3% do PIB. A capacidade instalada de energia elétrica saltou de 5.729 MW, em 1962, para 38.904 em 1982. Mas o salário mínimo, que era de US\$ 185,90, em 1959, caiu para US\$ 147,50, colocando à mostra uma das bases do desenvolvimento industrial do período militar.

O milagre ditatorial começou a se desmanchar a partir de 1973, quando o capitalismo mundial ingressou numa série de crises, tendo como pivô a elevação dos preços do petróleo. Essas crises pegaram no contrapé as economias do Brasil e de outros países que seguiam o mesmo modelo de industrialização. Todos esses países se viram estrangidos a endividar-se de forma irresponsável, logo depois afundando na crise das dívidas. Esta abalou não só os países em desenvolvimento, mas também os capitalismo centrais.

O centro capitalista foi levado a um longo processo de reestruturação, enquanto no Brasil emergia uma forte reação da burguesia, tendo como alvo os capitais estatais. Afinal, estes eram apenas bem-vindos para arcar com os custos da construção da infraestrutura, mas não para concorrerem com as multinacionais, que tendiam a funcionar em sistemas de oligopólio. Essa divisão na burguesia representou o começo do fim do regime militar e o ingresso num período de incertezas para o desenvolvimento capitalista brasileiro.

NOVAS CONDIÇÕES DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

No início dos anos 1970, os norte-americanos se encontravam atolados na guerra do Vietnã. Do mesmo modo que na Guerra da Coreia e em outras guerras regionais anteriores, os gastos militares no Vietnã representaram até então um componente importante para a vitalidade das empresas de bens de capital e de armamentos dos Estados Unidos e de outros países capitalistas.

Desde os anos 1950, a Alemanha Ocidental, a França e a Itália haviam crescido a taxas de 5% a 6% ao ano, enquanto o Japão usufruía taxas de 9,5%. Os Estados de bem-estar europeus apresentavam vitalidade contra a ameaça de expansão socialista. Nada parecia indicar mudanças bruscas no processo de acumulação de capitais nesses países. No entanto, a guerra do Vietnã passara a constituir um peso insustentável para o orçamento nacional estadunidense. Além disso, se transformara num fator de mobilização pela paz, que ameaçava romper a coesão social e política interna dos Estados Unidos. Estes, diante da crescente possibilidade de derrota, também corriam o risco de perder sua hegemonia econômica, política e financeira diante do crescimento do poderio europeu e da União Soviética.

Esse conjunto de problemas levou o capitalismo norte-americano e seu Estado a realizarem importantes reformulações estratégicas, tendo como eixo a retirada das tropas americanas do Vietnã, o abandono de sua política de contenção periférica de tudo que supunha ser expansão comunista, e a concentração de seus esforços na disputa direta contra a União Soviética. Nessa viragem estratégica, os Estados Unidos reconheceram a república popular da China como um só país, estabeleceram relações com ela, deixaram à própria sorte seus aliados

vietnamitas ao executar a política de *vietnamização da guerra*, e adotaram procedimentos para reduzir as tensões com seus inimigos secundários.

Essas reformulações se materializaram entre 1971 e 1975, o mesmo período em que eclodiu a primeira crise do petróleo. Os Estados Unidos não se opuseram à elevação dos preços dessa energia ao obterem dos países da OPEP a garantia de que todas as operações de comércio de petróleo seriam lastreadas em dólar, o que permitiu aos bancos dos países centrais, especialmente norteamericanos, centralizar as operações financeiras desse comércio, e reunir uma massa enorme de capitais excedentes. Com uma imensa liquidez monetária, os bancos do capitalismo desenvolvido criaram uma série de novos mecanismos de movimentação financeira e ingressaram numa carreira desabalada de financiamentos e empréstimos a juros baixos, inclusive para projetos de viabilidade duvidosa.

A utilização dos petrodólares para a especulação financeira, e os empréstimos fraudulentos a países em desenvolvimento, permitiram uma acumulação de capital ainda mais exuberante, especialmente nos Estados Unidos. Rosenthal (2013) afirma que o setor bancário gerou retornos formidáveis aos acionistas e pagou altas somas a seus funcionários. O retorno sobre o patrimônio líquido, que mede o padrão de lucratividade, teria variado entre 20% a 25% para o setor financeiro como um todo. No século anterior a 1970, os ativos bancários nas maiores economias haviam crescido a um ritmo médio anual de 0,6% acima do PIB. Porém, após 1970, a razão do ativo financeiro em relação ao PIB aumentou a um ritmo de 3% ao ano, dobrando no prazo de algumas décadas.

As empresas financeiras multinacionais ingressaram numa intensa associação, fusão e incorporação de empresas industriais e comerciais, começando a constituir corporações que congregavam finança, indústria, agricultura, comércio e serviços, numa escala muito superior aos antigos trustes e cartéis. No entanto, da mesma forma que antes e durante as duas guerras mundiais, ao invés de conseguirem algum tipo de acordo entre si, como alguns teóricos supuseram possível na época do surgimento do imperialismo, essas novas corporações monopolistas, de caráter transnacional, intensificaram suas disputas pelo domínio dos mercados, tanto em seus territórios, quanto nos demais territórios do mundo. Com isso, se viram constrangidas a intensificar, numa escala nunca vista, o desenvolvimento científico e tecnológico, a elevação da produtividade do trabalho, e a extração de mais-valia relativa. Em consequência, começaram a colocar em evidência o desemprego tecnológico. E, paradoxalmente, aceleraram a queda da taxa média de lucro, ou aquilo que Desai (2002) chamou de colapso da lucratividade.

Criaram, dessa forma, um crescente conjunto de problemas em seus territórios ou países de origem, cuja reversão passou a depender, cada vez mais, basicamente de duas ordens de ação. Em primeiro lugar, da transformação de grande parte do capital excedente em diferentes tipos de papéis financeiros, ou da criação de dinheiro através de dinheiro, sem que essa massa financeira tivesse base na riqueza material real. Em segundo lugar, da exportação de outra parte considerável dos capitais excedentes para regiões do globo onde o capital industrial pudesse extrair mais-valia absoluta da força de trabalho barata.

Do ponto de vista empresarial, as corporações transnacionais deveriam se espalhar por todo o mundo, exportando seus capitais excedentes. Essas exportações se apresentaram em diferentes formas. Financiamentos, empréstimos, aplicações em investimentos de curto prazo, venda de títulos e derivativos e formas assemelhadas constituíram aquilo que se tornou conhecido como financeirização. Investimentos diretos de capital dinheiro para comprar empresas, ou parte delas, transferências, realocações ou deslocalizações de plantas industriais, completas ou segmentadas, passaram a ser vistos com naturalidade e como componente comum do funcionamento do capitalismo desenvolvido.

À medida que as grandes corporações intensificaram sua exportação de plantas para outros países, elas contaram com o apoio de grandes instituições financeiras para instalar fábricas, obter recursos para capital variável, e fazer *hedge* da exposição aos movimentos cambiais e às taxas de juros. Além disso, para estabelecer mais um canal de emprego dos capitais excedentes, foram colocados em prática descomunais programas de crédito para a população norte-americana adquirir imóveis urbanos e rurais, carros e outros bens de consumo durável, cuja obsolescência programada se transformou na constante apresentação de novos produtos anuais e semestrais. Desse modo, a população dos Estados Unidos mergulhou num consumismo ainda mais intenso do que todos os anteriores que conhecera.

Os demais capitalismo centrais seguiram o mesmo caminho, acelerando a exportação de capitais financeiros e industriais de forma massiva para países subdesenvolvidos nas mesmas formas utilizadas pelo capitalismo norte-americano, e em concorrência com ele. A Alemanha, por exemplo, promoveu programas de crédito para a periferia capitalista europeia, criando uma sensação de riqueza que contrastava com a desindustrialização desses países, que por sua vez eram incapazes de concorrer com os produtos alemães mais baratos.

Esse conjunto de reformulações e reestruturações capitalistas, alcunhadas de globalização por ter a expansão mundial do modo de produção capitalista como uma de suas principais características, levou o capitalismo central a supor possível eliminar todas as fronteiras nacionais e todos os regulamentos

que impediam ou dificultavam seu processo de movimentação e acumulação, subordinando todos os países a seus interesses. As reformas do socialismo chinês no sentido do mercado, no final dos anos 1970, pareciam corroborar a inevitabilidade desse caminho.

Enquanto isso ocorria nos países capitalistas desenvolvidos, os países subdesenvolvidos, como o Brasil, se debatiam numa situação de baixo crescimento e grande instabilidade macroeconômica. Castelar (2009) sugere que isso se devia não apenas aos choques externos, mas também aos desequilíbrios estruturantes da estratégia de desenvolvimento adotada desde meados do século 20. Tal desenvolvimento teria procurado conjugar, segundo ele, crescimento rápido e autossustentado, transformação da estrutura econômica, e avanços tecnológicos com progresso institucional, melhoria dos indicadores sociais e sustentabilidade ambiental. Porém, isto não corresponde ao que realmente teria acontecido.

Ele parte desse pressuposto para avaliar que, em vista da existência de falhas de coordenação e da atrofia do sistema financeiro após a Segunda Guerra mundial, teria prevalecido a visão de que o desenvolvimento só ocorreria com a intervenção do Estado nas decisões de investimento e produção. Argumentava-se, então, que os países subdesenvolvidos seriam prisioneiros de um equilíbrio de baixo nível, uma armadilha do subdesenvolvimento. Seria necessário criar desequilíbrios para tornar atrativos certos tipos de investimento que não atraíam o setor privado numa situação de equilíbrio, ou então realizar diretamente esses investimentos.

Tais incentivos, no final das contas, teriam restringido a competição e limitado a livre alocação de recursos. Ao abraçar com força essa estratégia de planejamento e controle da oferta pelo Estado, o Brasil seria um exemplo do fracasso do modelo econômico planejado, cuja origem estaria na União Soviética. Por isso, contar-se-ia nos dedos de uma mão os países que passaram do subdesenvolvimento a desenvolvidos: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Israel.

Castelar, desse modo, embaralha os termos para demonstrar sua tese de limites da intervenção do Estado. Despreza o fato de que, no final dos anos 1970, além do capitalismo industrial avançado dos Estados Unidos e da Europa central, era evidente a conformação de pelo menos quatro grupos de países subdesenvolvidos que seguiam caminhos próprios de desenvolvimento industrial: os tigres asiáticos, os novos países industrializados, os *países* socialistas de tipo soviético, e os países de formas mistas de industrialização.

Os chamados tigres asiáticos, estrategicamente situados no entorno da China, como a Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, haviam se

aproveitado das exportações de capitais dos Estados Unidos para industrializar-se através da ação predominante de suas burguesias nacionais. Eles também tiraram partido de situações políticas e econômicas internacionais que lhes foram favoráveis, em especial da Guerra da Coreia e da primeira guerra do Vietnã, que obrigaram os imperialismos americano e francês a fazerem concessões diversas, inclusive abrindo seus mercados para as manufaturas produzidas pelos tigres.

O Estado atuou como coordenador macroeconômico e macrosocial do processo de desenvolvimento, em grande medida aproveitando as experiências do desenvolvimento do Japão no pós-guerra. Eram, portanto, países capitalistas em desenvolvimento autônomo. Os novos países industrializados da Ásia (Indonésia, Tailândia e Malásia) e da América Latina (México, Brasil e Argentina) viram crescer o afluxo de capitais exportados dos países centrais na segunda metade dos anos 1950. Mas eles não puderam se aproveitar das concessões oferecidas aos tigres asiáticos, nem de uma demanda regional que lhes permitisse um desenvolvimento autônomo. Além disso, seus Estados e suas burguesias nacionais estavam num grau de dependência financeira e tecnológica tão elevada que não ofereceram qualquer resistência a uma industrialização que se caracterizou por algumas das peculiaridades apontadas por Marini. A crise da dívida do início dos anos 1980 atingiu justamente esses países capitalistas que apresentavam um alto grau de dependência aos países capitalistas centrais.

Os países socialistas de tipo soviético (Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Hungria e Alemanha Oriental, na Europa do Leste, China, Coreia do Norte e Vietnã, na Ásia, e Cuba, no Caribe), não contavam com capitais externos e tinham o Estado como proprietário quase absoluto dos meios de produção. Suas tentativas de desenvolvimento das forças produtivas esbarravam negativamente nas políticas de planejamento macro e microeconômico centralizado. Essas políticas eram exclusivamente quantitativas, colocavam a circulação e a distribuição da produção nas mãos de empresas comerciais estatais monopolistas, e promoviam o pleno emprego obrigatório, independentemente das necessidades das empresas, congelando a elevação da produtividade. A China e o Vietnã, além disso, possuíam populações agrárias numericamente muito superiores às populações urbanas.

Os países de formas mistas de industrialização, que combinavam propriedades estatais, privadas e de autogestão, incluíam a Índia, a Iugoslávia, o Ceilão e alguns outros países asiáticos e africanos. Alguns deles procuravam empregar políticas de planejamento estatal e, em todos eles, a população agrária era superior à população urbana. Alguns autores denominam como

socialistas as economias desses países, mas um exame mais acurado conduz a uma conceituação diferente. Alguns, como a Iugoslávia, podiam até apresentar traços socialistas mais acentuados, mas os elementos capitalistas também estavam presentes.

Além dos países acima, que praticavam diferentes caminhos de industrialização, estavam fora de qualquer processo industrializante a quase totalidade das nações em luta pela descolonização da África e do Oriente Médio, assim como a maior parte dos países da América Latina e da Ásia. Esses países não haviam realizado a acumulação primitiva de capital, haviam sido depauperados pela exploração colonial e semicolonial, mantinham diferentes modos de produção agrário e artesanal, se confrontavam com as destruições causadas pelas guerras de libertação nacional e, em vários casos, continuavam em conflitos internos.

Em termos gerais, eram países subsumidos aos capitalismo centrais, com uma crescente presença da economia mercantil. Foi diante dessa diversidade capitalista, socialista e mista que a crise da dívida dos anos 1980 foi imposta aos países que haviam se endividado na farra dos empréstimos fáceis dos petrodólares. Numa decisão unilateral, o presidente do Federal Reserve dos Estados Unidos, Georg Schultz, elevou abruptamente a taxa *libor* para 22% ao ano. Isto criou, em questão de segundos, um passivo monstruoso para todos os países devedores, com efeitos devastadores sobre as economias de todos eles. Nessas condições, o pecado dos Estados nacionais não consistiu em terem estratégias planejadas de desenvolvimento, como sugeriu Castelar, mas em haverem acreditado na ética do capital financeiro.

No contexto dessa crise assumiram vulto ainda maior, no capitalismo desenvolvido ou central, as grandes corporações transnacionais, o programa armamentista norte-americano de guerra nas estrelas, o colapso da lucratividade e uma liquidez monetária monstruosa, que elevou a especulação financeira e a exportação de capitais a níveis sem paralelo, conformando a globalização capitalista.

No Brasil, como disse Magalhães (2009), os liberais derrotados no debate do período desenvolvimentista voltaram com força, relegando a plano secundário qualquer discussão consistente sobre a relevância do desenvolvimento. Eles deslocaram a agenda política para termos como inflação, gasto público e privatização. E, sobretudo, engendraram uma agenda negativa de desmoralização dos governos como entidades a serem desconstruídas.

Castelar confirma que a nova estratégia proposta para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, focou na estabilização dos preços e na liberalização econômica. Teria amadurecido a percepção de que as falhas do governo

poderiam ser tão ou mais prejudiciais no desenvolvimento do que as falhas do mercado. Decidiu-se então substituir o modelo de controle e comando do Estado pelo de mais competição, corrigindo os preços relativos domésticos, alinhando-os aos preços internacionais, e dando mais liberdade para o setor privado decidir como, onde e quando investir e produzir. Ao Estado caberia corrigir os desequilíbrios econômicos acumulados nas décadas anteriores, ajustando as contas públicas e reduzindo a inflação. No mais, deveria concentrar-se em melhorar os indicadores sociais, abandonando-se a premissa de que a economia funcionaria de forma diferente nos países em desenvolvimento.

Teoricamente, o Consenso de Washington apenas propugnaria disciplina fiscal, aumento dos gastos públicos em educação e saúde, reforma tributária, taxas de juros determinadas pelo mercado, taxas de câmbio competitivas, abertura comercial e ao investimento externo, privatização, desregulamentação e respeito ao direito de propriedade. Na prática, ao considerar os países subdesenvolvidos no mesmo nível dos países desenvolvidos, a globalização capitalista pressupunha que a inconvertibilidade da moeda dos subdesenvolvidos os colocaria na impossibilidade de emitir obrigações e de se endividarem em sua própria moeda.

À medida que crescessem os fluxos de capitais em dólar ou em outra moeda conversível para o interior de suas economias, haveria grandes flutuações em suas taxas de câmbio, provocando transferências de patrimônios para os capitalistas estrangeiros, a desnacionalização da economia e o aumento de sua vulnerabilidade externa. Além disso, a capacidade dos Estados dos países subdesenvolvidos em manejar as políticas monetária, fiscal e cambial seria reduzida diante da crescente dependência aos capitais globalizados. Esses Estados se veriam obrigados a praticar altas taxas de juros, e a subordinar-se a concessões de toda ordem para obter financiamentos, vendo-se constantemente às voltas com as flutuações cambiais. Os países periféricos estariam fadados a continuar eternamente periféricos, tanto mais quanto maior fosse a globalização capitalista, dando certa razão às teorias de List sobre as relações entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Para List (1983), o desenvolvimento de um poder nacional estaria associado ao domínio de um conjunto de técnicas, com grau crescente de sofisticação, por sua sociedade. Tal desenvolvimento tendia a colocar limites ao desenvolvimento de outros poderes nacionais, adotando políticas que impedissem ou limitassem o acesso de nações menos desenvolvidas ao domínio dessas técnicas e conhecimentos. Logo após atingirem o estágio elevado de desenvolvimento, elas “chutariam a escada”, criando mecanismos para impedir que os demais Estados subissem os degraus do desenvolvimento.

Essa prática se tornou predominante durante a fase imperialista e ainda hoje ressurge, mesmo de forma disfarçada, na ação de vários poderes nacionais. É interessante, por outro lado, que esse tipo de raciocínio vigore tanto entre os formuladores e defensores do Consenso de Washington, embora não o declarem abertamente, quanto entre diferentes correntes oponentes do capitalismo. Ambos, paradoxalmente, só enxergam a globalização pelo prisma das grandes corporações transnacionais, deixando de lado o exame das contradições que as forçaram a realizar seu movimento global, e as atrapalham em seu desejo de “chutar a escada”.

56

Não é por acaso, que as reformas chinesas de mercado, iniciadas em 1978, tenham levado tanto os teóricos capitalistas, quanto os críticos do capitalismo, a supor que a China havia retrocedido ao capitalismo e estaria fadada a manter-se no subdesenvolvimento. Eles não supunham possível um movimento de recuo que, dentro do processo de globalização capitalista, pudesse se aproveitar das contradições que levavam esse modo de produção a intensificar desesperadamente suas exportações de capital. Achavam, também, impossível que o Estado nacional chinês pudesse resguardar o país contra a perda do manejo das políticas monetária, fiscal e cambial e, ao mesmo tempo, pudesse fazer com que as corporações capitalistas transferissem novas e altas tecnologias para as empresas estatais chinesas.

Custou a haver o reconhecimento de que o Estado chinês, mesmo com uma moeda inconvertível internacionalmente, estava aplicando uma política de atração de investimentos estrangeiros e múltiplos tipos de propriedade, sem perder a capacidade de manejar soberanamente suas políticas monetária, fiscal e cambial, nem se subordinar a terapias de choque, desregulamentações e privatizações, ou aceitar caixas pretas com tecnologias desconhecidas. A teoria de List, válida para a fase imperialista do capitalismo, entre o final do século 19 e os anos 1970, começou a perder força com a política de abertura chinesa aos investimentos estrangeiros nas zonas econômicas especiais, a partir de 1979, conforme Pomar (1987).

Durante os anos 1980, diante da crise estrutural da economia socialista de tipo soviético, o Vietnã também adotou uma economia de socialismo de mercado e políticas de atração de investimentos externos, incluindo a transferência de novas e altas tecnologias. Outros países capitalistas subdesenvolvidos, asiáticos e africanos, começaram a seguir políticas que lhes possibilitavam manejar as exportações estrangeiras de capitais a seu favor, desde que seus Estados e suas burguesias nacionais atuassem de forma soberana.

Na prática, todos esses países estabeleceram critérios nacionais para os investimentos dos grandes grupos internacionais. Eles ergueram barreiras aos

livres movimentos financeiros e ofereceram outros tipos de atrativos para o reinvestimento de lucros e dividendos. Paulatinamente, ergueram empresas nacionais, estatais e privadas, capazes de competir com os grandes grupos internacionais, tanto em seu mercado interno, quanto no mercado internacional e mesmo no mercado de origem de tais grupos transnacionais. Fernandes tinha razão ao observar que algumas burguesias nacionais de países dependentes e subdesenvolvidos não cediam à dominação externa e ao imperialismo as posições que eram estratégicas para o desenvolvimento capitalista dependente.

Na América Latina e em parte da África, porém, ocorreu o inverso. Os Estados e as burguesias locais aceitaram a suposição de que havia um único caminho para a inserção na economia global. Isto os levou a realizar uma abertura financeira escancarada, visando atrair os fluxos de capitais, principalmente especulativos, para cobrir seus déficits em conta corrente do balanço de pagamentos. E aceitaram as diretrizes do Consenso de Washington, privatizando, desnacionalizando e desmanchando seus parques industriais.

Porém, esses movimentos globais e localizados dos diversos capitalismo criaram uma situação inesperada, tanto para os subdesenvolvidos, quanto para os países capitalistas centrais. Estes acentuaram um progressivo processo de desindustrialização e de déficits em seus balanços comerciais e em seus orçamentos, embora acumulando grandes excedentes de capitais.

Os países socialistas de tipo soviético da Europa entraram em crise estrutural e vários deles começaram a testar várias formas de economias de mercado, tendendo a eliminar as empresas estatais. Os países capitalistas subdesenvolvidos que adotaram as receitas neoliberais ingressaram em crises econômicas prolongadas. E os países que adotaram o socialismo de mercado ou uma via capitalista soberana acentuaram um progressivo processo de industrialização.

A escolha da burguesia e do Estado brasileiro, de subordinar-se à hegemonia do Consenso de Washington, fez o Brasil mergulhar numa profunda reestruturação neoliberal. Diante da estagnação econômica dos anos 1980, e apesar do vasto arsenal de medidas voltadas para o desenvolvimento do setor de bens de capital, predominaram as teses que transformaram o Estado nacional em vilão da história, como afirma Magalhães.

REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL BRASILEIRA

A conclusão de parte considerável dos cientistas econômicos do capitalismo brasileiro, sob a influência das correntes neoliberais norte-americanas capitaneadas por Milton Friedman, conforme atesta Nóbrega (2009), foi a de que o nacional-desenvolvimentismo, embora houvesse propiciado taxas de cresci-

mento inéditas, havia se tornado insustentável. Deixara-se envolver em crises fiscais e de endividamento externo, que desaguaram em grave processo inflacionário. Sua industrialização ocorrera de forma economicamente ineficiente e socialmente injusta, face à concentração de renda que engendrou.

Portanto, o esgotamento desse modelo de desenvolvimento decorrera não da dependência financeira, tecnológica e comercial aos países capitalistas desenvolvidos, mas do excesso de dirigismo econômico, dos elevados custos fiscais, da dificuldade em construir instituições típicas do capitalismo, e do fechamento da economia, inibidores da concorrência e da inovação.

Assim, como Gudin, Nóbrega ataca o desenvolvimentismo da ditadura militar pelo estatismo, como se as consequências do modelo nada tivessem a ver com o sistema capitalista. Ele toma o sistema capitalista e a economia de mercado com o mesmo significado, pouco se incomodando que alguns desavisados possam concluir daí que a economia escravista de mercado tenha sido capitalista. Além disso, ele garante que o livre mercado é um sistema no qual as decisões econômicas e as ações dos indivíduos são realizadas de forma voluntária, permitindo ao capitalismo eficiência produtiva e uma inigualável geração de bem-estar. A conclusão de Nóbrega, portanto, é a de que a industrialização ineficiente e socialmente injusta teria sido obra não do capitalismo, mas do desenvolvimentismo estatista.

Por outro lado, Nóbrega tem razão em acusar a concentração de renda do período pelos problemas sociais agravados nesse mesmo período. Cerqueira (2011) atesta que, durante os anos 1970 e 1980, várias empresas brasileiras de capital nacional, dos setores de construção e de petróleo, se aproveitaram dos anos do milagre da ditadura militar para acumular consideráveis estoques de capital. Algumas delas, como a Mendes Junior, começaram a investir no exterior já em 1969. No final dos anos 1970, a Norberto Odebrecht, a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez iniciaram sua internacionalização com projetos de construção de barragens e estradas, enquanto a Petrobras investia em exploração de óleo e gás.

Ainda segundo Cerqueira, a queda da demanda pública por obras de infraestrutura, em virtude do agravamento da estagnação da economia brasileira nos anos de 1980, teria sido o principal impulsionador da internacionalização dessas empresas. Desse modo, parte da burguesia brasileira aceitou o argumento de que a desindustrialização era um fenômeno global do capitalismo e internacionalizou-se para aproveitar a demanda por obras de infraestrutura e exploração de novas fontes de energia.

E Nóbrega, num acesso de otimismo feijão-com-arroz, assegura que, a partir de 1985, o Brasil começou a se livrar das três principais restrições ao

crescimento: a instabilidade política, a instabilidade econômica e a vulnerabilidade externa. Apenas esqueceu que a década de 1980 foi, toda ela, de estagnação econômica, queda das taxas de lucro e inflação crescente. Foi o período em que o Estado brasileiro afundou na crise da dívida externa, e teve sua capacidade de investimento reduzida, tendo comprometido a atuação e expansão das empresas estatais, em especial daquelas voltadas para os serviços e bens públicos e para a infraestrutura, conforme assegura Corrêa (2009). Nessas condições, responsabilizar as estatais pela oferta de serviços ineficientes e pelo crescimento do *déficit* público é o mesmo que culpar o guarda da esquina pelo aumento da criminalidade em toda a cidade.

Não é por acaso que Nóbrega desmente a si próprio ao apontar que a crise mexicana, de 1994, a asiática, de 1997, e a russa, de 1998, encontraram o Brasil com maus fundamentos fiscais, sistema financeiro frágil, baixo nível de reservas internacionais, câmbio fixo, dívida externa elevada, e dívida pública interna com forte participação de papéis com correção cambial. O país, portanto, não havia se livrado da instabilidade econômica nem da vulnerabilidade externa.

E os avanços institucionais que ele considerara relevantes, como a criação do Comitê de Política Monetária, a adoção do câmbio flutuante, a decretação do regime de metas de inflação, e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para assegurar a estabilidade econômica, não passaram de medidas cujo propósito principal consistia em garantir o pagamento das dívidas aos credores.

Belluzzo (2002) afirma que a desregulamentação dos mercados e a crescente liberalização dos movimentos de capitais entre as principais praças de negócios haviam mudado radicalmente o panorama. A finança direta e securitizada ganhara maior importância e, com ela, cresceram com enorme rapidez os mercados de derivativos, como proteção contra os riscos de mercado e de liquidez, e como instrumentos de descoberta da trajetória e variação dos preços dos ativos. Com isso, para escapar dos impasses da convivência entre taxas fixas, mobilidade de capitais e autonomia da política monetária doméstica, que Belluzzo chamou de trindade impossível, foram ampliadas as possibilidades de bolhas nos mercados de ativos de crédito, os regimes cambiais caminharam na direção de um sistema de taxas flutuantes..

Belluzzo lembra, ainda, que os países da América Latina entraram no jogo da abertura financeira, que inicialmente permitiu a ancoragem cambial como arma potente para a estabilização inflacionária. No Brasil e, sobretudo, na Argentina, o câmbio fixo ou semifixo teria dado asas à valorização cambial e assegurado o controle da inflação. Porém, além de fragilizar o balanço de pagamentos, essa valorização teria causado uma devastação industrial e subordinado a política monetária às avaliações mercuriais dos mercados globais. A

trajetória insustentável dessas economias culminaria na crise e na adoção do câmbio flutuante, deixando a inflação por conta do regime de metas.

A devastação industrial, desde o início dos anos 1990, teve por base a alegação de que o Estado já não tinha condições de manter em funcionamento as empresas estatais e a rede de transportes. A partir daí teve início uma série de mudanças que visaram reduzir a participação da propriedade estatal e aumentar a participação da propriedade privada. Também sob o argumento de que era fundamental obter ganhos de eficiência, ou melhoria da qualidade dos serviços prestados, foram introduzidas mudanças profundas na Lei de Concessões e na Constituição Federal, criando normas jurídicas que permitiram às concessionárias privadas operarem serviços públicos. Cada segmento da infraestrutura ganhou um marco regulatório específico, no qual teoricamente o setor público era o formulador das políticas e da regulação setorial, apropriando-se de parte dos direitos de exploração, enquanto o setor privado tinha o direito de concessão para a exploração de serviços e ativos, obtidos por meio de licitações ou leilões.

A malha ferroviária operada pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), que já tinha sido criminosamente reduzida durante o período militar, foi repartida em seis malhas regionais, concedidas a capitais privados por trinta anos. Esses capitais ganharam o direito de explorar o uso das malhas, e arrendar os ativos operacionais e de apoio. Na verdade, foram estabelecidos monopólios ferroviários regionais, que não mudaram em quase nada a participação da malha ferroviária na matriz nacional de transportes.

Quanto à infraestrutura rodoviária, a falta de investimentos, a situação calamitosa de sua conservação, os sobrecustos sobre os veículos, e o crescimento dos acidentes, foram argumentos utilizados para a entrega, em concessão, de trechos rodoviários importantes aos capitais privados. Foram concedidos aos capitais privados a exploração de mais de 15 mil quilômetros, além daqueles concedidos pelos programas estaduais e municipais. Os investimentos privados superariam a escassez dos investimentos públicos e permitiriam a manutenção e a expansão da rede.

No entanto, como constatou Moreira (2009), os investimentos em infraestrutura declinaram abruptamente, passando de 5,8% do PIB, nos anos 1980, para patamares em torno de 2% do PIB, ao longo da década de 1990. Na área de transportes, caiu de um patamar de 1% para 0,2% no mesmo período. Apesar disso, os processos de privatização se estenderam a todas as empresas de capital estatal sob o argumento de que o fluxo de capitais financeiros serviria para viabilizar a estabilização monetária com âncora cambial.

A isso se aliava a abertura ao ingresso de capitais estrangeiros de curto prazo, permitindo o financiamento das contas externas, embora aumentando

a vulnerabilidade externa da economia. Toda vez que os capitais das potências capitalistas restringiam a liquidez internacional, havia fugas de capitais, aumento dos juros, que os marginalistas adoram chamar de prêmios-risco, e desvalorizações cambiais. Nesse jogo em que participavam com apetite voraz grandes corporações estrangeiras e nacionais, a parte da burguesia que não havia acumulado capital suficiente se viu em crescente dificuldade para manter sua participação no próprio mercado doméstico.

Essa burguesia teve que se submeter então ao padrão de inserção na economia global ditado pelas corporações transnacionais e teve que competir com elas na privatização das estatais, na fusão ou incorporação das empresas privadas de interesse para o processo de segmentação produtiva daquelas corporações, e se debater no mar agitado da abertura financeira, dos juros altos e do câmbio valorizado. Em todos os casos, excetuando as grandes corporações nacionais, a maior parte da burguesia brasileira foi perdedora. Os casos de falência se multiplicaram e inúmeras plantas industriais foram fechadas ou transferidas para outros países de custos mais baixos. Os capitais financeiros se aproveitaram para extrair grandes lucros da privatização das estatais, transferindo ao Estado os passivos podres. No caso da Telebras, embora a mídia continue afirmando que o futuro chegou apenas após a privatização, Dantas (2009) assegura que o que foi, ou está sendo feito, em comunicação não teria sido possível sem a infraestrutura construída entre os anos 1960 e 1970.

Em resumo, a burguesia brasileira e seus pensadores econômicos e políticos não entenderam que o capitalismo dos países centrais havia contraído uma doença degenerativa, em virtude do colapso de sua lucratividade. E que este seria o momento apropriado para os países subdesenvolvidos e agrário-industriais se industrializarem, impondo às corporações dos países centrais condições para receber parte de seus excedentes de capital e ter o consumismo de seus mercados como um dos fatores de industrialização e crescimento.

Sua ideologia de colonizados passivos sequer lhes permitiu vislumbrar, como disse Magalhães, que estavam diante de uma nova forma de imperialismo, imposta pelo Consenso de Washington, cuja implementação e supervisão sobre a dívida externa fora confiado ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel institucional deste consistia unicamente em assegurar que os países credores recebessem seus créditos dos países devedores. Os cientistas do capital sequer se deram conta de que os países centrais haviam se transformado de grandes exportadores de manufaturados e importadores de matérias primas minerais e agrícolas em crescentes importadores de manufaturados. Os Estados centrais, que antes viviam com orçamentos próprios, financiados pelas receitas de sua produção industrial, mineral e agrícola, e de suas relações

de troca assimétricas, se viram, de um momento para outro, dependentes de empréstimos externos para continuarem sobrevivendo.

Mas os anos 1990 foram ainda mais perversos para a economia e para as condições de vida da força de trabalho no Brasil. A acumulação de capital concentrou-se em alguns poucos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros, estes remetendo seus lucros para as matrizes através de remessas legais e ilegais, causando um desgaste profundo do estoque de capital nacional. O Estado brasileiro passou a depender fortemente dos investimentos financeiros em empréstimos e nas aplicações de curto prazo nas bolsas de valores, enfraquecendo qualquer tentativa de autonomia da política monetária.

O câmbio e os juros passaram a obedecer exclusivamente à lógica do sistema financeiro internacional. A taxa de câmbio variava segundo o fluxo ou refluxo dos capitais estrangeiros de curto prazo e da relação entre os ativos e passivos, cotados na moeda norte-americana, dos bancos, empresas e rentistas sediados no Brasil.

As taxas de juros passaram a ser determinadas pelos déficits externos e internos. O crescimento de um ou outro promoviam aumentos nas taxas de juros domésticas, que rebatiam negativamente sobre aqueles déficits, sobre os investimentos e sobre a economia como um todo. Os juros rebatiam também sobre os preços, já que as empresas estrangeiras e nacionais, para continuarem funcionando no país, precisavam ter taxas de rentabilidade, ou taxas de lucros, superiores aos juros. Desse modo, criou-se no Brasil um sistema industrial, comercial e de serviços de altos preços, que perdeu paulatinamente sua competitividade internacional.

Corrêa (2009) procura justificar tudo isso sob o argumento de que os investimentos privados no Brasil foram basicamente dirigidos à transferência de ativos públicos e não à expansão do estoque de infraestrutura. Investimentos nessa área seriam empreendimentos de baixo risco comercial, mas de elevados custos fixos e longa maturação. Portanto, o financiamento privado só seria economicamente viável quando os investimentos pudessem ser amortizados em longo prazo.

Porém, no Brasil, entre 1997 e 2003, a taxa interna média de retorno (TIR) dos projetos teria sido negativa nos setores de telecomunicações (-26%) e energia (-5%), e positiva no de água (16%). A média de retorno sobre o capital acionário em serviços de infraestrutura teria variado entre 3%, nos serviços de água, e 5%, em telecomunicações. O custo médio ponderado do capital teria variado entre 14% e 16%, com um custo de capital acionário estimado entre 19% e 24%, valores que seriam o dobro dos custos nos Estados Unidos, no México e no Chile. Nessas condições, um projeto de infraestrutura teria um custo de financiamento pelo menos 14 pontos percentuais mais alto no Brasil

do que naqueles países. Tal diferença seria o prêmio de risco cobrado pelos investidores privados para financiar projetos no Brasil.

Portanto, de forma totalmente acrítica, temos a explicação de por que a infraestrutura brasileira foi sucateada e desmantelada nos anos 1990, ao mesmo tempo em que a indústria, na forte imagem cunhada por Belluzo, foi devastada. O pior consiste em que, por um lado, temos a subserviência à inevitabilidade da destruição neoliberal e, por outro, a repulsa à destruição neoliberal, mas ambas no mesmo espírito de inevitabilidade e falta de opções.

Por exemplo, baseado na experiência brasileira e dos demais países que se submeteram às receitas neoliberais, Sampaio Jr. (1999) generaliza a livre mobilidade de capitais para todos os países subdesenvolvidos, descartando a experiência do Japão e dos tigres asiáticos, nos anos 1950, e da China e do Vietnã, dos anos 1980 para cá. Outros autores, marxistas ou não, também adotam o mesmo tipo de avaliação. Dantas concorda com Furtado (1983) quando dizia que, nos países centrais, o desenvolvimento conduzia a uma razoável distribuição dos frutos da acumulação pelos diversos grupos sociais, enquanto nos países periféricos resultava não na simples reprodução das desigualdades, mas em seu agravamento.

Chesnais (1998) também constata que havia crescido ainda mais o abismo que separava os países que participavam, mesmo marginalmente, da dominação econômica e política do capital-dinheiro rentista, e aqueles que sofriam tal dominação. Ele reconhecia que somente a Ásia Oriental parecia capaz de opor alguma resistência, mas não deu maior atenção a esse fenômeno, nem à possibilidade dos países centrais entrarem em declínio e da resistência da Ásia Oriental ganhar envergadura.

Na prática, desde os anos 1980 se tornou patente a existência de diferentes formas de resistência à mundialização do capital sob a hegemonia dos países centrais. Configuraram-se diferentes graus de dependência e de independência das economias em relação aos mercados internacionais e às potências capitalistas. Portanto, não era inevitável que o Brasil tivesse que seguir um caminho único e não pudesse aplicar estratégias soberanas diante da mundialização do modo capitalista de produção e circulação.

O Brasil se submeteu ao Consenso de Washington porque sua burguesia e seu Estado capitularam ao neoliberalismo. Ao fazer com que o Plano Real estabelecesse o controle da inflação a partir da combinação da sobrevalorização cambial, da abertura econômica, comercial e financeira, e da prática de alta taxa de juro interna, estabeleceram as premissas de desequilíbrios macroeconômicos perversos, de devastação do parque produtivo industrial, de baixo crescimento econômico, e de deterioração das contas públicas.

A sobrevalorização cambial exigiu o financiamento externo para equilibrar o balanço de pagamentos e sustentar o nível de reservas internacionais a fim de manter a paridade cambial desejada. De um lado, o real valorizado atacou a inflação de custos, tendo em vista a importância dos componentes importados na formação dos preços internos. De outro, o câmbio valorizado associado à abertura econômica expôs a economia nacional à concorrência dos produtos importados. A abertura comercial incentivou a entrada de produtos importados a preços baixos, graças à combinação entre taxa de câmbio valorizada e redução das barreiras para a importação. A abertura financeira, incentivada pela alta taxa de juros, estimulou uma enxurrada de investimentos financeiros de curto prazo, em detrimento de investimentos diretos na indústria, assim como a compra vantajosa de empresas estatais em processo de privatização, a pretexto de deter o crescimento da dívida líquida do setor público. Porém, apesar da verdadeira liquidação das empresas estatais, a dívida interna líquida aumentou de 28% para 38,9% do PIB, entre 1995 e 1998, sobretudo em virtude da elevação da taxa básica de juros.

Uma parte da classe trabalhadora industrial, que fora grandemente fragmentada e dispersada pela devastação industrial, começou a demonstrar sinais de oposição a tais políticas, em 1996, quando a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical anunciaram uma greve nacional de protesto contra o desemprego e contra a ausência de investimentos produtivos. Nesse mesmo período, parcela significativa da burguesia industrial brasileira começou a reagir, principalmente através da Federação da Indústria de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria. Essas entidades declararam apoio à greve dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que organizaram uma manifestação pública contra a abertura comercial, contra as elevadas taxas de juros e contra o ritmo lento das privatizações.

Como disse Tavares (1998), o coração do capitalismo estava submetido a uma perigosa esquizofrenia: estar no poder e ser contra ele. Em outras palavras, como não poderia deixar de ser, a burguesia industrial brasileira se erguia contra as políticas que atingiam seus lucros, mas apoiava a política de privatização, que liquidava a interferência estatal direta na economia. Em resposta às pressões, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) criou barreiras à importação de brinquedos e de tecidos da China, Coreia do Sul e Formosa, com base nas normas de salvaguarda, direitos compensatórios e proibição de *dumping* da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em outras palavras, não modificou em nada suas políticas, continuou apostando nos investimentos financeiros externos para superar a falta de competitividade da indústria brasileira. Como resultado, segundo Garcia (2008),

aprofundou-se a desnacionalização da indústria brasileira, cresceram as evidências de desindustrialização. E como previu Tavares, ficaríamos submetidos apenas a um longo processo de conflitos e arbitragens, que tornaria ainda mais sem transparência a natureza do poder no Brasil.

A inserção internacional do Brasil ocorreu fundamentalmente através do aumento das exportações de commodities primárias. O volume dos investimentos diretos externos saltou, de acordo com Siffert Filho (1999), de 989 milhões de dólares, em 1990, para 28,5 bilhões de dólares, no final da década. Ainda segundo ele, boa parte desses investimentos, durante a segunda metade dos anos 1990, foi destinada ao processo de privatização dos serviços industriais e ao movimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por empresas estrangeiras.

Dos 10,7 bilhões de dólares em investimentos externos, em 1996, mais de 2,3 bilhões foram destinados às privatizações. Em 1997, esse volume subiu para 5,2 bilhões de dólares, ou 28% do total dos investimentos externos. Em 1998, os investimentos destinados às privatizações subiram para 6,1 bilhões e, em 1999, para 8,7 bilhões de dólares. Em 1995, 30% dos investimentos externos haviam sido direcionados para fusões e aquisições, participação que subiu para 32,5% em 1996.

Laplane e Sarti (1999) argumentam que muitos alimentavam expectativas de que os fluxos de investimentos estrangeiros fomentariam uma nova fase de crescimento e de modernização da estrutura empresarial brasileira. Eles funcionariam como um financiamento de longo prazo. As empresas estrangeiras implantariam uma base produtiva mais especializada e com maior conteúdo tecnológico, gerando crescimento das exportações e um aumento da participação de produtos de maior valor agregado. No entanto, esses investimentos destinaram-se fundamentalmente a uma mudança patrimonial. Sua contribuição à produção não foi equivalente aos recursos injetados na economia nos anos 1970, quando as inversões externas se destinaram à ampliação da base produtiva. Nessas condições, ainda segundo Laplane e Sarti, tais investimentos não podem ser caracterizados como investimentos diretos externos (IDE) no sentido macroeconômico.

Segundo Carneiro (2002), no âmbito da abertura comercial entre 1990 a 1994, a proteção à indústria foi fortemente reduzida, com a justificativa de que a entrada de novos produtores no mercado ampliaria a concorrência e permitiria uma gestão mais eficiente, principalmente com a eliminação de vários monopólios estatais. Em 1994, quando o Plano Real foi implementado, o processo se aprofundou, sendo apresentado como arma para alcançar a estabilização, a abertura econômica e financeira e a sobrevalorização cambial.

A abertura econômica, acompanhada da valorização do câmbio, promoveu uma reestruturação produtiva de grande significado na economia brasileira, tendo como resultado uma especialização regressiva, que se deu com o aumento da importância de setores intensivos em recursos naturais e trabalho em detrimento dos setores intensivos em tecnologia e capital.

Além disso, boa parte dos economistas não contabiliza o volume de investimentos estrangeiros de curto prazo, cuja ação era única e exclusivamente rentista. De qualquer modo, quando o ciclo de liquidez internacional foi reduzido, após as crises asiática (1997) e russa (1998), esgotaram-se as condições para o governo neoliberal brasileiro manter seu programa de abertura comercial e financeira e de estabilização monetária. Os investidores estrangeiros passaram a exigir elevada remuneração, ou seja, uma taxa de juros interna, ou prêmio, que incorporasse o risco de inadimplência e de perdas em virtude das alterações no câmbio. Além disso, passaram a exigir garantia de solvência da economia brasileira, tendo por base uma nova âncora fiscal, que reduzisse os efeitos das variações cambiais e dos altos juros sobre o endividamento público.

O governo brasileiro teve que colocar a redução da relação dívida líquida/PIB, e o cumprimento das metas de inflação como obrigações péticas para conquistar credibilidade diante dos agentes financeiros. Essas metas foram sacramentadas em 1999, no acordo com o FMI, engessando as contas públicas nacionais em superávits primários para cobrir a conta de juros. Apesar disso, entre 1999 a 2002, os resultados primários ficaram em torno de 3,0% a 3,5% do PIB, insuficientes para cobrir os gastos com os juros nominais.

Nos primeiros seis meses de 2000, o real desvalorizou-se 48% e a taxa de câmbio ultrapassou o patamar de 3 reais por dólar, uma depreciação cambial aguda que os economistas procuraram explicar como resultado das incertezas relativas ao processo eleitoral brasileiro, do aprofundamento da crise argentina, do rebaixamento da classificação do Brasil por agências de risco, e da crise no mercado acionário norte-americano. Talvez fosse mais simples dizer que a especulação dos bancos internacionais e as fraudes contábeis das grandes empresas norte-americanas produziram uma série de desarranjos no câmbio brasileiro, a crise argentina e outros distúrbios nos países latino-americanos.

A rigor, a apreciação cambial poderia exercer impactos positivos, ao invés de negativos, sobre o desempenho do comércio exterior. Ela poderia reduzir os custos de importação de máquinas e equipamentos para a modernização do parque industrial doméstico e para o aumento de seu potencial competitivo. Também poderia contribuir para o controle da inflação, pelo barateamento dos produtos importados diante dos preços internos. A desinflação também teria impacto sobre os juros, os ganhos dos rentistas e os custos de capital, reduzindo todos.

Mas a valorização cambial também poderia afetar negativamente o comércio exterior ao reduzir a rentabilidade das commodities e demais produtos exportados. Além disso, tendia a aumentar os preços de exportação, reduzindo a competitividade dos produtos manufaturados. No caso brasileiro, a apreciação cambial do período teve mais efeitos negativos do que positivos, tendo em conta as políticas de desindustrialização, altos juros e atração de capitais de curto prazo.

Em meados de 2001, a taxa básica de juros subiu de 15,25% ao ano para 19% ao ano, enquanto o crescimento econômico foi de 1,3% e o *déficit* nominal de 3,3% do PIB, mesmo com o aumento do superávit primário para 3,4% do PIB. O esforço fiscal primário foi incapaz de conter o aumento da relação dívida líquida/PIB, que se expandiu para 48,4% do PIB. Assim, ao mesmo tempo em que a âncora cambial foi abandonada e em que emergiu um sistema de metas para a inflação e um regime de câmbio flutuante, foi instituída uma política de geração de superávits fiscais primários, que subordinou os investimentos públicos aos limites desses superávits. Nessas condições, embora não tenha impedido a relação dívida líquida/produto interno bruto de subir para 60,4% do PIB, essa política conteve a elevação dos investimentos públicos, que se mantiveram estacionados em torno de 1% do PIB.

A rigor, o Brasil se manteve relativamente estagnado, do ponto de vista econômico e social, durante os anos 1980 e 1990. No início dos anos 2000, a acumulação de capital estava concentrada em poucos grandes grupos monopolistas estrangeiros e nacionais, que entrelaçavam os setores financeiro, industrial, agrícola, comercial e de serviços, e emparedavam qualquer processo mais intenso de diversificação de sua produção, tanto de alimentos, quanto de manufaturados.

As carências acumuladas se estendiam a todos os setores da economia brasileira, sendo mais evidentes na infraestrutura de transportes. O transporte urbano e interurbano de passageiros, baseado principalmente no transporte rodoviário, apresentou carências e distorções gigantescas, proporcionais à falta de investimentos que dessem conta do crescimento demográfico e do processo acelerado de urbanização. Todo o transporte urbano e interurbano brasileiro ficou subordinado ao oligopólio automobilístico e dos concessionários privados, apesar da falta de economicidade do transporte baseado em veículos de superfície movidos por motores de combustão.

Ao contrário dos sistemas ferroviários, que ocupam vias de 9 metros de largura para transportar cinquenta mil passageiros/hora em um sentido, o sistema de ônibus ocupa 35 metros e os carros particulares demandam 175 metros. Estes, para piorar, passam 95% do tempo estacionados e, mesmo assim, são três a dez vezes mais poluentes. Enquanto São Paulo possui apenas

pouco mais do que 70 quilômetros de rede metroviária, a Cidade do México tem 177 quilômetros, Londres tem 408 quilômetros e diversas outras cidades do mundo, possuem mais de 200 quilômetros. E apesar de várias cidades brasileiras terem contado com sistemas de transporte sobre trilhos, nenhuma delas avançou no sentido de serem transformados em sistemas de VLT (veículos leves sobre trilhos).

O custo da logística de cargas tem predomínio exagerado do modal rodoviário, enfrenta a desatualização técnica dos portos e ferrovias, sucumbe a procedimentos alfandegários retardados, e derrapa no sucateamento do material ferroviário rodante e na destruição da frota marítima nacional, de cabotagem e internacional. Desse modo, pesa de forma anormal e negativa sobre a competitividade dos produtos brasileiros, sendo superior a 10% do PIB. A predominância do modal rodoviário, inclusive no transporte de grandes volumes de carga a grandes distâncias, resulta em baixa eficiência energética, alta emissão de gases poluentes e agregação de altos custos aos produtos.

Nessas condições, quando a crise financeira de 1997-99 se abateu sobre os países que haviam seguido as receitas neoliberais de subordinação à globalização capitalista, o Brasil estava completamente desarmado para enfrentá-la. O país se deparou com uma situação econômica, social e política em que a redução do estoque de capitais, a expansão da miserabilidade e a estagnação econômica introduziram um rápido processo de divisão política no seio da burguesia e de quebra da hegemonia neoliberal sobre grandes contingentes da população.

Segundo Netto (2009), no início de 2002, a situação era desesperadora. Os dois fatores que abortavam o crescimento econômico estavam à espera. Primeiro, a demonstração de incompetência que foi o apagão de 2001 começou a destruir uma de nossas maiores vantagens competitivas, a energia hidráulica limpa e barata, e a substituí-la pelas térmicas, mais caras e mais poluentes. No final de 2002, nosso endividamento externo total, de 211 bilhões de dólares, era 12,4 vezes as reservas líquidas do país.

A continuidade da mesma política fez com que uma parte da burguesia, sem projeto próprio para sair da situação crítica em que o país havia afundado, resolvesse apoiar os setores operários, socialistas e de esquerda que apresentavam propostas de crescimento e desenvolvimento econômico e social. A essa altura, o processo de mudanças ocorridas em virtude da globalização capitalista havia alcançado um patamar até então inimaginável. O Japão ingressara numa crise de longa duração, com altos estoques produtivos, imobiliários e financeiros não realizáveis, impondo ao país baixos ritmos de crescimento. Em sentido contrário, ao manter seu ritmo de crescimento em torno de 10% ao

ano, a China explodiu como grande importadora de investimentos, bens de capital e recursos naturais, assim como grande exportadora de bens de consumo corrente de baixo custo.

Essa explosão chinesa teve seu raio de ação ampliado pela atuação dos antigos tigres asiáticos, do Vietnã e dos novos países industrializados asiáticos. Na prática, o eixo de produção industrial mundial entrara num processo irreversível de deslocamento dos Estados Unidos e da Europa Central para a Ásia do Sudeste. Esse deslocamento jogou papel importante na redução da inflação mundial e na elevação dos preços das commodities minerais e agrícolas. Além disso, acelerou a desindustrialização dos Estados Unidos e das potências industriais europeias, e abriu perspectivas para um novo tipo de globalização, diferente do imposto pelo Consenso de Washington.

Por outro lado, os altos preços praticados pela indústria brasileira, principalmente por seus setores monopolizados, não conseguiam enfrentar os baixos preços praticados por chineses e demais asiáticos, criando problemas para o país ingressar num processo consistente de reindustrialização. Além disso, a manutenção das altas taxas de juros continuou inibindo os investimentos.

Nessas condições, as empresas brasileiras que se internacionalizaram e conseguiram acumular capital durante os anos 1980 e 1990, concentradas em construção e petróleo, preferiram manter seu empuxo externo. Enquanto a participação brasileira nos investimentos externos havia passado de 0,7% do total mundial, em 1980, para 1,4%, em 1982, ela caiu durante os anos 1990, mas retornou a 1,1% em 2004. Portanto, teve uma performance totalmente diferente das novas economias asiáticas emergentes, que começaram a internacionalizar suas empresas justamente em meados dos anos 1990.

Por isso, a internacionalização das empresas brasileiras não é consensual quanto aos benefícios que pode trazer para a industrialização brasileira. Sampaio Jr. acredita que ela pode melhorar as contas do balanço de pagamentos, através da repatriação de lucros, juros e dividendos, mas não poderá resolver os problemas estruturais da economia, dados pela relação que os capitais internacionais têm com o Brasil. Isto é, do ponto de vista produtivo, os grandes grupos internacionais haviam estabelecido relações de caráter especulativo que se manifestavam na extrema volatilidade de seus laços com o espaço econômico nacional. E se consubstanciavam no fato de que as grandes empresas transacionais não abriam mão da mobilidade espacial de seus capitais. Elas não aceitavam ficar confinadas nas fronteiras de economias que desempenhavam papel residual na concorrência intercapitalista em escala global.

Mas havia a suposição de que os investimentos internacionais de empresas brasileiras gerariam remessas de juros, lucros e dividendos para o país.

Alguns concordavam, inclusive, que na fase atual, caracterizada pela livre mobilidade de capitais, teriam maior importância as aplicações puramente financeiras, mesmo que isto resultasse em aumento da vulnerabilidade externa das economias subdesenvolvidas receptoras das aplicações.

Essa situação teria aberto as condições para o capital exportador brasileiro aumentar seu poder econômico e seu poder político, passando a ocupar uma posição estratégica para garantir um fluxo de divisas mais estável do que o fluxo de capital de curto prazo atraído pelos altos juros. Começou, então, a se formar um aparato institucional para estimular as exportações, incluindo a autorização ao BNDES para financiar a internacionalização de empresas brasileiras e os ajustes legais para maior operacionalização das atividades financeiras dessas empresas.

No entanto, nenhuma dessas novas condições internacionais e das medidas para aproveitá-las permitiu alguma mudança significativa na situação macroeconômica do país. O aumento dos saldos comerciais se deveu, na maior parte, às novas condições do mercado internacional, com a forte emergência da China após seu ingresso na OMC, em 2001.

CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

Qualquer análise que procure indicar as condições para um novo tipo de desenvolvimento no Brasil tem que partir, necessariamente, do grau de concentração e centralização do capital existente no país. Tal grau se expressa tanto no volume do capital-dinheiro, quanto no estágio de desenvolvimento científico e tecnológico do capital-meios de produção e da força de trabalho. Em termos práticos, trata-se de conhecer o processo pelo qual a acumulação de capital dinheiro promoveu a constituição de empresas especializadas cada vez maiores, inclusive tendendo para o monopólio e o oligopólio, tanto industrial, quanto financeiro, comercial e de serviços. E, ainda, o processo através do qual as grandes empresas de diferentes ramos e setores se fundem, em geral sob o comando do capital financeiro, intensificando não só a monopolização e a oligopolização de ramos e setores, mas também a centralização industrial, financeira, comercial e de serviços.

Ambos os processos vêm ocorrendo, em vários países do mundo, desde o final dos anos 1800, tendo se acelerado a partir das duas guerras mundiais dos anos 1900. A exportação de capitais na forma de investimentos industriais tomou vulto a partir dos anos 1950, tanto pela enorme acumulação de capitais nos Estados Unidos e pela necessidade de aplicação produtiva desses capitais (produtiva aqui no sentido de gerar mais capitais), quanto por motivos políticos contra a temida expansão comunista.

A partir de então, a aplicação produtiva de capitais dos países desenvolvidos imperialistas assumiu a forma tanto de investimentos em plantas industriais em países agrários e agrário-industriais, como era o caso do Brasil, quanto de aplicações financeiras em empréstimos, financiamentos e movimentação de papéis de diferentes tipos. Essas exportações de capital foram responsáveis pelo processo brasileiro de industrialização da segunda metade dos anos 1950. Grandes empresas estrangeiras se instalaram no Brasil, principalmente nas áreas automobilística, naval e farmacêutica. Prado Jr. avaliou que a industrialização, sob a liderança do capital internacional, aprofundava os problemas herdados da era colonial e ameaçava o próprio processo industrializante, ao instaurar uma tendência de reversão estrutural. Tal tendência só poderia ser contida pela articulação da classe trabalhadora numa luta anti-imperialista e por um desenvolvimento autônomo.

Prado Jr. endossava, com outras palavras, as teses de estagnação produtiva do imperialismo. Apesar disso, ele tinha razão em supor que a industrialização sob a liderança do capital imperialista e monopolista importaria processos intensos de exploração dos recursos e dos trabalhadores do país. Também levava em conta que tal industrialização implantava novos meios de produção no país. Mas, estranhamente, não considerava a importância da criação de uma nova classe trabalhadora industrial, nem a tendência da industrialização superar, embora de seu jeito, os problemas herdados da era colônia e semicolonial.

Por isso, deve ter se espantado com o fato do capital imperialista, um dos principais mentores do golpe militar de 1964, haver promovido nova onda industrializante entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, com uma concentração e centralização do capital ainda mais intensa do que a dos anos 1950. Marini, por seu turno, apenas considerou que o processo de acumulação nas economias da América Latina seria marcado pela exclusão permanente das classes trabalhadoras do progresso material viabilizado pelo capitalismo. Isso determinaria uma economia que se equilibraria entre a presença das potências capitalistas e a exigência de aprofundamento dos mecanismos de exploração. Ele acreditava, como Furtado, que nos países centrais, o desenvolvimento conduzia a uma razoável redistribuição dos frutos da acumulação. Não levava em conta que, onde ocorria, essa era uma situação transitória, relacionada com a luta de classes internacional entre capitalismo e socialismo.

Na verdade, o processo de acumulação nas economias centrais também seria marcado pela exclusão permanente das classes trabalhadoras do progresso material viabilizado pelo capitalismo, tão logo a sua disputa geopolítica com o comunismo e o socialismo se resolvesse a seu favor. Marini não percebeu que essa dinâmica intrínseca do capitalismo, que deveria se tornar cada

vez mais marcante nos países centrais, tendia a obrigar esses capitalismo a exportarem suas indústrias para países retardatários, na busca desesperada por maiores taxas de lucro.

O que poderia subverter as relações entre os países centrais e periféricos, desde que estes tivessem Estados, burguesias nacionais e classes trabalhadoras, dispostos a aproveitar, em seu benefício, as contradições do capitalismo central. Fernandes também não vislumbrou essa possibilidade. Sugeriu que o mérito da burguesia nacional poderia consistir em compartilhar desenvolvimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento, de tal modo que o proletariado e as classes destituídas mais excluídas e marginalizadas se identificassem, de alguma maneira, com a condição burguesa. Portanto, não considerou que, diante do agravamento da crise da lucratividade do capital dos países centrais, impondo-lhes a exportação de capitais, inclusive na forma de plantas industriais, segmentadas ou não, burguesias nacionais, ou setores delas, se dispusessem a assumir um papel autônomo no desenvolvimento capitalista.

É lógico que o capitalismo central se apercebeu desse perigo. Suas teses de uma era pós-industrial, em que os conhecimentos seriam o principal produto, procuraram encobri-lo. Elas foram acompanhadas das teses de privatização, desregulamentação dos mercados, fim das fronteiras nacionais e de outras pérolas reunidas sob o rótulo do neoliberalismo. Tudo isso, num esforço concentrado das grandes corporações de capital centralizado, para evitar a descoberta do simples fato de que a reestruturação do capital, dos anos 1970 em diante, poderia levar a uma constante desindustrialização dos países centrais e a uma industrialização dos países periféricos. E essa situação poderia reverter as relações até então ditadas pelos países centrais.

Fendt (2009) sugere que a China, ao contrário de outros países, descobriu essas contradições do capitalismo desenvolvido e aplicou uma estratégia smithiana de crescimento de 10% ao ano que, para ser sustentável, requeria inflação baixa e balanço de pagamentos equilibrado. No caso do Brasil, seu Estado e sua burguesia nacional sucumbiram às teses neoliberais e permitiram que, nos anos 1980 e 1990, os capitais estrangeiros aqui presentes, assim como alguns capitais nacionais, elevassem seu grau de centralização e monopolizassem a economia brasileira de forma ainda mais intensa do que nas décadas anteriores, sem promover qualquer tipo de crescimento da produção.

Ao contrário, o crescimento econômico, a pretexto de causar inflação, se tornou uma ameaça a ser combatida a todo custo. Nessas condições, a concentração e a centralização do capital se deram sobre o sistema patrimonial já existente, e não como consequência do seu crescimento. Os fluxos de capitais para as privatizações, entre 1996 e 2000, alcançaram 29,6 bilhões de dólares, cerca de um

quarto do capital externo total exportado para o Brasil, que foi 112,6 bilhões de dólares. Isso permitiu que, nos últimos dez anos, as remessas de lucro das corporações transnacionais instaladas no Brasil para suas matrizes tenham alcançado 410 bilhões de dólares, algo superior às reservas internacionais do país.

A condição monopolista ou oligopolista das corporações transnacionais instaladas no país permite a elas atuar no mercado tendo por base preços administrados. Ou seja, elas não se vêm submetidas a uma concorrência que as obrigue a rebaixar custos e preços. Mesmo no caso em que há várias grandes empresas concorrendo no mercado, como aparenta ser a indústria automobilística, há um acordo tácito entre elas de que seu patamar de preços se mantenha sempre elevado num nível que lhe permita uma alta taxa média de lucro. Acordo esse que estabelece que a concorrência entre os oligopólios se dê exclusivamente na faixa superior daquela lucratividade, propiciando apenas a variação na participação de cada uma das empresas no fatiamento do mercado.

Nessas condições, isso também compreende a criação conjunta de obstáculos contra a entrada de qualquer concorrente que queira rebaixar aquele patamar de preços e de lucratividade através da concorrência no mercado. Esse domínio monopolista-oligopolista explica, em grande medida, porque os preços brasileiros são em geral superiores à maioria dos preços praticados nos países em desenvolvimento e, em vários casos, aos preços praticados em países desenvolvidos. Pode explicar, também, por que o rebaixamento da taxa de juros enfrenta resistências não só nos agrupamentos rentistas, mas também em setores industriais, e por que há um descompasso entre os investimentos na instalação de plantas industriais e as declarações de intenção de investimentos.

O domínio monopolista sobre a economia nacional está se mostrando um dos principais fatores estruturais que impedem os investimentos na reindustrialização do país e o pleno crescimento de sua economia. Portanto, é um empecilho não só ao desenvolvimento capitalista, mas também ao crescimento da força de trabalho assalariado na indústria, e ao desenvolvimento de forças econômicas e sociais democráticas e socialistas.

Em relação ao sistema bancário, nos anos 1990, havia no Brasil mais de 300 bancos comerciais e múltiplos. Boa parte deles era de capital nacional. No final daquela década, porém, o número caíra para menos de 100, havendo agora apenas 9 grandes bancos privados, dos quais sete são estrangeiros: Santander, HSBC, Citibank, UBS Pactual, ABN Amro, Deutsche Bank e Safra. Sobraram dois grandes bancos privados nacionais (Itaú e Bradesco) e três grandes bancos estatais (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

Os bancos estrangeiros podem atuar em áreas antes vedadas a eles e ter várias agências em uma mesma cidade. No setor de transportes ocorreu uma

verdadeira destruição não-criativa do setor aéreo, quase na mesma proporção da liquidação da frota marítima. Empresas nacionais que tinham projeção internacional, como a Panair, começaram a ser desmontadas durante o período da ditadura militar. Depois, as negociatas no setor levaram a Vasp e a Varig à falência. Atualmente, praticamente todas grandes rotas internacionais são atendidas apenas por empresas estrangeiras. As companhias estatais de navegação oceânica e costeira foram eliminadas e seus navios se tornaram sucata para a indústria siderúrgica.

No setor siderúrgico, no início dos anos 1990 existiam 43 empresas estatais e privadas. Em 2008, restavam 27 usinas controladas por 8 grupos privados, nacionais e estrangeiros: ArcelorMittal, Gerdau, CSN, Usiminas, V&M, Villares e Votorantim. Com capacidade de produção de 41 milhões de toneladas, principalmente aço bruto, lingotes e laminados para o mercado externo, seu balanço comercial superavitário depende, em grande medida, do percentual médio dos impostos sobre o faturamento ser de 17% a 20%.

No setor de petróleo e gás, a quebra do monopólio estatal permitiu o aumento da concorrência na exploração e produção. Mas a produção se manteve relativamente estagnada entre 1990 e 2000, tendo por base a perspectiva de privatização da Petrobras. Superada essa fase, a produção cresceu 50% entre 2000 e 2010, enquanto as reservas descobertas saltaram 100% e a participação do setor na formação bruta do capital fixo subiu de 5,3%, em 2000, para 11,2%, em 2009. Por outro lado, nessa área, o Brasil continua dependente do mercado externo para obter materiais e equipamentos de alto e médio conteúdo tecnológico, como compressores centrífugos, motores de grande porte, turbinas e diversos tipos de instrumentação.

Na indústria química, os grupos estrangeiros dominam amplamente os setores de química orgânica, fibras sintéticas, fertilizantes, sulfato de amônia, gases industriais, elastômeros, fármacos e defensivos agrícolas. A desarticulação e dispersão do capital nacional através das privatizações e da paralisação da Companhia Nacional de Álcalis abriu espaço para a consolidação monopolista de grandes corporações transnacionais como Bunge, Unigel, White Martins, Dow e algumas outras.

Brasken e Petrobras são as duas únicas grandes empresas nacionais presentes nos setores de fertilizantes, petroquímicos básicos e sulfato de amônio. Essa monopolização promoveu a transferência das unidades industriais produtoras de carbonato neutro de sódio para outros países e a transformação do Brasil num país com um *déficit* químico de 85% em orgânicos, fármacos e inorgânicos. A indústria química tinha participação de 3,6% do PIB, em 2004, mas caiu para 2,5%, em 2010, observando-se uma tendência de queda ainda

maior e uma concentração da produção na indústria petroquímica. Apesar da importância da indústria química para os demais setores da economia, o volume produzido tem se mantido constante desde o final dos anos 1990, enquanto o *déficit* do setor na balança comercial tem aumentado, chegando a 29,8 bilhões de dólares, em 2010.

Um exemplo significativo de grupo brasileiro que aumentou sua centralização nos anos de 1990 é o da Odebrecht. Durante o Programa Nacional de Desestatização do governo FHC ela comprou parte do capital da Copesul, do Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, e obteve o controle da PPH, da Poliolefinas, da Salgema e da CPC. Num processo típico de concentração e centralização, ela criou a OPP Petroquímica, fundindo a PPH e a Poliolefinas, e a Trikem, fundindo a Salgema e a CPC. Esse processo não foi revertido nos anos posteriores.

Cerqueira (2012) mostra que, em 2001, a Odebrecht e o Grupo Mariani adquiriram o controle da Copene, em Camaçari, e iniciaram um processo de integração de ativos, que deu surgimento à Braskem, em 2002. Dando continuidade ao processo de centralização, em 2006 a Braskem incorporou a Polialden, em 2008 a Ipiranga Petroquímica e a Petroquímica Paulínia e, em 2009, a Petroquímica Triunfo. Ainda segundo Cerqueira, ao deter participação nas quatro centrais petroquímicas brasileiras, a Braskem, controlada pelo grupo Odebrecht, se tornou um exemplo de como as privatizações, fusões e aquisições levaram ao surgimento de grandes grupos empresariais nacionais.

No caso da indústria de fertilizantes, desde os anos 1970 o Estado incentivou a concentração estatal. Mas, nos anos 1990, teve início a privatização do setor e um processo de fusões e aquisições. Diversos grupos multinacionais adquiriram pequenas empresas nacionais, acentuando a concentração. Em 2010, a Vale adquiriu a Fosfértil e outros ativos da Bunge na área de matérias-primas para fertilizantes, criando a Vale Fertilizantes, uma gigante do setor. Apenas quatro empresas passaram a ter acesso às matérias-primas para a produção dos fertilizantes básicos e intermediários.

A Petrobras é a única fornecedora de gás natural como matéria-prima para a indústria. Na área de produção de amônia a Petrobras e a Vale Fertilizantes dividem o mercado. A Vale Fertilizantes é ainda a maior produtora de rocha fosfática, embora a Galvani e a Copebrás também estejam presentes nesse mercado. A Vale e a Petrobras também são as maiores detentoras das reservas brasileiras de potássio. A Vale, a Petrobras e a Proquigel são as únicas produtoras de sulfato de amônio. A Vale também detém o monopólio de produção de cloreto de potássio.

Embora o número de empresas na produção de fertilizantes fosfatados chegue a dez, e na produção de misturas de nitratos, fosfatos e potássio passe de cem, em virtude das facilidades para a importação de matérias-primas e fertilizantes intermediários, os grandes grupos como Bunge, Mosaic, Heringer e Yara, dominam 70% das vendas. Esses grupos, além disso, controlam as *tradings companies* comercializadoras de grãos, o que coloca os capitalistas do agronegócio num cerco de pinça pelas multinacionais do setor. Por outro lado, as alíquotas zero nas importações de fertilizantes e intermediários funcionam como um dissuasivo ao investimento interno no setor.

76

A tendência à oligopolização do mercado no Brasil, com a constituição de grandes grupos nacionais e estrangeiros, continuou a ser estimulada pela estratégia governamental de criar empresas com porte suficiente para competir internacionalmente. Cerqueira sustenta que os setores aos quais pertencem os principais grupos internacionalizados é um reflexo desse ajuste da estrutura produtiva, que ela chama de regressivo. As chamadas commodities industriais, como celulose, papel, produtos químicos da primeira e segunda geração, siderurgia, metalurgia, têxteis, alimentos, produtos extrativos e materiais de construção, respondem pela atividade de quase metade (45,0%) dos grupos brasileiros internacionalizados. Outros 27,5% correspondem ao setor de serviços com destaque para aqueles ligados ao ramo de transportes, energia e tecnologia da informação. Os 27,5% restantes representam o setor automobilístico, de bens de capital e de material de transporte.

Paralelamente, estaria se consolidando um padrão de utilização do solo associado a grandes capitais cuja consequência é o progressivo aumento da concentração das terras agrícolas e a continuidade dos conflitos sociais associados, uma vez que ocorre o empobrecimento da população e o aumento da concentração de renda. Apenas cinco culturas agrícolas – soja, cana, milho, algodão e café – concentram a maior parte da produção agrícola. 51,3% do valor total da produção declarada da agricultura brasileira são provenientes de apenas 0,4% dos proprietários rurais, ou cerca de 22 mil, num universo de 5 milhões de estabelecimentos agrícolas.

Além disso, há uma constante expansão fundiária dos setores mineral e silvícola, voltadas para a extração de recursos minerais e para a fabricação de celulose e biocombustíveis. Em tais condições, a concentração fundiária constitui uma tendência de longo prazo, com uma base histórica privatista e monopolista que só tende a agravar tal tendência. Muitas vezes, as empresas incorporam novas terras como reserva de valor, antes mesmo da necessidade de sua utilização.

As culturas comerciais, ao substituírem a biodiversidade, desmatam margens ciliares, destroem capões de matas interligadas, desnudam en-

costas e cometerem outros atentados ao meio ambiente, abrem campo para a formação de voçorocas, desertificam os solos, destroem nascentes d'água, assoreiam rios, extinguem a fauna e a flora nativas e preparam as condições para desastres climáticos de diferentes tipos.

Além do aumento da concentração fundiária na agricultura, aumentou também a concentração do solo urbano. Ao contrário do que supunha Santa Rosa, de que o solo deveria ser considerado propriedade exclusiva da nação, além da propriedade privada do solo agrícola, emergiu uma alta concentração do solo urbano, em especial nas grandes e médias cidades, contrastando áreas com prédios e condomínios de luxo com áreas de construções extremamente precárias. Tudo isso foi agravado pela grilagem de terras urbanas e pela especulação imobiliária, que empurraram consistentemente os mais pobres para zonas de risco de diferentes tipos. Nessas condições, os atuais desastres naturais causados pelas mudanças climáticas apenas estão colocando à mostra a essa concentração e a fragilidade da urbanização brasileira.

Quanto às modificações na participação dos diversos ramos econômicos, Squeff e Yannick (2012) asseguram que a indústria extrativa aumentou em 5,9% sua participação, entre 2000 e 2008, enquanto a indústria de transformação caiu 2,5% e os demais ramos industriais tiveram uma queda de 3,4%. Apesar desse aumento da participação da indústria extrativa no período, isso não resultou no aumento do emprego de força de trabalho. Esse setor continuou empregando 1,5% do total dos trabalhadores empregados no país. Por outro lado, apesar da queda na participação da indústria de transformação na indústria total, o número de trabalhadores aumentou em 0,6 entre 2000 e 2008, enquanto outros setores industriais reduziram seus postos de trabalho em 0,1% a 0,5%.

DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

O desenvolvimento técnico-científico dos meios de produção e de circulação tem desempenhado papel fundamental no processo de acumulação de capital. A maior parte dos analistas considera tal desenvolvimento como o processo através do qual há um movimento continuado de introdução de novas tecnologias nos meios de produção e mesmo a substituição completa de antigos meios de produção por novos. A Pesquisa de Inovação do IBGE, porém, considera como inovação a inserção de produto e/ou de processo novo ou substancialmente aprimorado. Tal conceito nivela a introdução de um novo tipo de sapato a uma máquina capaz de elevar em cinco vezes a produção de calçados.

Izerrougene (2012), por seu lado, diz que as mudanças trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicações provoca-

riam importantes consequências sobre a organização industrial e as estratégias empresariais, com impacto no mercado de trabalho. O seu efeito se estenderia aos campos econômico e social e alimentaria a ilusão de um admirável processo inédito de destruição criativa. Por sua importante dimensão e densidade, as inovações continuariam a suscitar a ideia de ciclo tecnológico determinante da dinâmica econômica, embora a lógica das inovações fizesse sempre parte integrante do processo competitivo e da sua subsequente renovação de estruturas de desenvolvimento econômico e social. O contexto de economia de mercado e a propensão das empresas a inovar seriam duas faces de uma mesma realidade. O ritmo das mudanças tecnológicas seria fator influente nas flutuações conjunturais do crescimento econômico, mas não fator decisivo da evolução do crescimento capitalista de longo prazo.

Essa assertiva de Izerrougene de que o ritmo das mudanças tecnológicas não é fator decisivo da evolução capitalista não corresponde à a história do capitalismo. Este modo de produção só se tornou possível quando a revolução técnica na agricultura inglesa promoveu uma imensa expulsão das forças de trabalho do campo para a miserabilidade e a vagabundagem urbana e rural. É evidente que aquela revolução técnica decorreu tanto da demanda de lã pelas manufaturas holandesas, quanto do fato de que a metalurgia do ferro havia avançado ao ponto de poder fabricar ferramentas agrícolas de novo tipo. De qualquer modo, as mudanças tecnológicas foram fator decisivo na evolução capitalista de longo prazo.

O principal progresso técnico da ocasião não foi, portanto, a contratação de mão de obra estrangeira especializada pela Inglaterra, para diminuir sua defasagem tecnológica em relação aos Países Baixos na produção de tecidos de lã. Este foi um salto posterior à revolução agrícola. Foi a revolução tecnológica e social agrícola que permitiu o desenvolvimento da manufatura. Quando a Revolução Industrial ocorreu, no século 19, tendo por base a invenção da máquina a vapor, houve um novo salto tecnológico e a introdução das grandes fábricas, que permitiram ao capitalismo alcançar um verdadeiro poder econômico.

Antes que a atividade de pesquisa & desenvolvimento se tornasse profissional dentro das empresas, por volta de 1870, a indústria química e a energia elétrica haviam se desenvolvido no sentido de superar as máquinas a vapor e introduzir uma nova e profunda mudança tecnológica. Elas reorganizaram o sistema produtivo e o padrão de vida das populações, levando os Estados capitalistas a investirem em escolas e universidades voltadas para as ciências e a tecnologias.

Até meados do século 19, a eletricidade era um campo de fabricação de pequenos instrumentos, que só deram um salto quando Edison inventou a

lâmpada incandescente, Gramme construiu o motor elétrico, e Siemens criou a locomotiva elétrica. Enquanto a Inglaterra e a França teimavam em permanecer com seus sistemas mecânicos acionados a vapor, a Alemanha e os Estados Unidos avançaram rapidamente na fabricação de geradores, motores, equipamentos e linhas de transmissão que, além de revolucionarem os processos produtivos, deram surgimento a poderosos grupos industriais, como Siemens, General-Electric e Westinghouse.

Algo idêntico ocorreu com os sistemas de comunicação que também tinham por base a energia elétrica. Em 1885, Hertz fabricou um dispositivo que reproduzia essas ondas. A invenção do telefone veio logo a seguir. Em 1896 foi inventada a antena capaz de captar as ondas emitidas pelas descargas elétricas. No início do século 20, Marconi fabricou o primeiro aparelho de transmissão de sinais radiofônicos. Todos esses inventos técnicos introduziram mudanças importantes nas comunicações comerciais e humanas. A Primeira e a Segunda guerra mundial permitiram um novo salto tecnológico no capitalismo, com a introdução do avião e de uma série considerável de novos equipamentos técnicos, que estabeleceram as bases para a posterior revolução na fabricação de foguetes e aparatos espaciais, e na microeletrônica, robótica, informática, e nas comunicações digitais.

List tinha razão ao admitir que era raro os estabelecimentos industriais não possuírem relação com a física, a mecânica, a química, a matemática ou a arte dos projetos. Nenhum progresso, nenhuma nova descoberta ou invenção poderia ser feita nessas ciências sem que centenas de indústrias e processos pudessem ser melhorados ou alterados. Portanto, ele colocava a prática industrial como base dos conhecimentos científicos e da realização prática dos novos conhecimentos. Isso não significa, porém, uma relação linear.

Kupfer (2009) tem razão quando afirma que o acirramento da competição movida pelas empresas seguidoras fornece o necessário estímulo para que as empresas líderes introduzam novo ciclo de inovação, realimentando o dinamismo tecnológico de toda a estrutura produtiva. No mundo capitalista, esse movimento é tanto maior quanto mais intensa for a concorrência, obrigando a criação de inovações tecnológicas que, fundamentalmente, reduzam custos e preços como principal arma para suplantar e mesmo destruir todas as outras formas de produção de produtos idênticos. Por outro lado, os pequenos capitalistas não possuem uma estrutura que lhes permita, a não ser eventualmente, investir o necessário para a criação de novas tecnologias. No polo oposto, os monopólios possuem tudo o que é necessário para pesquisar e gerar tecnologias, mas o exercício de seu poder de monopólio pode eventualmente atrasar a introdução das novas tecnologias. A tese da estagnação do monopólio tem por base essa tendência.

A recusa de alguns monopólios em avançar tecnologicamente pode abrir flancos para a entrada no mercado de outros monopólios, com preços mais competitivos. Isto impõe a concorrência entre monopólios e, portanto, a necessidade da corrida por tecnologias que reduzam custos e preços, mesmo agravando a tendência de queda da lucratividade. Izerrougene, com certa razão, afirma que a empresa não pode evitar facilmente a tendência de queda dos preços de seus produtos em um mercado concorrencial, a menos que crie regularmente novos produtos e preveja a sua introdução no mercado toda vez que sinta a ameaça de entrada de concorrentes.

80

No entanto, enquanto a inovação de um produto de consumo é conjuntural, podendo ser rapidamente copiada e superada por outros produtos, a inovação de meios de produção é estrutural, introduzindo mudanças de longo prazo na competitividade e dificultando a cópia ou a imitação imediata. Aparentemente, a máquina fotográfica digital, um produto de consumo corrente, levou a Kodak a perder mercados e falir. No entanto, o que esteve por trás do processo conjuntural foi a tecnologia que permitiu produzir máquinas fotográficas digitais. É evidente, como afirma o próprio Izerrougene, que o mercado de informática é um exemplo patente de que os adiamentos de demanda e a antecipação de oferta de equipamentos e *softwares* com maior performance e mais baratos são muito frequentes. A partir do momento em que uma ou outra empresa se empenhe em garantir supremacia via inovações, os concorrentes também devem assumir despesas de pesquisa & desenvolvimento para acompanhar as mutações.

Mesmo com tecnologias mais avançadas, se as inovações não puderem acompanhar o ritmo dos concorrentes, e se as taxas de mais-valia não puderem se elevar a um ponto em que neutralizem a queda da lucratividade, os capitalistas tendem a mudar para outros mercados. Isso explica por que, desde o final dos anos 1800, uma série de indústrias inglesas de tecidos foi transferida para a Índia e outros países coloniais. E porque, a partir dos anos 1950, teve início o processo de exportação de capitais, inclusive na forma de transferência de plantas industriais, dos países capitalistas avançados para países subdesenvolvidos, como o Brasil.

Nessa disputa insana pelo mercado, os capitalistas fazem uso também de meios extra-econômicos, como sabotagens, assassinatos e guerras. A disputa do Barão de Mauá e de Delmiro Gouveia, contra seus concorrentes ingleses, é um exemplo evidente. Nem sempre a vantagem econômica tem sido suficiente para resolver essa competição. De qualquer modo, em geral é possível explicar a superação de alguns capitalistas por outros através da introdução de novas tecnologias e da redução de custos e preços.

A vantagem tecnológica da indústria automobilística alemã e norte-americana foi fator decisivo no fechamento da incipiente indústria nacional fabricante dos modelos Puma e Gurgel, e no fracasso inicial da francesa Renault, durante os anos 1950 e 1960. O mesmo tipo de guerra que a Fiat, a Peugeot, a Toyota e a Hyundai tiveram que travar, nas décadas posteriores, para ingressar no mercado brasileiro, ou ainda, a guerra que as montadoras chinesas estão enfrentando agora.

Embora a teoria acima tenha uma comprovação histórica volumosa, isso não impediu a emergência da teoria da indução pela demanda (ou *demand pull*), segundo a qual o avanço tecnológico só ocorreria quando houvesse uma demanda preexistente por um novo produto ou processo. Nesse sentido, quem ditaria a taxa do progresso técnico seria a sociedade, à medida que demandasse novos bens e ditasse a alocação de recursos tanto econômicos como incentivos. Mas a teoria de indução pela demanda não consegue explicar as inovações disruptivas, nem a interação entre o progresso científico e o tecnológico, em que este se originaria da própria tecnologia, que estimula as inovações para complementá-la, solucionando problemas, ampliando sua utilização, promovendo sua difusão etc.

Este debate, porém, parece mal colocado. Desde que nasceu, a indústria não se submete à demanda. Esta é que se submete à indústria, através das obsolescências programadas, modas, novos modelos, num frenesi incontrolável. Esse frenesi atua não só sobre os produtos, mas também, e principalmente, sobre os meios de produção, de modo a elevar a produtividade e, com esta, a extração da mais-valia relativa e lucros. O máximo que a sociedade consegue fazer é escolher alguns produtos e equipamentos ao invés de outros. Penaliza alguns capitalistas, enquanto premia outros.

Por outro lado, é evidente que inovações tecnológicas só podem se desenvolver tendo por base as tecnologias anteriores. O motor a combustão só pode ser criado após a invenção de ligas de aço. E o motor elétrico só emergiu depois de mais de meio século de experimentos dispersos de dínamos de diferentes tipos. Mas não é possível dissociar o ritmo de desenvolvimento científico e tecnológico dos meios de produção e dos produtos de consumo do grau de concorrência ou competição dos mercados.

Historicamente, a partir da Primeira Guerra, o Estado ingressou de forma cada vez mais ampla e firme no desenvolvimento científico e tecnológico, através das universidades e de institutos e empresas de pesquisa & desenvolvimento. Tem atuado ativamente para formar cientistas e engenheiros, elevar o número de patentes, aumentar a quantidade de empresas inovadoras e incrementar as exportações de bens de alta tecnologia.

O Estado nos Estados Unidos, embora aparentemente não interfira na economia, faz fluir anualmente bilhões de dólares para as atividades de pesquisa & desenvolvimento das empresas privadas, principalmente para aquelas relacionadas com a indústria armamentista e de bens de capital, com impacto sobre o conjunto da economia. No Brasil, o processo de monopolização da economia por corporações transnacionais, incrementado nos anos 1990, teve um impacto negativo sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, sobre a formação de cientistas e engenheiros, e sobre a inovação empresarial.

Talvez por isso tenha conquistado foro de verdade inabalável a ideia de que o espaço nacional perdera importância como local de interação do ensino e da pesquisa, e que o Estado nada poderia fazer a respeito. As corporações transnacionais estariam mudando a configuração da economia mundial em direção à globalização, e tendiam a padronizar as tecnologias e produtos. Os Estados nacionais teriam perdido, com isso, qualquer possibilidade de interferir sobre a universalização tecnológica.

Coutinho (2002) deduziu daí que teria ocorrido uma desverticalização em busca da especialização. Teria havido uma concentração das empresas em atividades de maior rentabilidade e o fechamento das linhas de produção que continham um grau maior de incerteza ou de tempo de maturação. Com base nesses critérios, teria havido o abandono das linhas de produção de maior conteúdo tecnológico e poucos investimentos em pesquisa & desenvolvimento, o que não deixa de ser verdadeiro. Mas esse é um movimento recorrente no capitalismo.

No entanto, nos países tecnologicamente avançados, esse movimento levou à transferência das indústrias de maior grau de incerteza, ou menor grau de rentabilidade, para países com mão de obra mais barata, capazes de elevar aquele grau de rentabilidade. Eles procuraram manter as linhas de produção de maior conteúdo tecnológico e seus centros de pesquisa & desenvolvimento, de modo a transformar seus resultados em bens de capital solváveis para países atrasados. Portanto, o fato de que tal movimento tenha ocorrido no Brasil em sentido inverso ao do centro capitalista é um sinal claro da capitulação do Estado e da burguesia brasileira aos interesses dos capitalismo centrais.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria no Brasil, vários autores se davam conta de que, na Ásia, os Estados nacionais exigiam que os investimentos externos de capital fossem acompanhados não apenas de plantas industriais com altas e novas tecnologias, mas também de centros de pesquisa & desenvolvimento, de modo a construir ou ampliar os sistemas nacionais de inovação. Portanto, paralelamente à tendência de globalização e universalização tecnológica, emergiu uma forte tendência de dar grande importância aos sis-

temas nacionais e regionais de inovação como contraponto aos processos de inovação dos países centrais.

Portanto, aquilo que Tavares e Beluzzo (2002) chamaram de ajuste regressivo da estrutura produtiva não foi um simples abandono da indústria de bens de capital. Nem uma simples mudança na internalização do avanço tecnológico via importação e modernização das plantas, ao invés da expansão do setor de bens de capitais. Foi uma obediência política aos interesses internacionais dos centros capitalistas, com brutais repercussões negativas no desenvolvimento industrial, tecnológico e científico da economia brasileira. É lógico que houve a preservação de segmentos de montagem que destinam parcela de sua produção para outros mercados, como é o caso do segmento automotivo e dos aviões da Embraer. Mas, a capitulação nos anos 1990 ocorreu na suposição de que a inserção produtiva do Brasil no exterior estava assentada numa divisão do trabalho que relegava aos países em desenvolvimento a produção de bens de menor conteúdo tecnológico.

No entanto, naquela década, o Estado e a burguesia brasileira já conheciam a experiência de reconstrução economicamente soberana do Japão, Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, e já tinham suficientes informações sobre as reformas dos socialismos de mercado chinês e vietnamita, experiências que subvertiam aquela suposição ao elevar sua produção de bens de conteúdo tecnológico. Kupfer lembra que o modelo japonês e coreano do sul combinou a inserção internacional de indústrias tradicionais com a ênfase em bens de consumo durável, produtos mais sofisticados e produtos de alta densidade tecnológica. Já a China teria combinado produtos tradicionais com crescentes produtos de alta densidade tecnológica, tendo por base o câmbio relativamente desvalorizado, um crédito farto e barato, controle na entrada de capital financeiro e de risco, política industrial, tecnológica e comercial, e combinação dos mercados externo e interno.

Ainda em relação à experiência da China, Frischtak (2009) frisa que ela seria um caso único em três vetores. Primeiro, como fronteira aberta na perspectiva de um processo de migração, urbanização e interiorização, impulsionando ganhos de produtividade e contenção de custos salariais nas atividades intensivas em trabalho. Segundo, como industrialização pesada, capital intensivo. E, terceiro, como transformação produtiva, com base no conhecimento. Ainda segundo ele e Pomar (2009), um aspecto insólito na experiência chinesa foi o papel do mercado interno após o impulso propiciado pela integração com o mercado mundial. Ele teria sido facilitado por uma infraestrutura industrial pré-existente, pela modernização dos serviços e pelos baixos salários reais.

O motor do crescimento teria se deslocado para os investimentos em infraestrutura e para o consumo das famílias, cuja mudança de nível de padrão só seria comparável, no pós-guerra, nos Estados Unidos, Europa e Japão. Embora Frischtak tenha confundido os baixos salários nominais chineses com seus salários reais relativamente altos, o que conformou um mercado doméstico crescentemente possante, na verdade ele fornece elementos para supor que o caso chinês poderia não ser único, como não foi.

O Vietnã também combinou os três vetores, em condições muito mais atrasadas do que as do Brasil. Portanto, por ignorância, subserviência ou cumplicidade, o Estado e a burguesia brasileira deixaram de aproveitar, por duas décadas inteiras, as oportunidades que a busca desesperada do capitalismo dos países centrais pela elevação de sua lucratividade ofereciam. O país poderia ter intensificado sua industrialização e participado na produção daquilo que Cerqueira chama de bens e serviços que estão na fronteira da acumulação do capital. Ao contrário disso, até o início dos anos 2000, todos os setores produtivos brasileiros apresentavam déficits comerciais ou, na melhor das hipóteses, pequenos superávits.

Isto só começou a mudar com a emergência da China e outros países asiáticos como potências grandes e pequenas que haviam escapado da sina do subdesenvolvimento eterno. Suas demandas fizeram com que os setores brasileiros superavitários, como o agronegócio e a mineração, passassem a exibir superávits ainda maiores. Em sentido contrário, os setores intensivos em tecnologia aumentaram seus déficits, enquanto os setores intensivos em trabalho ficaram estagnados ou passaram de pequenos superávits a pequenos déficits comerciais.

Esses cursos díspares dos setores econômicos se intensificaram ainda mais a partir de 2007, quando o saldo da balança comercial brasileira atingiu seu maior valor. O saldo comercial positivo do agronegócio e da mineração aumentou tanto em virtude da elevação dos preços das commodities agrícolas e minerais, quanto do incremento dos volumes exportados. Mas o saldo comercial negativo dos produtos manufaturados aumentou no sentido inverso do incremento do volume exportado. A maior parte dos analistas explica o *déficit* da balança comercial dos manufaturados pelo crescimento das importações dos produtos chineses, desdenhando o peso do *superávit* norte-americano e dos produtos provenientes da Europa. Além disso, o aumento das importações esteve relacionado, em vários segmentos, à expansão da demanda do mercado doméstico, que resultou da elevação do poder aquisitivo de uma parcela significativa da população mais pobre.

A redução do desemprego, a elevação do salário mínimo e as transferências de renda tiveram um incremento mais rápido do que o crescimento da ofer-

ta, tanto de alimentos, quanto de bens de uso corrente. Essa disparidade entre a demanda e a oferta, por outro lado, também incentivou a importação de bens de capital, sem os quais a industrialização capaz de elevar a oferta de bens manufaturados não pode ocorrer. O próprio mercado começou a atuar no sentido de atender ao crescimento da demanda sem gerar grandes pressões inflacionárias, embora isso não tenha sido possível na produção de alimentos.

Após mais de vinte anos de estagnação econômica começaram a ser postos em prática projetos para ampliar o parque produtivo, com a construção de novas unidades fabris e plantas industriais. Apesar disso, o crescimento da taxa de investimento, de 15,9% do PIB em 2005 para 19,1% do PIB em 2008, apontava para um buraco de dimensões desconhecidas no estoque de capital acumulado no país e no desenvolvimento científico e tecnológico. Os dados da produtividade do trabalho eram a expressão mais evidente das imensas lacunas no desenvolvimento tecnológico e científico.

Mesmo tomando a elevação da produtividade como o resultado da divisão entre o valor adicionado, ou agregado (média de mais-valia), e o número de empregados, vários estudos apontam que a produtividade da economia brasileira cresceu cerca de 0,88% ao ano, entre 2000 e 2009. Isso significa que nessa década a produtividade brasileira cresceu menos de 9%. Paralelamente, observando a estrutura produtiva brasileira, não é difícil notar que ela está concentrada nas categorias de menor intensidade tecnológica, ou seja, baixa e média-baixa tecnologia. Cerca de 40% do total das empresas brasileiras estão no nível de baixa tecnologia, e 24% no nível de média-baixa tecnologia, somando mais de 64% das empresas nacionais. No nível de média-alta tecnologia estão cerca de 23% e, no nível de alta tecnologia apenas 12%.

O fato de as empresas mais inovadoras serem justamente as de baixa e média-baixa intensidade tecnológica indica que elas podem estar nos setores que enfrentam os maiores desafios competitivos. Mas também indicam, com certeza, que as empresas monopolistas transnacionais, ao exercer um poder de monopólio sobre a economia, não se sentem impelidas a inovar e elevar sua capacidade concorrencial.

Para complicar ainda mais o quadro nacional sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, comparando-se os setores que compõem a estrutura econômica, constata-se que o único setor que teve uma elevação marcante da produtividade foi o agronegócio, embora mantendo estável a força de trabalho empregada. Esse setor capitalista incorpora ciência e tecnologia a seu processo produtivo mais rapidamente que os demais, em grande parte pelo apoio da Embrapa e de outros institutos estatais de pesquisa e desenvolvimento. A produção de grãos no Brasil (soja, milho, trigo, arroz e feijão) deverá passar

de 142,9 milhões de toneladas em 2010-2011 para 175,8 milhões em 2020-2021, um aumento de 23%, enquanto a área plantada deverá crescer 9,5%.

Por outro lado, essa elevação da produtividade tem por base o uso crescente de fertilizantes químicos, cuja produção interna é insuficiente para atender à demanda e faz com que esses produtos sejam responsáveis por um terço do *déficit* da indústria química. Essa dependência externa deixa o país vulnerável a flutuações de câmbio e preços e traz o risco de escassez de insumos básicos.

No ano 2000, a produção de fertilizantes atendia a 40% do consumo, mas este cresceu, enquanto a produção ficou estagnada.

Para piorar, a indústria de fertilizantes, assim como a indústria petroquímica, é intensiva em capital e tem acesso a recursos naturais restritos. Em outras palavras, o setor é concentrado em mãos privadas, que utilizam seu poder de monopólio para impor preços administrados, ou para transferir plantas para países em que as matérias-primas e a mão de obra sejam mais abundantes e baratas. Em 2009, a indústria química, da qual faz parte a produção de fertilizantes, produzia o quarto maior PIB industrial do país, participando com mais de 10% da indústria de transformação, o que coloca o país entre os sete maiores produtores mundiais. Apesar disso, segundo a Embrapa, um dos grandes entraves para o desenvolvimento técnico-científico reside na resistência da agricultura à introdução de fertilizantes organominerais e à utilização de polímeros, que apresentam maiores qualidades e menores perdas.

O principal setor da indústria brasileira é o de alimentos e bebidas, seguido dos setores de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, veículos automotores, reboques e carrocerias, e químico. O fato de que setores tecnologicamente chave como o siderúrgico, o fabricante de máquinas e equipamentos, e o de computadores e componentes microeletrônicos, não participem entre os quatro maiores é um indicador sério do atraso técnico e científico da indústria brasileira.

Squeff e Yannick (2012) procuraram demonstrar o baixo dinamismo da economia brasileira, entre 2000 e 2009, através da aferição da dinâmica intra-setorial. Segundo eles, o grupo de baixa tecnologia reduziu sua importância na composição do valor adicionado, que caiu 2,5%, e na criação de novos postos de trabalho, cuja queda foi de 6,6%. O grupo de média-baixa tecnologia apresentou um comportamento oposto, tendo crescimento de 6,6% em termos de valor adicionado e de 0,75 em termos de criação de postos de trabalho. Já o setor de média-alta intensidade tecnológica apresentou elevação de 1,4% na participação do valor adicionado e de 1,5% no total de postos de trabalho na indústria de transformação. Mas o setor de alta tecnologia apresentou uma queda de 1,5% em termos de valor adicionado e uma elevação de 0,3% nas

ocupações. Ainda de acordo com esses autores, estaria ocorrendo uma convergência entre o nível de produtividade dos macro-setores menos produtivos (serviços e agropecuária) e o macro-setor mais produtivo (indústria).

O problema consiste em que tal processo decorreria da queda da produtividade do setor industrial, em vez de estar associado a taxas de crescimento superiores dos serviços e da agropecuária. A produtividade da indústria extrativa seria muito superior à verificada na indústria de transformação e nos outros setores industriais. Esse resultado teria sido influenciado pelos setores de petróleo e gás natural, os mais produtivos da economia. As diferenças de produtividade entre os diversos sub-setores industriais estariam aumentando.

A produtividade da indústria extrativa em relação à produtividade na indústria de transformação teria aumentado de 3,72% em 2000 para 4,74% em 2009. A produtividade da indústria extrativa em relação à produtividade de todos os outros setores industriais teria se elevado de 4,29% para 5,31%. E, em relação à economia como um todo, a produtividade teria se elevado de 5,33% para 5,80%, numa séria inversão do desenvolvimento científico e tecnológico dos setores que são estratégicos no desenvolvimento do país. Quanto à evolução da produtividade na indústria de transformação, teria havido queda em todos os grupos que a compõem. Entre 2000 e 2009, dentro do setor de serviços ocorreu uma elevação de 4% ao ano na produtividade do trabalho do setor financeiro, que se diferenciou dos demais, que ficaram estagnados ou apresentaram queda.

A avaliação desse processo regressivo tem levado alguns autores a sugerirem que os produtos e os meios de produção tecnologicamente mais avançados têm a capacidade de estimular diversos setores de atividade, transformando-se em locomotivas que promovem a expansão econômica e propiciam maior lucratividade. Na verdade, quanto mais os bens de altas e novas tecnologias elevam a produtividade e a extração de altas taxas de mais-valia-relativa, mais intensa tende a ser a queda da taxa média de lucro, ou a sua lucratividade.

Essa contradição, cada vez mais presente nas indústrias capitalistas desenvolvidas, tem se tornado uma dor de cabeça para seus proprietários e economistas. Não é por acaso que faliu o sonho do capitalismo central em manter seus centros de pesquisa & desenvolvimento e vender caixas pretas fechadas como forma de elevar os lucros. Atualmente, o processo de segmentação, relocalização ou deslocalização de plantas industriais, como uma das formas de exportação de capitais, inclui também tais centros. O capitalismo central, ao ser obrigado a transferir para países de força de trabalho mais barata as plantas industriais que estão rebaixando sua taxa média de lucro, também se vê compelido a aceitar as exigências dos Estados nacionais que impõem a transferên-

cia daqueles centros como condição para os investimentos em seus territórios. A venda e arrendamento de patentes e da gestão do desenvolvimento científico e tecnológico teve que se tornar parte da busca por maior lucratividade.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, que propiciou a implantação de uma estrutura industrial em território brasileiro, seguiu um caminho diverso do que fizeram o Japão, os tigres asiáticos, a China, o Vietnã e alguns outros países que hospedaram firmas estrangeiras. É verdade que, como aqueles países asiáticos, a Zona Franca de Manaus também recebeu firmas, sobretudo do setor eletroeletrônico, incentivadas por subsídios fiscais dos seus governos. Grande parte dessas firmas também era subsidiária de multinacionais, que fabricavam produtos como celulares, computadores, motos e outros, utilizando intensamente componentes e matérias primas que requeriam expressivos esforços tecnológicos e maciços investimentos em pesquisa & desenvolvimento.

Mas, ao contrário do que tem ocorrido naqueles países asiáticos, que exigem a instalação de laboratórios de pesquisa & desenvolvimento das firmas estrangeiras em seus territórios, com contratos que impedem sua repatriação, na Zona Franca de Manaus as subsidiárias das firmas estrangeiras reproduzem os produtos e processos desenvolvidos pelos laboratórios localizados em seus países de origem. Nessas condições, o processo de transferência do conhecimento tecnológico e das próprias tecnologias é praticamente nulo ou irrisório, já que a maior parte do processo de inovação é realizada fora. Para ser completo, tal processo deveria incluir a transferência do conjunto de procedimentos que conformam a pesquisa e o desenvolvimento de novos equipamentos e produtos para o Brasil.

Além dessas lacunas, os polos industriais que compõem a Zona Franca de Manaus estão voltados quase inteiramente para suprir o mercado doméstico, e não para o mercado externo, ao contrário do que Prado Jr. supunha necessário para permitir que as empresas nacionais ganhassem musculatura e competitividade. Em termos gerais, mesmo estabelecendo *joint ventures* com empresas nacionais, somente cerca de $\frac{1}{4}$ dos insumos e componentes são fornecidos por empresas brasileiras. Os $\frac{3}{4}$ restantes são importados pela empresa estrangeira. Quando os produtos perdem competitividade, a empresa simplesmente transfere parte ou toda sua linha de produção para outro país mais barato.

Esse tipo de movimentação é comum às empresas transnacionais, a não ser que elas estejam submetidas a contratos que as impeçam de praticar sua constante tendência de manada em busca da taxa máxima de lucro. Isto só pode ser evitado se o Estado tiver força suficiente para manter o processo

interno de industrialização, orientando e corrigindo os desvios do mercado e garantindo o desenvolvimento científico e tecnológico, em especial relacionado com a produção de bens de capital.

Atualmente, redes globais de inovação influenciam significativamente os sistemas nacionais. Ecossistemas ou redes de inovação de empresas multinacionais procuram atuar como *hubs*, nós ou entroncamentos entre sistemas nacionais e regionais de inovação. Desse modo, inúmeros atores do campo de ciências e tecnologias são conectados, em diferentes países, através de *clusters* e zonas de desenvolvimento, à medida que as empresas multinacionais procuram por novos conhecimentos. Essas empresas buscam lucrar, criando externalidades que disseminem tais conhecimentos, mesmo que tirem seu poder sobre eles.

Em vista disso, atualmente, a economia capitalista passa por um processo de transformações estruturais relacionadas com o desenvolvimento de seu sistema cerebral e nervoso, que tem nos computadores e na microeletrônica seus principais organismos. Países que não dominam a relação dessas ciências e tecnologias com as demais ciências e tecnologias, tanto na indústria, quanto no comércio e nos serviços, ou seja, na produção, circulação e distribuição do capital, tendem a ficar atrasados no processo de desenvolvimento econômico.

Nessas condições, qualquer análise do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil demonstrará que ainda somos um país científica e tecnologicamente atrasado. Estamos na infância da incorporação da ciência e da tecnologia como as principais forças produtivas modernas. Nossas cadeias produtivas são esgarçadas e descontínuas, cheias de lacunas, com uma força de trabalho tecnologicamente defasada. Todos esses itens de atraso foram agravados pela estagnação dos anos finais da ditadura e pela destruição criativa dos doze anos de preponderância neoliberal. Apesar disso, o Brasil está à frente do restante da América Latina, embora ambos tenham crescido antes e apesar da explosão financeira de 2008.

A América Latina e o Brasil não reduziram sua distância tecnológica em relação aos países capitalistas desenvolvidos, nem impediram que a Ásia, antes mais atrasada, aumentasse sua distância tecnológica em relação a nós. Segundo dados da Cepal, a incidência da tecnologia na produção manufatureira da América Latina representa apenas um quarto daquela dos produtos *made in Asia* e *made by Asia*. Palma (2013) estima que uma forma quantitativa de medir a diferença de avanço tecnológico consiste em comparar o número de patentes que a Ásia e a América Latina registram por ano. Esse número é mínimo na América Latina, mas muito significativo na Ásia.

Além disso, os países asiáticos obtiveram uma grande vantagem sobre os latino-americanos na absorção tecnológica. Isto é, na compra de tecno-

logias maduras que representam 90% de tudo que se produz na indústria, no setor de serviços e nas commodities. As diferenças na capacidade de gerar novas tecnologias e de absorver tecnologias existentes residiriam na formação de cientistas e engenheiros, na participação ativa do Estado, na construção de marcas próprias, e na presença de uma burguesia sem medo de correr riscos e empreender.

Relativamente, Índia, China e outros países asiáticos formam muito mais cientistas e engenheiros. O Estado apoia isso e estimula o setor empresarial. Todos os países asiáticos que possuem indústria automobilística construíram marcas próprias, enquanto o Brasil e o México, embora estejam entre os oito maiores produtores do mundo, deixaram suas marcas próprias se extinguirem e nada construíram em seu lugar.

FORÇA DE TRABALHO

Os setores da população humana que realizam a produção dos bens indispensáveis para garantir o metabolismo entre elas e a natureza são forças de trabalho. A história da humanidade parece haver começado com o trabalho comunitário de homens e mulheres, há cerca de 20 mil anos atrás, para obter os bens necessários à sobrevivência através da caça e da pesca. Nos milhares de anos seguintes, o trabalho humano atravessou a fase em que alguns seres escravizavam as forças de trabalho de outros, assim como a fase em que as forças de trabalho foram subordinadas à terra e aos senhores fundiários. A partir do século 17, o assalariamento de forças de trabalho livres tornou-se crescentemente predominante, acompanhando o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No trabalho comunitário havia uma divisão técnica natural, tendo por base a diferença sexual. Os homens dedicavam-se a fabricar os utensílios ou instrumentos de coleta, caça e pesca, e a realizar essas atividades. As mulheres fabricavam os utensílios da morada, incluindo os de preparação dos alimentos, e as atividades correspondentes. No processo de evolução, algumas comunidades entregaram a coleta às mulheres, os homens ficando com a responsabilidade da caça e da pesca. Tudo era dividido em bases relativamente iguais dentro da comunidade. A riqueza era relativamente igual.

Os embriões da propriedade privada residiam no fato de que os utensílios de caça e de pesca pertenciam aos homens, enquanto os utensílios caseiros pertenciam às mulheres. A domesticação de animais e plantas, e a revolução agrícola e pastoril que a seguiu, introduziu uma mudança profunda na antiga divisão sexual do trabalho e da propriedade, ao dar aos homens a propriedade dos novos instrumentos de produção, como o gado, o solo e as sementes. Isto

introduziu contradições no seio das famílias, dos *gens* e das tribos, e entre as mulheres e os homens, que levou a mudanças nas antigas relações, fazendo surgir a propriedade privada dos meios de produção, o patriarcado e as relações escravistas e servis.

Ao serem descobertos pelos portugueses, no início do século 16, os habitantes do território que mais tarde veio a ser chamado de Brasil ainda viviam em comunidades que dependiam da caça e pesca, ou que haviam ingressado na agricultura da mandioca, milho e alguns outros vegetais. No entanto, não haviam ingressado na pecuária, já que em seus territórios não havia qualquer animal domesticável que produzisse leite e carne em volume razoável.

Desse modo, mesmo as tribos que haviam avançado na agricultura de coivara mantinham certo equilíbrio entre as riquezas de seus membros e realizavam a produção através de formas comunitárias. O escambo realizado durante os primeiros 30 anos após a descoberta das terras brasileiras, tendo como objetivo a troca de pau-brasil por quinquilharias e ferramentas úteis para o abate das árvores, e também a busca de ouro e prata, era a expressão de troca entre seres livres. E indicou aos portugueses e a outros europeus que aportaram nas novas terras que os indígenas ainda se encontravam num estágio histórico em que preferiam a morte à escravidão. Isso se tornou ainda mais evidente quando o projeto mercantil da cana e dos engenhos de açúcar tentou utilizar os habitantes originais como força de trabalho forçado.

O que se seguiu foi um processo constante de dizimação das populações indígenas, seja na tentativa de forçá-las ao trabalho escravo, seja nos embates para escravizá-las ou simplesmente aniquilá-las, seja ainda pela transmissão de doenças contra as quais os indígenas não haviam criado anticorpos. Para substituir a refratária força de trabalho indígena por uma força de trabalho capaz de se sujeitar ao duro trabalho dos eitos de cana e dos engenhos de açúcar, caracterizado por Antonil (1982) de 3 pês (pau, pano e pão), os colonizadores portugueses se valeram da escravização de povos africanos que estavam ingressando, ou já haviam ingressado, no estágio histórico do escravismo.

A aplicação de capitais comerciais holandeses, ingleses e portugueses na captura e transporte de escravos africanos e na produção de cana e de açúcar nas terras brasileiras do nordeste e do leste propiciou aos comerciantes e às monarquias desses reinos grande acumulação de riquezas durante os séculos 16 e 17. Ao mesmo tempo, também permitiu que sesmeiros latifundiários, tanto proprietários de engenhos, quanto fornecedores de cana, acumulassem riquezas através da expansão sobre novas terras e da criação de gado nos sertões centrais. Isto, embora a parte do “leão” ficasse com os monopólios comerciais da monarquia lusa.

Nas terras pastoris do sertão nordestino constituiu-se uma força de trabalho livre e semilivre de vaqueiros e peões, que cuidavam dos rebanhos por um sistema de partição das novas crias, e mantinham pequenas roças de subsistência, em terras cedidas “de favor” pelo fazendeiro pecuarista. Algo idêntico ocorreu na região Sul, onde as pastagens dos pampas propiciaram a instalação de enormes sesmarias para a criação de gado bovino, equino e muar.

Na região Norte, então considerada uma província separada do Brasil, formou-se um sistema de extração de drogas do sertão, através da organização de reduções indígenas pelas ordens católicas jesuíta, franciscana e outras. Aparentemente mantendo o sistema de trabalho comunitário, as reduções enriqueceram através do comércio do cacau, pimentas e outras especiarias exportadas para a Europa. Os colonos portugueses que se dirigiam à província nortista viam-se na condição de não poder trabalhar, em virtude da proibição real a respeito, e não poder escravizar indígenas, também em virtude de idêntica proibição. Tiveram que adaptar-se, em cooperação com os indígenas, ao comércio ou à produção de cana para aguardente. A acumulação de riquezas ou capitais durante os séculos precedentes ganhou impulso, no século 18, com a descoberta das minas de ouro e diamante nas Gerais, justamente no momento em que a produção de açúcar nordestino perdia competitividade em relação às novas produções antilhanas. O ouro e os diamantes geraram mudanças importantes na composição da força de trabalho da colônia.

Em primeiro lugar atraíram massas humanas livres de Portugal e de outros reinos europeus, com ou sem capitais. Elas buscavam enriquecimento através da garimpagem direta, da compra e do tráfico de escravos, e do comércio de gêneros, a tal ponto que a monarquia portuguesa teve que proibir a migração temendo correr o risco de assistir ao despovoamento do reino. Senhores de engenho do Nordeste se deslocaram para as Gerais com seus escravos, impondo a eles regimes de trabalho que, conforme contam os anais da época, estabeleciam expectativas de vida de apenas 5 anos de trabalho. Isto intensificou o tráfico de escravos africanos e o aumento dessa população, ao mesmo tempo em que o trabalho brutal também fazia crescer a fuga de cativos e a formação de quilombos nas serras mineiras e em outras regiões.

A produção do ouro e diamantes, criando vilas e populações urbanas bem maiores dos que as até então existentes no território, com a maior parte de sua força de trabalho voltada para a mineração, também incentivou a criação de posses agrícolas onde trabalhadores livres ou com alguns escravos desenvolviam a produção de vegetais e animais para comerciar nas vilas auríferas.

Finalmente, a necessidade de animais de transporte para carregar o ouro produzido até os portos do litoral do Rio e de São Paulo, resultou na criação de

estradas reais por onde se deslocavam as tropas de equinos, muares e bovinos do sul e do nordeste para as Gerais, e por onde essas tropas atravessavam as serras da Mantiqueira e do Mar até os portos do litoral, carregando a produção das minas. Tropas que eram, em geral, tocadas por vaqueiros e peões livres, que recebiam sua paga na proporção das cargas transportadas ou em porcentagem do que obtinham na venda dos animais.

São desse período as primeiras tentativas de instalar manufaturas de tecidos no Brasil, provavelmente idênticas ao sistema gremial existente na Europa da época. Mas essas tentativas foram esmagadas pela proibição da monarquia metropolitana. Desse modo, no final do século 18, a força de trabalho existente no Brasil continha como maior contingente os escravos, considerados bestas falantes. Paralelamente, nos plantios e engenhos de cana coexistia com eles um pequeno número de trabalhadores livres qualificados e feitores, que trabalhava por soldo. Nas minas, havia homens livres trabalhando como feitores, para controlar os escravos, assim como garimpeiros por conta própria. Nas fazendas de gado do nordeste e do sul, o número de escravos era diminuto, sendo predominante a presença de vaqueiros e peões agregados, que cuidavam das cercas, currais e crias pertencentes aos latifundiários e pagavam a estes, em geral, 4/5 ou 3/4 das crias que obtinham (ou recebiam 1/5 ou 1/4). Nessas fazendas alguns agregados cuidavam do plantio de mantimentos e, “pelo favor” de plantar na terra do latifúndio, pagavam 1/2 ou 1/3 da produção (meação e terceirização), e davam um ou dois dias de serviços para o cuidado das benfeitorias do latifúndio (cambão).

Nas posses que foram sendo estabelecidas para atender às demandas das minas e ao tráfego de tropas e manadas, trabalhavam as famílias de camponeses livres (posseiros). As reduções, onde missionários conviviam com indígenas na coleta comunitária de drogas do sertão, tanto no norte quanto no sul, já haviam sido destruídas pelos decretos pombalinos e pela ação de grupos armados organizados pelos latifundiários escravistas. Nas vilas e aglomerações populacionais conviviam escravos domésticos e de ganho, artesãos livres, funcionários públicos e empregados livres de comércio e serviços. Os quilombos eram formados tanto por comunidades livres, quanto por sistemas escravistas com hierarquia monárquica.

Nas primeiras décadas do século 19, a fuga da família real portuguesa para o Brasil, a abertura dos portos para o comércio com a Inglaterra e outros países, o aumento da urbanização e a crescente demanda de café e algodão para a industrialização europeia, introduziram novas mudanças nas forças de trabalho. O escravismo, que se encontrava em crise pela queda da lucratividade da cana e dos engenhos, pelo declínio da mineração de ouro e diamantes, e

pela nova política inglesa antiescravista, reviveu com as plantações de café, no Vale do Paraíba, e de algodão, no nordeste.

Essa reviravolta na situação econômica dos latifúndios escravistas lhes forneceu a ousadia de proclamarem a independência política, em 1822, embora através de um acordo oneroso. E lhes permitiu intensificar o tráfico de escravos, tanto entre as áreas rurais, quanto destas para as cidades, onde haviam se estabelecido suas famílias, com seus séquitos de escravos domésticos e de ganho, após constatarem a importância de ficarem próximos do poder político, nacional e regional.

Ao mesmo tempo, a introdução de novos meios de produção, como as gráficas, as fábricas de tecidos e de alguns bens de uso corrente, assim como de infraestrutura e de meios de transporte, como ferrovias, portos e oficinas de manutenção, ampliou o número de trabalhadores livres que viviam de salários. Nas fazendas pecuárias continuava sendo predominante o trabalho de agregados, tanto na criação e manejo do gado, quanto no plantio de culturas de subsistência.

À medida que os latifúndios de café, gado e cana avançavam sobre novas terras, inclusive as ocupadas por posseiros livres, estes se viam obrigados a deslocar-se para terras mais distantes, constituindo um dos principais fatores de desbravamento das fronteiras agrícolas. E, também, um dos principais fatores de surgimento da luta de classes que sacudiu o país na primeira metade do século 19, envolvendo conflitos entre latifundiários, e entre latifundiários e posseiros, em geral abrangendo parcelas de escravos, e também camadas pobres urbanas.

No final da primeira metade do século 19, as revoltas populares foram esmagadas pela Guarda Nacional, constituída de tropas armadas de agregados e escravos, organizadas e comandadas por latifundiários que, conforme o tamanho de suas sesmarias, recebiam as patentes de capitão, major e coronel. A organização e a ação dessa guarda armada latifundiária coincidiu com um novo declínio do escravismo e com a tentativa de impedir a posse de terras devolutas por homens livres pobres, expressa na Lei de Terras, de 1850.

A decisão inglesa de afundar os navios negreiros tornou o tráfico não só extremamente caro, mas também escasso, influenciando na queda da produção do café, do algodão e do açúcar brasileiros. As primeiras experiências para resolver essa crise de mão de obra escrava foram realizadas pelo Senador Vergueiro, nos anos 1860, ao importar trabalhadores livres suíços e alemães para um sistema de parceria.

Os parceiros cuidavam de determinado número de pés de café e recebiam uma parcela da colheita como pagamento. Como eram descontados

das despesas da viagem para o Brasil e do fornecimento de alimentos para o sustento durante os tratos culturais e a colheita, eles tendiam a se tornar devedores permanentes. Além disso, como o trabalho no Brasil ainda era predominantemente realizado por escravos, e considerado um encargo exclusivo de escravos, os parceiros começaram a ser tratados como tais. O que os levou a revoltas que causaram a mudança do sistema de parceria e sua substituição pelo sistema de colonato. Neste, os novos imigrantes, em geral japoneses, continuavam devedores das despesas da viagem. Porém, recebiam como pagamento uma parte da colheita e uma parcela na forma de salário, tendo ainda o direito de plantar roças para sua subsistência.

Esse sistema persistiu até depois da extinção legal do escravismo, mas foi desaparecendo à medida que os latifundiários impediram a realização de qualquer arremedo de reforma agrária e transformaram grande parte de seus ex-escravos em agregados, seguindo o exemplo dos latifúndios pecuários. No início do século 20, muitos ex-escravos agrícolas se transferiram para as cidades e se juntaram às novas aglomerações urbanas construídas pelos antigos escravos domésticos libertos. Porém, a maior parte da força de trabalho continuou presente nas áreas rurais, então na categoria de agregados, também chamados de meeiros, terceiros, foreiros, rendeiros e outras denominações regionais.

A categoria de agregados, que durante dois a três séculos foi própria apenas da força de trabalho dos latifúndios pecuários, se estendeu a todos os demais tipos de latifúndios agrícolas. Eles eram trabalhadores que possuíam meios de produção próprios (enxadas, foices, enxadões, machados etc) e trabalhavam de favor nas terras dos latifundiários. Para se tornarem proprietários de seus meios de produção eles também precisavam contar com o favor do latifundiário, que comprava as ferramentas e as revendia para serem pagas na safra. E, para se sustentarem durante o período de derrubada, aração, plantio, tratos culturais e colheita, os agregados também contavam com o favor do latifundiário, que lhes fornecia os mantimentos necessários a seu sustento e da família até completarem a colheita.

Em paga de todos esses favores, os trabalhadores agregados entregavam uma parcela de sua colheita, trabalhavam um ou dois dias nas terras ou benfeitorias do latifundiário, e pagavam todos os fornecimentos de ferramentas e alimentos feitos por ele, com juros quase nunca explicitados. Desse modo, o camponês brasileiro, da mesma forma que o camponês feudal, pagava a renda da terra ao latifundiário, em geral na forma de espécie. E, da mesma forma que o camponês feudal, tinha a obrigação de realizar trabalhos gratuitos para ele, inclusive na forma de jagonço. Em outras palavras, era obrigado à corveia, que aqui se chamava cambão. Porém, ao contrário do camponês feudal, o camponês

agregado brasileiro não pertencia à terra. A rigor, era legalmente livre para trocar de latifundiário e migrar para as cidades, ou para as regiões de novas posses. O que o impedia de fazer isso, por mais brutal que fosse a exploração a que estivesse submetido, era sua dívida financeira com o latifundiário. A única maneira de migrar era fugir, sob o perigo de ser caçado e morto, conforme Pomar.

Esse aprisionamento a que foi submetida a maior parte da antiga força de trabalho escravo depois da abolição da escravatura impediu que se formassem nas cidades brasileiras uma imensa força de trabalho desprovida de meios de trabalho e de condições de subsistência. Portanto, não se formou a massa de força de trabalho barata que os capitais acumulados pela burguesia comercial e pelos latifundiários das *plantations* comerciais precisavam para dar escala às manufaturas e às indústrias que começavam a instalar-se no país.

Além disso, o racismo predominante era um obstáculo ao emprego da força de trabalho urbana constituída de ex-escravos. Nessas condições, as manufaturas da primeira onda industrializante do Brasil empregaram principalmente migrantes europeus, italianos e espanhóis. Por outro lado, as terras agricultáveis do Brasil tinham uma extensão proporcionalmente muito superior às da força de trabalho disponível para ocupá-la. Nessas condições, por um lado ou pelo outro, a situação concreta da força de trabalho legalmente livre, mas de fato aprisionada nos latifúndios, foi um dos fatores que contribuíram para o pequeno impulso do desenvolvimento capitalista no Brasil durante grande parte do século 20.

Apesar disso, no final dos anos 1910, os trabalhadores fabris deram os primeiros sinais de que estavam constituindo um novo tipo de força de trabalho livre. Mesmo assim, ainda nos anos 1960, a maior parte da força de trabalho ainda permanecia na agricultura e subordinada aos latifúndios. O que não impedia a fuga constante de camponeses, principalmente do nordeste e do centro-leste, para as cidades ou para as fronteiras agrícolas do oeste e do norte. A extensão da legislação trabalhista ao campo, nos anos 1950, forçou parte dos latifundiários a transformar o cambão em trabalho assalariado, mas não permitiu que os camponeses se libertassem do sistema de endividamento.

Foi nessa década que os trabalhadores industriais, concentrados principalmente em São Paulo, começaram a ganhar o *status* de classe com força social capaz de forçar mudanças estruturais na sociedade brasileira. A cidade de São Paulo, por exemplo, possuía uma população urbana de 1,75 milhão de pessoas com mais de 10 anos. Dessa população, 420 mil eram trabalhadores industriais, 370 mil trabalhadores no comércio e serviços, 50 mil servidores públicos, 45 mil trabalhadores em atividades gerais e 15 mil profissionais libe-

rais. Os trabalhadores assalariados, abrangendo os trabalhadores da indústria, comércio e serviços, eram maioria apenas na capital paulista. Mas no resto do estado, assim como no país, o campesinato disperso e desorganizado ainda constituía a maior parte da população e da força de trabalho. Nessas condições, além dos fatores subjetivos envolvidos, a força social conjunta da classe assalariada, do campesinato e de parcelas da classe média urbana não foi suficiente para resistir ao golpe militar que impôs a ditadura militar, em 1964.

Foi essa mudança política que, na segunda metade dos anos 1960 e durante os anos 1970, mudou radicalmente a situação de predomínio da força de trabalho agrícola sobre a população de trabalho industrial, de comércio e serviços. Contando com empréstimos a juros subsidiados, os latifúndios foram mecanizados, passaram a utilizar novas tecnologias agrônômicas e trabalhadores assalariados. Foram transformados em empresas de produção agrícola em escala industrial e comercial, mais tarde chamadas de agronegócio.

Dezenas de milhões de camponeses agregados aos latifundiários foram expulsos, tendo que migrar para as cidades na busca dos empregos proporcionados pelos investimentos estrangeiros e nacionais em infraestrutura e na indústria. A força de trabalho, em pouquíssimos anos, passou a ser predominantemente urbana. Em 1970, a cidade de São Paulo havia aumentado a sua população em 1,2 milhão de pessoas. Nela, o número de trabalhadores industriais mais do que dobrou, passando a 911 mil, o mesmo ocorrendo com os trabalhadores no comércio e nos serviços, que passaram a 900 mil. Como, em meio a esse processo, as crises capitalistas mundiais esgotaram o milagre econômico da ditadura, criou-se uma situação, a partir do final dos anos 1970, na qual massas de milhões de pessoas despossuídas viram-se, de um momento para outro, sem condições de trabalho, tanto nas cidades quanto no campo.

Prado Jr., assim como grande parte dos economistas e sociólogos desse período, não chegou a detectar a natureza do que realmente estava acontecendo. No início dos anos 1980, ele ainda afirmava que a industrialização intensiva posterior à guerra não lograra suscitar uma atividade econômica capaz de absorver e ir incorporando, em nível adequado, o crescimento demográfico verificado no país e, em particular, os excedentes expelidos e deslocados do que chamou de declinante setor agrário.

Ele sequer notou que o setor agrário não estava declinante. Estava sendo revolucionado por cima para produzir em moldes capitalistas, ao mesmo tempo em que liberava sua antiga força de trabalho pré-capitalista para ser utilizada como exército de reserva para a industrialização do milagre econômico, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Nesse período, o capital nacional e estrangeiro contou com uma farta oferta de forças de trabalho de baixo custo,

permitindo altas taxas de lucro. Paralelamente, isso também permitiu a criação de uma massa qualificada de forças de trabalho de salários mais elevados.

Nessas condições, ao invés de perpetuar a defeituosa estrutura social brasileira do período colonial, esse processo reduziu o campesinato a uma parte bem menor da população economicamente ativa, criou uma enorme massa de desempregados para o desenvolvimento industrial, e procurou consolidar o tipo de capitalismo dependente que vinha se desenvolvendo desde a primeira década do século. No entanto, um dos problemas inesperados, causado pelas crises e pelos problemas estruturais de lucratividade que o capitalismo desenvolvido passou a enfrentar a partir do final dos anos 1970, foi a relativamente pequena utilização da massa de trabalhadores libertos do latifúndio no Brasil.

Para se ter uma ideia do que representou a migração dos camponeses para as cidades vale a pena lembrar que, nos anos 1950 e 1960, a participação dos camponeses na força de trabalho total do país era de 29,4%. Nos anos 1970 e 1980 essa participação caiu para 10,7% e, nos anos 1990 e 2000 foi reduzida para 8%. Como a industrialização, tendo por base unicamente as empresas monopolistas estrangeiras e nacionais, foi freada pelas crises, incluindo a crise de endividamento externo dos anos 1980, isso afunilou as possibilidades de crescimento do emprego assalariado urbano no Brasil.

Nessas condições, a maior parte do exército industrial de reserva, então criado para reduzir os custos da força de trabalho pela concorrência entre os trabalhadores e fornecer altas taxas de exploração, formou uma grande massa de *excluídos do mercado formal de trabalho*. Essa população excluída passou mais de duas décadas sem acesso à escolaridade e à profissionalização, tornando-se incapaz de se preparar para as mudanças que a revolução tecnológica e científica imporia às novas forças de trabalho se o Brasil voltasse a crescer. Apesar disso, Pessoa (2009) prefere responsabilizar o forte crescimento populacional, associado à imigração, por gerar os problemas de favelização e criminalidade que vieram à tona na década de 1990.

Essa situação parecia se tornar irreversível com a suposição, como acreditava Oliveira (1998), de que desde os anos 1970 o emprego industrial deixara de se afirmar como tendência dominante. Ao contrário, estaríamos assistindo a um movimento de desindustrialização no sentido de predominância dos serviços. Apesar do que afirmou Oliveira, a participação da força de trabalho na indústria, que foi de 20,5% entre os anos 1950 e 1960, subiu para 36,6% nos anos 1970 e 1980, só baixando dos anos 1990 em diante, chegando a 17% nos anos 2010. Em sentido contrário, a força de trabalho no setor de serviços, que já era predominante entre os anos 1950 e 1980, com uma participação de mais

de 50% na população ativa, saltou para 75% entre os anos 1990 e 2010. O que tivemos, portanto, não foi um desdobramento natural do desenvolvimento das forças produtivas do país, mas os efeitos das políticas neoliberais devastadoras.

Portanto, a tendência desindustrializante e de desemprego não foi estrutural. Foi conjunturalmente forçada pelas políticas neoliberais. O Brasil, para desenvolver suas forças produtivas, ainda precisa ganhar uma forte estrutura industrial, utilizando grande parte de sua força de trabalho. O problema consiste em que a maior parte dos excluídos não tem condições de ingressar no mercado de trabalho. Como diz Jessé de Souza (2009), a ralé não tem pressupostos para acesso ao que chamou de capital cultural, que compreende desde a escolarização básica, formação profissional e outras produções culturais.

Criou-se o absurdo de faltar mão de obra em meio a milhões de pessoas obrigadas a sobreviver dos programas sociais do governo. Embora a taxa de desocupação tenha baixado de 12%, em 2002, para cerca de 6%, em 2010, as estatísticas têm dificuldade de computar a massa de força de trabalho que não procura emprego por não ter a capacitação mínima exigida para tanto. Outro aspecto inesperado relacionado a essa situação distorcida do mercado de força de trabalho consiste em que, ao invés de baixar com o recente crescimento do emprego e da renda, a criminalidade aumentou.

Em outras palavras, ao invés de o mercado de trabalho absorver parte considerável do lumpenproletariado, lumpesinato, excluídos, ralé, ou outra denominação que se dê aos milhões de brasileiros que vivem à parte do mercado formal do trabalho, parece haver aumentado o número de pessoas que têm algum recurso a ser assaltado e roubado. O que, muitas vezes, leva à morte. De qualquer modo, na situação atual, a força de trabalho urbana é o maior contingente social da força de trabalho no Brasil, constituindo mais de 80% do conjunto da população total. No entanto, isso não nos fornece elementos para distinguir a divisão social do trabalho.

DIVISÃO SOCIAL

Antes da domesticação de animais e plantas, e da revolução agrícola e pecuária que tal domesticação promoveu, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era natural e a divisão social não existia. Homens e mulheres gozavam dos mesmos direitos dentro da família e na organização comunitária, o clã e a tribo. A divisão social só ocorreu quando a evolução daquela sociedade primitiva promoveu um corte distintivo entre os proprietários de meios de produção e os proprietários de força de trabalho.

A domesticação do gado, para o fornecimento regular de leite e carne, forneceu aos homens um novo instrumento de produção. Através do gado do-

mesticado, os homens obtinham a reprodução de mais gado e podiam também utilizá-lo para arar o solo e produzir grãos. Essa propriedade, inicialmente natural, permitiu aos homens criar uma riqueza superior à das mulheres. Introduziu desigualdades e mudanças na família, nos clãs e nas tribos. Os homens passaram à chefia da família. Tornaram-se proprietários não só do gado, da terra e dos instrumentos de trabalho, mas também das mulheres, dos demais membros da família e dos deuses familiares. Os membros da família, mesmo adultos, subordinaram-se ao poder do chefe como servos. Os prisioneiros de guerra passaram a ser transformados em escravos e incorporados à família como tais.

Esse sistema patriarcal, no qual se combinavam o trabalho servil e o trabalho escravo, em geral marcou a transição do comunismo primitivo para o escravismo. Consolidou a propriedade privada sobre os meios de produção e também sobre parte considerável dos seres humanos. Estabeleceu a divisão entre homens livres proprietários e homens livres não-proprietários, e entre homens livres e escravos. A divisão social entre homens livres e escravos era antagônica e irreconciliável. Mas essa divisão, que tornou abominável e mesmo proibido o trabalho aos homens livres, também introduziu uma contradição profunda entre os homens livres proprietários, os aristocratas, e os homens livres não-proprietários, a plebe, cujo número crescia mais rapidamente do que o dos proprietários.

Paralelamente, à medida que a produção cresceu e a necessidade de escravos aumentou, a troca de valores de uso se transformou na troca e na circulação de mercadorias, fazendo emergir entre os homens livres uma classe de comerciantes, que ganhou vulto em todas as sociedades em que o escravismo se tornou predominante. Os comerciantes eram proprietários de escravos, embarcações, tropas de carga, e outros meios indispensáveis ao comércio.

Já a plebe, para sobreviver, precisava ter acesso à parte da riqueza e aos mesmos direitos dos aristocratas. Todas as grandes revoltas da antiguidade escravista, que causaram mudanças sociais e políticas profundas nas sociedades de então, estiveram relacionadas aos homens livres socialmente opostos, os aristocratas e a plebe. As revoltas escravas, embora algumas tenham marcado a história, como a que foi comandada por Espartaco, não conseguiram promover qualquer mudança no modo de produção que os subjugava. A revolução haitiana, comandada por Toussaint Louverture, foi única a obter sucesso histórico, no final do século 18 e início do século 19.

O escravismo declinou e se tornou anti-econômico à medida que a plebe também conquistou o direito de se apropriar de parte da riqueza produzida pelos escravos. Esse declínio levou à substituição paulatina e conflituosa do escravismo pelo clientelismo. Na Ásia, foi acompanhada das guerras entre

reinos escravistas. Na Europa, foi empurrada pelas invasões bárbaras. Homens livres e ex-excravos se colocavam sob a proteção de grandes latifundiários para trabalhar a terra e, em troca, lhe entregavam parte de sua colheita e cumpriam as obrigações pactuadas.

O clientelismo foi a base sobre a qual se consumou o sistema feudal, tanto na Ásia e África, quanto na Europa, constituindo uma nova divisão social entre proprietários fundiários e camponeses semilivres, que pertenciam às glebas territoriais nas quais trabalhavam. Portanto, não podiam ser expulsos delas, mas também não podiam sair delas por vontade própria.

Os proprietários fundiários podiam tanto ser proprietários de fato das terras, quando tinham força política e militar para tanto, quanto vassalos de um proprietário mais forte ou do rei. E os camponeses, embora pertencessem à terra, eram proprietários de seus meios de produção. Essas mudanças ocorreram em épocas históricas diferentes na Ásia, na África e na Europa. Mas, onde ocorreram, reduziram o comércio a baixos níveis de troca durante seu período inicial.

Por outro lado, elas abriram campo para surgirem camponeses livres de qualquer sujeição, em parcelas de terras comunitárias. Muitas dessas comunidades camponesas constituíram um modo de produção autônomo, mesmo após a consolidação do feudalismo. Neste, após o período conflituoso inicial, a agricultura ganhou vulto, aumentando a população e reativando o comércio e o artesanato. Com isso, o poder econômico dos comerciantes e das corporações artesanais cresceu. Os comerciantes jogaram papel importante em todo o processo de evolução do feudalismo, embora fossem considerados uma classe de segunda categoria.

Várias monarquias feudais tiraram proveito das trocas comerciais, inclusive provendo os comerciantes e os artesãos de zonas territoriais onde podiam ficar livres das tropelias e saques dos senhores feudais. Essas zonas, que na Europa receberam o nome de burgos, qualificavam de burgueses a todos os que nelas se situassem. As corporações artesanais, por outro lado, eram regidas por regulamentos que tolhiam sua diversificação e sua produção.

À medida que o comércio voltou a ganhar vulto, e em que as corporações artesanais foram incapazes de atender às demandas dos comerciantes, estes passaram a aplicar parte de seus capitais na produção das mercadorias que desejavam. A produção de vestuários de lã, em especial na Holanda, realizada tanto por trabalhadores domésticos, quanto em pequenas manufaturas, teve consequências inesperadas.

A partir do século 14, ela promoveu uma revolução agrária e agrícola na Inglaterra, onde os latifundiários passaram a expulsar os camponeses de

suas glebas, inclusive das terras comunitárias, para realizarem a criação de ovelhas e a venda da lã para a produção de vestuários. Os feudatários passaram a arrendar as terras de criação para produtores livres, enquanto milhões de camponeses se aglomeravam nas cidades inglesas em busca de trabalho e sobrevivência. Por cerca de três séculos, a Inglaterra viveu uma vagabundagem forçada até então desconhecida, obrigando a monarquia a criar uma lei de amparo aos pobres.

A essa altura, os comerciantes chineses e hindus já comerciavam com os árabes, tanto através das rotas terrestres da seda, quanto da rota marítima que ia ao golfo Pérsico e ao leste da África. Em termos técnicos, quando os comerciantes portugueses se aliaram com a monarquia de Avis para se jogarem ao mar salgado e começarem a importar metais e especiarias da África e da Ásia, as naus chinesas eram muito maiores e possuíam técnicas desconhecidas dos europeus, como os cascos estanques, o leme, as velas triangulares e a bússola.

Apesar disso, a monarquia chinesa capitulou ante os senhores feudais, proibiu a continuidade das viagens marítimas, e abriu portas e janelas para o predomínio dos europeus no processo de descobertas e globalização do comércio. Foi nesse processo que os comerciantes e a monarquia inglesa acumularam enormes riquezas monetárias, intensificaram a produção de suas manufaturas, e transformaram as massas de vagabundos em trabalhadores assalariados. Mais adiante, com a criação da máquina a vapor e de grandes plantas industriais, essa união do capital monetário com a força de trabalho de homens livres, mas desprovidos de qualquer propriedade, conformou um novo modo de produção, o capitalismo. Este introduziu modificações inigualáveis tanto na divisão técnica do trabalho, quanto na divisão social, tendo por base a igualdade e a liberdade formal de todos os seres humanos.

Quando isso ocorreu na Inglaterra, entre os séculos 16 e 19, sendo paulatina e conflituosamente acompanhado pela França, Estados Unidos, Alemanha e Japão, no Brasil ainda perdurava o escravismo. A divisão social do trabalho aqui existente opunha escravos a proprietários fundiários e escravistas, mas contemplava um sistema comercial de proprietários, estratos médios de funcionários estatais e plebeus que dependiam da produção proporcionada pelo escravismo.

Os proprietários fundiários só se constituíram como classe social após a fuga da família real para a colônia, consolidando-se após a independência política como classe dominante. Os demais estratos sociais só começaram a ganhar fisionomia própria de classe, mesmo assim esparsamente, durante as revoltas da primeira metade do século 19, e após o fim do escravismo legal. Nas primeiras seis décadas do século 20, com as curtas ondas industrializantes

e a disseminação do trabalho assalariado, conformou-se paulatinamente uma nova divisão social. Ao lado da classe latifundiária pré-capitalista, da burguesia comercial, do campesinato agregado, de um pequeno campesinato livre, de pequenos e médios proprietários de comércio e serviços, e do proletariado comercial e de serviços, surgiu uma burguesia industrial nativa e estrangeira e um proletariado fabril.

A partir do final dos anos 1960, com a modernização dos latifúndios, a classe dos latifundiários se transformou numa fração da classe burguesa, enquanto o campesinato agregado quase desapareceu totalmente. O modo capitalista de produção praticamente dominou ou subsumiu todos os modos de produção e circulação não totalmente capitalizados. Stedile (2000) afirma que, nas décadas de 1960 e 1970, dava-se no Brasil um peso excessivo ao caráter revolucionário do operariado industrial e havia um certo desprezo em relação aos camponeses, que naquela época eram ainda 50% a 60% da população. E acredita já haver sido feito o acerto de contas teórico com a esquerda da década de 1960, por meio da contribuição de Marini, Fernandes e Prado Jr.

Na verdade, ocorreu o inverso do que ele supõe. As correntes de esquerda, naquelas duas décadas, dividiam-se em três grandes grupos. O majoritário acreditava mais no caráter revolucionário da burguesia nacional. Os grupos minoritários dividiam-se entre os que realmente desprezavam qualquer caráter revolucionário no campesinato, e os que consideravam revolucionários tanto os operários, quanto os camponeses. O erro das correntes minoritárias de esquerda não consistiu em desprezar os camponeses, mas em não haver acordado para as mudanças que a ditadura militar realizava na agricultura, no propósito de modernizá-la e esvaziar os campos do enorme estoque de força de trabalho lá presente.

Como Stedile reconhece, do ponto de vista da produção agrícola, aquelas mudanças deixaram as classes sociais mais nítidas. Passara a existir uma burguesia agrária proprietária, associada ao capitalismo industrial, comercial e financeiro, assim como uma burguesia agrária rentista, atrasada, os latifundiários da pecuária extensiva. Haveria também uma pequena-burguesia que se modernizou, do tipo *farmer*, com propriedades entre 100 e 500 hectares, com assalariados e que também trabalham. Haveria os camponeses que trabalham por conta própria ou são sem-terra, como parceiros, meeiros, arrendatários etc, em franca decadência. Haveria ainda um proletariado rural, que tem seu peso diminuído na agricultura, enquanto no meio rural se multiplicariam as atividades não agrícolas, que absorvem cerca de 30% da população rural.

Em outras palavras, enquanto a maior parte da classe latifundiária foi transformada numa fração capitalista, o campesinato perdeu o peso que pos-

suía na população economicamente ativa. Desse modo, a partir dos anos 1970, os proprietários capitalistas de meios de produção, circulação e distribuição passaram a englobar diferentes tipos de propriedade: terras agrícolas e pastoris; animais; equipamentos e máquinas agrícolas; agroindústrias; fábricas de diferentes ramos produtivos; usinas produtoras de energia; equipamentos de transporte; equipamentos de meios de comunicação; estabelecimentos comerciais; bancos; estabelecimentos de serviços de manutenção e conserto; outros tipos de estabelecimentos de serviços jurídicos, financeiros, médicos etc.

Todos os proprietários de meios de produção, circulação e distribuição são, em geral, proprietários não só dessas formas de existência do capital, mas também de capital na forma dinheiro, o equivalente universal necessário à realização da circulação e da distribuição, ou das trocas, no mercado. Essa possibilidade do capital se metamorfosear em meios de produção, produtos e dinheiro, e vice-versa, também criou uma divisão entre o capital produtivo e o capital rentista, este se caracterizando por acumular capital exclusivamente através da renda proveniente dos juros. Os proprietários de meios de produção, ao contrário, multiplicam seu capital principalmente através da exploração dos proprietários de força de trabalho desprovidos da propriedade de outros meios de produção. Os desprovidos da propriedade de meios de produção vendem sua força, ou seu trabalho vivo, no mercado, por um salário relacionado a seu tempo de trabalho, transformando as matérias-primas, através das máquinas e equipamentos colocados à sua disposição, em produtos ou mercadorias, ou em trabalho morto.

Os proprietários capitalistas de meios de produção, circulação e distribuição formam o que historicamente ficou conhecido como burguesia, ou classe burguesa, constituída de diferentes frações, relacionadas com os diferentes tipos de propriedade, tendo como interesse básico a exploração da força de trabalho para a obtenção de lucros crescentes. A burguesia agrária é proprietária de terras agrícolas e pastoris, animais, equipamentos e máquinas agrícolas, e agroindústrias. Como proprietária de terras, essa burguesia também se apropria da maior parte da renda fundiária propiciada pela riqueza natural do solo e/ou pela proximidade dos mercados e vias de transporte.

Há um subsetor da burguesia agrária que não é proprietária de terras. Ela é proprietária de capital-dinheiro e capital-meios de produção, que arrenda a terra e realiza a produção agrícola e/ou pastoril. Ela é obrigada a transferir a renda fundiária para o proprietário das terras, reduzindo seus lucros. Por outro lado, ainda persistem no Brasil alguns latifundiários de velho tipo, que vivem quase exclusivamente da renda fundiária arrancada do trabalho de agregados, rendeiros, parceiros, meeiros, terceiros ou foreiros, ou da espec-

tativa de valorização de suas terras, como reserva de valor, para futura venda ou arrendamento. Esses latifundiários tendem a desaparecer pela ação da burguesia agrária, ou pela luta dos camponeses sem-terra e/ou dos camponeses proprietários de poucas terras.

A burguesia industrial é proprietária de meios capazes de realizar a produção mecanizada, subdividindo-se em vários ramos e setores, a exemplo da siderurgia, metalurgia, mecânica, automobilística, aeronáutica, química, construção civil, farmacêutica, eletrodoméstica, mobiliário etc. Nos tempos mais recentes, a maior parte dessa burguesia passou a procurar lucros suplementares através da especulação financeira. E uma parte da grande burguesia está exportando capitais para países e regiões que oferecem melhores condições de exploração da força de trabalho.

A burguesia financeira é proprietária de capital-dinheiro, tendo inúmeros canais de aplicação produtiva desse capital, como os bancos, agências financeiras etc. Ela vive fundamentalmente dos juros dos capitais aplicados. A burguesia comercial é proprietária de meios de transporte, estabelecimentos de venda de mercadorias e serviços diversos. Ela lucra tanto através da apropriação de uma parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores empregados pela burguesia industrial e agrícola, quanto através de lucros suplementares obtidos na troca, e de lucros financeiros obtidos na especulação.

Modernamente, a fragmentação da divisão técnica tem resultado na maior divisão social, com setores burgueses nas áreas de comunicação, medicina, advocacia etc. Todos esses setores lucram tanto na extração da mais-valia de seus trabalhadores assalariados, quanto através da apropriação de parcelas de mais-valia e lucro dos demais setores da burguesia. Em sentido contrário, a concentração e a centralização do capital têm levado à formação de uma burguesia corporativa que engloba setores agrários, industriais, financeiros, comerciais e de serviços, em geral hegemônica pelo setor financeiro. Isto se deve a que o setor financeiro, por sua capacidade de produzir dinheiro sem controle estrito, é o único setor burguês que permite contrabalançar a queda da taxa de lucratividade, embora correndo o risco de gerar crises cíclicas profundas.

Em grande parte por tudo isso, o mercado só se interessa por rendimentos imediatos e altas taxas de rentabilidade. A nova divisão internacional do trabalho, na qual os antigos centros capitalistas estão em processo de desindustrialização e vários países periféricos estão em processo de industrialização, contempla demandas de recursos naturais e forças de trabalho mais baratas e demandas de produtos mais baratos, porém de maior conteúdo tecnológico.

Essa situação peculiar da burguesia tem suscitado um debate em torno da superação ou não do neoliberalismo no Brasil. Enquanto alguns sugerem

que essa superação estaria em curso, a pleno vapor, outros afirmam que, na verdade, haveria um movimento de sentido contrário, ou seja, de reafirmação das posições neoliberais. Na prática, há dificuldade em compreender as mudanças nas relações de força no interior da burguesia, ocorridas a partir do final do governo FHC e continuadas durante os governos Lula e Dilma.

Para tentar deslindar esses problemas, Boito (2007) utiliza o conceito de burguesia interna, de Poulantzas (1980), para caracterizar a fração do capital que teria ascendido politicamente no governo Lula, sustentando como demanda fundamental um projeto de mudança na política econômica que levasse a um novo tipo de desenvolvimento. Essa burguesia interna seria aquela fração burguesa que ocuparia uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional em sua relação com o Estado e com o capital internacional.

O problema consiste em que essa caracterização pode ter sido adequada para definir algumas frações burguesas dos países coloniais e semicoloniais antes do capitalismo central, nos anos 1950, adotar a exportação de capitais de forma massiva para industrializar países atrasados do ponto de vista capitalista. No entanto, no processo de descolonização e de revoluções nacionais, que marcou os anos 1950 e 1960, essa burguesia interna não parece ter jogado qualquer papel relevante. Isto, ao contrário do que ocorreu com as burguesias compradoras, que se mantiveram associadas ao capital internacional, e com as burguesias nacionais, várias das quais participaram das revoluções nacionais.

Nos países subdesenvolvidos que ingressaram na industrialização, como o Brasil, proporcionada por investimentos estatais e estrangeiros, ocorreu uma diferenciação maior no seio da burguesia. Desenvolveu-se uma burguesia industrial, uma burguesia financeira e uma burguesia agrícola, ao lado das antigas e renovadas burguesias comerciais e de serviços. Todas elas, de uma forma ou outra, com interesses convergentes e conflitantes entre si e com os capitais internacionais, embora em geral fazendo parte de uma classe capitalista ou burguesa. Nessas condições, o conceito de Poulantzas foi superado pelo desenvolvimento capitalista interno.

Durante o período neoliberal dos anos 1990, a fração financeira da burguesia brasileira assumiu o comando do Estado, com a complacência das frações agrária, industrial, comercial e de serviços, e com alta integração com as burguesias financeiras dos países centrais. O Estado brasileiro, sob o comando dessa fração burguesa, desorganizou e aniquilou boa parte da burguesia industrial, estabeleceu laços estreitos com a burguesia agrária, e submeteu a maior parte da burguesia comercial aos interesses financeiros.

Foi o processo devastador implantado pelo Estado, sob o comando da burguesia financeira, sem criar nada de novo, que imprimiu uma divisão re-

lativamente profunda com as demais frações da burguesia. Setores das demais frações burguesas mudaram politicamente, apoiaram a vitória de Lula, e procuraram ditar ao novo governo um viés desenvolvimentista liberal de acordo com seus interesses.

No entanto, o Estado brasileiro ainda continua, em grande parte, sob a hegemonia e domínio do capital financeiro, impondo uma disputa nem sempre pacífica ou civilizada em torno do padrão de desenvolvimento brasileiro. Basta ler os textos publicados pelo BNDES (2011) e outros órgãos do governo e do Estado para comprovar o quanto ramos inteiros do aparato estatal consideram o período neoliberal como positivo para o país. E como isso tem influência sobre as políticas de desenvolvimento tentadas pelos governos Lula e Dilma. Isto é, como a disputa pela hegemonia ocorre em cada item ou projeto da política econômica e social do governo e do Estado.

No processo de divisão social há muito se criou no Brasil uma classe intermediária que precisa utilizar produtivamente sua força de trabalho e, sendo proprietária de capital dinheiro e de alguns meios de produção e circulação, também compra forças de trabalho. Historicamente, essa classe foi denominada pequena-burguesia, mais tarde recebendo também a denominação genérica de classe média.

Seu capital constante, composto de meios de produção e/ou de circulação e distribuição, é movimentado por seu pequeno capital variável. Este paga não só a força de trabalho alheia empregada, mas também seu próprio trabalho e/ou da própria família. Assim, a mais-valia é obtida em parte do próprio trabalho familiar, tendo em vista a acumulação de capital.

Paralelamente, a divisão técnica e social produziu um setor de trabalhadores assalariados de alta qualificação e de altos salários. Uma parte desse setor acumula capital através da aplicação em ações e títulos públicos e de sociedades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços. São assalariados que acumulam capital dinheiro através de juros. Em outros casos, esses trabalhadores passam a trabalhar com meios de produção próprios, no sistema clássico de existência da pequena-burguesia, seja na indústria, na agricultura, no comércio ou nos serviços. Mas também há os que continuam a trabalhar como assalariados, ao mesmo tempo em que empregam força de trabalho alheia para movimentar seus meios de produção, circulação e distribuição. Esse setor, de uma forma ou de outra, faz parte da pequena-burguesia, embora tenha uma perna no trabalho assalariado.

É, em geral, dessa classe intermediária que emerge um setor que tem influência importante na luta de classes, a intelectualidade. Isto é, aquele setor que conquistou conhecimentos e saber e se dedica à análise das ciências e da sociedade. Em relação à intelectualidade brasileira,

Fernandes supunha que a inexistência de um movimento político-social relativamente forte havia deixado os intelectuais mais ou menos livres e independentes à mercê da pressão conservadora.

Os mais íntegros teriam se protegido através de um radicalismo puramente subjetivo. Os que participavam simultaneamente da vida universitária e do movimento socialista tinham que cindir seus papéis intelectuais como se esses dois eixos fossem estanques e só se encontrassem no infinito. Por outro lado, Fernandes também supunha que os cientistas sociais, ao proclamarem a importância dos fatores sociais nos processos econômicos, não pretendiam o papel intelectual de ideólogos de nenhuma camada social. O que o cientista social diria ou faria teria relação, acima de tudo, com os interesses fundamentais da coletividade como um todo.

Ficou a dúvida se Fernandes criticava os cientistas sociais que viviam à procura dos interesses fundamentais da coletividade como um todo, ou se concordava que o papel deles seria mesmo fugir do papel de ideólogos de alguma camada social. Afinal, a coletividade, ou a sociedade civil, não passa de um conglomerado de interesses contraditórios, muitos dos quais antagônicos. Não existem interesses fundamentais dessa coletividade. E, na história da humanidade, a intelectualidade tem desempenhado papel ideológico e político importante em todas as mudanças sociais, sempre em torno de interesses específicos de uma classe ou de outra.

Os proprietários de força de trabalho, despossuídos da propriedade de qualquer meio de produção, têm como forma de sobrevivência a venda dessa força de trabalho aos donos de meios de produção, circulação e distribuição, em troca de um salário. Na melhor das hipóteses, seu salário corresponde ao trabalho necessário para produzir a quantidade de produtos correspondente ao capital variável investido pelo capitalista. O trabalho excedente que fornece ao capitalista é apropriado por este como mais-valia. É essa situação geral que confere a esses proprietários de força de trabalho a peculiaridade de constituírem uma classe específica, a classe dos trabalhadores assalariados, proletariado, operariado ou classe operária.

No entanto, essa classe não é homogênea, seja em qualificação profissional e ramos produtivos, seja em condições de concentração no trabalho, salários e emprego. Ela também possui várias frações. No Brasil, por exemplo, os assalariados agrícolas permanentes compreendem cerca de dois milhões de trabalhadores. Estão incluídos aí, desde operadores de máquinas, tratadores de animais e outros trabalhadores qualificados, até trabalhadores manuais para serviços diversos. Os assalariados agrícolas temporários, utilizados principalmente nas colheitas de cana, frutas, algodão e algumas outras produções

agrícolas, em geral são pequenos proprietários rurais pobres que aproveitam esses períodos para elevarem sua renda. Esse tipo de assalariado vem decrescendo em virtude do emprego de máquinas nas colheitas.

Os assalariados comerciais, de serviços e domésticos caracterizam-se, em geral, por uma maior dispersão espacial. Em geral, eles não são trabalhadores produtivos, embora alguns deles, ao contribuírem para a reprodução de outros trabalhadores, possam ser enquadrados como produtivos. A maior parte se dedica apenas à circulação e distribuição das mercadorias, apropriando-se de uma parcela da mais-valia produzida pelos trabalhadores produtivos, via capital financeiro, comercial ou de serviços. Atualmente, esses assalariados representam mais de 50% da força de trabalho no Brasil.

Os assalariados industriais, empregados tanto em grandes unidades produtivas, quanto em pequenas, tiveram seu número reduzido entre o final dos anos 1970 e 2002, em virtude do processo de desindustrialização imposto pelas políticas neoliberais. Oliveira deduziu daí que estaria havendo um deslocamento da divisão social do trabalho em direção à terceirização da economia, aos novos serviços e ao lugar do trabalho nestes. No entanto, desde 2004, há uma tendência de crescimento do setor industrial da classe trabalhadora assalariada com a retomada da industrialização. Ao contrário do que se difundiu no período neoliberal, tanto a indústria, quanto os trabalhadores que a fazem funcionar, não perderam sua importância no processo produtivo, a não ser na época em que países como o Brasil que se submeteram às receitas do Consenso de Washington. A recomposição da fração industrial do proletariado brasileiro dependerá da reindustrialização do país. Em outras palavras, dependerá de um novo ciclo de crescimento e desenvolvimento capitalista.

Talvez por isso Netto tenha se aventurado a sustentar que aquilo que chamamos de desenvolvimento econômico é apenas o codinome da relação PIB/força de trabalho, ou PIB/população, que mede a produtividade do trabalho. O capital físico seria um problema insolúvel que os macroeconomistas ignoram, porque é o trabalho morto que só adquire vida quando fertilizado pelo capital humano que o utiliza. Isto significaria que a sua medida no processo produtivo, mesmo se existisse, não poderia ser independente dessa interação de trabalho morto e capital humano. Em particular, da ação da reduzida, mas importantíssima e indispensável, parte da força de trabalho constituída pelo empresariado, que move seu processo produtivo, o que os macroeconomistas também ignorariam.

Assim, numa jogada embaralhada de conceitos, Netto chama capital acumulado, ou trabalho morto, de capital físico, e afirma corretamente que o trabalho morto só produz riqueza, ou adquire vida, quando fertilizado pela

força de trabalho, que chama de capital humano. Portanto, também corretamente, aponta a relação intrínseca entre os equipamentos, máquinas e outros meios de produção, trabalho morto, ou capital acumulado, com o trabalho vivo realizado pela força de trabalho. Mas em vez de destacar os assalariados como essa força de trabalho importantíssima e indispensável, coloca o empregado na categoria força de trabalho que move o processo produtivo. Não deixa de ser interessante pensar em Ermírio de Moraes e outros empresários capitalistas manejando tornos, calandras e outros equipamentos produtivos.

De qualquer modo, se a nova onda industrializante brasileira seguir o padrão dos países asiáticos, a fração fabril da classe dos trabalhadores assalariados pode voltar a ser predominante, apesar das altas tecnologias empregadas atualmente. O hiato tecnológico entre o Brasil e os países capitalistas avançados ainda é muito grande, sendo necessário um período de tempo razoável até que o processo industrial do Brasil se torne predominantemente realizado por trabalho morto, descartando trabalho vivo, como hoje ocorre de forma crescente nos países capitalistas desenvolvidos.

Enquanto a industrialização brasileira não chegar a esse estágio, a tendência predominante será a de aumentar a força de trabalho industrial, a não ser que tal industrialização seja abortada. Na atualidade, uma das características marcantes das diversas frações daquilo que Chaui (2013) chama de nova classe trabalhadora consiste em que elas são formadas tanto por pequenos remanescentes da classe trabalhadora dos anos 1970 e 1980, quanto por forças de trabalho que se encontravam excluídas do mercado de trabalho. Por um lado, são forças de trabalho de qualificação recente, incluindo profissões inexistentes quando as máquinas programadas eram uma raridade. Por outro lado, são forças de trabalho que não participaram das experiências de luta daqueles anos. Elas ainda se encontram na percepção positiva de terem emprego e salário, e não terem descoberto os problemas relacionados com os sistemas de exploração e opressão capitalistas.

Concorrendo com ela, nas periferias das cidades persiste uma grande massa de forças de trabalho excluídas do mercado de trabalho. A devastação neoliberal cortou qualquer possibilidade de emprego para a maioria dessa massa de excluídos, composta tanto por famílias que vivem de bicos, biscates e trabalhos eventuais, quanto de um lumpenproletariado que serve de grupo de combate para diferentes tipos de criminalidade, desde o tráfico de drogas, a roubo de cargas e carros, assaltos a bancos, lojas e residências etc.

Embora a luta aberta entre as classes tenha entrado em refluxo desde a segunda metade dos anos 1980, na esperança disseminada de que as diferenças de interesse entre elas fossem resolvidas no contexto político das disputas

eleitorais, isso não eliminou as bases objetivas da divisão social do trabalho e das contradições de interesses que tal divisão gera.

Há disputas, em geral camufladas, entre os diversos setores e ramos das frações burguesas, relacionadas à concorrência entre elas pelo domínio dos mercados. No momento, essa disputa ocorre principalmente no contexto de hegemonia e monopolização da economia pela burguesia corporativa estrangeira e nacional, promovendo cisões políticas com os demais setores burgueses médios e pequenos.

Há disputas, também, entre os setores pequeno-burgueses e as diversas frações burguesas, em torno do poder de monopólio que impõe exigências técnicas caras, preços administrados, áreas cativas de mercado, aquisições acionárias indesejadas, fusões forçadas e outras formas de expropriação da pequena-burguesia. Esses setores pequeno-burgueses, apesar de sua oratória radical, oscilam frequentemente entre o polo da defesa ativa da privatização e o polo da estatização da economia. Isso faz com que haja disputas, nem sempre camufladas, entre a pequena-burguesia e a classe trabalhadora assalariada. O que se dá, especialmente, quando setores desta última conquistam direitos e qualificações que os colocam próximos ao patamar da pequena-burguesia. Esta desliza, então, com certa facilidade na crença disseminada pela mídia da burguesia sobre a vagabundagem dos miseráveis que recebem transferências de renda do Estado, e adota posturas e ações reacionárias.

Há, ainda, disputas entre os trabalhadores assalariados por postos de trabalho, especialmente quando aumenta o desemprego e alguns setores se oferecem no mercado de trabalho por salários menores. E há disputas entre proprietários de força de trabalho com qualificação profissional e emprego e proprietários de força de trabalho excluídos do mercado de trabalho, especialmente com aqueles setores que se transformaram em lumpenproletariado.

Essas disputas se expressam tanto nas manifestações sobre os problemas de raça, gênero, criminalidade, segurança e repressões policiais, quanto na alienação diante dos processos de organização e mobilização econômica, social e política. Pessoa reconhece que a maior dificuldade em promover o crescimento econômico reside na negociação entre as classes sociais, ou entre os diversos grupos que formam uma sociedade para decidir como distribuir os custos associados à opção do crescimento.

Ou, falando mais francamente, a maior dificuldade reside na negociação e na luta de classes para decidir como serão distribuídos os lucros do crescimento, embora nem sempre isso apareça claramente nas demandas das classes em confronto. Como diz Stédile, os representantes dessas classes preferem referir-se à sociedade civil, opinião pública, pluralidade, baixa renda, cidadania,

gênero, raça, do que falar abertamente em luta de classes. Oliveira, por seu turno, prefere dizer que o conflito de classes tem como clivagem principal a utilização do fundo público, na prática corroborando que a clivagem em torno da propriedade dos meios de produção seria algo secundário. Diferenças que só vão ser esclarecidas quando a luta de classes ganhar vulto.

PROBLEMAS HISTÓRICOS DA REESTRUTURAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA

Netto e Ikeda (2009) tentaram generalizar o conceito de desenvolvimento afirmando que seu processo seria uma combinação de termodinâmica e economia: organizaria a captura de energia disponível no meio ambiente e voltaria a dissipá-la no processo produtivo. A vinculação de longo prazo entre os dois fatos – consumo de energia e PIB – seria estreita e inevitável.

O primeiro fato limitante do crescimento seria a disponibilidade de energia. Para crescer, o país que não tenha capacidade de organizar a energia necessária para alimentar sua força de trabalho e mover suas máquinas teria que comprá-la no mercado internacional, o que exigiria a capacidade de pagar. Essa capacidade de importar dependeria do volume físico de sua exportação e da relação entre os preços da exportação e os preços da importação. Isto é, da relação de troca.

Portanto, a capacidade de importar seria o segundo fator limitante do crescimento. Entre os anos 1950 e 2000, o crescimento do Brasil teria sido interrompido cinco vezes pela deficiência na capacidade de importar. Em 1963 e em 1981, pela crise cambial; em 1989, pela falta de liquidez internacional e pela segunda crise do petróleo; em 1998 e em 2002, pela política cambial. Em outras palavras, Netto e Ikeda esterilizam todos os demais fatores econômicos, sociais e políticos incidentes sobre o desenvolvimento e o reduzem a seus elementos mais simples, deixando-o à mercê apenas de crises cambiais, crises de liquidez e crises de produtos energéticos.

O conceito de desenvolvimento comporta, porém, um considerável espectro de variações nacionais e internacionais. Num extremo, ela pode comportar algo como o nacional desenvolvimentismo liberal, com suas oscilações de maior ou menor interferência do Estado, conforme realizado pelos países capitalistas desenvolvidos e por vários países periféricos. No outro extremo, pode comportar o nacional desenvolvimentismo socialista. Este já teve a variante soviética, que estatizou a propriedade de todos os meios de produção, e a variante social-democrata, que supôs possível controlar e humanizar o capitalismo. E agora tem a variante socialista de mercado, na qual o Estado utiliza o mercado como arena de cooperação e competição entre a propriedade estatal e a propriedade privada. Entre esses extremos, na experiência histórica brasi-

leira, pode-se encontrar o nacional desenvolvimentismo semi-independente, do tipo getulista, e o nacional desenvolvimentismo associado e dependente, do tipo JK e do tipo milagre militar.

Durante a fase do nacional desenvolvimento semi-independente de Vargas, o Estado assumiu a direção do processo de desenvolvimento. O caráter semi-independente se manifestava, por um lado, na dependência tecnológica e financeira do país, obrigando-o a adquirir tecnologias e capitais no exterior e, por outro, na possibilidade do Estado atuar com certa independência, aproveitando-se das contradições inter-imperialistas.

Nessas condições, o Estado brasileiro criou instrumentos próprios, as empresas e autarquias estatais, para desenvolver setores estratégicos que demandavam grandes investimentos e precisavam de períodos relativamente longos para amadurecerem e reaverem os investimentos. Ao mesmo tempo, através de comitês executivos ágeis, subordinados diretamente ao governo, implantaram projetos de indústrias privadas, em parceria com alguns setores burgueses nacionais. A força de trabalho disponível era adequada a esse desenvolvimento capitalista, não havendo qualquer contradição profunda entre os capitais acumulados e a extensão do exército de força de trabalho industrial necessário na ocasião.

Durante a fase do nacional desenvolvimento associado e dependente de JK, o Estado assumiu a coordenação do processo de desenvolvimento. Apropriando a experiência varguista, também criou grupos executivos para implantar projetos de indústrias privadas, aproveitando a mudança na política de exportação dos capitais dos países imperialistas. Abriu as portas para os investimentos estrangeiros diretos, ao mesmo tempo em que apoiou a associação de empresas da burguesia nacional com empresas estrangeiras.

Nesse período, parte considerável da esquerda brasileira nutriu ilusões de que esses setores da burguesia nacional brasileira poderiam ter um papel político revolucionário para superar a dependência associada e realizar as reformas democrático-burguesas. Isto é, acreditou que a burguesia nacional, como um todo, seria capaz de realizar um nacional desenvolvimento democrático liberal. Este seria isento da participação estrangeira, e democratizaria a propriedade fundiária através da reforma agrária. Essa esquerda não levou em conta a formação histórica da burguesia brasileira, que sempre mantivera laços estreitos com os latifundiários comerciais e com os capitais estrangeiros. Nem considerou que a reforma agrária seria contra o interesse capitalista de contar com uma grande força de trabalho livre de qualquer propriedade.

A crise de 1963, na verdade, combinou baixo crescimento, câmbio desregulado, greves operárias, lutas camponesas pela reforma agrária, lutas populares

contra a remessa de lucros, desnacionalização crescente da economia, e maior participação do Estado na economia. Ela foi resolvida, em 1964, pelo golpe militar, que levou à falência as ilusões da esquerda na burguesia nacional. Esta não só apoiou totalmente o golpe e o regime militar, como disputou as alianças diversas com os capitais estrangeiros imperialistas, que monopolizaram a economia.

A monopolização imperialista gerou, em várias forças de esquerda, a suposição contrária de que a burguesia seria incapaz de realizar qualquer tipo de desenvolvimento e que, além disso, seria homogênea e infensa a qualquer divisão. Talvez por isso tenham custado a entender o nacional desenvolvimento associado e dependente do período militar, assim como as contradições internas que ele gerou, em especial após a emergência das crises dos anos 1973 em diante. E tenha custado a se dar conta, durante a fase neoliberal, no final dos anos 1990, de que uma parcela da burguesia industrial se opunha às políticas de abertura comercial desregrada e de juros altos, ao mesmo tempo em que se batia pela aceleração das privatizações. Em outras palavras, como sugeriu Tavares, ela não mais aceitava passar de associada a subordinada.

No final dos anos 1990, segundo Sicsú e diversos outros autores, já havia evidências fortes do fracasso das linhas do Consenso de Washington. Os cinco a dez países que mais haviam se desenvolvido nos últimos 50 anos jamais adotaram políticas macroeconômicas ou reformas estruturais semelhantes àquelas linhas. O mesmo ocorreu com os 10 países que mais se desenvolveram nos últimos 20 anos.

Os melhores alunos do neoliberalismo, como a Argentina, o Brasil e diversos outros países da América Latina e da África, ao contrário, afundaram em recessões profundas, confrontaram-se com altas taxas de desemprego e com metade da população jogada na miséria. O uso da taxa de juros para controlar a demanda agregada e, portanto, a inflação, resultou em redução da demanda em relação à oferta e em desemprego.

Netto assegura que, num mundo dominado por regimes oligopolistas e sujeito a choques aleatórios, o nível de incerteza sobre a evolução da demanda deve ser um fator muito importante na realização dos investimentos das empresas. O efeito da incerteza de demanda sobre a programação de investimentos é, então, negativo e tende a ser mais forte quando há irreversibilidade e baixo grau de competição. Em outras palavras, ele sugere que a burguesia se confrontava, então, com a incerteza dos choques aleatórios sobre os juros e com os desafios de realizar uma mudança de política que tornasse positiva a programação dos investimentos.

Serrano (2009) também assegura que havia substancial evidência de que o risco país era em boa parte de origem externa e seguia as flutuações dos mer-

cados financeiros internacionais. Metade das flutuações do risco país seria comum a quase todos os países emergentes. Assim, os aspectos internos do risco país tinham a ver com as condições de solvência e liquidez das contas externas e não das contas públicas internas. O conceito de *divida líquida*, portanto, não considerava que, em geral, o investimento em capital fixo, seja do governo, seja das estatais, geraria um ativo. Seria o uso desse conceito para fazer política fiscal que criaria fortes obstáculos ao crescimento dos investimentos públicos. Perguntava, então, como uma dívida que não desconta a contrapartida dos ativos reais poderia ser líquida?

Deixado a seu livre arbítrio, o mercado produziu um crescimento ainda mais intenso das desigualdades sociais. O desemprego e o subemprego, herdados da crise do milagre ditatorial dos anos 1970 e 1980, assumiram uma proporção muito maior, ainda mais que qualquer crescimento econômico era tomado como ameaça ao controle da inflação. A formação bruta de capital fixo no período 1982/1991 caiu para 17% do PIB, enquanto o investimento em equipamentos caiu a 6%. A taxa de desemprego passou de 4%, em 1991, para mais de 8% em 1995, sendo mais intensa na indústria do que nos demais setores econômicos.

O rendimento médio do trabalho se manteve praticamente estagnado em torno de mil reais. A convergência desses fatores, agravada pela inflação, ampliou as massas de pobres e miseráveis. Em contraste com essa situação, os lucros arrancados pelos investimentos financeiros tornaram-se o foco principal da ação de toda a burguesia, não apenas dos rentistas, tendo em conta os altos juros impostos ao país. Empresas produtivas nacionais de grande porte passaram a aplicar seus lucros produtivos na ciranda financeira, com o objetivo de aumentá-los ainda mais, algumas chegando a imitar as corporações transnacionais presentes no país, com bancos ou empresas financeiras próprias.

Essas contradições resultaram, politicamente, em especial a partir de 2000, numa crescente e relativamente profunda divisão entre frações e setores da burguesia nacional brasileira, e entre uma parte dessa burguesia nacional e a burguesia estrangeira. Repetiram o fato histórico de que, toda vez que a renda a ser apropriada se estreita, divisões e disputas desse tipo muitas vezes se tornam ferozes entre os vários setores e frações da burguesia.

Foi essa divisão e essas disputas que levaram setores das frações industrial e comercial da burguesia nacional brasileira a se aliarem aos trabalhadores, e a amplos setores da pequena-burguesia e dos excluídos, para derrotar politicamente as frações financeira e agrária dessa mesma burguesia nacional, aliadas da burguesia estrangeira aqui instalada. O resultado dessa aliança impensável foi a derrota, nas eleições presidenciais de 2002, das correntes

políticas neoliberais e a vitória das correntes que podiam ser chamadas, genericamente, desenvolvimentistas.

Essas eleições quebraram o tabu de que pobre não vota em pobre, e criaram uma situação historicamente inusitada ao eleger uma coalizão de governo que tinha à frente partidos de esquerda. Ao desconsiderarem essa realidade da luta política, decorrente do processo de desajuste e instabilidade estrutural imposto pelo neoliberalismo, não são poucos os analistas que têm dificuldade em avaliar as forças ou classes sociais que levaram à derrota eleitoral das forças políticas neoliberais. Têm dificuldade em admitir que aquela vitória não significou uma rejeição completa ao núcleo da economia política neoliberal. Ou seja, que os setores burgueses eram contra a abertura comercial e os altos juros neoliberais, mas queriam a continuidade das privatizações. Além disso, o país estava em meio a uma forte instabilidade econômica, expressa na aceleração inflacionária, na desvalorização cambial, no crescimento da dívida pública e nas ameaças, nem sempre sutis, da suspensão dos créditos internacionais para o comércio externo brasileiro.

Assim, não é por acaso que ainda hoje seja difícil avaliar com serenidade se o governo Lula foi demasiado defensivo e perdeu uma janela histórica para dar um golpe fatal no núcleo da economia política neoliberal. Teoricamente, ele poderia ter modificado radicalmente a política baseada no câmbio flutuante, nas metas inflacionárias e na geração de superávits primários. Em seu lugar poderia ter adotado uma política baseada em investimentos públicos na industrialização, transferências de renda para elevar o consumo, controle da inflação combinando oferta e demanda, e câmbio administrado como instrumento de elevação da competitividade industrial. Em outras palavras, poderia haver adotado explicitamente algum tipo de nacional desenvolvimentismo democrático e popular.

Na prática, porém, o governo Lula preferiu seguir uma tática de cerco pelos flancos. Por um lado, deu continuidade à política macroeconômica neoliberal. Elevou a meta de *superávit* primário, reafirmou as metas para a inflação, manteve o câmbio valorizado, e elevou a taxa básica de juros para 26,5% ao ano. Além disso, ampliou a abertura financeira, ao conceder incentivos fiscais aos investidores estrangeiros que adquirissem títulos da dívida pública. Por outro lado, deu início a programas de transferência de renda que podiam propiciar, como propiciaram, uma melhora nas condições de vida de grandes parcelas da população pobre e excluída, seguidos de um processo de crescimento via aumento do consumo.

Muitos críticos pela esquerda só enxergaram um dos lados dessa tática. Gonçalves (2011) afirma que a política monetária dos tempos de FHC foi

mantida nos dois governos Lula, o que demonstraria que quaisquer políticas de desenvolvimento estariam subordinadas à política monetária, ratificando a ideia de que persistiria a hegemonia financeira. Portanto, a política de crescimento via consumo não teria qualquer efeito para a conformação de uma política de desenvolvimento qualitativamente diferente.

Khair (2011), ao contrário, sustenta que a garantia de um crescimento sustentado dependeria do estímulo à produção, aos investimentos e ao consumo, tendo justamente o consumo como carro-chefe. A expansão do consumo atrairia a produção e os investimentos, aumentaria a arrecadação pública e permitiria ampliar os investimentos em políticas sociais e em infraestrutura.

Em certo sentido, Khair parece ter mais razão do que Gonçalves. A política de crescimento via consumo atraiu a participação do setor privado. Redundou na criação de novos mecanismos para investimentos, incluindo debêntures de longo prazo e abertura de capital em bolsas de valores, especialmente tendo em vista os investimentos no setor de transportes. O Brasil também foi beneficiado através do aumento e diversificação de suas exportações minerais e agrícolas, com saldos comerciais consistentes.

Como acredita Netto, a vulnerabilidade externa desapareceu, mesmo mantendo a mesma participação mundial de 1980 a 1984, isto é, 1,2%. Mas as exportações cresceram mais de 20% ao ano, entre 2002 e 2007. E a dívida externa declinou de 211 bilhões de dólares para 194 bilhões, em 2007, ficando próxima ao valor das reservas. Mas isso, associado à construção hidrelétrica e à autossuficiência na produção de petróleo e ao enorme diferencial do juro interno e externo, teria gerado uma supervalorização da taxa de câmbio como instrumento de controle da inflação, um expediente que sempre termina mal no longo prazo, principalmente se as condições econômicas mundiais mudarem e a vulnerabilidade externa retornar.

O governo executou, ainda, uma estratégia de construção da infraestrutura que englobava a expansão da infraestrutura ferroviária, a ampliação das concessões rodoviárias, as mudanças nos regulamentos de portos e ferrovias, o aumento da competição setorial, maiores investimentos em hidrovias, e a participação do setor privado na expansão aeroportuária. Como comparação, na década de 1990 a indústria ferroviária brasileira forneceu, em média, 70 vagões/ano, numa evidente demonstração do abandono neoliberal do setor.

Em 2005, ao contrário, foram produzidos 7.249 vagões, enquanto nos anos posteriores foram fornecidos, em média, 4.000 vagões/ano. Houve a retomada da produção brasileira de locomotivas de grande potência, com a implantação de plantas industriais estrangeiras vinculadas ao atendimento dos mercados interno e externo. E a taxa de crescimento dos investimentos

realizados no período 2000-2010 foi de 11,1% ao ano. Porém, a tarifa média real subiu cerca de 4,9 % ao ano, muito próxima à do modal rodoviário, demonstrando uma baixa competitividade. Apesar disso, a intensidade do uso da via permanente cresceu 7,0% ao ano e a distância média elevou-se em quase 20%, mostrando uma utilização mais intensa dos corredores ferroviários de maior distância.

Embora os investimentos no setor ferroviário tenham aumentado, para a instalação de aparelhos de mudança de via, o aumento do número de pátios, a aquisição de locomotivas novas, e reformas nas vias para uma utilização mais intensa, a participação da malha ferroviária na matriz de transportes do país não foi modificada radicalmente. Por outro lado, houve concentração no atendimento a clientes com altos volumes, em especial de granéis sólidos, como minério de ferro e carvão mineral, que representam cerca de 78% do volume transportado anualmente. Apesar disso, o número de contêineres movimentados cresceu 16,4% ao ano, entre 2000 e 2010.

Portanto, apesar de certas melhorias, os problemas estruturais do setor, herdados do período neoliberal, permaneceram. A interconexão entre as malhas ferroviárias é muito baixa, principalmente em virtude do poder de monopólio dos concessionários. Para modificar essa situação e reduzir os obstáculos à interpenetração entre as malhas, reduzindo custos e aumentando a eficiência do transporte, redefinindo as metas contratuais de produção e de segurança, definindo as metodologias para a aferição de tarifas-teto por tipo de carga transportada, seria necessário retirar aquele poder de monopólio.

Além disso, o aumento da malha ferroviária tem como obstáculos a concorrência do lobby rodoviário, a falta de concorrência dentro do próprio setor, a ausência de oferta interna de trilhos e de outros componentes técnicos para a expansão de novas vias, e a pequena oferta de equipamentos de tração e carga. Não por acaso, as ferrovias atualmente em construção somam menos de 10 mil quilômetros de ferrovias, um percentual muito pequeno para a extensão do país e para suas demandas de cargas pesadas e de passageiros, embora o mercado ferroviário seja tido como contestável, no qual há possibilidade de entrada e saída sem custos irrecuperáveis.

A malha rodoviária continua mantendo uma predominância distorcida na matriz de transportes brasileira. Mais de 60% de toda a carga transportada no Brasil é realizada através de rodovias, com distâncias que se estendem por mais de 3 mil quilômetros, nem sempre em pistas duplas. Os custos desse transporte são superiores em duas a três vezes os custos ferroviários e marítimos, às vezes ocorrendo o absurdo de os preços das passagens em ônibus serem mais caras do que as de avião. O estado de muitas estradas encarece os

custos de manutenção dos veículos, representando um dos principais fatores de elevação dos custos dos fretes e passagens.

Quanto à infraestrutura portuária, ela sofreu o mesmo tipo de abandono e sucateamento da infraestrutura ferroviária e rodoviária durante o período neoliberal. Atualmente, o Brasil dispõe de 34 portos públicos e de 129 terminais de uso privativo. Em 2011, das 886 milhões de toneladas movimentadas nos portos, 65% foram realizadas em terminais de uso privativo. A carga geral é majoritariamente movimentada nos portos públicos, e 85% da movimentação de contêineres é realizada em terminais arrendados nesses portos. Essa proporção é influenciada pela movimentação de minério de ferro destinado à exportação e de granéis líquidos relacionados com o setor petrolífero. Os terminais de uso privativo são construídos em terreno privado, para movimentação de carga própria é, complementarmente, podem movimentar cargas de terceiros. Os terminais privados são instalados em áreas arrendadas nos portos públicos, que atendem a todos os usuários. A rigor, a propriedade da terra é do setor público, mas a operação portuária é realizada pelo setor privado. A União detém a propriedade da terra e as Companhias Docas são as administradoras dos principais portos públicos.

Existem sete Companhias Docas no país: Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e São Paulo. Segundo estudo do BNDES (2011), essas companhias enfrentam inúmeras dificuldades. As principais se relacionam com a falta de dragagem dos portos, tarifas dependentes da aprovação dos órgãos reguladores e sem base nos custos e preços do mercado, passivos atuariais, trabalhistas e ambientais, dependência do modal de transporte rodoviário, burocracia do despacho aduaneiro, modelo corporativo de utilização de mão de obra, e falta de regulamentação nos serviços de praticagem.

Apesar disso, nos últimos dez anos, a movimentação da carga portuária de contêineres cresceu 8,3% ao ano, enquanto a de granéis sólidos cresceu 6,7% ao ano. Quanto ao tipo de navegação, os navios de longo curso, todos de bandeira estrangeira, representaram 74% da movimentação de 2011, enquanto a navegação de cabotagem ficou em 22%, grande parte desta também realizada por navios de bandeira estrangeira.

Quanto às vias navegáveis interiores, sua gestão é realizada pela Companhia Docas do Maranhão, através de oito administrações de bacias hidrográficas. O aproveitamento desse modal de transporte depende, além de arranjos institucionais, dos projetos de hidroeletricidade, da construção de eclusas, e da indústria de fabricação de embarcações apropriadas à navegação fluvial.

Em resumo, a infraestrutura de transportes herdada pelos governos Lula e Dilma não pode ser reconstruída e reformada, mantidos os atuais empecilhos

burocráticos e políticos, num prazo inferior a 20 anos ou mais, embora constitua um dos principais fatores para a redução do chamado Custo ou Risco Brasil e para a elevação da competitividade dos produtos industriais brasileiros.

Algo idêntico ocorre com a área de saneamento básico, que inclui tanto a rede geral de abastecimento de água, quanto a rede coletora de esgotos. A qualidade da prestação desses serviços se tornou extremamente baixa durante os anos 1990. Havia intermitências constantes no abastecimento e exagerado índice de perdas. A regulação do saneamento não atingia 80% dos municípios, em geral inexistindo planejamento e sendo medíocre a capacidade de gestão e governança dos prestadores desses serviços, em geral públicos.

Sob o argumento de que o setor público estava submetido a normas de controle de seu endividamento, que impediam o acesso aos recursos dos bancos públicos e aos investimentos, os técnicos do BNDES apontaram, no final dos anos 1990, que a melhor alternativa para a melhoria da prestação desses serviços era o aumento da participação privada no setor.

Essa participação tomou diferentes aspectos. A terceirização compreende a prestação de serviços específicos limitados. O controle de administração dá ao operador privado o controle empresarial. A relação com o consumidor ocorre através do operador privado, mas a relação jurídica foi mantida com o setor público, assim como o risco comercial, a responsabilidade sobre o investimento e as despesas de manutenção e operação. O arrendamento permite ao operador privado o aluguel das instalações e a responsabilidade pela administração do sistema e pelos investimentos em operação, manutenção e renovação. O setor público fica com a responsabilidade pelos projetos de expansão. A concessão plena e BOT (*build-operate-transfer*/construção-operação-transferência) dá à empresa privada a responsabilidade sobre a operação, manutenção, administração e investimentos para expansão dos serviços de saneamento básico (água e esgoto), sendo paga diretamente pelos consumidores. Finalmente, as companhias públicas de águas e esgotos podem ser vendidas a empresas privadas.

Em 2007 foi promulgado o marco regulatório do setor de saneamento, enquanto o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) assegurava 52 bilhões de reais para serem investidos, até 2010, em 2.629 empreendimentos, que incluíam abastecimento de água, esgotos, drenagens, saneamento integrado, resíduos sólidos, desenvolvimento institucional e estudos e projetos. Em relação à rede de abastecimento de água, conforme dados do PNAD (2009), ela atendia 58,7% da população do norte do país, 78% do nordeste, 92% do sudeste, 85,3% do sul, 83% do centro-oeste, numa média de 84,4% para o Brasil como um todo. Já a rede coletora de esgotos atendia 8,2% da população

do norte, 30,8% do nordeste, 81,7% do sudeste, 34,1% do sul, 36,9% da do centro-oeste, e 52,5% do Brasil como um todo.

Além disso, a qualidade da prestação desses serviços continuou baixa. Há intermitências constantes no abastecimento e alto índice de perdas de água. A regulação do saneamento não atingia 70% dos municípios. Em geral, inexistente planejamento nesses serviços e a capacidade de gestão e governança dos prestadores é medíocre. Na maioria dos casos, as melhorias observadas são marginais. Em alguns casos, houve piora nos índices. Embora muitos analistas acreditem que a ausência de bons projetos tenha sido um dos principais motivos para a pequena evolução observada no saneamento nos últimos dez anos, outros sustentam que a privatização desses serviços pode ser a principal causa dos investimentos terem tido poucos resultados.

Paralelamente à evidente monopolização dos principais eixos de transporte e à privatização dos serviços de saneamento básico, a monopolização da economia brasileira como um todo, e os problemas daí resultantes, parecem não haver sido avaliados em sua verdadeira dimensão pelos que se dedicam ao estudo da economia política brasileira. Os grandes grupos empresariais estrangeiros e nacionais que dominam a economia estão acostumados a praticar preços administrados e a investir parte considerável de seus lucros, ou margens, no mercado financeiro de altas taxas de juros.

Eles não têm interesse algum em compartilhar o mercado doméstico com qualquer tipo de concorrente (livre concorrência, para eles, é apenas um instrumento de retórica e propaganda), já que isso significa a disputa por preços mais baixos. Esse perigo concorrencial tem sido combatido por eles através da imposição de barreiras de todo tipo, tendo como objetivo central impedir a entrada de novas empresas, nacionais e estrangeiras, no parque industrial brasileiro. Desse modo, as grandes corporações monopolistas conformaram um dos principais entraves à elevação dos investimentos industriais no país.

Nessas condições, ao contrário do que pensam alguns, os principais problemas da acumulação de capital da economia brasileira não se encontram na exploração genérica dos recursos naturais, e em suas consequências socioambientais. Eles se encontram no fato de que tais explorações são monopolizadas, como monopolizados são os principais setores industriais, agrícolas e, em grande parte, comerciais e de serviços.

Gentil e Michel (2009) asseguram que a retomada e a sustentação do crescimento brasileiro têm sido contidas por barreiras profundas à expansão da estrutura produtiva e à melhoria do nível e qualidade do emprego. Elas não permitiram o aprofundamento das políticas de enfrentamento das desigualdades. Além disso, teria se tornado cada vez mais claro para a sociedade que a estratégia

de gestão das políticas públicas, geradoras de elevados gastos financeiros com juros da dívida pública implicaria, antes, em clara obtenção de vantagens para os possuidores de capital financeiro na partilha dos recursos públicos.

Investidores estrangeiros e brasileiros, empresas não-financeiras, bancos, pessoas físicas de alto poder aquisitivo, não direcionariam seus ativos para investimentos produtivos porque a taxa de retorno no circuito financeiro seria mais alta. A demanda agregada pouco ou nada se eleva quando o governo realiza despesas com juros. A estrutura regressiva dos impostos e a alta concentração de títulos públicos nas mãos de uma elite fazem da taxa de juros um potente instrumento de poder e de reprodução da desigualdade social, por provocar a transferência de recursos públicos para a concentração da riqueza financeira.

Tal situação traz novamente à tona a antiga tese de Prado Jr., segundo a qual a instalação de empresas estrangeiras no Brasil só poderia contribuir para resolver os problemas estruturais do país se sua produção fosse destinada ao mercado externo, permitindo uma forte industrialização do país e promovendo uma acumulação de capital, tanto em empresas privadas nacionais, quanto em empresas estatais.

Em outras palavras, a não ser que o Estado se imponha como principal interlocutor e orientador no processo de industrialização e de atração de capitais externos, a tendência predominante é de que os grandes grupos empresariais estrangeiros, ao lado de um pequeno contingente de grandes corporações nacionais, dominem ainda mais a economia nacional e imponham seus interesses monopolistas ao país. Assim, em termos gerais, embora o crescimento via consumo tenha permitido quebrar a rigidez do monetarismo excessivo, e aberto as condições para a adoção de uma política de desenvolvimento de outra qualidade, ele não conseguiu resolver os problemas estruturais relacionados com os altos índices de concentração da renda, de exclusão social e violência urbana.

Mas, como sugeriu Diniz (2009), esse crescimento fez recrudescer o debate gerado pelo colapso da política neoliberal, tendo ressaltado a crítica ao receituário único e possibilitado a discussão em torno de estratégias nacionais alternativas de desenvolvimento e de formas diferenciadas de inserção na ordem global. E fez, ainda, com que a ideia de uma política industrial readquirisse legitimidade.

Nesse sentido, a sugestão de Khair quanto ao papel-chave do consumo se mostrou limitada. A relação entre investimento e consumo é mais complexa, às vezes sendo necessário colocar os investimentos como carro-chefe, de modo que não ocorram disparidades entre o consumo e a oferta. Não é por acaso que Nakano (2013) acentuou que, na retórica, a aceleração do cres-

cimento passara a ser o objetivo maior, mas na prática os benefícios foram colhidos pelos ganhos nos termos de troca da alta das commodities e pelo dinamismo do mercado interno. Isto colocou em evidência a necessidade de discutir mais amplamente o desenvolvimento econômico e social em sua íntima relação com o Estado e o aprofundamento da democracia.

OBSTÁCULOS À REESTRUTURAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA

Diante dos resultados aparentemente favoráveis do crescimento através do consumo, a partir de 2004, o governo parece ter achado possível adiar o tratamento dos problemas estruturais. Aparentemente, considerou dispensável estabelecer políticas específicas para fazer com que os investimentos externos fossem obrigatoriamente direcionados para projetos de longo prazo, voltados para o adensamento das cadeias produtivas industriais.

E talvez tenha achado suficiente que o aumento da demanda doméstica, propiciado pelas transferências de renda e pelo aumento do salário mínimo, seria por si só capaz de elevar os investimentos produtivos, aumentar o nível de ocupação da força de trabalho e incrementar a massa salarial. Essa leniência fica evidente quando se examina a participação dos investimentos estrangeiros no Brasil e dos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Segundo dados do Banco Central, entre 2001 e 2007, a participação dos investimentos estrangeiros cresceu 81%, enquanto os investimentos brasileiros no exterior aumentaram 147%. Os investimentos estrangeiros subiram de 372 bilhões de dólares, em 2001, para 673 bilhões de dólares, em 2007. Os investimentos em papéis, como títulos e ações, subiram de 250 bilhões para 416 bilhões de dólares, ou 115%. Os investimentos diretos na produção subiram de 122 bilhões para 258 bilhões de dólares, ou 111%.

Na prática, os investimentos em papéis, ou na especulação financeira, foram 158 bilhões de dólares superiores aos investimentos na produção. Por outro lado, em termos absolutos, os investimentos brasileiros no exterior passaram de 107 bilhões para 264 bilhões de dólares. Em termos anuais, os investimentos estrangeiros no Brasil somaram cerca de 60 bilhões de dólares, entre 2001 e 2007, dos quais quase 40 bilhões foram destinados à especulação financeira, sobrando uns 20 bilhões de dólares anuais para o desenvolvimento produtivo. Ora, como no mesmo período as grandes empresas brasileiras investiram mais de 30 bilhões de dólares por ano no exterior, tanto em atividades produtivas, quanto na especulação financeira, na verdade podemos estar diante de uma soma negativa no processo de desenvolvimento, a não ser que essas empresas nacionais estejam repatriando um volume compensador. Mas esse é um dado que parece não constar das estatísticas.

Paralelamente, as fusões e aquisições promovidas por corporações transnacionais atingiram, em 2007, o equivalente a 64 bilhões de dólares, o que pode significar que os investimentos produtivos não se orientaram para a construção de novas plantas industriais. Além disso, como esse volume é muito superior aos 20 bilhões de dólares que entraram naquele ano na rubrica de investimentos produtivos, isso pode significar que as corporações transnacionais que dominam a economia brasileira estão ampliando esse domínio, aplicando parte de seus lucros na aquisição de empresas brasileiras, sem acrescentar um átimo à produção.

124

Isso pode explicar por que 75% do capital total das grandes e médias empresas em atividade no Brasil estão sob o controle direto de transnacionais com matrizes sediadas no exterior, registradas no Brasil como subsidiárias. Alguns autores sugerem que esse percentual pode ascender a 90% se for considerado o somatório do capital estrangeiro ao invés do número de empresas. No número de empresas não se contam aquelas em que os capitais transnacionais possuem parcelas de seu capital, mas não detêm a maioria, por exemplo a Petrobras, a Vale Rio Doce, a Gol e outras empresas que possuem capitais externos em seu capital acionário.

Essa múltipla desnacionalização da economia brasileira tem gerado algumas correntes de pensamento que consideram inútil qualquer projeto de revitalização da infraestrutura logística do país porque, no final das contas, ela servirá apenas às corporações transnacionais. Parte da oposição à construção de hidrelétricas na Amazônia tem como argumento básico, além do problema ambiental, a suposição de que a eletricidade gerada apenas servirá para alimentar as indústrias estrangeiras instaladas na região e no país. Alguns sustentam que a modernização e ampliação dos aeroportos com dinheiro público representa apenas a melhoria de plataformas operacionais para as empresas aéreas estrangeiras.

Nessa mesma linha de pensamento cresce a crítica às remessas de lucros e dividendos das filiais automotivas para suas matrizes. Entre 2008 e 2010, tais remessas totalizaram 12,4 bilhões de dólares, enquanto seus investimentos no Brasil somaram apenas 3,6 bilhões de dólares, com um saldo líquido negativo de 8,8 bilhões de dólares. Em 2010 aquelas remessas foram de 4 bilhões de dólares, superando em muito os investimentos de suas filiais no Brasil, que ficaram em torno de 450 milhões de dólares.

Essas críticas sobem ainda mais seu tom quando analisam o fato de que as empresas do setor automotivo tiveram projetos da ordem de 8,7 bilhões de dólares, entre 2008 e 2010, financiados pelo BNDES. As montadoras receberam cerca de 2 bilhões de dólares anuais, em plena crise mundial, enquanto as em-

presas de autopeças receberam cerca de 1,3 bilhões de dólares, significando que a maior parte de seus investimentos foi proveniente do banco público de investimentos, enquanto a maior parte de seus lucros foi repatriada para as matrizes.

Paralelamente a isso, as grandes empresas nacionais e estrangeiras com interesse em participar nas obras de reconstrução da infraestrutura brasileira continuam mantendo sua linha de privatização. Elas pretendem que o Estado continue utilizando dinheiro público nos investimentos, mas não abrem mão de sua participação majoritária nos projetos. Em outras palavras, elas querem ter não só a participação do dinheiro público, mas completo controle sobre ele. É isso que explica, em grande parte, as demoradas discussões em torno da participação do capital privado na construção e operação de novas usinas nucleares no Brasil e, como regra geral, na construção e operação de todos os projetos elétricos, ferroviários, rodoviários, portuários etc.

Por outro lado, é uma ilusão supor que o BNDES e outros bancos públicos possuem capital acumulado suficiente para financiar e realizar todos os projetos que o Brasil necessita implantar para superar seus gargalos de infraestrutura e para reindustrializar o país. Essa mesma ilusão é a base da suposição de que a Petrobras possui capital acumulado suficiente para desenvolver a produção de petróleo e gás ao ponto de que o país alcance 4 a 5 bilhões de barris diários de óleo equivalente nos próximos anos.

É essa suposição que serve de argumento contra a realização dos leilões dos blocos de petróleo e gás no mar e em terra, realizados pela ANP. Segundo alguns, com esses leilões, uma herança do neoliberalismo, o governo estaria legitimando a entrega de nossas reservas, leiloando blocos já descobertos pela Petrobras. Esta teria arcado com todos os custos de pesquisa e mapeamento e, agora que foram descobertos e identificados, o governo os entregará a qualquer empresa estrangeira que possa explorá-los.

Mesmo que fosse verdadeira a assertiva da descoberta e identificação dos volumes de petróleo e gás pela Petrobras, os investimentos necessários para realizar a exploração e a produção são imensamente superiores. A afirmação de que a extração do ouro negro desses blocos não exigirá qualquer tecnologia especial, nem o uso de mão de obra brasileira, é infantil. O custo de perfuração de um único poço pode ser bem superior a 100 milhões de dólares. Nessas condições, o que está em pauta é se devemos ou não elevar a produção de petróleo e gás como um fator de acumulação de capital e investimento desse capital no desenvolvimento econômico e social do país.

A ideia de que o monopólio da exploração pela Petrobras pode elevar a produção no volume desejado, permitindo ainda que a empresa refine o petróleo e exporte os derivados, criando empregos para brasileiros, desenvolvem-

do tecnologia, e arrecadando impostos no processo de industrialização, não leva em conta que o Brasil não tem, hoje, capital acumulado para sustentar os investimentos necessários.

As contas de alguns especialistas, segundo as quais os blocos entregues têm um valor estimado em petróleo de 1,5 trilhões de dólares, com a obrigação de pagar em *royalties* para o governo brasileiro apenas 225 bilhões de dólares, ao longo dos trinta anos de concessão, simplesmente omitem o que será gasto para extrair e produzir um montante de petróleo que chegue àquele valor. Para manter a exploração e a produção atual, que mal dá para atender ao consumo interno, a Petrobras precisa investir anualmente cerca de 43 bilhões de dólares. Para participar de forma planejada das novas descobertas do pré-sal e ampliar sua capacidade de refino, a Petrobras terá que obter mais 61 bilhões de dólares anuais, nos próximos 5 anos. Não se acumula capital com varinha de condão.

Portanto, para retomar o desenvolvimento econômico e ampliar o desenvolvimento social, nas condições do atual estoque de capitais acumulados no Brasil, não é possível prescindir da participação do capital privado nacional e externo, embora seja necessário um esforço superior para fazer com que os capitalistas nacionais e estrangeiros se disponham a realizar investimentos de risco, mesmo que sejam mínimos. Este é, muito provavelmente, um dos principais problemas estruturais com que se defronta o país, agravado pela monopolização da sua economia e pela demora em adotar uma macroeconomia de juros baixos, câmbio administrado e controle da inflação através do aumento combinado da demanda e da oferta, e da redução dos preços.

Esses problemas estruturais podem explicar, em alguma medida, as contradições conjunturais visíveis da atual situação do país. Por exemplo, o crescimento das exportações se manteve até 2008, quando alcançou um valor de mais de 197 bilhões de dólares. No entanto, em virtude do baixo ritmo da industrialização e da oferta doméstica, assim como dos preços de monopólio praticados internamente, as importações cresceram a taxas maiores do que as exportações. As quedas nos superávits comerciais refletem essa situação, embora seja mais fácil culpar os chineses por ela.

Na prática, os déficits tendem a crescer por vários motivos. Do ponto de vista estrutural, aumentou muito pouco o número de novas empresas industriais no parque produtivo nacional. E tem diminuído o número e a capacidade produtiva da economia agrícola familiar, principal produtora de alimentos para o mercado interno. Portanto, a oferta doméstica continua relativamente congelada. Além disso, as empresas nacionais que sobraram da destruição neoliberal preferem continuar lucrando no mercado rentista, do que investir na

inovação tecnológica. Ou ainda, preferem ser vendidas para empresas transnacionais. Como resultado, a competitividade interna e externa permanece muito baixa. Paralelamente, as empresas estrangeiras estão mais preocupadas em enviar capitais para suas matrizes, afetadas pela crise mundial, e em manter seu sistema de monopólio e altos preços administrados, comprando plantas existentes ao invés de construir novas instalações produtivas.

Tomando a China como o exemplo mais significativo desses resultados, as exportações brasileiras para esse país saltaram de 55 bilhões de dólares, em 2000, para 256 bilhões de dólares, em 2011. No mesmo período, as importações saltaram de 56 bilhões de dólares para 226 bilhões de dólares. Ou seja, no comércio com a China, o Brasil saiu de um *déficit* de 700 milhões de dólares, em 2000, para um *superávit* de 30 bilhões de dólares, em 2011.

Apesar disso, o Brasil continuou apresentando saldos líquidos negativos no balanço de pagamentos. Entre 2003 e 2004, foram cerca de 28 bilhões de dólares. Entre 2004 e 2005, foram 18 bilhões de dólares. E, entre 2003 e 2010, o resultado das transações correntes apresentou uma conta negativa de mais de 54 bilhões de dólares. Em outras palavras, num período em que se acentuaram as exportações de capitais dos países desenvolvidos para os países periféricos, e mesmo de alguns países periféricos para outros, o Brasil parece ter estado mais preocupado em amortizar sua dívida com o FMI. Carreou quase 50 bilhões de dólares para essa instituição, sem qualquer contrapartida visível.

Nesse mesmo período, em condições semelhantes, vários países asiáticos e africanos se preocuparam principalmente em organizar e estabelecer condições e exigências para a recepção dos investimentos externos, de modo a fazê-los contribuir para a industrialização soberana do país. Desse modo, elevaram a produção e a exportação de manufaturados, obtiveram saldos comerciais consistentes e estabeleceram condições mais favoráveis de amortização de suas dívidas externas.

Nessas condições, qualquer aumento conjuntural da demanda tende a elevar as importações. Só em fertilizantes e produtos químicos para a agricultura, o saldo negativo do setor é superior a 28 bilhões de dólares anuais. O crescimento do consumo do setor químico não vem sendo acompanhado pela elevação da produção doméstica, o que resulta em importações cada vez maiores para atender à demanda interna.

Assim, a indústria química vem contribuindo negativamente para o resultado da balança comercial brasileira. Nos últimos anos, o setor vem sofrendo déficits crescentes e persistentes, com uma taxa de crescimento médio anual de 13% no *déficit*. As exportações de produtos químicos cresceram mo-

deradamente, não passando dos 15,8 bilhões de dólares, em 2011, ou cerca de 6% das exportações totais do país.

Paradoxalmente, o Brasil se tornou importador de arroz e feijão. A maior parte das viagens internacionais é realizada através de empresas de bandeira estrangeira. O Brasil não tem uma frota marítima e aérea capaz de participar com vantagem do transporte de cabotagem, quanto mais do transporte internacional. Nem produz uma série enorme de máquinas e equipamentos indispensáveis para a reconstrução da infraestrutura e para diversas outras atividades produtivas.

Portanto, o problema não está nos preços internacionais mais baixos, mas na estrutura produtiva nacional, reduzida, tecnologicamente atrasada e, ainda por cima, monopolizada. Essa situação é ainda mais aterradora na agricultura. De acordo com o último censo agropecuário, apenas 0,4% das propriedades rurais, ou cerca de 22 mil, respondem por mais de 51% do valor total da produção declarada. Elas produzem fundamentalmente soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão. Para realizar essa produção, voltada principalmente para o mercado externo, elas consumiram mais de 75% do total dos fertilizantes produzidos e importados, em 2010. A soja sozinha consome 36% do total, especialmente potássio, que é totalmente importado.

Se examinarmos o índice dos preços das commodities, que saltou de 100, em 2003, para 264, em 2008, baixando para 234, em 2010, poderemos descobrir alguns dos problemas do agronegócio. Apesar da crise mundial iniciada em 2007, os preços internacionais das commodities continuaram superiores aos de 2003. Em 2011, eles voltaram ao patamar alcançado em 2008, sugerindo que, além da demanda chinesa, outros fatores estavam influenciando tais preços, a exemplo da especulação financeira.

No caso específico dos preços das commodities brasileiras, houve um aumento de 100 para 203, entre 2003 e 2010. Isso foi o oposto do que ocorreu nos anos 1990, quando o índice de preços das commodities ficou praticamente estagnado. Mas, a elevação daquele índice contribuiu para que as exportações brasileiras gerassem superávits comerciais que subiram de apenas 100 para 139, entre 2000 e 2010. Esse aumento, inferior ao índice de elevação dos preços internacionais das commodities, indica que a dependência da importação de fertilizantes pode estar influenciando negativamente os custos das exportações do país.

Apesar disso, os representantes do agronegócio argumentam que a atual discussão sobre reforma agrária teria sido superada pelo vertiginoso crescimento da agricultura capitalista. Tal crescimento seria indutor da modernização de propriedades de todos os tamanhos, inclusive dos minifúndios abran-

gidos pelas grandes redes de fornecedores da agroindústria. Em outras palavras, o latifúndio improdutivo teria sido extinto pela agricultura de mercado, ligada ao mundo e às bolsas de commodities. Não mais existiriam terras boas para distribuir. O avanço da agricultura teria esvaziado a antiga proposta de distribuição de terras, assim como reduzido a população no campo, por força da urbanização do país, um processo clássico, universal.

Como se pode notar, a burguesia agrária inverte a ordem dos fatores. A grande redução da população do campo no Brasil teve origem, como vimos, nos programas de modernização dos latifúndios, a partir de meados dos anos 1960, com imensos financiamentos públicos. Em poucos anos, mais de 30 milhões de camponeses foram enxotados para as cidades, produzindo uma urbanização caótica e favelizada. Assim, por força da expulsão da população do campo, e também do monopólio do solo urbano, a urbanização brasileira é o terror que se conhece.

Além disso, não é verdade que não exista mais terra boa para distribuir. Há cerca de 90 milhões de hectares de terras públicas e particulares que podem ser utilizadas por camponeses sem terra ou com pouca terra. E a agricultura capitalista não tem sido capaz de utilizar racionalmente toda terra que possui, havendo pelo menos outros 100 milhões de hectares que poderiam ser recuperados produtivamente.

O problema consiste em que, mesmo havendo elevado a produtividade, o agronegócio continua avançando não só sobre as terras públicas, mas também sobre as terras de minifúndios e de lavradores médios. O atavismo latifundista do capitalismo agrário brasileiro continua se apropriando de novas terras, como reserva de valor e como áreas de futura expansão. Ou seja, o agronegócio tem intensificado a concentração monopolista do solo agrícola do país, num processo que tende a transformar toda a agricultura brasileira em produtora exclusiva de commodities. Em outras palavras, o agronegócio está intensificando a possibilidade de o país vivenciar uma profunda crise alimentar. Os primeiros sinais dessa situação residem na necessidade de importação de feijão e arroz e nas crises sazonais de oferta de alimentos agrícolas, que promovem surtos inflacionários na economia.

Para piorar, estimativas diversas falam de 4 milhões de famílias pobres no campo, cuja subsistência é garantida apenas pelos programas de transferência de renda. São famílias desassistidas de créditos e políticas públicas, sem perspectiva de progredir economicamente na agricultura. Só lhes resta, após cansar-se de tentar sobreviver na agricultura de subsistência, migrar para as favelas dos grandes centros urbanos, o que agravará o problema da seguridade alimentar do país.

A suposição de que as políticas relacionadas com a pequena agricultura possam ser desagregadas, por exemplo, reduzindo os assentamentos para dar prioridade ao desenvolvimento econômico dos atuais assentados e pequenos agricultores, ou vice-versa, desconhece a dinâmica do agronegócio e os perigos que rondam a segurança alimentar. Na verdade, foi tal a desagregação das políticas de desenvolvimento da agricultura familiar e de subsistência que levou vários dos assentamentos de reforma agrária a se tornarem favelas rurais e a darem a impressão de fracasso da política de assentamentos. Isto tem provocado uma defasagem perigosa entre o aumento do poder aquisitivo das camadas pobres da população e a produção de alimentos.

Essa elevação do poder aquisitivo pode ser facilmente medida pela ampliação da cobertura e pela elevação real do valor das transferências monetárias da Seguridade Social. Entre 2001 e 2012, o total de benefícios diretos passou de 24 milhões para 37 milhões. A cobertura atual supera 110 milhões de pessoas, se também forem contabilizados os benefícios indiretos a membros da família. Em 2012, os benefícios diretos contemplavam 17,2 milhões de pessoas na Previdência Urbana, 8,7 milhões na Previdência Rural, 7,5 milhões no Seguro-Desemprego, e 4,0 milhões na Assistência Social.

Ou seja, mais de 37 milhões de pessoas, 24 milhões das quais tinham benefícios correspondentes ao piso do salário mínimo, cuja valorização foi de 70% acima da inflação. Se essa elevação do poder aquisitivo pressiona a demanda de alimentos e bens de consumo corrente, por outro lado pode ameaçar a sustentação financeira da Seguridade Social se a redução da contribuição das empresas for mantida. Neste caso, a participação do governo terá que ser ampliada, obtendo recursos seja através de impostos, seja através da mudança da contabilidade que embute no *déficit* da previdência as renúncias fiscais, como o Simples, as entidades filantrópicas, e as exportações agrícolas, que somam mais de 10 bilhões de reais.

Em meio a essas ambiguidades estruturais de recuperação do nacional desenvolvimentismo, Oreiro (2011) destacou que, desde 2006, teria havido o abandono do sistema de metas de inflação, um dos pilares da política neoliberal. Ele parece haver desdenhado que, a essa altura, vieram à tona várias mudanças na economia mundial, turbinadas pelo crescimento econômico da China e de vários outros países asiáticos. Essas mudanças tiveram forte influência sobre a economia dos diversos países do mundo, inclusive sobre a economia brasileira.

A liquidez monetária internacional expandiu-se ainda mais. As taxas de juros foram reduzidas em quase todos os países. Os baixos preços dos manufaturados asiáticos contribuíram para a queda da inflação mundial. E houve

um forte aumento da demanda de commodities minerais e agrícolas, com o consequente aumento de seus preços. Tudo isso beneficiou os setores exportadores de commodities, elevando suas exportações e criando condições para a obtenção de superávits nas balanças comerciais.

Assim, não deveria haver muitas divergências quanto ao fato de que aquelas mudanças no cenário internacional tiveram influência sobre os resultados do comércio externo brasileiro e sobre a inflação interna, independentemente ou não da continuidade da política de meta inflacionária.

Khair, porém, sustenta que a globalização reduziu a eficácia das políticas monetárias no controle inflacionário. A globalização ditaria o nível da inflação mundial. O choque dos preços do petróleo, alimentos e minérios teria elevado a inflação, segundo o FMI, de 3,5% em 2006, para 4,2% em 2007, e 5,5% em 2008. Portanto, ele generaliza o momento de crise do sistema capitalista desenvolvido e descarta o processo de redução inflacionária global do período anterior.

O que não desmerece sua observação de que o monetarismo excessivo obriga a prática de uma elevada carga tributária, da qual o setor público só pode usufruir a parcela de recursos livres das despesas com juros. Entre 1994 e 2008, a carga tributária bruta teria sido de 30,9% do PIB, em média, segundo a Receita Federal do Brasil. Descontando 7,9% de juros médios, teria sobrado uma carga tributária útil de 23%. Nos países da OCDE, a carga tributária bruta foi de 38,4% do PNB, e a útil foi de 36,1%. Portanto, o sistema tributário brasileiro é altamente regressivo.

Serrano (2009), por seu turno, assegura que a maioria dos economistas no Brasil, inclusive aqueles que se dizem *desenvolvimentistas*, apoia a política fiscal de manutenção de volumosos superávits primários. A maior parte dos preços seria atrelada contratualmente ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) que, em geral, sobe bem mais do que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Isto, provavelmente, implica numa tendência de aumento das margens de lucro das empresas desses setores. Os preços do petróleo crescem desde 1994, e os das demais commodities desde 2002, impondo crescimento semelhante aos preços dos bens importados, pressionando para cima os preços do mercado interno de bens exportáveis.

Finalmente, o salário mínimo nominal também tem evoluído continuamente bem acima do IPCA, devido à política do governo de recomposição de seu poder de compra, que está retornando aos níveis de 1960. Nessas condições, o núcleo da inflação brasileira não seria de demanda. E o sistema de metas não pode funcionar da maneira como é descrita pelos monetaristas. Por isso, ele pergunta como seria possível controlar a inflação a partir da

taxa de juros, numa economia em que não há evidência de que o controle da demanda agregada seja capaz de conter diretamente o aumento de preços ou salários nominais e onde há um conjunto de pressões inflacionárias pelo lado dos custos.

A resposta, segundo ele, é que, na prática, o sistema funciona de modo que os aumentos da taxa de juros valorizam a taxa de câmbio nominal. As mudanças na taxa de câmbio, com alguma defasagem, têm um forte impacto de custos, diretos e indiretos sobre todos os preços da economia, inclusive sobre os livres. A valorização do câmbio, resultante do elevado diferencial dos juros, torna possível a transformação de grandes choques negativos de oferta em dólares em choques positivos de oferta em reais. A ausência de indexação salarial e a baixa resistência do salário real explicam a pouca persistência dos choques inflacionários, assim como o fato de a inflação crônica não retornar, mesmo quando ocorrem grandes desvalorizações cambiais.

No sistema brasileiro de metas inflacionárias o núcleo da inflação seria de custos. As variações das taxas de juros afetariam os custos e, depois, os preços da economia. O efeito dos juros na demanda agregada seria apenas efeito colateral da política monetária. A verdadeira âncora do sistema seria a baixa resistência dos salários reais. Porém, apesar da evidência de que as variações maiores da dívida pública são causadas pelas variações da taxa de juros, a maioria dos economistas acredita que é a razão dívida pública/PIB que causa as taxas de juros reais elevadas.

As ambiguidades da política macroeconômica brasileira não impediram, pelo menos por algum tempo, que a situação externa contribuísse favoravelmente para a retomada do crescimento da economia. Mesmo na ausência de mudanças profundas nas políticas de juros, câmbio e metas inflacionárias, a situação externa criou um ambiente favorável ao crescimento econômico, tendo por base apenas os programas de transferência de renda, o aumento do salário mínimo, o crescimento do crédito, e os saldos comerciais das exportações de commodities.

Além disso, ocorreram mudanças positivas no endividamento público. A dívida interna, cuja relação com o PIB subira de 22,8% para 37,5%, ou mais de 14%, entre 1995 e 2002, teve um aumento de apenas 5%, de 43,7% para 48,7%, entre 2003 e 2010. A dívida externa, por sua vez, sofreu o que alguns economistas chamam de reversão histórica. A partir de 2006, o Brasil passou de país devedor a país credor. Suas reservas internacionais alcançaram mais de 239 bilhões de dólares, em 2010, enquanto o saldo líquido de sua conta de investimentos atingiu mais do que 171 bilhões de dólares. Portanto, ocorreu uma melhora do endividamento líquido do setor público brasileiro nesse período.

No entanto, os problemas estruturais que afetavam a dívida pública brasileira, como os juros nominais, a indexação da dívida à taxa básica de juros, e a necessidade de gerar superávits primários para garantir o pagamento dos juros da dívida, continuaram presentes e poderiam se agravar se ocorressem mudanças desfavoráveis nas condições mundiais.

Mesmo assim, não eram poucos os analistas a concluir que a economia brasileira, apesar da crise financeira internacional iniciada em 2007, continuava obtendo desempenho acima da média. Os efeitos da crise sobre o PIB teriam sido relativamente tênues, com queda de apenas 0,3% em 2009. Em virtude da força do mercado doméstico e de políticas anticíclicas, nas quais o BNDES teria participado ativamente, a recuperação teria ocorrido de forma rápida e vigorosa, com crescimento de 7,5% em 2010.

O que enevoou essa análise foi o baixo crescimento em 2011 e 2012. No início de 2013, vários autores reiteraram que o governo adotara medidas corretas para a reativação do crescimento. Eles destacaram, especialmente, a queda dos juros básicos, a redução dos *spreads* dos bancos públicos e a queda do custo de energia. Os encargos trabalhistas foram reduzidos e mais de 40 setores econômicos deixaram de pagar a contribuição patronal de 20% para a previdência. E teria sido ampliada a contribuição das empresas sobre o faturamento (adicional de 1% da COFINS sobre Importações). Porém, como essa compensação não foi equalizada, ela implicou em novas renúncias previdenciárias, estimando-se em mais de 12 bilhões de reais a perda de receitas em 2013.

Portanto, as incertezas se acentuaram. Todas as situações examinadas acima mostram que os problemas estruturais continuam funcionando como obstáculos para a reconstrução da infraestrutura e para o desenvolvimento industrial e econômico geral do país. Além disso, a rigor, a persistência desses problemas indica que permanecem indefinições sobre o nacional desenvolvimentismo brasileiro, tornando difícil sua caracterização. Mas isso não tem impedido vários autores de enxergarem diferentes padrões, regimes, tendências e contradições no atual desenvolvimento e formularem classificações correspondentes.

INVESTIMENTOS EXTERNOS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Várias correntes de pensamento, assim como experiências práticas, confirmam que a entrada de investimentos externos em economias periféricas pode ocasionar tanto a sua primarização quanto a dinamização do crescimento industrial.

Por um lado, a entrada de capital estrangeiro nas economias periféricas pode apreciar a taxa de câmbio, principalmente nos países em que os títulos públicos se acham indexados a índices de preços, à taxa básica de juros e à

taxa de câmbio. Desse modo, tal afluxo de capitais externos influencia substancialmente a necessidade de financiamento do setor público. Além disso, grandes investimentos de curto prazo podem causar graves crises monetárias se os capitais forem retirados rapidamente para outros mercados.

E investimentos de longo prazo em áreas que apresentam altos lucros, mas não contribuem decisivamente para a construção industrial, são capazes de desorganizar o processo produtivo do país. Em sentido contrário, o fluxo de capitais externos pode contribuir para a redução da dívida líquida através do aumento do PIB, da expansão da arrecadação fiscal, e do aumento do *superávit* fiscal. Esse fluxo também pode contribuir para reduzir a taxa de juros interna e acumular reservas internacionais.

Porém, os investimentos estrangeiros, mesmo aqueles que contribuem para a dinamização do crescimento industrial e econômico, também criam uma contradição entre o produto interno bruto e o produto nacional bruto, podendo se transformar numa bomba de sucção das riquezas nacionais se o produto nacional bruto não tiver uma alta participação no produto interno bruto.

Kalecki (1980), em especial, considerava que, mesmo supondo que o capital estrangeiro não se repatriasse em qualquer momento, a entrada do investimento direto nunca seria compensada na conta de capital. Os benefícios transferidos para o exterior podiam ser superiores ao custo de devolução do crédito externo. Haveria um processo interminável e uma espiral crescente de remessas ao exterior, de vazamentos via conta de serviços e rendas. No longo prazo, o impacto dos investimentos externos no balanço de pagamentos do país receptor seria negativo, a menos que a entrada dos mesmos crescesse substancialmente ano a ano, algo que não seria garantido.

Embora alguns autores suponham que essa preocupação de Kalecki poderia ser conjunturalmente descartada se o fluxo de investimentos continuasse superior às remessas de lucros e dividendos, isso também não seria garantido. No caso específico da experiência brasileira, o volume de lucros e dividendos remetidos ao exterior tem se aproximado do saldo gerado pela balança comercial, ou o superado, apontando para a vulnerabilidade sugerida por Kalecki.

Nessa mesma linha, De Negri (2003) destaca que as empresas estrangeiras, ao investirem em outros países, têm vantagens de propriedade em relação às empresas nacionais. Elas estão integradas ao comércio mundial, possuem economias de escala com especialização diversificada, e acesso a crédito a custos mais baixos. Desse modo, as empresas estrangeiras têm maior abertura comercial do que as empresas nacionais, e essa abertura é ainda mais vantajosa nas importações de máquinas e componentes necessários à sua produção nos países em que se localizaram.

Nascimento e Nascimento (2011) demonstram que, no caso brasileiro, a diferença dos coeficientes de importação entre as empresas estrangeiras e as empresas nacionais é maior do que a diferença dos coeficientes de exportação. A diferença dos coeficientes de exportação é de 0,159 para 0,165, portanto diminuta. Já os coeficientes de importação das empresas estrangeiras são quase o dobro em relação às empresas nacionais. No caso dos bens intermediários, essa diferença pode ser sete vezes maior para as empresas internacionais, implicando em comprometimento do saldo comercial brasileiro.

Desse modo, ocorre o inverso do que se esperava da entrada das empresas estrangeiras na economia do país, que seria a melhoria, inclusive qualitativa, do saldo comercial do país. Ainda segundo Nascimento e Nascimento, a diferença entre a inserção comercial das empresas transnacionais e nacionais também pode ser percebida através dos fluxos de comércio apurados entre 1996 e 2000. Nos três últimos anos, o saldo comercial das empresas nacionais foi maior que o saldo comercial das estrangeiras, embora as exportações destas tenham superado as das nacionais. Isto pode ser explicado pelo fato de as importações das empresas transnacionais, tanto em termos de valores, quanto em termos de coeficientes de importação, em especial de bens intermediários dessas empresas, terem sido superiores.

O que esses e outros autores não previram foi a possibilidade dos investimentos externos serem direcionados, através de instrumentos regulados pelo Estado nacional receptor, para dar musculatura financeira e tecnológica às empresas nacionais, privadas e estatais, e aproveitar as empresas estrangeiras como instrumentos de penetração no mercado internacional.

Na prática, foi isso que fizeram os Estados nacionais do Japão e dos tigres asiáticos, nos anos 1950 e 1960. E estão fazendo os Estados nacionais da China, do Vietnã e de vários outros países asiáticos e africanos, após os anos 1970, para contrabalançar as vantagens de propriedade das corporações estrangeiras, e reduzir ou equalizar a drenagem de capitais nacionais, mesmo que os investimentos externos não cresçam indefinidamente.

Em termos mais precisos, a entrada de capitais estrangeiros nas economias periféricas só apresenta aspectos positivos se o Estado nacional receptor tiver políticas apropriadas. Isto é, políticas que: primeiro, direcionem tais investimentos para o adensamento das cadeias produtivas interiores; segundo, que exijam a transferência de altas e novas tecnologias e de centros de pesquisa e desenvolvimento para as empresas nacionais, privadas e estatais; terceiro, que aproveitem a experiência técnica, administrativa e comercial das empresas estrangeiras para ingressar no mercado internacional; e quarto, que incentivem o reinvestimento dos lucros das empresas estrangeiras, privadas e estatais, em novas plantas industriais.

Políticas desse tipo parecem inexistir no Estado brasileiro desde os anos 1950. A prática tem sido de abertura completa e da subordinação dos interesses nacionais aos interesses das corporações estrangeiras. Isso explica, em grande medida, as distorções da matriz de transportes, a quase liquidação nacional da rede ferroviária e da navegação de cabotagem e internacional, e a esquelética navegação fluvial num país de grandes rios. Explica, também, a monopolização de setores inteiros da economia brasileira por corporações transnacionais, a prática de preços administrados como regra, e a íntima relação entre os capitais industriais e comerciais com os capitais financeiros, criando a mentalidade de que a lucratividade através dos juros altos é a melhor opção do capital, mesmo que isso conduza a crises devastadoras.

Isso não significa que o governo brasileiro, desde 2003, tenha ficado totalmente passivo diante desses problemas estruturais. Entre 2009 e 2010, ele aumentou o Imposto de Operações Financeiras (IOF) sobre investimentos estrangeiros em renda fixa de 0% para 6% para exercer algum controle sobre os fluxos de capital de curto prazo. No mesmo sentido, também elevou de 0,38% para 6% a alíquota sobre as margens de garantias pagas, por não-residentes, em dinheiro nos mercados futuros. E, em 2010, proibiu que as instituições financeiras alugassem, trocassem ou emprestassem títulos, valores mobiliários e ouro para investidores não-residentes, de modo a coibir operações nos mercados de derivativos.

Mas essas medidas têm sido consideradas tópicas. Elas não atingem, em profundidade, a movimentação especulativa do capital de curto prazo, nem o sistema de dependência e de monopolização das corporações transnacionais sobre a economia brasileira.

Outro exemplo das ações do Estado brasileiro para tentar escapar desse sistema foi a atenção dedicada ao processo de internacionalização do grande capital nacional. Primeiro, sob o argumento de que os investimentos brasileiros externos eram um estímulo ao investimento interno, por favorecerem as exportações brasileiras de carnes e derivados, celulose e papel, laticínios, alimentos congelados, etanol, minérios, produtos siderúrgicos básicos, e gás e petróleo. Depois, sob o argumento de que tais investimentos aumentariam a capacidade competitiva das empresas brasileiras. Finalmente, na suposição que tais investimentos permitiriam aos bancos públicos conquistarem um caráter anticíclico, sustentando nos períodos de crise a taxa de investimento e, com isso, o emprego e a renda.

Essa política, apesar da provável boa intenção, tem sido criticada, com razão, por vários autores. Estes sustentam que isso beneficiou os grupos econômicos e empresas como JBS, Fibria, Gerdau, Camargo Corrêa, Odebrecht

e Vale, que ganharam musculatura com a ajuda do Estado, via BNDES. Sob essas justificativas, o Estado teria patrocinado aquisições, projetos de internacionalização, *joint ventures* e expansões dessas chamadas empresas campeãs, canalizando um volume crescente de recursos públicos para o setor privado, mais especificamente para o grande capital nacional.

Em 2008, o Brasil possuía 20 mil empresas exportadoras, com os manufaturados representando 47% das exportações. Em 2012, o número de exportadoras caíra para 19 mil, e os manufaturados haviam perdido sua posição, ao mesmo tempo em que os ativos do BNDES haviam crescido de 25 bilhões de reais para 99 bilhões. Mas o resultado medíocre da ação das empresas campeãs fez com que os lucros do BNDES caíssem 93% entre 2011 e 2012.

Na prática, essa atenção à internacionalização deixou em segundo plano a atenção à exportação sem regra de capitais estrangeiros para o mercado brasileiro. Permitiu que eles concentrassem seus investimentos na especulação financeira, na exploração de recursos naturais, e na compra de plantas em operação e, com isso, acentuassem a desindustrialização. A formação de alguns grandes monopólios nacionais não estimulou em nada a exportação de manufaturados brasileiros, nem elevou a competitividade das demais empresas nacionais. Diante disso, o BNDES tem dificuldade em responder às críticas de que sua atuação é conveniente apenas aos interesses do grande capital financeiro e dos capitais exportadores, distanciando-se até mesmo do nacional desenvolvimentismo na medida em que tende a reforçar a estrutura produtiva especializada em bens de baixo valor agregado.

Hoje há um verdadeiro conflito entre a monopolização de setores inteiros da economia nacional e a necessidade de preços competitivos internos e internacionais. A prática de preços administrados pelo poder de monopólio comprime a expansão do mercado doméstico e impede o Brasil de aproveitar as oportunidades criadas pela continuidade do ciclo expansivo da economia asiática, apesar da crise do capitalismo central, iniciada em 2007.

Embora essa crise tenha aberto possibilidades de expansão das grandes corporações brasileiras, inclusive adquirindo empresas de países centrais em dificuldades, na prática são os capitais salvos do incêndio nos países centrais que estão se deslocando para a América Latina e para o Brasil, incorporando empresas nacionais, ou se fundindo com elas, sem qualquer normatização a respeito.

Além disso, existe uma disparidade flagrante entre as taxas de juros e as taxas de lucratividade. E permanece um descompasso entre as flutuações do câmbio e a necessidade de dar competitividade aos produtos manufaturados de exportação. Pereira (2005/2007) parece ter razão quando diz que, embora tenha havido alguma melhoria nesta área, a verdadeira infecção da

economia brasileira é a taxa de juros alta e o real sobreapreciado. Para ele, isto desconecta as empresas eficientes do mercado externo e também do interno, provocando a desindustrialização. Ele pergunta por que o empresário eficiente investirá para aumentar a produção, se é mais barato importar os componentes e apenas montar os bens que antes fabricava. E nós perguntamos por que tal empresário investirá num empreendimento de risco em que o lucro pode ser inferior ao juro praticado no mercado interno.

Bresser-Pereira também assegura que essa mesma sobreapreciação cambial explica por que há pleno emprego com baixo crescimento. A apreciação aumentaria artificialmente os salários e o consumo e criaria demanda no setor de serviços internos. Desse modo, provocaria a transferência da mão de obra da indústria para eles. Ou seja, transferiria força de trabalho de um setor com alto valor adicionado *per capita* para um setor com baixo valor adicionado *per capita*.

É lógico que a suposição de Bresser-Pereira só pode ocorrer se houver uma distorção na composição técnica do exército de reserva de força de trabalho que torne este exército incapaz de atender à demanda do setor de serviços sem elevar os salários. Somente em tais condições, de falta de concorrência entre os trabalhadores, o aumento da produtividade fica emparedado. Torna-se impossível transferir forças de trabalho de setores pouco sofisticados tecnologicamente, que pagam baixos salários, para setores de maior sofisticação tecnológica, que adicionam maior valor *per capita* à produção e pagam salários mais altos, mas reduzem a força de trabalho total necessária.

Portanto, não é a transferência perversa de mão de obra para os serviços que explica o pleno emprego associado ao baixo crescimento. É a existência de uma imensa massa de força de trabalho sem qualquer qualificação técnica que permite a suposição de um falso pleno emprego e a transferência perversa de mão de obra. Além disso, como o consumo continua relativamente aquecido, enquanto a oferta doméstica de alimentos agrícolas e de bens manufaturados de consumo corrente permanece estagnada, o país se vê confrontado, por um lado, por surtos inflacionários sazonais e, por outro, por importações que atendam àquele crescimento do consumo.

Nessas condições, há vários fatores agindo negativamente sobre o desenvolvimento nacional. Primeiro, a monopolização da economia pelas corporações transnacionais e nacionais. Segundo, as políticas pouco ativas do Estado no sentido de atrair investimentos sob condicionalidades estruturantes. Terceiro, os passos pouco firmes para ajustar as políticas de juros e câmbio. Quarto, o descompasso entre o ritmo de crescimento da economia e o ritmo de reciclagem da força de trabalho excluída do mercado.

Sob a ação desses fatores, a indústria brasileira continua longe de haver alcançado o nível de desenvolvimento científico e tecnológico dos países capitalistas desenvolvidos. E corre também o perigo de continuar assistindo à marcha inercial da desindustrialização e do baixo crescimento. Bem vistas as coisas, o Brasil parece se encontrar numa situação transitória de alta complexidade.

A burguesia monopolista, nacional e estrangeira, tem bem clara sua intenção de não permitir algo parecido a uma democratização da propriedade, na qual as diversas frações e setores do capital tenham a oportunidade de praticar a liberdade de comércio. Ela reclama que as previsões inflacionárias, o aumento dos gastos públicos e as pressões sobre o câmbio a forcem a retirar capitais do país. Ou seja, a retração de seus investimentos não estaria relacionada aos problemas tributários, de infraestrutura, de custos do trabalho, de escassez de mão de obra e do baixo retorno das concessões públicas. Seria resultante do suposto fim do chamado tripé neoliberal de metas inflacionárias, saldos primários e câmbio flutuante. No velho viés neoliberal, essa burguesia defende o corte dos impostos, a abertura financeira e comercial, as privatizações e a prevalência da economia de serviços.

Outros autores confirmam essa postura ao afirmar que o governo brasileiro vem desmontando reformas da época da liberalização comercial. Estariam ocorrendo medidas de fechamento da economia que, no fundo, afetariam a produtividade da indústria. Como exemplo, citam que a política de escolha de setores, via direcionamento do BNDES, criaria ineficiências na economia, já que a escolha de vencedores nunca funcionaria. E ao frisar que a indústria no Brasil não chega a 20% do PIB, acentuam que somos hoje uma economia de serviços e nossa economia será cada vez mais de serviços.

Constantino (2013), por seu turno, assegura que nas falhas atribuídas ao mercado haverá sempre a impressão digital do governo. Este deveria concentrar seus gastos na melhora da qualidade de ensino e também na infraestrutura. Seria o inverso do que existe hoje, com o governo consumindo o equivalente a quase 40% do PIB e investindo apenas 1% dele.

Castelar também se lamenta de até hoje continuar difícil eliminar subsídios públicos que redistribuam renda a grandes empresas e grupos de interesse, embora reitere que, na média, os resultados das políticas preconizadas pelo Consenso de Washington tenham sido positivos. E tenta explicar que a frustração com os resultados iniciais das reformas, em termos de aumento da taxa de crescimento, e a percepção de que havia espaço para uma aceleração mais forte, teriam levado a três tipos de interpretação. Primeiro, as reformas não teriam sido implementadas na profundidade proposta. Segundo, o conjunto das reformas não teria sido suficientemente abrangente, sendo necessária uma

segunda geração de reformas. Finalmente, teria sido preciso desenvolver a infraestrutura institucional que permitisse ao mercado funcionar como nos países desenvolvidos.

Portanto, para os neoliberais a disfuncionalidade do Estado brasileiro aparece como o principal obstáculo à aceleração do desenvolvimento do Brasil. Sua política macroeconômica seria ineficiente. Ele gastaria e tributaria muito, e investiria pouco.

Por outro lado, as demais frações e setores não monopolistas da burguesia não sabem exatamente o que querem. Não é por acaso que setores burgueses liberal-desenvolvimentistas defendam o uso de recursos públicos para programas sociais, para melhorias salariais e para incrementar a industrialização. Desde que o Estado, é lógico, não crie novas empresas públicas, nem interfira na lucratividade privada.

O que torna difícil, muitas vezes, diferenciar essa fração burguesa da fração monopolista. Elas estão unificadas no apoio aos gastos públicos em infraestrutura, cujos recursos podem ser democraticamente disputados pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras, monopolistas ou não. E nesse caso, como em outros, sua luta se direciona contra o estatismo governamental, que pretende ter o comando dos projetos. Em conjunto, a burguesia se unifica contra a entrada mais firme do capital estatal na economia, mas apoia todas as medidas que coincidam com seus interesses lucrativos.

A macroeconomia é outro campo de batalha entre vários setores burgueses, todos eles colocando-se sob o manto de um desenvolvimento de fachada. Aqueles que estão ligados à indústria e às exportações pretendem juros baixos e câmbio desvalorizado, que aumentem a competitividade dos seus produtos, tanto externa quanto internamente. E pretendem que os bancos estatais lhes forneçam capitais a baixo custo e sem qualquer tipo de exigência ou compromisso social.

Aqueles ligados aos setores financeiros e às importações pretendem juros altos e câmbio valorizado. Argumentam que a taxa de juros impede a inflação e cria um mercado interno estável. Uma moeda valorizada facilitaria a modernização das plantas industriais através da importação de bens de capital e de tecnologias. Esse guarda-chuva de incentivo à indústria, ao mesmo tempo em que tornou quase todos desenvolvimentistas de fachada, cria uma barreira a uma entrada mais firme do Estado na economia.

Essas disputas no campo da burguesia influenciam de diferentes maneiras as disputas das demais classes sociais, ou de seus representantes ideológicos e políticos, em torno do desenvolvimento. Pereira (2009), por exemplo, assegura que a visão dominante na teoria econômica contemporânea tem as

estratégias de desenvolvimento regional como a solução dos problemas sócio-econômicos de regiões subdesenvolvidas.

Tais estratégias teriam como pauta a criação de nichos de inovação tecnológica, através de sistemas nacionais ou regionais de inovação, sem necessidade de tocar nas relações capitalistas de produção. A inovação tecnológica seria a mola mestra do desenvolvimento regional. Para Pereira, porém, tal visão desconsidera o fato de que a apropriação privada dos ganhos em novas bases técnicas e organizacionais tem um duplo caráter. Ela se daria à custa da precarização do trabalho e da socialização dos efeitos negativos gerados pelo processo produtivo, resultando no esfacelamento do tecido social.

Nessas condições, a inovação tecnológica e o desenvolvimento local, tendo por base relações capitalistas de produção, não garantiriam a irradiação de efeitos positivos para a região; ampliariam as contradições inerentes a esse modo de produção; hierarquizariam espaços; concentrariam renda; desapropriariam trabalhadores e pequenos produtores; gerariam zonas de intenso conflito social e ambiental; demonstrariam, assim, seus estreitos limites em termos de geração de bem-estar coletivo. Não seriam, pois, adequadas para o Brasil.

No entanto, quando Pereira explica por que a Ásia cresceu o dobro da América Latina e, ainda por cima, de forma sustentada, ele abandona as considerações a respeito das relações capitalistas de produção. Relembra que a Coreia do Sul cresceu 7% ao ano, por 50 anos. E reconhece que, na América Latina, esse crescimento teria ocorrido por pequenos períodos.

No Brasil, se refere aos anos 1960-70, esquecendo os anos 1950. No México teria ocorrido nos anos 1970. Na Argentina, esqueceu os anos 1960-70, afirmando que tal crescimento só teria ocorrido nos anos 1990 e neste século. O Chile teria crescido a taxas asiáticas de 1985-86 até 1998, mas teria esgotado esse ciclo sem que houvesse crise política nem nada que o justificasse. No modelo das maquiladoras mexicanas dos anos 1980, 75% dos insumos eram importados, o que permanece atualmente.

Nos anos 1980, a produtividade média da economia brasileira seria igual à coreana. Hoje a coreana é três vezes mais alta. Sua conclusão é que o Brasil seguirá com este equilíbrio médio e com aumentos do PIB de 3% ou 4%, no melhor dos casos. Pereira sustenta, então, que é preciso não subestimar o que ocorreu naquele período. O Brasil, de 1965 a 1980, cresceu a uma taxa muito parecida com a da Ásia. A questão estaria no fato que o país não teria dado o salto necessário.

Fabricava mais automóveis que toda a Ásia, mas não tinha marcas próprias. Teria faltado um Estado que pudesse disciplinar a elite capitalista para que não só usufruísse dos benefícios de mecanismos protecionistas, mas que

os utilizasse de forma efetiva. E teria faltado mais integração regional e abertura infra-regional. Produzia-se na lógica das empresas montadoras.

Esse tipo de produção também teria ocorrido na Índia, China e Vietnã, países asiáticos que saíram tarde no caminho da industrialização. Mas eles tinham níveis de investimento e de educação diferentes. E possuiriam um Estado que não tinha medo de usar políticas industriais e comerciais, e uma macroeconomia com taxas de câmbio competitivas e taxas de juros baixas.

Em outras palavras, usando inovação tecnológica (marcas próprias) e desenvolvimento local (integração regional e abertura infra-regional), tendo por base relações capitalistas de produção (empresas transnacionais, empresas estatais e empresas privadas nacionais competindo no mercado), aqueles países asiáticos garantiram a irradiação de efeitos positivos para a região.

Podem até ter ampliado certas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, ter hierarquizado espaços, concentrado renda, desapropriado trabalhadores e pequenos produtores, mas não parecem ter gerado zonas de intensos conflitos sociais e ambientais incapacitantes. Ao invés de demonstrarem os estreitos limites em termos de geração de bem-estar coletivo, abriram canais para um desenvolvimento sustentado de longo curso, cuja evolução ainda está em aberto.

E a chave para isso foi o Estado, essa externalidade que o capitalismo pretende submeter, mas que teima em ganhar autonomia e pode, em determinadas condições históricas, como diz o próprio Pereira, livrar-se do medo de usar políticas industriais e comerciais, e uma macroeconomia com taxas de câmbio competitivas e taxas de juros baixas.

Nesse sentido, embora Pereira considere que não há qualquer sinal de mudança na América Latina, por continuarem as taxas de câmbio flexíveis com taxas de juros supervalorizadas, a ausência de condicionalidades nas políticas de investimentos estrangeiros, e a falta de políticas de industrialização, tudo dependerá do rumo que as forças políticas puderem imprimir ao Estado.

O Brasil, em especial, é afetado pelas políticas de todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O que lhe impõe uma disputa que é intrinsecamente industrial. Como afirma Sicsú, o crescimento e a industrialização estão muito longe de ser tudo, mas sem eles nada haverá. Sem indústria o Brasil será incapaz de emparelhar nessa disputa mundial multilateral. E, sem um Estado determinado a superar o atraso que o neoliberalismo lhe impôs, talvez sequer seja possível qualificar o desenvolvimento que se pretende.

PADRÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

A conceituação dos atuais padrões de desenvolvimento brasileiro é bas-

tante variável. Filgueiras e Gonçalves (2007), por exemplo, dizem que o Brasil está estruturado sobre as relações capital-trabalho. O que, convenhamos, não é novidade. A isso se agregariam as distintas frações do capital, o tipo de inserção internacional, e as formas de funcionamento do Estado de representação política. Algo também comum a todos os padrões de desenvolvimento. Apesar disso, eles concluem que o novo padrão daí surgido, mesmo fazendo uso de distintas políticas macroeconômicas, seria caracterizado pela forte vulnerabilidade externa, inserção passiva na economia internacional, instabilidade macroeconômica, e dificuldade de manter taxas de crescimento mais elevadas. O Brasil estaria submetido, assim, ao que chamaram de modelo liberal-periférico.

Em outras palavras, por um lado, o Brasil seria um país capitalista de desenvolvimento liberal, como os países desenvolvidos. Por outro, como está situado na periferia, isso lhe imporá falhas e instabilidades nas relações internacionais e no crescimento.

O problema desse modelo liberal-periférico é que ele pode também se referir a países periféricos que, como a Coreia do Sul, ingressaram no desenvolvimento capitalista liberal, mas não carregam aquelas falhas por serem periféricos. Portanto, se o Brasil continua com a vulnerabilidade externa por sua dependência financeira e tecnológica, com uma inserção passiva no mercado mundial, por não ter capacidade de exportar bens de capital, e com baixas taxas de crescimento, é preciso buscar razões além de sua situação periférica.

Talvez por isso, Barbosa Filho e Souza (2010), ao contrário, identifiquem que no Brasil tenha se configurado um padrão diferente. Este seria caracterizado pela retomada da participação do Estado na condução do processo econômico. O crescimento econômico estaria associado à distribuição de renda e puxado pelo mercado interno. A política social teria conquistado centralidade por meio da ampliação da oferta de crédito e do crescimento real do salário mínimo. A política comercial externa teria sido reorientada, ampliando e diversificando o destino e os produtos das exportações brasileiras. No entanto, embora os fatores apontados nesse padrão sejam radicalmente diferentes dos fatores predominantes no período neoliberal, eles consideram necessário reconhecer a recorrência de vários fatores herdados daquele período.

Porém, vários outros analistas concordam que o padrão prevalecente seria o liberal-periférico, mas reconhecem que as políticas macroeconômicas foram flexibilizadas a partir de 2006, não vendo qualquer contradição nisso. Tais políticas teriam passado a aproveitar as novas condições internacionais e reduzido a vulnerabilidade externa, mas isto seria insuficiente para mudar o padrão liberal-periférico de desenvolvimento. Este continuaria apresentando as mesmas características e os mesmos problemas de sustentabilidade de longo prazo.

Oreiro (2011), ao contrário, tendo por base os regimes neoliberais de âncora cambial e o chamado tripé econômico de metas de inflação, superávits fiscais primários e câmbio flutuante, assegura que o regime atual teria um padrão desenvolvimentista inconsistente. Tal padrão teria por origem a flexibilização daquele tripé. Sua inconsistência seria derivada do abandono da estabilização da taxa real de câmbio. Esse abandono teria gerado uma tendência de deterioração progressiva do balanço de pagamentos e de aprofundamento do processo de desindustrialização. Portanto, para ele, a raiz do processo de desindustrialização e da deterioração do balanço de pagamentos não estaria na monopolização da economia, no *rentismo* da burguesia e na baixa taxa de investimentos públicos na indústria, mas na taxa de câmbio.

Não deixa de ser ousada a suposição de que a taxa de câmbio possa determinar a estrutura econômica. Dizendo de outro modo, o crescimento econômico não estaria associado à acumulação de capitais, investimentos em plantas industriais, adensamento das cadeias produtivas, elevação do padrão tecnológico e aumento da competitividade. Dependeria fundamentalmente de um dos aspectos da macroeconomia.

Mas isto talvez se coadune com o fato de que grande parte dos autores brasileiros desdenhe, como um dos aspectos mais evidentes do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, a monopolização ou oligopolização de vários de seus ramos e setores por corporações estrangeiras e nacionais. Esses autores sequer dão atenção ao poder que essas corporações exercem sobre preços, metas de produção e outros aspectos da vida nacional, apesar de ser facilmente detectável o *lobby* automobilístico como um dos freios aos projetos de aumento das redes ferroviárias, fluviais e marítimas. Ou ainda descobrir como o Brasil, antigo produtor e exportador de várias substâncias químicas viu, de uma hora para outra, as plantas industriais que produziam tais substâncias serem transferidas para outros territórios, transformando-se em importador cativo delas.

Outro aspecto evidente desse poder de monopólio poderia ser encontrado na contradição entre a acumulação interna de capital e as demandas de investimentos, em parte supridas pelo BNDES. Este banco, que deveria dedicar seus esforços na diversificação da presença de capitais nacionais, estatais e privados, nas lacunas das cadeias produtivas industriais, tem financiado a expansão das empresas monopolistas.

Este foi o caso da fábrica da Fiat, em Pernambuco, da Telefônica da Espanha, da Abengoa espanhola, da ADP francesa e de diversas outras empresas estrangeiras dispostas a participar em obras de infraestrutura. Desse modo, o Brasil parece ter criado o estranho hábito de seu Estado estimular os investimentos es-

trangeiros, não só fornecendo incentivos fiscais e outras facilidades, mas também financiando a maior parte do capital necessário para os empreendimentos.

Ou seja, ao contrário dos países asiáticos e africanos, que estimulam o ingresso de capitais estrangeiros apenas reduzindo rendas e impostos por períodos relativamente longos, mas exigem que o aporte de capital e de tecnologias seja realizado pela parte estrangeira, o Brasil parece estar abarrotado de capitais excedentes, assumindo a maior parte dos riscos dos empreendimentos externos.

Nessas condições, as empresas estrangeiras se sentem livres não só para aplicar nas áreas de maior lucratividade, ou rentabilidade, que nem sempre são as áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, mas também para transferir a seus acionistas parcela considerável dos financiamentos recebidos para as inversões. Num cenário desse tipo, pode ser difícil alcançar superávits na balança de pagamentos. E o padrão pouco tem a ver com o chamado desenvolvimento liberal.

Não é por acaso que Garcia considera que as atuações estatais que favoreceram a burguesia interna não seriam fruto de um planejamento desenvolvimentista, mas sim o atendimento à demanda de internacionalização dos grandes grupos econômicos brasileiros, que precisam de um ambiente externo favorável à sua expansão. O BNDES, em especial, teria alinhado suas estratégias com as necessidades desse grande capital nacional. Por alguma razão desconhecida, Garcia também não se referiu às demandas do grande capital estrangeiro presente no território brasileiro.

Mas Oreiro e Feijó (2010) comungam a ideia de que a estrutura produtiva brasileira teria reforçado uma composição setorial cuja tendência se evidenciaria na perda relativa de dinamismo da indústria, especialmente nos setores intensivos em tecnologia. Segundo eles, os neodesenvolvimentistas acreditam que essa desindustrialização teria como causa a chamada doença holandesa. Seria uma desindustrialização precoce, uma vez que teria se iniciado com um nível de renda *per capita* inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos iniciaram o seu processo de desindustrialização.

A doença holandesa constituiria um fenômeno antigo. A descoberta de ouro na Austrália, em meados do século 19, desencadeara um processo de doença holandesa que gerou efeitos adversos sobre a indústria australiana. Bresser-Pereira (2005/2007), porém, alertou corretamente que a doença holandesa existe desde a revolução comercial, ou mercantilista, ocorrida entre os séculos 16 e 18. Lembra que o fraco desempenho da economia espanhola nesse período esteve associado à exploração de ouro nas colônias americanas.

O problema consiste em que esses autores não explicam por que a mesma exploração do ouro, e também da prata, nas colônias americanas, não cau-

sou qualquer doença espanhola ou holandesa na economia inglesa de então. Eles poderiam ter consultado a história da acumulação primitiva do capital. E teriam descoberto que o capital monetário acumulado na Inglaterra foi empregado para comprar meios de produção e forças de trabalho que haviam sido expulsas dos feudos ingleses e expropriadas, ou libertadas, de quaisquer meios de produção. Estavam prontas para trabalhar para quem tivesse capital. Este, na forma tanto de matérias primas, máquinas e ferramentas, ou capital constante, para produzir mercadorias, quanto de meios monetários, dinheiro, ou capital variável, para pagar salários.

146

Essa combinação de capital com forças de trabalho livres foi a vacina que impediu a economia inglesa de sofrer a doença espanhola, agora chamada de holandesa. Na Espanha existia uma montanha de meios monetários, mas a força de trabalho ainda estava amarrada ao sistema feudal.

Portanto, a doença holandesa, originalmente uma doença espanhola, e também portuguesa, resultou da acumulação de meios monetários sem aplicação produtiva que permitisse sua posterior reprodução ampliada. Na Holanda dos anos 1960, a descoberta de grandes depósitos de gás natural no Mar do Norte, e as exportações subsequentes, resultaram em acumulação desmedida de volumes monetários. E, da mesma forma que na Espanha dos séculos 17 e 18, ocorreu uma inflação com forte apreciação da moeda holandesa, encarecendo todos os preços e tornando menos competitivos os produtos manufaturados.

Não foi por acaso que os árabes, quando elevaram os preços do petróleo, nos anos 1970, canalizaram seus petrodólares para os bancos norte-americanos e europeus emprestarem para quem quisesse, a juros perto de zero. E não é por outro motivo que, hoje, as corporações transnacionais norte-americanas, europeias e japonesas são compelidas a exportar seus excessivos capitais acumulados.

A suposição de que a doença holandesa também pode ser desencadeada por meio de expressivos aumentos das exportações de commodities, como café, açúcar, petróleo, minério de ferro, cobre etc, em virtude da elevação de seus preços internacionais, só se torna real quando as divisas internacionais, oriundas das exportações, resultam em acumulação monetária não investida em processos produtivos ou especulativos. Esse acúmulo ou entesouramento causa inflação e apreciação cambial.

Desde meados do século 19 esse fenômeno tem sido tratado por diferentes autores, embora só tenha recebido o nome de doença holandesa, ou maldição dos recursos naturais, nos anos 1980. Segundo os autores desta época, que parecem desconhecer a história econômica dos séculos anteriores, e não estão notando as raízes da crise do capitalismo desenvolvido, tal doença residiria numa falha do mercado.

Bresser diz que o setor produtor de recursos naturais geraria uma externalidade negativa sobre os demais setores da economia, impedindo que esses setores se desenvolvam, embora usando tecnologia no estado da arte. Esta *falha de mercado* seria classificada como de *demand*, por restringir o nível de novos investimentos em indústrias de bens comercializáveis e, conseqüentemente, restringir a demanda agregada. Em conseqüência, isto desaceleraria o crescimento da economia, inviabilizando a geração de novos postos de trabalho. Em outras palavras, tal como os demais economistas holandeses, considera que os recursos naturais não seriam bens comercializáveis e, com isso, isentam o sistema financeiro de qualquer responsabilidade no processo.

Na realidade, quando os bens comercializáveis dos recursos naturais são altamente demandados e alcançam preços mais compensadores do que os preços dos bens industriais, os recursos financeiros se concentram na produção dos recursos naturais. Eles promovem o deslocamentos de capitais dos setores industriais de produção de bens de capital e de bens de consumo corrente para os setores de exploração de recursos naturais. Quando Bresser sugere a correção dessa falha através da intervenção do Estado na economia, ele está simplesmente sugerindo que o Estado oriente os investimentos para evitar aquele desequilíbrio promovido pela tendência irreprimível do capital praticar estouros de boiada em busca de maiores taxas de lucro.

Corretamente, Bresser-Pereira indica que o Estado, utilizando mecanismos de neutralização, pode administrar a taxa de câmbio por meio da redução da taxa de juros, do controle do nível de reservas cambiais, da maior regulação sobre a movimentação de capitais internacionais e da instituição de um imposto sobre as vendas dos recursos naturais. Em outras palavras, o Estado regularia a movimentação financeira, ou o movimento dos capitais, de modo que uma parcela significativa deles se dirija para outros setores produtivos industriais.

Portanto, para demonstrar que a atual desindustrialização brasileira resulta de alguma doença holandesa será necessário demonstrar que o Brasil está sendo vítima de uma excessiva acumulação de capitais, e apontar onde tais capitais estão entesourados. Ou então, o que parece ser verdade, que os capitais estrangeiros estão se dirigindo, sem controle algum por parte do Estado, para a exploração dos recursos naturais, prejudicando os investimentos em plantas industriais.

Apesar disso, os argumentos sobre a doença holandesa da economia brasileira têm se limitado ao fato de o BNDES atuar a favor da produção de produtos primários e da indústria intensiva em recursos naturais e em energia. Nessas condições, apesar da melhora em todos os indicadores conjunturais, não se identificaria uma mudança estrutural pró-indústria de maior valor

agregado, nem uma inserção externa mais sólida com superávits provenientes de manufaturas de alta tecnologia. Ao contrário, estaria em marcha no Brasil um processo de reprimarização da pauta de exportações. Tal processo teria uma longa história.

Desde o final de 2002 teria sido registrada uma forte tendência de valorização da moeda brasileira, num contexto de ascensão dos preços internacionais das commodities e de crescimento das exportações dessas mercadorias pelo Brasil. Os sintomas da doença holandesa já seriam visíveis nessa época, provocando desindustrialização. Estaria havendo uma especialização regressiva na estrutura produtiva, conectada com a dinâmica da pauta exportadora. Entre 2000 e 2008, o saldo comercial de commodities teria crescido 330%, paralelamente à apreciação da moeda brasileira, a partir de 2003. No entanto, em sentido contrário, o saldo comercial de produtos industriais passou a registrar déficits.

A classificação por intensidade tecnológica deixaria ainda mais patente o caráter regressivo das exportações brasileiras. Em 1996, mais de 4,0% das exportações totais de manufaturados eram referentes a produtos de alta intensidade tecnológica. Em 2000, essa proporção aumentara para 12,4%. No entanto, durante os anos 2000, as exportações de produtos de alta intensidade tecnológica, como equipamentos aeronáuticos, aeroespaciais, de rádio, TV e comunicações, caíram. Em 2010, passaram a 4,6% das exportações totais de produtos industriais.

A participação de produtos de média-alta tecnologia, como veículos automotores, reboques, semirreboques, químicos, excluindo farmacêuticos, máquinas e equipamentos mecânicos, nas exportações totais de produtos industriais passou de 22,8%, em 1996, para 18%, em 2010. Em 2009, segundo Pinto (2010), todos os setores industriais teriam reduzido sua participação nas exportações, com exceção do setor de *média-baixa tecnologia*.

O setor de alta tecnologia caiu 4,8%, o de média-alta tecnologia 1,7%, e o de baixa tecnologia 4,3%. Tais perdas teriam decorrido do aumento de 9,9% na participação dos produtos não-industriais. Apesar disso, entre 2007 e 2010, ocorreu um saldo positivo de 15,3 bilhões de dólares dos produtos industriais exportados, ao contrário do *déficit* de 1,2 bilhões de dólares, entre 1999 e 2002. Porém, um exame mais acurado aponta que o peso principal do *superávit* se deveu às exportações da *baixa tecnologia*, enquanto aumentou o *déficit* das indústrias de *alta e média-alta tecnologia*, que somou 62,7 bilhões de dólares, entre 1999 e 2002, e 123,9 bilhões de dólares, no período de 2007 a 2009.

Um dos problemas dessas análises consiste em que elas não relacionam as causas da desindustrialização da década de 2000 com as do período de

1986 a 2002. E também não avaliam que ambos os processos estão articulados, embora de forma contraditória, com os movimentos dos capitais estrangeiros na economia brasileira.

No período de 1986 a 2002, a exportação de capitais externos para o Brasil desarticulou suas cadeias industriais. A partir de 2000, essa exportação de capitais se voltou prioritariamente para o mercado financeiro e para a extração dos recursos naturais, evitando os investimentos nos demais setores industriais, a não ser naqueles relacionados com a cadeia produtiva de exploração dos recursos naturais.

Adicionalmente, os investimentos estrangeiros de curto prazo subiram numa média anual de 3,6 bilhões de dólares, a partir de 2003, alcançando cerca de 40 bilhões de dólares em 2006. Nesse mesmo ano, os investimentos diretos produtivos alcançaram apenas 31,3 bilhões de dólares. Esse crescimento dos investimentos externos esteve relacionado, primeiro, com os excedentes de capitais nos países desenvolvidos, em contraposição ao colapso de sua lucratividade. Depois, com as perspectivas de altos lucros num país que possuía um dos maiores juros internos do mundo, ações em oferta nas empresas de commodities minerais e agrícolas, e demandas por financiamentos para obras de infraestrutura.

Bonelli e Pessoa (2010) repisam que os fatores estruturais desse processo residiram no crescimento acelerado das exportações de petróleo bruto, nas vantagens comparativas do país, com a grande disponibilidade de terras agricultáveis e de recursos minerais, e no rápido crescimento do comércio mundial, como reflexo do crescimento acelerado de algumas economias emergentes com grandes populações. Além disso, os impactos negativos da valorização da moeda brasileira sobre as exportações de bens industrializados também teriam influenciado conjuntamente tal processo, já que os produtos básicos são menos sensíveis às variações cambiais.

Sicsú, por sua vez, sugere que a especialização na produção de commodities e a industrialização que gera baixo valor agregado constituiria um modelo propício para a consolidação de um esquema concentrador de renda e de riquezas. O modelo de economia industrializada geraria muitos empregos de remuneração mais elevada e favoreceria o estabelecimento de relações formais de trabalho. Na realidade, ele parece esquecer que ambos os modelos são concentradores de renda e riqueza. No mundo atual, apenas 500 corporações transnacionais concentram mais de 50% da renda e da riqueza globais. A vantagem da industrialização capitalista é que ela necessita desenvolver as forças produtivas e criar uma classe trabalhadora, clarificando a luta de classes. O resto é subproduto.

Paradoxalmente, uma série de autores deduz que a especialização na produção de commodities, principalmente minerais e agrícolas, seguida da perda de participação da indústria brasileira, estaria seguindo a mesma trajetória dos países desenvolvidos. Esta seria uma tendência internacional, também adotada pelo Brasil, que estaria sobreindustrializado. Nesse contexto, a contínua queda na participação da indústria em relação ao total das atividades produtivas seria algo positivo para a continuidade do desenvolvimento nacional. A participação da indústria no PIB teria se reduzido mundialmente, de 25% em 1970 para 17% em 2007, devido ao fato de os países ricos terem deslocado mão de obra da indústria para setores de serviços com valor adicionado *per capita* maior, o que não teria acontecido na indústria brasileira.

Essas conclusões desdenham que a desindustrialização dos países desenvolvidos está relacionada com a elevação científica e tecnológica de sua indústria, e com um significativo aumento da produtividade do trabalho, da extração de mais-valia relativa e do desemprego tecnológico. Esse conjunto de fatores estruturais conduziu à elevação da massa de capitais excedentes, à queda da taxa média de lucro, e à exportação desesperada de capitais para países subdesenvolvidos, tanto na forma financeira, quanto na forma de plantas industriais.

Tal desindustrialização é proporcionada, pois, por um alto desenvolvimento das forças produtivas, causando mais desemprego tecnológico do que deslocamento de mão de obra para setores de serviços. Por exemplo, a participação do emprego industrial sobre o emprego total nos Estados Unidos caiu em 4%, entre 1995 e 2011, enquanto o desemprego se elevou a mais de 8%. Isso indica que outros setores, além da indústria, registraram desemprego. Na União Europeia, a queda do emprego industrial no mesmo período foi de 31% para 27%, com o desemprego se elevando a taxas superiores a 20% em vários dos países que a compõem.

A rigor, embora com dados incompletos, as estatísticas norte-americanas e europeias de 2009 indicavam que a participação do valor adicionado da indústria no PIB havia caído 4,31% nos Estados Unidos e 1,74% na União Europeia, comprovando a desindustrialização dos países desenvolvidos. Os países da América Latina e do Caribe e da África Subsaariana também apresentavam indicadores negativos, de 0,11% e 2,27% de queda na participação do valor adicionado da indústria.

Quanto ao valor adicionado do setor manufatureiro em relação ao PIB, os Estados Unidos apresentavam uma queda de 0,81%, a União Europeia de 5,13%, a América Latina e o Caribe de 0,21% e a África Subsaariana de 6,25%. Em contraposição a esses dados negativos, os países da Ásia do Leste e do

Pacífico apresentavam um crescimento de 4,65% no valor adicionado da indústria e 4,40% no valor adicionado do setor manufatureiro.

As baixas taxas negativas de participação do valor adicionado da indústria e do setor manufatureiro da América Latina e do Caribe, em comparação com as altas taxas negativas dos Estados Unidos e União Europeia, podem indicar que o fenômeno da desindustrialização daqueles países subdesenvolvidos é diferente da registrada nos países desenvolvidos. Por outro lado, as taxas positivas dos países da Ásia do Leste e do Pacífico indicam que tais países subdesenvolvidos apresentavam desenvolvimento industrial e manufatureiro, num sentido contrário aos países desenvolvidos. E isto se torna ainda mais patente com o crescimento do emprego industrial em relação ao emprego total, que se elevou a 23% na Ásia do Leste e no Pacífico e na América Latina.

No Brasil, é preciso levar em conta que a desindustrialização causada pela devastação neoliberal ainda continua em seu movimento inercial. A maior taxa histórica de participação da indústria no PIB foi de 35,88%, em 1985. Em 1994, essa taxa havia caído para 26,79%, chegando a 18,62%, em 1995, numa demonstração cabal dos efeitos das políticas neoliberais. Em 2004, houve certa recuperação, com a taxa de participação da indústria no PIB se elevando para 19,22%.

No entanto, não ocorreu a esperada reversão, e em 2011 aquela taxa voltou a cair e chegou a 16,23%. Nas estatísticas da Central Intelligence Agency (CIA) (2013), essa taxa de participação da indústria no PIB brasileiro é de 13%. Tanto mais grave é o fato de que, na indústria de transformação, os setores mais intensivos em tecnologia perderam participação em relação ao total. A participação da indústria de material eletrônico caiu de 3,38%, em 1996, para 1,66%, em 2007. No mesmo período, o setor de máquinas e de equipamentos caiu de 6,93% para 5,99%.

Os únicos setores que aumentaram sua participação foram os de refino de petróleo, de 5,70% para 11,51%, e o de fabricação de automóveis, de 7,87% para 8,57%. Essas quedas refletem, em grande medida, a oscilação da participação do capital fixo no PIB. Essa participação era de 18%, em 1995, caindo para 16%, em 1999, e 15%, em 2003. Ela só voltou a crescer em 2009, quando retornou ao mesmo patamar de 1995, isto é, 18%.

Em sentido contrário tem sido a participação do agronegócio e da indústria extrativa mineral no PIB nacional. O agronegócio alcançou uma participação de 22,2% em 2011, enquanto a indústria extrativa, cuja participação era de 3,41%, em 1996, passou a 7,95%, em 2007. Os setores minerais que apresentaram maior crescimento foram os de petróleo e minério de ferro.

Cano e Comin (2009) defendem que esse processo de desindustrialização brasileira está relacionado aos entraves que a crise fiscal e financeira

do Estado, dos anos 1980, antepôs à continuidade do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, supõem que tal desindustrialização seria um processo relativo e prematuro, uma vez que não afetaria todos os setores industriais, nem se caracterizaria por um processo generalizado de fechamento de plantas industriais. Mas reconhecem que a indústria nacional perdeu competitividade e aumentou o conteúdo importado nos meios de produção e nos produtos.

Até 1995, o setor industrial era o maior concentrador de investimentos externos diretos, com cerca de 67% do total. Esses investimentos se concentravam em alimentos e bebidas, produtos químicos, metalurgia básica, montagem de veículos, e máquinas e equipamentos. Em 2000, os serviços se tornaram predominantes na recepção dos investimentos, chegando a 63% do total, nível que se manteve em 2005. Entre 2006 e 2009, o fluxo de investimentos para o setor de serviços continuou predominante, mas baixou para 46% do total, enquanto os setores de agricultura, pecuária e extração mineral se elevaram a 18%. Os destaques dos investimentos em serviços foram os setores de eletricidade, gás, telecomunicações, intermediação financeira e comércio atacadista e varejista. Entre 2006 e 2009, o setor de intermediação financeira ganhou forte predominância sobre os demais.

O setor industrial manteve a participação relativamente estável de 35% do total. Apesar disso, em termos absolutos, ocorreu um forte declínio de 32,7 bilhões de dólares, em 2000, para 10,1 bilhões de dólares, em 2003, por evidentes motivações políticas relacionadas com a queda dos governos neoliberais e a ascensão do governo Lula. Apenas a partir de 2004 os investimentos industriais voltaram a crescer, chegando 45 bilhões de dólares, em 2008.

No entanto, tais investimentos industriais têm se dirigido predominantemente para alimentos, bebidas, produtos químicos e montagem de veículos, setores altamente concentrados e monopolizados por capitais estrangeiros. Paralelamente a isso, também prevaleceram as inversões externas em serviços de utilidade pública, telecomunicações, intermediação financeira e recursos naturais, principalmente na forma de mudanças patrimoniais.

Isto é, os ativos passam das mãos de brasileiros para estrangeiros. O que, de certo modo, aumenta o passivo externo, sem aumentar a capacidade produtiva, nem intensificar as exportações. Desde 2005, tem aumentado o fluxo dos investimentos na aquisição patrimonial de empresas agrícolas e de extração mineral, o que aponta para a tendência de desindustrialização combinada com o aprofundamento da primarização das exportações. Há vários estudos indicando que os setores intensivos em recursos naturais devem continuar crescendo, embora outros apontem que 41,5% dos investimentos, entre 2010 a 2013, estão sendo destinados à indústria, e 23,4% à infraestrutura. Dos investimentos em

infraestrutura, 7,4% irão para a energia elétrica, setor ainda hoje estrategicamente sensível a qualquer elevação do crescimento econômico.

Com tudo isso, os investimentos externos, sobre os quais o Estado brasileiro tem exercido pouca influência reguladora, retornaram ao debate a respeito do papel que a entrada de capitais estrangeiros podem ocasionar nas economias periféricas, como a brasileira. Dependendo da forma como tais capitais forem investidos, é provável que o padrão do desenvolvimento continue dependente, subordinado e subdesenvolvido, ou se torne autônomo, soberano e desenvolvido, independentemente da atual situação periférica do Brasil.

DESENCONTROS ENTRE DESENVOLVIMENTO, ESTADO E DEMOCRACIA

O Estado é uma criação histórica, que emergiu no processo de transição do comunismo primitivo para o patriarcalismo e o escravismo antigos, tomando diferentes formas. Desde o início, ele foi composto pelo conjunto de aparatos extra-econômicos constituídos para administrar a luta de classes a favor da classe ou das classes historicamente dominantes, seja nas Cidades-Estados, seja nos reinos e impérios que se formaram no curso histórico do escravismo e do feudalismo.

No processo de acumulação primitiva do capital, a partir do século 14, na Ásia, e do século 15, na Europa, os Estados feudais desempenharam papel primordial para estimular, ou travar, a ação dos capitais comerciais envolvidos na aventura mercantilista. Em algumas regiões da Europa, tão logo a acumulação primitiva do capital se transformou em modo de produção capitalista, o Estado se viu forçado a mudar sua natureza feudal, passando a ser dominado pelos interesses da classe burguesa ascendente.

Essa transformação teve por base a cooperação e o conflito entre o capital, na forma de propriedade de dinheiro e de meios de produção, e o trabalho, na forma de seres humanos livres proprietários de forças de trabalho. No modo de produção capitalista, como afirmou taxativamente Smith (1983), o Estado deveria cumprir o papel de zelar para que a propriedade privada dos meios de produção não fosse destruída ou apropriada pelos que eram desprovidos da mesma. Os proprietários dos meios de produção deveriam ter a liberdade de contratar a força de trabalho necessária à produção de acordo com as regras da oferta e demanda do mercado.

Esse papel liberal clássico do Estado prevaleceu até o final do século 19. A partir de então começou a mudar quando, em alguns países retardados em seu processo de desenvolvimento capitalista, o Estado foi utilizado para modernizar suas classes dominantes pré-capitalistas e transformá-las em classes dominantes capitalistas. Os exemplos clássicos dessa ação do Estado foram o Japão da res-

tauração Meiji e a Alemanha de Bismarck. Mesmo os Estados Unidos, sempre citados como um exemplo de desenvolvimento capitalista puro, viram seu Estado intervir para liquidar a escravidão e transformar os escravos em trabalhadores livres, embora jamais tenha conseguido resolver a discriminação racial.

Esse é o período, também, em que as crises cíclicas do capital começaram a se tornar destrutivas, colocando a própria existência do capitalismo em perigo. Logo depois, as guerras mundiais imperialistas impuseram como fundamental a coordenação do Estado sobre o capital, para o esforço bélico. O Estado conquistou o direito de intervir na economia e coordenar a superação das crises ou a produção para a guerra. Os exemplos extremos da subordinação dos capitalistas ao Estado, no curso da crise mundial dos anos 1930 e na Segunda Guerra, foram a Itália fascista, o Japão xintoísta, e a Alemanha nazista. Mas, nos demais países capitalistas de corte liberal os Estados assumiram, do mesmo modo, forte papel dirigente, seja para enfrentar a crise cíclica, seja para coordenar os esforços bélicos.

O papel do Estado também se mostrou fundamental nas experiências socialistas. Primeiro, nos países socialistas de tipo soviético. Mais recentemente, em países de socialismo de mercado. Em todas essas experiências, o capitalismo ainda não havia se desenvolvido plenamente, nem criado as condições objetivas para sua superação por um novo modo de produção e de sociedade. No caso dos Estados de tipo soviético, seu fracasso ficou evidente na incapacidade de evitar o engessamento da economia, reformá-la, e avançar na democratização da sociedade. No caso dos Estados de socialismos de mercado, as experiências em curso mostram sua capacidade em reformar a economia, colocar a propriedade privada a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, redistribuir a renda e elevar a cultura em massa. Mas ainda não está clara sua capacidade de aprofundar a democracia política e resolver a contradição entre a propriedade social e a propriedade privada dos meios de produção no processo daquele desenvolvimento.

As modificações do papel do Estado no modo de produção capitalista não têm seguido um curso linear. Avanços e retrocessos, e uma disputa nem sempre pacífica entre as concepções liberais clássicas e neoclássicas ou neoliberais, e aquilo que se convencionou chamar de concepção keynesiana, têm conformado situações históricas diversificadas.

Sicsú considera, por exemplo, que o Estado de bem-estar social foi a maior conquista da civilização ocidental do século 20. Sua construção, iniciada no final dos anos 1940, ocorrera no contexto da pressão externa da ameaça soviética e da pressão interna dos movimentos socialistas. Esse Estado teria incorporado as ideias de universalização do direito ao emprego, de harmonia

e complementaridade entre o capital e o trabalho, de valorização da concorrência e de uma justa distribuição da renda e da riqueza.

Gentil e Michel, no entanto, frisam que a atuação do Estado social-democrata não tinha por meta romper com as relações de produção capitalistas. Pretendia assegurar que gravitassem em torno do Estado os instrumentos necessários para o bem-estar dos cidadãos. Isto, porque o sistema capitalista não possui soluções endógenas automáticas para reverter situações de crise, ou de confronto com reações das classes desfavorecidas, fazendo com que a intervenção do Estado seja imprescindível.

Castelar, por seu turno, considera que o atestado do fracasso e dos limites da estratégia de intervenção do Estado teria sido o desmantelamento da União Soviética e o abandono do modelo econômico planejado pelos países ex-comunistas. A isso, Pessoa acrescenta não haver qualquer evidência de que o desenvolvimento dos países de rápido crescimento do leste da Ásia seja devido às políticas de planejamento e indução estatal. Ou seja, que se devam à interferência do Estado. Para ele, seria mais fácil descrever a trajetória de crescimento dos tigres asiáticos a partir do esforço de poupança e investimento em educação, cuja qualidade teria fundamento no ambiente doméstico. E Constantino proclama que até mesmo o capitalismo de Estado, no qual haveria a simbiose entre empresários e governo, seria o modo mais injusto de organização econômica. Nesse sentido, tanto os Estados socialistas quanto os social-democratas estariam fadados, de antemão, ao fracasso.

No entanto, apesar dessas teorias negativas, não se conhece qualquer país capitalista que tenha abandonado seu Estado à própria sorte. Até mesmo no auge do neoliberalismo, o Estado foi o principal ator na faina de implantar as reformas liberalizantes de privatização dos serviços públicos e das empresas estatais. O Estado mínimo que o neoliberalismo buscava se transformou basicamente num Estado para garantir que, como proclamava Smith, os despossuídos de qualquer propriedade não tivessem condições de se apropriar da propriedade dos que a detêm. E que os países subdesenvolvidos continuassem subordinados, tecnológica e financeiramente, aos países desenvolvidos, cujos Estados se tornaram os principais sustentáculos da formação e expansão de suas corporações transnacionais. Que essas ações dos Estados tenham constituído diferentes tipos de capitalismo e tenham gerado contradições não previstas, é história a ser vista no capítulo sobre a crise internacional.

Fernandes também acreditava que, enquanto a revolução burguesa transitasse do capital comercial para o capital industrial e financeiro, ela engendraria problemas crescentemente mais complexos e insolúveis na esfera da dependência econômica, cultural e política. Apareceria como inevitável a

transferência de decisões vitais para os centros estratégicos das nações capitalistas hegemônicas. A autonomia nacional e a democracia deixariam de ser historicamente concretizáveis. O desenvolvimento capitalista dependente seria incapaz de superar certas realidades, que se reconstituíram e se revitalizariam de modo permanente.

Esse seria o caso da forte dominação externa, da apropriação dual ou associada do excedente econômico e da extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder. Seria também o caso da coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento absoluto ou relativo, forçando constantes rearticulações dos setores arcaicos, modernos e ultramodernos. E, ainda, da intensa exclusão institucional das classes destituídas. A modernização dependente nunca desencadearia ameaças verdadeiramente sérias à ordem econômica, social e política emergente. Seu principal efeito seria a modernização institucional do Estado, que coincidiria com a renovação e a intensificação de técnicas oligárquicas e autocráticas de dominação patrimonialista.

O milagre econômico militar dos anos 1970 comprovou várias das assertivas de Fernandes. No entanto, ao contrário do que ele supunha, acabou por desencadear ameaças à ordem econômica, social e política ditatorial. Adotou projetos que se chocavam com os interesses de algumas das potências capitalistas, como o projeto nuclear. Produziu resultados econômicos importantes. Com um crescimento médio anual de 7% do PIB, fez com que o Brasil aparecesse como o país de maior crescimento do PIB e da população, entre 1920 e 1980.

O país ingressou nos anos 1980 com sua estrutura econômica transformada no sentido estritamente capitalista, tanto na indústria, quanto na agricultura, no comércio e nos serviços. Embora tenha mantido os lucros dos capitais privados estrangeiros e nacionais, desenvolveu uma rede de capitais estatais que competiam com as empresas privadas em vários segmentos. E, ao permitir uma industrialização que propiciou o surgimento de um proletariado altamente concentrado numa região do sudeste, fez emergir uma luta de classes que se chocou não só contra a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, mas também contra as técnicas oligárquicas e autocráticas, agregando força aos movimentos democráticos. Paradoxalmente, como nunca antes, a autonomia nacional e a democracia passaram a ser historicamente concretizáveis.

É verdade que o próprio Fernandes, ao reconhecer que nada mais contrário ao progresso da democracia do que uma ditadura, também levava em conta, em concordância com Lambert, que o Estado Novo varguista, ao desagregar a antiga ordem política herdada da república senhorial, contribuía para alargar as bases do desenvolvimento da democracia.

Algo idêntico ocorreu com a ditadura militar. Quando a crise mundial do petróleo se abateu sobre o Brasil, e a concorrência entre capitais estatais e privados pela repartição dos lucros se tornou uma realidade, a grita da burguesia se voltou não só contra as estatais, mas também contra o Estado militar que as apoiava. Por essa brecha marcharam os diversos movimentos contra o custo de vida, pela recuperação salarial, contra as torturas e assassinatos políticos, pela anistia, pelas eleições diretas e pela convocação de uma assembleia constituinte que superasse o Estado da doutrina de segurança nacional e instituíse um Estado democrático. Paralelamente, essa fase final da ditadura militar ocorreu em meio a profundos reajustamentos no capitalismo central.

Primeiro, a virada na estratégia do imperialismo norte-americano. Diante da derrota no Vietnã, os Estados Unidos tomaram como centro estratégico a defesa da democracia liberal e a corrida armamentista com a União Soviética, de modo a levá-la ao colapso econômico e criar movimentos democrático-liberais no interior dos países socialistas.

Segundo, a reestruturação do capitalismo dos países avançados diante do colapso de sua lucratividade, levando a uma intensa financeirização e à exportação de capitais para países periféricos de força de trabalho mais barata, incluindo a transferência de plantas industriais, segmentadas ou não. Com sua globalização, os capitalismo centrais colocaram em prática a ideologia e a política neoliberais, incluindo a democracia liberal, como armas para viabilizar seus novos objetivos.

Foi nesse contexto que as forças políticas brasileiras, de direita e de esquerda, foram apanhadas no contrapé. Em geral, não se deram conta da profundidade das mudanças que o neoliberalismo pretendia impor ao mundo e ao próprio Brasil. Estavam mais preocupadas com as consequências da retirada estratégica dos militares e com as vantagens e ameaças abertas pela ampliação dos direitos democráticos. A direita conservadora não queria perder seus privilégios, e a esquerda revolucionária e reformista queria conquistar o direito de participar do poder político. A rigor, nenhuma delas tinha noção clara do que o capitalismo central estava exigindo dos países periféricos, nem dos desafios e oportunidades que tais exigências apresentavam.

O capitalismo brasileiro era não só dependente tecnológica e financeiramente dos capitais dos países desenvolvidos, mas também extremamente concentrado. Ele podia ser tomado como um dos ricos exemplos da história do capitalismo em que, segundo afirmam Gentil e Michel, o crescimento econômico, o alto nível de emprego, a estabilidade de preços e, particularmente, a redução das desigualdades sociais, não eram resultados espontâneos do funcionamento dos mercados.

No caso do crescimento proporcionado pelo Estado ditatorial militar, apesar da modernização da estrutura industrial, da agricultura latifundiária e de outros setores da economia, restaram grandes massas sociais sem emprego, preços desajustados pela inflação, endividamento externo crescente, e aumento das desigualdades sociais, com um índice de Gini de 57,5, em 1980.

Após um forte processo de lutas econômicas, sociais e políticas, desde meados dos anos 1970, que haviam alcançado seu auge com as greves operárias de 1978 e 1979, a ditadura militar finalmente decidira realizar sua retirada estratégica. Decretara a anistia política, e conseguira comandar a transição indireta para um governo civil, evitando que o Congresso aprovasse as eleições diretas para a presidência da República, reivindicadas por um grande movimento democrático e popular de amplitude nacional. A eleição de Tancredo Neves, e a posterior posse do vice José Sarney, marcaram a transição negociada, em 1984, numa situação de agravamento das condições econômicas e sociais.

Os diversos planos econômicos do governo Sarney não conseguiram debelar os problemas. O salário mínimo continuava baixando, chegando a US\$ 105,14, em 1986. Em 1989, após a moratória da dívida externa de 1987, quando a estagnação econômica chegou ao fundo do poço, as taxas de poupança e de investimento haviam caído de 22% do PIB, no final dos anos 70, para 16%. O endividamento externo, com o consequente *déficit* público, atingiu patamares insuportáveis acima de 100 bilhões de dólares. E a inflação anual, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), superou 1900%.

Apesar disso, o governo Sarney continuou a aumentar os subsídios e incentivos ao setor privado, na esperança de manter um processo de expansão econômica que havia batido no teto. Paralelamente, a disputa em torno das questões democráticas também fizera com que a luta de classes, até então centrada nas questões econômicas e sociais, se deslocasse para a disputa política, tendo as eleições como foco de aglutinação.

A burguesia conseguira canalizar a possível solução de todos os problemas da sociedade brasileira para a via eleitoral, tendo como ícones a Constituição Cidadã de 1988 e suas regras democráticas formais, que incluíam a eleição do presidente e do vice em chapa única. As primeiras eleições presidenciais diretas de 1989 mostraram uma sociedade dividida ao meio e polarizada, pela direita, contra a possível vitória de uma esquerda socializante, que não conseguira êxito em retirar a maior parte das massas excluídas da influência ideológica e política da burguesia. Isto abriu chance para o governo eleito iniciar a primeira fase do tratamento de choque econômico, proposto pelos principais pensadores neoliberais.

O congelamento das poupanças, a abertura sem restrições às importações, colocando os carros russos como bois de piranha, e várias outras medidas no rumo da desregulamentação e privatização, apontavam para uma reestruturação econômica que colocava as empresas transnacionais como as locomotivas de todo o processo. Em outras palavras, criou-se uma situação de intensa disputa patrimonialista entre os diversos setores dominantes, dando aos setores presentes no Estado uma vantagem predominante sobre os demais.

No entanto, ao adotar o sistema de pilhagem dos antigos piratas do Caribe, o grupo de Fernando Collor fez emergir um movimento de resistência que uniu desde setores burgueses que haviam apoiado sua vitória eleitoral, à esquerda que concorrera contra ele. Esta esquerda, porém, ainda sem entender a profundidade das reformas neoliberais, e em parte confundindo-as com as suas próprias propostas de reforma, deixou que o processo de *impeachment* tomasse a característica de processo contra a corrupção, e não de processo contra as reformas neoliberais que Collor começara a aplicar. Ao invés de exigir o aprofundamento da democracia, com novas eleições, em virtude de crime por propaganda enganosa (Collor acusara Lula de pretender congelar as poupanças como primeiro ato de governo) e pela adoção de reformas que prejudicavam a maior parte do povo, a esquerda aceitou a posse do vice Itamar Franco. E uma parte dela passou a participar no governo.

Nessas condições, as portas foram abertas, com a ajuda de parte da esquerda, para a adoção das políticas neoliberais. A esquerda social-democrata já havia se tornado adepta da teoria da impossibilidade do desenvolvimento fora do contexto do subdesenvolvimento. A essa teoria acrescentou a necessidade da integração subordinada ao centro do sistema capitalista como condição de sobrevivência no processo de globalização. Um grupo de economistas passou a defender arduamente que as empresas transnacionais, através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, eram as únicas que tinham condições para definir os contornos básicos do novo ciclo do crescimento do país.

Desse modo, o Estado deveria sair de cena como intervencionista econômico, atuando apenas como facilitador para o ingresso das corporações transnacionais e para sua ação dinamizadora. O Estado não mais precisaria ter setores de planejamento e elaboração de projetos. Não mais precisaria de estatais, que atuassem tanto como produtoras de recursos para reinvestimentos, quanto como orientadoras do processo de industrialização e de desenvolvimento tecnológico.

O Estado também deveria diminuir ao máximo seus gastos, funções e quadros. E deveria assumir como questão de honra o pagamento das dívidas externa e interna, tomando como ponto de partida a privatização das empre-

sas estatais através de empresas financeiras especializadas. A privatização dos bens públicos se tornou um dos negócios mais nebulosos dos doze anos de governos neoliberais, nos quais o Estado modernizava as empresas estatais e assumia seu passivo, enquanto vendia o ativo saneado a preços abaixo do valor real.

A retirada do Estado como elemento estratégico, embora extra-econômico, teve efeitos devastadores para o desenvolvimento do próprio capitalismo e da democracia no Brasil. O aumento do poder das corporações transnacionais sobre a economia nacional reduziu a capacidade de ingresso do país em novo ciclo de crescimento. Produziu falências em cascata de médias e pequenas empresas fornecedoras de equipamentos para as antigas estatais, inclusive de alto conteúdo tecnológico. Fechou ou transferiu empresas nacionais tecnologicamente avançadas para outros mercados.

Em suma, causou uma profunda desnacionalização e desarticulação da economia, colocando-a na dependência de centros externos de decisão, seja no âmbito financeiro, seja no âmbito tecnológico e produtivo, com consequências negativas também no âmbito comercial. E afastou as classes populares de qualquer participação nos assuntos do Estado.

A degradação da estrutura produtiva, ou das cadeias tecnológicas e produtivas, causada pela abertura econômica à sanha das corporações financeiras, industriais e comerciais estrangeiras, promoveu a deterioração da balança comercial e de pagamentos, ampliando o passivo externo acumulado e a vulnerabilidade externa. Foi na corrida pelo lucro monetário que várias empresas se viram em grandes dificuldades quando a crise financeira de 1997-99 se abateu sobre a economia brasileira e golpeou profundamente a política neoliberal. O Estado se viu constrangido a pedir socorro ao FMI, tornando ainda mais contraditória a subordinação a exigências e a políticas que, na verdade, haviam colocado o país na condição de pedinte.

De qualquer modo, a crise e a imobilização do segundo mandato de FHC desmentiram a teoria do Estado mínimo e recolocaram a necessidade desse instrumento, tanto para salvar o capitalismo, quanto para desenvolvê-lo. Magalhães avaliou que se criara uma nova situação. A hegemonia da economia desregulada, sob a égide das forças do mercado, parecia condenada a um processo de revisão.

Diante dessa necessidade, as eleições de 2002 consagraram a vitória de uma coalizão de forças políticas que iam da esquerda revolucionária à direita moderada, sob a direção do Partido dos Trabalhadores. Mas a reestruturação da máquina do Estado não tinha condições de ir além do poder executivo, o que muito rapidamente colocou à mostra os contrapesos que os poderes legis-

lativo e judiciário representavam a qualquer mudança mais radical, mesmo no sentido democrático-burguês do termo.

Apesar dessas limitações, e também da resistência dos setores neoliberais incrustados na máquina governamental, o governo comandado pelo PT retomou a perspectiva de intervenção ativa do Estado no desenvolvimento econômico, social e político. O planejamento e a elaboração de projetos, embora demandassem tempo e recursos para serem restabelecidos, começaram a ser reativados. As poucas empresas estatais sobreviventes da devastação neoliberal foram mantidas.

O governo fez o Estado assumir a diversificação das parcerias comerciais e da integração sul-americana, apesar da resistência de vários setores da máquina estatal. E, embora na defensiva para derrubar os juros que alimentavam o rentismo do conjunto da burguesia instalada no país, o governo implantou programas de salário mínimo e de transferência de renda que, ao propiciar o aumento do consumo das populações de baixa renda, incentivavam o crescimento econômico.

Esse tipo de crescimento, porém, tinha limites evidentes na capacidade de oferta da agricultura de alimentos e da indústria de bens correntes. A agricultura de alimentos dependia das economias agrícolas familiares, que vinham sendo reduzidas pela expansão do agronegócio. E a indústria de bens correntes se encontrava tecnologicamente estagnada, desde os anos 1980, em virtude tanto da retração do mercado doméstico quanto do desmonte da indústria de bens de capital, setor imprescindível para a produção de equipamentos com inovações tecnológicas.

Isso explica, em certa medida, o fato de os custos dos alimentos e das utilidades de uso corrente se manterem acima dos preços internacionais. Eles são pressionados pela combinação perversa de juros indecentes, preços administrados dos produtos oriundos das indústrias e do agronegócio monopolizados, e de uma logística de transportes antieconômica e degradada. Nessas condições, a intervenção do Estado para promover modificações na estrutura econômica não era, como não é, um simples problema de retomada de planos e obras, mesmo que tais obras beneficiem grandes empresas de projetos e grandes construtoras. Esta intervenção também não é um simples problema de redução de tributos, mesmo que isso melhore a extração de lucros.

Tal intervenção se choca com o agronegócio, que não admite que o Estado redistribua terras e proteja e subsidie a agricultura familiar para elevar a produção de alimentos. Choca-se com o sistema financeiro, para quem a redução das taxas de juros é uma questão de honra e sangue. Choca-se com os monopólios de diversos ramos industriais e de serviços, que não admitem

a entrada de concorrentes que forcem a queda dos preços. Choca-se com o oligopólio automobilístico, para o qual as ferrovias e o transporte fluvial são concorrências indesejadas. Choca-se com as empresas de navegação estrangeira que dominam a cabotagem e a navegação internacional. E choca-se contra qualquer tentativa de democratização econômica, social e política, dando surgimento a uma disputa sem precedentes na história brasileira, na qual os grandes meios de comunicação se transformaram em estado-maior dos confrontos ideológicos e políticos.

Pessoa (2009) chama de ideologia certos pressupostos que, em função de sua história de vida, cada indivíduo utiliza para completar os vazios deixados pela insuficiência da evidência empírica em um quadro de grande riqueza e complexidade e explicar o funcionamento da sociedade. Ele se contrapõe a uma suposta concepção pejorativa usual que emprega o termo ideologia no sentido de um argumento que tenta demonstrar que uma proposição não é verdadeira.

Segundo ele, na tradição marxista supõe-se que exista uma verdade objetiva, científica, e que a ideologia seria o instrumento da classe dominante para convencer os trabalhadores da correção e perfeição das instituições do modo de produção capitalista, encobrindo a verdade objetiva. Portanto, ele não só extirpou dos pressupostos da ideologia os interesses dos indivíduos, como distorceu que a ideologia procura explicar o funcionamento da sociedade de acordo com os interesses que, em parte, são individuais e, em geral, são grupais, ou de classe.

Nem sempre a explicação ideológica distorce a realidade. Quando os economistas clássicos burgueses, com sua ideologia liberal, reconheceram a divisão de classes da sociedade capitalista, sua observação correspondia à realidade, ou à verdade objetiva. Quando eles reconheceram que o trabalho criava valor, sua observação também correspondia à realidade, tinha natureza científica. Porém, quando Hayek (1990) e Robinson renegaram o valor e a mais-valia, por estarem associados à exploração da força de trabalho, ambos negaram a realidade em função de sua ideologia neoliberal. Portanto, a ideologia carrega os aspectos contraditórios de reconhecer ou negar a realidade.

São a situação e os interesses de classe que, em princípio, determinam seus sistemas ideológicos. O sistema de valores, ou a ideologia, no qual o trabalho e a cor não-branca foram associados a pessoas supostamente física e mentalmente inferiores, correspondia aos interesses dos escravocratas, as classes dominantes que perduraram até depois do fim do escravismo. Não é por acaso que até hoje perdure, na mente da classe burguesa, e também em setores da pequena-burguesia e da própria classe trabalhadora, traços dessa ideologia.

Porém, embora as classes dominantes imponham ao conjunto da sociedade seus valores, subsumindo os valores ideológicos das demais classes

e causando empecilhos à emergência independente dos valores que correspondam à situação objetiva das classes dominadas, essa situação tende a fazer com que valores contrários aos dominantes se façam presentes. Por exemplo, a necessidade de união pela sobrevivência impôs aos escravos formas de solidariedade e de disfarce próprias, opostas aos valores do escravismo. Essa mesma necessidade impõe a grandes camadas pobres da população atual valores de solidariedade contrários à competição capitalista, ao mesmo tempo em que tal competição as empurra para a luta de classes, embora a ideologia burguesa proclame a paz social.

A situação ideal para as classes dominantes é que seus valores subjetivos mantenham influência determinante sobre todas as demais classes sociais. Isto é, que mantenha hegemonia ideológica sobre o conjunto da sociedade. E que tal hegemonia ideológica coincida com sua hegemonia política sobre o Estado. Hegemonia, especialmente nas formulações de Gramsci (1990), refere-se a um conjunto de pensamentos dominantes numa sociedade. Esses pensamentos se reproduzem e se manifestam sob formas diversas em todas as camadas e classes dessa sociedade, conformando hábitos, costumes, gostos e comportamentos, tomados como comuns a toda a coletividade.

A hegemonia comporta, portanto, princípios e sistemas tanto ideológicos quanto políticos, que influem sobre as relações econômicas e sociais. Quando há um rompimento entre as duas formas de hegemonia, a ideológica e a política, a tendência das classes dominantes tem sido exacerbar sua influência ideológica, ao mesmo tempo em que estabelece a dominação política através da coerção. Esta, no limite, pode ser obrigada a fazer uso de meios militares, como ocorreu entre 1937 e 1945, e entre 1964 e 1984, embora os resultados finais quase sempre sejam o oposto do esperado.

O surgimento da breve democracia de 1946-47 foi a reação aos anos de ditadura varguista. E a relativamente longa democracia atual, com todas as suas limitações, foi o resultado dos vinte anos de ditadura militar. Atualmente, a burguesia como um todo mantém sua hegemonia ideológica sobre as demais classes sociais do país. Exemplo disso é a suposição de que a propriedade privada é superior à propriedade pública e estatal. Sicsú tenta uma mediação ao lembrar que, em princípio, o Estado não faz melhor ou pior do que a iniciativa privada. As estatais seriam necessárias para fazer o que a propriedade privada não faz. No final, sempre será o cidadão quem pagará as contas de uma ou de outra. No caso das estatais, com mais impostos. No caso do setor privado, com preços mais elevados.

Assim, ao nivelar os dois tipos de propriedade, Sicsú sucumbe, de certa forma, à ideologia capitalista e à suposta necessidade de existência eterna da

propriedade privada. Nada muito diferente dos socialistas que acreditam que sem propriedade não haverá liberdade. A única forma de lutar pelo socialismo seria lutar para que todos tenham propriedade, generalizando tal propriedade por meio da socialização, sem que isso comprometa nenhuma das conquistas do liberalismo. Na verdade, esses socialistas não distinguem a propriedade de bens de consumo final da propriedade de meios de produção, transformam a propriedade num conceito vulgar, e são incapazes de distinguir as conquistas progressistas das conquistas conservadoras do liberalismo.

Também é recorrente a influência de valores como a ascensão econômica e social resultante apenas do esforço próprio e da educação. Com isso, a competição se transforma no senso comum do vale tudo, inclusive no terreno religioso. A difusão da ideia da política como algo extremamente negativo para o desenvolvimento do país, da riqueza e da pobreza como situações naturais e eternas, e da democracia como o direito de voto e de fala, tornam-se parte da bateria de valores ideológicos inculcados em todas as classes sociais pelo aparato de propaganda dominante.

Desses valores não se deve excluir a proposição de que a explosiva questão ambiental, a desigualdade, a violência, e a militarização das disputas por territórios e recursos seriam indícios de uma crise de civilização, exatamente do industrialismo-produtivismo-consumismo, baseada na energia fóssil, que constituiria a referência dos modelos de desenvolvimento dominantes. Ou seja, essa crise de civilização não estaria baseada no absurdo capitalista de concentrar a riqueza em 1% da população e excluir do acesso a ela os 99% *restantes*. Na prática, essa proposição nega aos países subdesenvolvidos o desenvolvimento de suas forças produtivas, a pretexto de que eles mantêm intocada a atual estrutura econômica, que não qualificam.

Por outro lado, os valores de solidariedade continuam presentes, como forma indispensável à sobrevivência dos mais pobres, respaldando principalmente a ajuda mútua sem interesse pecuniário entre os doentes, os trabalhadores, e os desvalidos. Talvez não seja por acaso que, apesar de toda a campanha para enterrar o socialismo, essa categoria que mistura ideologia e política na maioria das mentes ainda continue se apresentando como uma opção desejada por grande parte das classes sociais populares. E que o nacionalismo de pequena potência ainda apareça como um componente importante do pensamento de grande parte da população, apesar de toda a lavagem cerebral a respeito das maravilhas da globalização.

Por isso, na análise das classes sociais realmente existentes emergem não só os valores ideológicos predominantes, que parecem caracterizar os traços culturais comuns de um povo, mas também os valores particulares que dife-

reenciam cada classe social das demais. Assim como emergem as formas como a burguesia se apropria desses valores, através do Estado, para manter sua hegemonia e estabelecer a coesão da população em torno da ideologia que justifique sua política.

Um dos exemplos mais evidentes dessa ação foi a utilização do nacionalismo pela ditadura militar – Brasil, ame-o ou deixe-o – para justificar sua política repressiva. Atualmente virou moda chamar a força de trabalho de capital humano, de modo a integrá-la como parte inalienável do capital, ao invés de considerá-la seu oposto. Ao desenvolver a educação, o capitalismo estaria elevando o conteúdo do capital humano. Algo idêntico ocorre com aqueles que admitem como possível e justificável a criação de empresas estatais em casos específicos, mas se esmeram em reiterar que a organização do processo produtivo deve permanecer essencialmente em mãos privadas, eludindo que isso, como a experiência histórica demonstrou, representa o caos do mercado.

Por outro lado, diante da massiva campanha ideológica e política empreendida pelos grandes meios de comunicação, uma parte da esquerda supõe possível transformar a ideologia em centro da ação política, na expectativa de extremar as posições e realizar uma clivagem política entre as classes sociais. A história tem mostrado, porém, que as ações objetivando unificar várias classes contra a classe dominante, ou contra a principal fração da classe dominante, só alcançam sucesso quando têm como eixo os problemas econômicos, sociais e políticos que afetam as classes sociais oprimidas. A ideologia fica em segundo plano, dela se utilizando apenas os aspectos unificadores.

Em outras palavras, a ideologia funciona como o cimento que une alguns setores das classes em luta, mas a política comanda, seja para romper a hegemonia ideológica, seja para reconfigurar as forças políticas em torno de problemas e objetivos comuns. Essa dicotomia entre ideologia e política explica as razões pelas quais agrupamentos autodenominados revolucionários, que apenas se esmeram na propagação de suas visões ideológicas e desdenham as questões da estratégia e das táticas políticas, em geral colhem pequenos resultados na mobilização de grandes setores sociais.

Esta situação se agrava quando não entendem que o poder de Estado é a chave de todo o processo político. A direita tem plena noção, como dizia Arinos, que o poder político não é, senão, a expressão pública das forças privadas da vida econômica e social. Mas parte da esquerda ainda não se convenceu de que tal poder só pode ser transformado em expressão pública das forças sociais trabalhadoras através da participação das milhões de pessoas que compõem a maior parte da sociedade.

Nas atuais condições do Brasil está colocada a necessidade de verificar o grau de influência das diferentes frações da burguesia sobre os diversos aparatos do Estado e sobre as diversas classes sociais subalternas. Só com esse conhecimento será possível estabelecer políticas capazes de isolar os setores mais reacionários e conservadores, ampliar a participação democrática das camadas populares no governo e no Estado, e reduzir a hegemonia ideológica e política da burguesia como um todo.

E só com essas mudanças será possível aumentar a participação do Estado num desenvolvimento econômico e social que interesse às classes populares e democráticas, mesmo que tenham que atender a alguns interesses burgueses para desenvolver as forças produtivas. Essas questões serão problematizadas mais extensamente no capítulo sobre projetos de sociedade, após verificarmos os problemas e desafios que a crise capitalista mundial antepôs à humanidade.

CAPÍTULO 2

DESDOBRAMENTOS DA CRISE INTERNACIONAL

 *Projetos*
para o Brasil

DESDOBRAMENTOS DA CRISE INTERNACIONAL

A crise do capitalismo que explodiu nos Estados Unidos em 2007-2008 e, mais tarde, estendida à Europa Ocidental, numa escala ainda mais vasta do que a crise de 1997-99, apresenta com mais nitidez as contradições da atual fase do capitalismo desenvolvido. A maior parte dos teóricos do capitalismo considera, mais uma vez, que estamos apenas diante de falhas do mercado. Uma parte dos teóricos anticapitalistas estima que a crise é sistêmica, havendo colocado essa formação econômico-social na iminência de sua extinção, enquanto outros ainda vislumbram a possibilidade do capitalismo superar a presente crise e continuar avançando em seu desenvolvimento por algum tempo mais.

Para entender melhor tais contradições e possibilidades, o presente capítulo foi dividido em quatro itens. No primeiro, *Reestruturação do capital imperialista*, expomos o processo que permitiu ao capitalismo desenvolvido e a seus Estados ingressarem numa nova fase de desenvolvimento de suas forças produtivas e realizarem importantes reformulações estratégicas em suas políticas de confronto contra o comunismo e o socialismo, especialmente a partir dos anos 1970. Antes disso, embora conseguindo aumentar exponencialmente sua acumulação de capitais, em particular nos Estados Unidos, o capitalismo parecia em defensiva diante da expansão socialista e da descolonização que se seguiram ao final da Segunda Guerra mundial.

Apesar disso, a revolução técnica iniciada no curso daquela guerra desembocou na terceira revolução científica e tecnológica, permitindo ao capital dar um salto em sua capacidade produtiva e na acumulação de capitais excedentes. Este salto incrementou as contradições internas entre a concentração e a centralização do capital e a concorrência do mercado, entre a produtividade do trabalho e o emprego, entre os capitais excedentes e os mercados internos

restritos para seus investimentos, e entre a alta extração de mais-valia relativa e a queda da taxa média de lucro. Paralelamente a isso, o avanço socialista e das novas nações independentes acirrou as contradições entre a extração de lucros suplementares dos países subdesenvolvidos através dos antigos procedimentos extra-econômicos, incluindo a ocupação militar de padrão colonial, e a crescente resistência à continuidade de tais procedimentos, cujas maiores expressões foram as guerras de independência de vários povos africanos e a guerra de libertação do povo vietnamita.

Para solucionar tais contradições, o capital imperialista incrementou ainda mais seu processo de concentração e centralização do capital, criando as grandes corporações transnacionais, através da fusão entre capitais financeiros, industriais, comerciais e de serviços. Além disso, passou a realizar uma intensa e crescente exportação de capitais para países agrários e agrário-industriais, incluindo a expansão da especulação financeira e a implantação de indústrias, neste caso para realizar uma extração de lucros através de procedimentos econômicos. E realizou uma profunda reformulação em sua estratégia política internacional. Deixou de travar seu combate contra o comunismo e o socialismo através de ações militares dispersivas contra inimigos secundários e passou a se concentrar em suas ações econômicas de corrida armamentista contra a União Soviética.

Foram essas reestruturações e reformulações do capital imperialista que se conformaram como globalização do capital, acompanhado por uma teorização ideológica e política que retomou as concepções dos chamados economistas neoclássicos, ou neoliberais. Embora mantendo e fortalecendo seus próprios Estados centrais, os neoliberais predicaram a redução dos Estados nacionais, a abertura ampla e a desregulamentação dos mercados financeiros, industriais, comerciais e de serviços ao movimento dos capitais, o fim das fronteiras nacionais, a privatização das empresas e serviços públicos, e a desregulamentação do mercado de trabalho. O mercado passaria a ser o único árbitro da vida econômica, social e política, abrindo condições reais para a participação democrática de todos. Com isso, o capitalismo entraria em sua fase realmente superior de desenvolvimento, algo que parecia se confirmar com a suposta adesão da China ao capitalismo, o fim da União Soviética, e a pretensa extinção do comunismo.

No entanto, na prática, a globalização fez emergir problemas e situações não previstas pelas teorias neoliberais, conforme tratamos no item *Resultados contraditórios da globalização*. Os países que seguiram as receitas neoliberais, em especial os da América Latina e da África, foram assolados por uma sanha devastadora, principalmente financeira, que lhes impôs a manutenção de seu antigo status de devedores estatais e exportadores de matérias primas agrícolas

e minerais. Os países desses continentes que possuíam parques industriais assistiram ao dismantelamento desses parques, à transformação dos ramos sobranes em setores monopolizados ou oligopolizados pelas multinacionais estrangeiras, e a uma perversa estagnação econômica que se prolongou até o início dos anos 2000.

Os países asiáticos, em geral, tiveram uma atitude ambígua diante da globalização. Ao invés de reduzirem seus Estados, os fortaleceram ainda mais. Grande parte deles evitou desregular seus mercados, embora suas forças de trabalho de baixo custo tenham constituído um dos principais atrativos para os investimentos das corporações transnacionais em plantas industriais. Os casos mais extremados dessas atitudes asiáticas foram a China e o Vietnã. Eles mantiveram seus Estados como planejadores de última instância do desenvolvimento econômico e social e corretores dos desvios do mercado. Ao invés de privatizarem suas empresas estatais, as reformaram como instrumentos poderosos de ação no mercado e de orientação da economia. E estipularam uma série de exigências contratuais para a abertura paulatina de seus mercados à exportação de capitais dos países capitalistas avançados.

Ao ingressar no novo milênio, a globalização do capital pelo mundo apresentava um cenário *sui-generis*. A maior parte dos países da Ásia, tendo a China como principal fábrica, tinha se industrializado, passando a ter os países centrais como principais mercados de seus produtos, enquanto esses países centrais apresentavam diferentes graus de desindustrialização. Embora as teorias pós-industrialistas procurem explicar essa desindustrialização como decorrência do grau de desenvolvimento dos países centrais, na prática os motivos mais profundos se encontram na busca desesperada de os capitais excedentes reverterem sua tendência de queda da lucratividade ao atingirem um alto grau de desenvolvimento tecnológico e produtividade. Esse é um problema de lucratividade do capital, não do desenvolvimento industrial.

Foi tal problema que induziu o capital transnacional a transformar o mundo num campo geral de especulação financeira, que tratamos no item *A crise da globalização*. A sanha financeira do capital transformou as antigas crises cíclicas de superprodução de mercadorias-objeto em crises cíclicas de superprodução de mercadorias-dinheiro ou mercadorias-papéis. Estas podem ou não estar associadas à crises econômicas de superprodução mas, em geral, incidem sobre o processo produtivo de forma destrutiva e fazem com que as crises econômicas se juntem a elas, apresentando um grau de devastação social cada vez maior em relação às crises do passado. A suposição neoliberal de que as crises cíclicas não mais ocorreriam, em virtude da capacidade autorreguladora do mercado, começou a naufragar em 1997-99, mas está penetrando em

profundidades abissais a partir da crise iniciada em 2007-2008, nos Estados Unidos, e estendida à Europa, a partir de 2011.

É esta crise que está promovendo a suposição de que o capitalismo chegou a seus limites e está na iminência de naufragar junto com a crise que criou. Apesar disso, ainda parece haver um campo razoavelmente extenso para o capitalismo se mundializar antes que chegue a tal crise final. É isso que tratamos em *Possibilidades de mundialização do capitalismo*, discutindo o fato de que é preciso distinguir o grau de desenvolvimento das forças produtivas nos países capitalistas centrais do grau de desenvolvimento das forças produtivas, tanto nos países em desenvolvimento, quanto naqueles que sequer ingressaram em tal caminho.

Nessas condições, o problema da queda da lucratividade do capital desenvolvido continuará a empurrá-lo a exportar capitais. Isto acontecerá, como vem acontecendo, tanto através de formas financeiras, quanto através da relocalização, deslocalização, segmentação e instalação de plantas industriais, em países que possuam forças de trabalho de baixo custo. São esses movimentos que estão permitindo extrair mais-valia absoluta e mais-valia relativa, assim como lucros financeiros, dos países que recebem investimentos de capitais dos países desenvolvidos, na tentativa de reverter a queda de lucratividade.

Em vista disso, mesmo que ocorram reformas e revoluções de sentido anticapitalista, tanto nos países capitalistas desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, o capitalismo não conseguirá ser extinto antes que tenha esgotado todas as suas possibilidades. Nesse sentido, a mundialização do capitalismo pode ser tanto uma praga indesejável, quanto um fator que o empurra para seu próprio fim.

REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL IMPERIALISTA

Nos 25 a 30 anos que se estendem do final da Segunda Guerra mundial até as crises do petróleo, nos anos 1970, os Estados Unidos dominaram os principais avanços tecnológicos decorrentes do período bélico. Sua indústria alcançou níveis cada vez mais altos de desenvolvimento, à medida que seu sistema financeiro se tornava o principal impulsionador da recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão.

Por um lado, as indústrias de armas e de bens de capital foram mantidas num crescimento relativamente equilibrado. Por outro, tanto o capitalismo americano quanto o europeu e o japonês fizeram com que as forças de trabalho nacionais, desfalcadas pelas enormes perdas durante a guerra, fossem completadas pela migração de dezenas de milhares de trabalhadores estrangeiros, de salários baratos.

Refugiados asiáticos e africanos, assim como populações excedentes latino-americanas e do Oriente Médio, migraram para a Europa, os Estados Unidos e o Japão. Muitos, clandestinamente. Outros, como trabalhadores convidados, por exemplo, os turcos que se dirigiram à Alemanha, ou os descendentes brasileiros de nipônicos que foram trabalhar no Japão.

Nesse mesmo período, a concentração e a centralização do capital nos Estados Unidos se elevou a níveis até então desconhecidos. Em 1962, existiam 420 mil empresas industriais, mas apenas 5 detinham mais de 12% de todos os ativos. As 20 maiores faziam essa participação subir para 25%, que se apoderavam de 28% dos lucros. Das 180 mil corporações que atuavam na produção industrial, as cinco maiores tinham um lucro líquido idêntico ao de 178 mil delas.

Entre 1960 e 1968 ocorreram mais de quatro mil fusões, por aquisição ou incorporação, incluindo 192 empresas industriais e de mineração, cada uma delas com ativos superiores a 10 milhões de dólares. Nesse contexto, particularmente depois da integração ao sistema de Bretton Woods, o capital financeiro deu um salto adiante para impulsionar um extraordinário crescimento de longo prazo no retorno de capitais. Esse salto permitiu aos Estados Unidos ficarem com a parte do leão dos ganhos imediatamente posteriores à Segunda Guerra mundial.

Nos anos 1960, considerados o período de ouro do capitalismo dos Estados Unidos, a taxa de desemprego nesse país caiu para 3,5%, enquanto a taxa de crescimento oscilou em torno de 5%. Mas a inflação se tornou um problema persistente. O crescimento médio dos preços por atacado, entre 1945 e 1968, subiu de 3,8% para 5%. A maior parte dos economistas não conseguiu explicar o fenômeno, que tinha origem justamente no domínio norte-americano sobre a moeda que correspondia à maior parte do capital acumulado no mundo.

O crescimento da demanda comercial dentro da Europa e do Japão fez com que os dólares aplicados nessas regiões enfrentassem empecilhos para voltar aos EUA. Isso causou um aumento astronômico de suprimento de dólares americanos para satisfazer a demanda de liquidez e de reservas, pressionando a inflação.

Ao mesmo tempo, as lutas e guerras de descolonização impactavam as antigas potências colonialistas. Os conflitos aumentaram as dificuldades para os capitais imperialistas obterem lucros suplementares na exploração econômica dos países colonizados e semicoloniais. Os novos países independentes não mais pagavam aos dominadores os custos da própria dominação colonial, resistiam a serem submetidos a relações desiguais de troca, e procuravam superar as suas antigas formas pré-capitalistas de produção.

Em vários casos, nacionalizaram os elementos do modo de produção capitalista que haviam sido implantados em seu território para servirem fundamentalmente aos interesses dos capitais imperialistas, e se negaram a pagar indenizações que representariam pagar dobrado por aqueles investimentos. Como resultado, a extração de lucros suplementares, que se cristalizava não só no processo de acumulação dos capitais, mas também no aumento dos salários dos trabalhadores das nações imperialistas, criando classes operárias aburguesadas, começou a enfrentar obstáculos crescentes.

Além de perderem o poder estatal sobre as colônias e parte de seu poder sobre as semicolônias, os capitais imperialistas viram-se diante da concorrência política e ideológica dos países socialistas, que contribuíam para fazer com que os procedimentos extra-econômicos fossem vistos de forma crescentemente negativa. O capital imperialista se via constringido a utilizar cada vez mais instrumentos estritamente econômicos em seus processos internos e externos de exploração.

Na Europa, teve que arcar com grande parte dos custos dos Estados de bem-estar social, cujo principal foco era o enfrentamento contra a expansão socialista ou comunista, principalmente cristalizada na existência da União Soviética e do chamado campo socialista do Leste Europeu. Paralelamente, a política de contenção do comunismo se dispersou por alvos secundários, na Ásia e na África, enquanto a União Soviética procurava se reforçar na Europa, Ásia Menor e Oriente Médio, sem ser atingida diretamente na disputa pela hegemonia.

Se somarmos a isso os movimentos pelos direitos civis e contra as guerras, em especial no Vietnã, dentro dos Estados Unidos e de outros países capitalistas, pode-se deduzir que o capitalismo se encontrava numa defensiva estratégica. O imperialismo norte-americano, em especial, corria o risco de perder a hegemonia sobre o capitalismo mundial e ser derrotado pelo comunismo, conforme classificavam genericamente os países socialistas e de democracia popular naquela ocasião.

Àquela altura dos acontecimentos, qualquer analista sensato poderia deduzir que, num prazo de 10 a 20 anos, ou o capitalismo imperialista se reestruturava e mudava de estratégia, ou se confrontaria com obstáculos cada vez maiores. Essa percepção já levava as empresas e os Estados imperialistas a introduzirem modificações importantes na exportação de capitais para as antigas e novas nações subdesenvolvidas, submetidas ou não a processos de exploração semicolonial.

Desde os anos 1950 investiam em plantas industriais, tendo superado a fase em que a exportação de capitais ficava restrita a empréstimos e financiamentos, ou à exclusiva instalação de elementos do modo de produção capitalista essenciais para a importação de matérias-primas, a exemplo de portos,

ferrovias e equipamentos necessários à manutenção desses sistemas de transporte. Mesmo assim, ainda nos anos 1970 os capitais imperialistas procuravam aproveitar-se de todas as oportunidades para obter lucros suplementares através de procedimentos extra-econômicos nas relações de troca.

No entanto, nesse mesmo período, os meios e instrumentos técnicos, surgidos um pouco antes da Segunda Guerra mundial e desenvolvidos ainda mais nos anos que se seguiram a ela, haviam alcançado um estágio que demonstrava uma mudança de qualidade na evolução do organismo produtivo capitalista. Seus sistemas ósseo, muscular e circulatório haviam se modernizado rapidamente. Fabricavam rádios, televisores e diversos tipos de máquinas, meios de transporte e de comunicação, eletrodomésticos, plásticos e tecidos de fibras químicas. E também bombas atômicas e de hidrogênio, bombas voadoras, aviões a jato, foguetes, usinas nucleares e outros equipamentos com alto teor científico e tecnológico.

A essa capacidade crescente dos sistemas ósseo, muscular e circulatório foi acrescentado o que se poderia chamar de sistema nervoso central e periférico, decorrente do rápido e constante desenvolvimento da ciência eletrônica. Esta ciência, um desdobramento da integração das ciências física e química e da linguagem matemática, abriu um vasto campo para a organização e o tratamento de dados e informações, e para a rapidez nas comunicações.

A fabricação de diodos e chips contribuiu para a fabricação de mísseis teleguiados, satélites artificiais, telefones celulares, calculadoras eletrônicas, computadores, robôs, máquinas e equipamentos automáticos, telescópios e microscópios eletrônicos, aparelhos de ressonância magnética, e uma série considerável de macros e nanos equipamentos e produtos. Todos eles permitindo mudanças profundas na produtividade do trabalho, nas informações, nas comunicações, nos transportes e em diversos outros ramos das sociedades humanas. E demonstrando a transformação das ciências do conhecimento, em ciências de resultados práticos. Ou das ciências em forças produtivas materiais.

Essas novas transformações nas forças produtivas permitiram ao capitalismo desenvolvido dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão um imenso salto produtivo e de acumulação de capitais excedentes. Instigados pela concorrência interna e internacional, o capitalismo desenvolvido incrementou sua tendência inerente de reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir as mercadorias. Através da incorporação de inovações técnicas e organizacionais, como o toyotismo, elevou a produtividade do trabalho e a extração de mais-valia relativa e de lucros.

No caso dos Estados Unidos, a indústria armamentista continuou vigorosa, estimulando e lucrando com a deflagração de guerras regionais, e permi-

tindo a realização da produção dos departamentos de bens de capital e bens de consumo corrente. Em termos gerais, as inovações tecnológicas, além de propiciarem uma rápida elevação da produtividade do trabalho, intensificaram a crescente concentração e centralização do capital.

Estima-se que essa concentração e centralização de capital evoluiu rapidamente para a conformação de 79 mil corporações transnacionais, que passaram a controlar 790 mil filiais em todo o mundo e movimentavam negócios superiores a 1,5 trilhão de dólares. Dasquelas 79 mil corporações existentes no mundo, apenas 737 controlavam o valor acionário de 80% do total, enquanto somente 147 controlavam 40% de todas elas.

As grandes corporações transnacionais, abrangendo os setores produtivo, financeiro, comercial e de serviços, mostraram ser estruturalmente muito superiores aos antigos trustes e cartéis do imperialismo. Elas se empenharam em garantir o monopólio dos mercados, capazes de lhes propiciar preços administrados e lucros máximos, de modo a reverter a queda da lucratividade. Mas os acordos para a cartelização nem sempre eram o melhor para elas, em parte por serem proibidos na maior parte do mundo. Desse modo, essa imensa concentração e centralização, ao invés de eliminar a concorrência, a acirrou, numa escala que transformou a disputa entre os antigos trustes e cartéis em jogos infantis.

A concorrência ou competição entre as grandes corporações empresariais levou à busca desesperada por inovações e maior produtividade, por aquisições conflituosas, e por fusões e incorporações inamistosas, que apenas têm servido para acirrar ainda mais as contradições entre essas megacorporações. Elas tendem a liquidar ou subordinar as pequenas e médias empresas que fazem parte de sua cadeia produtiva. Na agricultura, as grandes empresas de cultivos comerciais avançam sobre as terras dos agricultores familiares, colocando em risco a segurança alimentar do conjunto da população e transformam a escassez relativa de alimentos num dos principais vilões da inflação.

A busca desesperada por inovações e maior produtividade resultou numa redução drástica da classe dos trabalhadores assalariados na indústria dos países capitalistas mais avançados e no aumento das desigualdades de renda. Nos Estados Unidos, desde os anos 1970, os 90% de sua base social viram sua renda cair para 29% da renda nacional, enquanto os 10% do topo viram sua renda subir para 71% da renda total. Essa divisão ficou ainda mais paradoxal com o fato de que apenas 1% da população norte-americana possui 34% da riqueza acumulada e 24% de toda a renda.

Essa regressão se deveu, em grande parte, à política fiscal adotada pelos governos Reagan e Bush. O imposto sobre os lucros era de 52% durante os

anos 1960 e 1970. As receitas estatais desse imposto representavam 33% de todas as receitas. Mas Reagan baixou tal imposto para 35%, fazendo que a participação dele nas receitas totais caísse para 9%. Além disso, ao desregular o movimento de capitais, facilitando às grandes corporações deslocarem suas atividades econômicas para outros países, o Estado norte-americano permitiu que as grandes empresas, embora nominalmente pagassem 35% sobre os lucros, na prática pagassem muito menos em termos absolutos.

Para compensar a queda na arrecadação, Reagan elevou os impostos sobre os 99% restantes da população. Na prática, os trabalhadores passaram a arcar com quase 80% de todos os impostos. Enquanto os 20% dos trabalhadores de baixos salários passaram a arcar com 7,3% dos custos da seguridade social, o 1% dos altos salários somente contribuiu com 0,9%. Assim, à medida que parte dos lucros se destinava ao aumento crescente da produtividade, houve maior substituição da força de trabalho por máquinas e o Estado se encarregava de aumentar os encargos sobre a força de trabalho restante. Cresceu a mais-valia relativa, foram reduzidos o trabalho necessário e o valor da força de trabalho, os custos e preços da produção foram rebaixados, e aumentou a tendência para a queda da taxa média de lucro.

O aumento do desemprego, embora intensificasse a concorrência entre os trabalhadores, também forçava o aumento dos salários do pessoal empregado, em especial nos países com sindicatos fortes e atuantes, e onde os Estados estavam ideológica e politicamente comprometidos em tratar seus trabalhadores como aliados na luta anticomunista. Isso ocorreu durante as experiências social-democratas de Estados de bem-estar social.

No entanto, mesmo então, persistia um sentimento generalizado de que a miséria dos trabalhadores aumentara, em comparação com o enriquecimento dos donos do capital, instigando a sua revolta como classe. Alguns acreditavam que isso era uma contradição insolúvel. A produção cada vez maior de mercadorias deveria encontrar sempre um mercado. Em tais condições, se os trabalhadores ficassem cada vez mais pobres, à medida que a economia se expandisse e aumentasse a sua produtividade, os bens de consumo não poderiam ser vendidos porque não encontrariam o mercado constituído pelos trabalhadores. Desai (2003) perguntou, por que, então, os capitalistas continuariam investindo na produção.

Esta pergunta, típica dos marginalistas, não considera que as crises cíclicas ocorrem não porque a capacidade de consumo foi reduzida, ou porque exista um subconsumo. As crises, em geral, têm ocorrido quando a economia está em seu auge de expansão e de emprego, embora o emprego pleno tenha sido quase sempre uma falácia. Portanto, as crises ocorrem não por causa do

subconsumo, mas por causa do excesso de produção, promovido pela anarquia do mercado e pela propensão produtiva da indústria.

É evidente que a superprodução tem como oposto uma demanda incapaz de absorvê-la. Mas o polo gerador da crise se encontra na produção excessiva. E elas ocorrem mesmo quando a sociedade possui uma alta capacidade de consumo. As crises de superprodução resultam sempre na destruição de forças produtivas, na falência de muitos capitalistas e no desemprego de massas enormes de trabalhadores. É dessa forma que as crises recriam as condições para um novo ciclo de crescimento, em geral num nível tecnológico mais avançado. Ou geram as condições para as reformas e revoluções políticas e sociais.

De qualquer modo, a combinação virtuosa entre aumento da produtividade, elevação da taxa de mais-valia relativa e maior acumulação de capitais em alguns poucos países desenvolvidos tende a gerar um desarranjo na taxa média de lucro, ou na lucratividade. Segundo Glya e Sutcliffe, essa tendência negativa vinha acontecendo na contramão da acumulação de capitais excedentes, quando se media a participação dos lucros na renda nacional dos países desenvolvidos.

Eles estimaram que, entre 1960 e 1970, as taxas de lucro caíram, nos Estados Unidos, de 9,9% para 8,7%. Na Inglaterra, de 14,2% para 8,7%. Na Alemanha Ocidental, de 23,4% para 15,6%. E, na França, de 11,9% para 11,1%. Apenas no Japão, a taxa de lucro subiu de 19,7% para 22% no mesmo período, embora logo depois tenha começado a cair, levando à prolongada crise que teve início nos anos 1980.

A concorrência transforma os lucros num lucro social médio, e a taxa de lucro numa taxa média de lucro. Isso ocorre da mesma forma que o valor da força de trabalho corresponde ao valor socialmente necessário para a reposição da força do trabalhador e para sua reprodução como ser humano. A taxa média de lucro, por sua vez, enfrenta um problema sério para elevar-se ou se manter nivelada pelo alto. Apesar do aumento da produtividade e do aumento da taxa de mais-valia relativa, resultante do revolucionamento tecnológico e da elevação do capital constante, a redução de custos e preços impacta negativamente a elevação da taxa média de lucro, fazendo com que ela tenda a cair, quase numa razão inversa ao crescimento da tecnologia empregada e da mais-valia relativa.

O que, aliás, não é novidade. Todos os economistas clássicos elaboraram teorias sobre a taxa de lucro decrescente. Enquanto Smith considerava que isso não seria um problema, desde que os lucros aparecessem, Ricardo explicava o decréscimo da taxa de lucro pelos rendimentos decrescentes da agricultura, e não via como revertê-la. Marx (1983), por seu turno, dizia que o capital, para se contrapor à *tendência de queda da taxa média de lucro*, seria

obrigado a realizar várias operações que, em certa medida, representariam uma regressão.

Nessa regressão, o capital procuraria elevar o grau de exploração dos trabalhadores, comprimindo os salários abaixo de seu valor de mercado, de modo a obter não apenas mais-valia relativa, mas também mais-valia absoluta. Se esforçaria em baratear os elementos do capital constante, de modo a intensificar a produção de mais-valia relativa. Ao mesmo tempo, intensificaria a superpopulação relativa, para aumentar a concorrência entre os trabalhadores e rebaixar os preços da força de trabalho no mercado. Se voltaria, cada vez mais, para a aplicação em capitais acionários, creditícios e monetários, inclusive fictícios, de modo a dividir o lucro em juros, e transformar estes numa fonte crescente de elevação da taxa média de lucro e da acumulação ampliada do capital. E apelaria para o comércio externo, seja na busca de matérias-primas mais baratas, seja na exportação de capitais para arrancar mais-valia absoluta de regiões onde a força de trabalho é mais barata.

Todas essas medidas dedicadas a contrariar a tendência de queda da taxa de lucro se desdobrariam, porém, em novas contradições. A expansão do capital intensificaria sua contradição com a própria valorização. O excesso de capital numa parcela reduzida da população se tornaria uma contradição social incompreensível com o excesso populacional e a decorrente pauperização. A divisão do lucro em juros entraria em contradição com o próprio lucro, retirando-o cada vez mais do setor produtivo para setores não produtivos de rentabilidade mais rápida.

A expansão do crédito estimularia sua contradição com o capital fictício, na medida em que o crédito podia crescer a um patamar impagável. A acumulação de capital monetário conflitaria com a taxa de juros, ao pressioná-la para subir, ao mesmo tempo em que tornava o capital-dinheiro estéril ou fictício, com consequências sobre o conjunto da economia. E o comércio externo e a exportação de capitais tenderiam a tornar global o modo de produção capitalista, incluindo todos os povos e países no conjunto das contradições do capital.

Para complicar os problemas da reestruturação do capital imperialista em curso, um crescente número de novas nações ingressara no contexto internacional. Embora muitas continuassem dependentes tecnológica e financeiramente das antigas potências colonialistas, não eram poucas as que se aproveitavam da disputa capitalismo *versus* socialismo para arrancar concessões de ambos os lados.

Na Ásia, fracassara o bloqueio econômico, político e militar das potências imperialistas à China. Este grande país do chamado bloco comunista construía uma indústria básica e, apesar da oposição da União Soviética, se

tornara uma potência atômica e era um dos principais apoios logísticos dos vietnamitas em sua guerra de libertação. E, desde meados dos anos 1960, passara a se opor a qualquer tipo de hegemonismo, fosse norte-americano ou soviético, ao mesmo tempo em que mergulhara numa frenética revolução cultural para implantar uma sociedade totalmente igualitária, sob a pressão do campesinato pobre.

A União Soviética, por seu lado, continuava envolvida na disputa com os Estados Unidos, tanto na corrida armamentista nuclear e espacial, quanto na intervenção em países africanos que travavam guerras e lutas de libertação. Embora tenha passado a apresentar, desde os anos 1970, do mesmo modo que os países socialistas do Leste Europeu, crescentes problemas econômicos e sociais, a União Soviética apresentava ao mundo uma aparência de crescimento vigoroso e de bem-estar de suas populações.

No Vietnã, a derrota dos Estados Unidos se tornava uma possibilidade reconhecida até por altos membros da cúpula militar e governamental norte-americana. Além disso, as lutas sociais desencadeadas no interior da maior potência capitalista colocavam em risco sua estabilidade e sua hegemonia. O mundo parecia continuar o empuxo de guerras e revoluções que haviam se iniciado com o final da Primeira Guerra mundial.

Nos Estados Unidos, apesar dos lucros dos capitais investidos na guerra do Vietnã e em outros conflitos regionais de baixa intensidade, os déficits orçamentários e comerciais do país continuaram crescendo. Embora os norte-americanos inundassem de dólares o resto do mundo, numa forma explícita de exportar sua inflação interna para outros países, as correntes ideológicas e políticas neoliberais não estavam satisfeitas. Pressionavam o governo norte-americano e dos demais países capitalistas a eliminarem os déficits orçamentários através de financiamentos tomados ao mercado, ao invés de imprimirem papel-moeda, e da extinção do sistema de câmbio fixo.

Foi diante desses desafios que o imperialismo estadunidense conquistou, inclusive contra seus aliados centrais, o poder de se tornar o emissor monetário mundial, dando fim ao Acordo de Breton Woods. Além disso, o Estado norte-americano empreendeu reajustamentos mais radicais em sua estratégia política internacional ao reconhecer a China como um só país e o governo da República Popular como seu governo legítimo.

Esses reajustamentos foram acompanhados do direito da China ocupar seu lugar na ONU e no Conselho de Segurança, das negociações de paz com o Vietnã e da retirada das tropas estadunidenses daquele país. Cumprida essa etapa de retirada estratégica frente a inimigos considerados secundários, os Estados Unidos redirecionaram sua estratégia tendo como foco principal a

União Soviética e a possibilidade de levá-la ao colapso econômico, social e político através da corrida armamentista e da intensa exportação de capitais excedentes para países agrários e agrário-industriais.

Os estrategistas norte-americanos cifravam sua esperança de que a União Soviética não estava em condições de disputar a combinação desses dois processos conjugados. Eles tinham por base o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico das potências capitalistas, o alto acúmulo de capitais excedentes nessas potências, o esgotamento, ou quase esgotamento, da ascensão revolucionária iniciada em 1917, e os custos imensos da corrida armamentista, que tendia a se elevar ao patamar de guerra espacial.

Porém, o eixo sobre o qual se desenvolveu essa nova estratégia internacional foi apresentado como estritamente econômica. Conforme recomendaram os dois principais organismos financeiros internacionais, o FMI e o Banco Mundial, tratava-se de incorporar todo o mundo a uma nova ordem global de cooperação. Esta envolveria apenas a abertura comercial e financeira de todas as nações. Os impactos dessa abertura sobre a economia e sobre a indústria dos diferentes países dependeria do estágio de desenvolvimento ou da maturidade industrial de cada um deles. E, teoricamente, todos seriam beneficiados pelas reformas liberalizantes, que deveriam dar nova musculatura a todas as economias.

Com o colapso da União Soviética e dos países socialistas do Leste Europeu, alguns teóricos do capitalismo, como Desai, acreditaram piamente que, com essa globalização cooperativa, esse sistema faria mais do que sobreviver. Rejuvenesceria e deixaria de demonstrar qualquer sinal de colapso iminente, ou mesmo de envelhecimento. No horizonte, teria deixado de existir qualquer modo rival de produção que pudesse ser considerado uma alternativa viável. O capitalismo seria o único jogo disponível e a disputa se daria entre as suas duas versões distintas: a anglo-saxã e a japonesa.

Desse modo, além de não se dispor a desaparecer, o capitalismo estaria ditando o ritmo das mudanças globais e adaptando os Estados nacionais à nova situação de fluidez das fronteiras. Eles acrescentavam que o capitalismo teria demonstrado ser o melhor sistema para aliviar a pobreza e a miséria, embora provocando a extinção de empregos e a reestruturação das economias.

Convenhamos que, ao extinguir empregos, o capitalismo incrementa uma contradição difícil de ser resolvida. Isto é, ao mesmo tempo em que cria forças produtivas capazes de atender a todas as necessidades sociais e aliviar a pobreza e a miséria, acelera a apropriação privada e eleva o descarte das forças de trabalho, que são jogadas numa situação de pobreza crescente. Assim, a não ser que se transforme num capitalismo filantrópico, que distribua entre os pobres e os miseráveis grande parte da riqueza acumulada pela propriedade

privada, esse sistema não tem condições de resolver aquela contradição.

Esse hipotético capitalismo filantrópico nada tem a ver com a presente fase capitalista, que além de ser afirmada como absolutamente global, apresenta-se na forma de carteira de ações ou de investimentos diretos, de hegemonia dos mercados financeiros e de crescente penetração comercial, sem qualquer viés humano. Apesar disso, seus teóricos repetem exaustivamente que a globalização seria sentida pelos povos dos três mundos, tornando ociosa essa classificação numérica. Os benefícios e os custos do capitalismo recairiam simetricamente, embora não igualmente, sobre todas as partes do mundo.

Nessas condições, o triunfo do capitalismo liberal-democrático teria assistido ao fim de todos os impérios do milênio, embora isso não tenha acontecido sem luta por parte dos povos colonizados. Mas as forças da globalização, conduzidas pelo mercado, estariam criando um só mundo, devagar, mas seguramente. A OMC seria a principal instituição para a sua governança global. Marx não teria percebido que, numa sociedade capitalista, a desigualdade também poderia ser eliminada junto com a pobreza. Estaria sendo comprovada a ideia de que, enquanto existir, o capitalismo será um modo de produção progressista. Seu pleno desenvolvimento seria preferível às alternativas reacionárias. O capitalismo passara a ser genuinamente global, e ainda não alcançara os seus limites.

Muitos ideólogos do capital compartilharam as mesmas ideias sobre essa nova revolução global capitalista. Eles saudaram a incorporação da China ao mundo do capital e, depois, o desmonte da União Soviética e do socialismo europeu, como vitórias definitivas contra o socialismo e o comunismo, e uma demonstração da eternidade capitalista. Acreditaram que seria possível dominar completamente a circulação dos capitais e das mercadorias através dos ditames do grupo das sete maiores potências capitalistas, o G7, e da OMC. As fronteiras nacionais seriam derrubadas pela força das finanças e do comércio eletrônico. Através da globalização, o capitalismo finalmente estaria encontrando seu equilíbrio.

Fontes (2005) também acreditou que a globalização poderia reduzir o risco das crises clássicas de superprodução, embora pudesse condenar uma parcela da população ao degredo mercantil. Afinal, a urbanização incessante e o esvaziamento das regiões rurais teriam reduzido as condições de produção não mercantil de subsistência para a grande maioria da população.

Até mesmo Chesnais (1996), um marxista crítico da globalização, reconheceu que não mais existiria a volta das nações. A mundialização capitalista, embora não significasse a homogeneidade geográfica, esvaziaria a noção de soberania para todas as burguesias ou elites burocrático-capitalistas.

A reestruturação do capital imperialista, como se pode concluir, produziu esperanças extremadas em seus teóricos e partidários, ao mesmo tempo em que disseminou a confusão teórica em seus críticos, marxistas, comunistas, socialistas ou outros. Mas seus resultados se mostraram mais complicados do que supunham uns e outros.

RESULTADOS CONTRADITÓRIOS DA GLOBALIZAÇÃO

Ao se firmar, nos anos 1980 e 1990, a globalização capitalista parecia imbatível. Apenas alguns poucos marxistas teimavam em dizer que essa recente reestruturação lhe traria mais problemas que soluções. E que, ao invés de aliviarem as contradições internas nos centros e nas periferias do capitalismo, como supunham alguns economistas, aquelas transformações do capital estavam trazendo à tona contradições que supostamente estariam superadas, conforme Pomar (1994).

Estavam sendo aguçadas não só as contradições entre o capital e o trabalho, ao ser intensificado o chamado desemprego tecnológico, mas também as contradições entre a crescente extração da taxa de mais-valia relativa e a tendência de queda da taxa média de lucro. O colapso da lucratividade no capitalismo dos países centrais, em especial nos Estados Unidos, associado à crescente acumulação de capitais excedentes, estava impondo ao capital a adoção de medidas mais radicais para intensificar a produção de capitais fictícios e a exportação de capitais excedentes.

Os Estados Unidos expandiram a produção e a utilização desenfreada de papéis fictícios através da especulação financeira e das exportações de capitais para países agrários e agrário-industriais, tanto na forma de financiamentos, empréstimos e aplicações de curto prazo, quanto na forma de realocização, deslocalização e segmentação de plantas industriais. As exportações de capitais se tornaram um dos principais instrumentos para tentar frear a queda da taxa média de lucro, ganhando uma intensidade desconhecida em relação às eras anteriores.

Segundo Rosenthal (2013), o retorno das aplicações financeiras sobre o patrimônio líquido variou entre 20% e 25% desde os anos 1960 até a crise de 2008, comprovando o papel que os produtos financeiros desempenharam para reverter a tendência de queda da lucratividade. Todas as demais potências capitalistas ingressaram nesse processo, empurradas pelo mesmo problema da queda da lucratividade e, também, pela necessidade de concorrer com os capitais americanos.

Os financiamentos e empréstimos passaram a apresentar uma maior variedade de formas, através das quais eram assegurados não só o pagamento

dos juros e do principal, como também a mobilidade do capital. As aplicações de curto prazo, especialmente em bolsas de valores, também passaram a apresentar uma imensa variedade de formas de venda de papéis, em grande parte sem nenhuma base em qualquer riqueza material. Ainda segundo Rosenthal, os ativos bancários dos países ricos subiram de 50% do PIB, nos anos 1960, para 150% do PIB, nos anos 1990.

Já os investimentos em plantas industriais, em geral, apresentaram uma combinação de investimentos financeiros e investimentos consubstanciados em equipamentos e tecnologias transferidos das matrizes, ou de outros países, para regiões que apresentavam condições de forças de trabalho, matérias-primas e logística de custos mais baixos, assim como condições políticas estáveis. Em geral, envolveram relações de longo prazo entre empresas atuantes nas economias exportadora e importadora. Nesta última, tais investimentos externos incluíram dois movimentos principais: a exportação do capital e sua conformação como um capital social na economia importadora, e os reinvestimento dos lucros.

A conformação do capital exportado como capital social assumiu tanto a forma de compra de ações de empresas locais, associações de tipo especial com empresas locais, a construção de plantas produtivas de propriedade puramente estrangeira na economia importadora, e a transferência de plantas completas ou segmentadas para tal economia. Em inúmeros casos, as empresas locais eram tanto estatais quanto privadas. As formas de reinvestimento dos lucros variaram. Assumiam a forma de remessas para a empresa matriz, reinvestimento na economia importadora de capitais, empréstimos a empresas afiliadas, investimentos financeiros na economia local ou em paraísos fiscais.

Ao serem remetidos para a matriz, os lucros do exterior se somavam ao capital acumulado pela empresa matriz, criando excedentes ainda maiores que intensificavam a queda da taxa média de lucro. Na maior parte, precisavam ser reexportados com urgência para economias que permitissem a obtenção de taxas mais elevadas de mais-valia absoluta e relativa. Ou serem utilizados, na forma financeira, para inundar de créditos o consumismo imobiliário e de outros bens das populações dos países centrais, criando uma miragem de bonança eterna.

Ao serem reinvestidos na economia local onde foram gerados, os lucros intensificavam a acumulação local de capital, tendiam a elevar a capacidade de produção local e, paulatinamente, a fazer com que essas economias receptoras dos investimentos diretos estrangeiros se tornassem concorrentes das matrizes capitalistas e reproduzissem os mesmos problemas.

Em termos históricos, esse processo de exportação de capitais foi exponencialmente intensificado após as crises de petróleo dos anos 1970. Ele foi

realizado por todas as potências capitalistas e introduziu dois movimentos opostos nos sistemas industriais das economias do globo. Por um lado, intensificou uma crescente desindustrialização das potências capitalistas. Por outro, incrementou a industrialização de países periféricos.

Até início dos anos 1990, os países capitalistas desenvolvidos foram responsáveis por quase toda a exportação de capitais realizadas no mundo. Apenas entre 1985 e 1990, os investimentos diretos estrangeiros das potências capitalistas em países subdesenvolvidos aumentaram em quase 300%. Nessas condições, a globalização em busca de forças de trabalho mais baratas e de lucros extraordinários através de papéis monetários fictícios teria que reviver de forma ainda mais intensa as velhas contradições que incitaram constantemente as nações capitalistas, assim como fazer presentes novas contradições que as condições históricas anteriores ainda não haviam permitido emergir.

A emissão de papéis fictícios, sem base alguma na riqueza material existente, atingiu números astronômicos. Estima-se que o valor dos papéis financeiros em movimento no mundo, em 2010, era superior a 600 trilhões de dólares, enquanto a riqueza material girava em torno de 40 trilhões de dólares. Essa disparidade criava as condições para crises de superprodução financeira, por exemplo, de bolhas imobiliárias e tecnológicas e de créditos podres.

Apesar disso, alguns autores acreditaram que a novidade do capitalismo contemporâneo residia na existência de mercadorias feitas só de conhecimento, sendo a informática o paradigma desse tipo de mercadoria. O *software* e os produtos correlatos teriam a forma mercadoria, preço de venda, mas não teriam valor, pois o tempo de trabalho necessário à sua reprodução seria zero. Com esse passe de mágica, transformavam o valor criado durante o tempo de produção em ausência de valor, porque na reprodução, o conhecimento não teria valor. O preço das mercadorias feitas de conhecimento, como os *softwares*, seriam estabelecidos tendo por base a renda da propriedade do saber. Esse tipo de renda seria absoluta, da mesma forma que a renda absoluta da terra, que se fundamentaria simplesmente na existência da propriedade do solo, sem necessidade da interferência do trabalho humano.

Eis aonde pode levar uma leitura enviesada de *O Capital*. A renda da terra só se materializa se houver trabalho humano. Se tal trabalho não ocorrer, tal renda será apenas uma miragem. A propriedade da terra só permite a seu proprietário se apropriar da renda potencial da terra, seja ela absoluta ou diferencial, se o camponês, com seus próprios meios de produção, destocar, arar, plantar, capinar e colher o que plantou. É dessa produção material que sai a parte referente à renda, seja em produto, seja em trabalho fornecido ao proprietário, seja em dinheiro.

Em relação ao conhecimento, a situação é ainda mais complexa, porque ele faz parte da força de trabalho e, como tal, participa na composição de seu valor de uso e de troca. Além disso, o *software* e os produtos correlatos a ele não são criados diretamente pelo conhecimento, nem são conhecimentos que pairam no ar. Eles só existem com a contribuição decisiva do *hardware*, do computador, um trabalho morto indispensável para permitir ao trabalho vivo produzir os *softwares* indispensáveis ao funcionamento do sistema nervoso do modo de produção.

Nessas condições, a suposição de que o valor de uma máquina não conteria qualquer elemento relativo ao custo do saber que engendrou sua invenção e fabricação é totalmente desligada da realidade. Quando se diz que qualquer nova máquina inventada e produzida contém o custo das matérias-primas, dos insumos correntes, da mão de obra e da depreciação de capital fixo envolvidos em sua fabricação, o custo da invenção está necessariamente embutido, seja na mão de obra, seja na depreciação do capital fixo.

Além disso, a incorporação de conhecimentos e de inovações à produção, através da invenção de novas máquinas e dispositivos, ou através da reorganização produtiva, ocorre sempre tendo em vista a redução do preço das mercadorias, para enfrentar a concorrência. Essa redução se dá por meio do aumento da produtividade do trabalho. Isto é, de uma produção maior em menor tempo, permitindo a obtenção de uma mais-valia relativa e, portanto, um lucro maior. Em vista disso, não passa de especulação virtual a suposição de que o regime contemporâneo de acumulação do capital teria passado a ser dominado exclusivamente pela finança em virtude da renda do saber, assim como da renda da terra, determinarem os preços.

A ideia de que a acumulação do capital ocorreria não mais através da força de trabalho colocada a serviço da propriedade dos meios de produção, mas através da propriedade do saber, do conhecimento, nada tem a ver com o processo histórico de criação do dinheiro como equivalente geral, nem como dinheiro ou capital fictício. Este surgiu historicamente a partir do momento em que as casas bancárias ganharam o poder de emitir mais dinheiro do que a riqueza material depositada em seus cofres, e em que o capital financeiro passou a ser essencial para o desenvolvimento do capital industrial e do capital comercial.

Na prática, o capital financeiro acreditou que podia impor à sociedade capitalista o mesmo tipo de superprodução que o capital industrial impõe a ela. Bastaria criar novas modalidades de produtos financeiros, descolados de sua base material. Com isso, o capital financeiro se tornou uma fonte de altos lucros e, ao mesmo tempo, de crises de superprodução de mercadorias dinheiro-fictício, ainda mais destrutivas do que as crises de superprodução de mercadorias-objeto.

É totalmente irreal supor que os meios de produção revelariam a importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. Ou que a mão de obra e as máquinas seriam cada vez mais deslocadas pelo conhecimento e pela informação, enquanto os capitais se associariam em holdings afastadas do chão da produção material.

Ou, ainda, que os capitalistas seriam cada vez mais grupos difusos de investidores associados em fundos, consórcios e *private equities*, já que os principais ativos das empresas seriam imagens, marcas e patentes. Se estes não se materializarem em produtos ou mercadorias-objetos, ou em máquinas ou hardwares, os investidores em fundos, consórcios e *private equities* certamente verão seus papéis virarem pó com uma rapidez impressionante.

Por outro lado, a suposição de que o capital terceirizou a exploração, delegou a outros o trabalho sujo de comandar a expropriação, deixou para lá o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos, não passa de uma miragem. Como miragem é a ideia de que os rendimentos do capital agora nada têm a ver com a atividade de explorar e ser explorado, constituindo apenas direitos que a propriedade lhe confere.

Pensar que a acumulação de capital perseguiria um roteiro de mundo virtual, onde a exploração seria imaginária, não sendo de espantar que o fim do trabalho tenha sido decretado, não passa de delírio de quem vive num mundo imaginário. No mundo real, os trabalhadores continuam gastando várias horas para ir de suas casas afastadas para o trabalho, permanecem lá várias horas para produzir mercadorias-objeto, recebem salários para comprar mercadorias indispensáveis à sua reprodução, e por aí afora, mesmo que alguns marcianos suponham que nada disto exista mais.

Que tais teorias existam e tenham alguma influência na explicação das mudanças estruturais do capitalismo desenvolvido apenas mostra o pouco conhecimento existente sobre as leis gerais de funcionamento desse modo de produção e sobre o papel que as externalidades históricas exercem sobre ele, seja no campo liberal e neoliberal, seja no campo keynesiano e marxista.

Por exemplo, alguns supõem que a simples propriedade do capital, enquanto tal, proporciona uma renda chamada juro. A relação entre o juro e o lucro dependeria das condições do mercado onde a mercadoria capital é transacionada. O juro estabeleceria uma espécie de piso que o lucro deve atingir para que o negócio em questão se mantenha como negócio, porque o juro entra na contabilidade capitalista como custo: o custo do capital. Esse piso poderá ser maior ou menor do que o lucro normal determinado pela taxa média de lucro. Mas talvez seja possível dizer que, em condições normais de temperatura e pressão, ao menos uma parte significativa do lucro normal seria

apropriado como renda, ou seja, como direito que o capital confere a seu proprietário pelo simples fato de existir como capital.

Esse tipo de raciocínio esquece que o juro somente aparece se, no mercado, o indivíduo não tem capital e precisa da mercadoria capital para transformá-la em algo que lhe proporcione um lucro superior ao juro que terá que pagar. A rigor, quanto maior o capital acumulado, ou o capital excedente, menor tende a ser o seu custo, ou o juro. Aliás, é o que acontece quando as oportunidades para investimentos mingam e o capital financeiro aplica seus recursos a juros extremamente baixos, como ocorreu nos anos 1970, e como ocorria há pouco tempo nos Estados Unidos, cujo banco central deles, o Federal Reserve, oferecia dinheiro a juros negativos.

Os proprietários da mercadoria dinheiro sempre buscarão, desesperadamente, novas formas de obter altos juros e, portanto, altos lucros, em permanente contradição com a existência de grandes excedentes de capital. A presença de um capitalismo de forte traço rentista não é de hoje. Essa fração do capitalismo marcou indelevelmente o surgimento do imperialismo, no final do século XIX, e seu desenvolvimento durante todo o século XX, constituindo-se a principal força promotora da fusão de diferentes tipos de capitais nas atuais corporações transnacionais.

Apesar disso, o rentismo não perdeu sua característica de uma doença inerente ao processo de acumulação capitalista, à medida que tende a gerar uma superprodução de dinheiro fictício muito mais destrutiva do que a superprodução de produtos materiais. Por outro lado, creditar apenas ao rentismo a exploração econômica, por exemplo, os recursos contidos no subsolo, demonstra uma ignorância crassa sobre as questões técnicas envolvidas nessa exploração, por mais sinistra que ela seja.

Para transformar em valor excedente os recursos esgotáveis, muitas vezes causando danos profundos à natureza, não basta ter capital dinheiro. É preciso ter capital constante, em geral de alto conteúdo tecnológico. Como o subsolo na maioria das vezes é propriedade da nação, esta pode cobrar uma renda, da mesma forma que os latifundiários rurais e urbanos podem cobrar uma renda por serem proprietários do solo, embora em alguns países o solo também pertença à nação e a renda reverta para o Estado e para a sociedade.

Portanto, para realizar tal exploração, o capital financeiro precisa se associar, pelo menos, ao capital industrial. Esse foi o caso da bolha imobiliária no Japão, nos anos 1980, que deu início à prolongada crise de seu capitalismo. Essas associações entre os capitais financeiros, industriais e comerciais para criar superproduções de qualquer coisa e de tudo, não são novidade e se repetem constantemente. Nenhuma delas serviu de alerta para os demais capitalis-

mos, centrais ou periféricos. Eles, não acreditavam mais na inevitabilidade das crises cíclicas do capitalismo e sempre acharam que a última era a definitiva.

Por isso, ao levarem a União Soviética e os Estados socialistas do Leste Europeu ao colapso, no início dos anos 1990, os países capitalistas centrais acreditaram ter alcançado a eternidade, ficando livres tanto do perigo comunista, quanto das crises cíclicas. No final dos anos 1990, as políticas neoliberais e de globalização capitalista pareciam haver se tornado universais, não apenas nos países centrais do Ocidente e do Japão, mas também na América Latina, África, Ásia e Oceania.

Nos países da América Latina e da África, a abertura comercial e financeira permitiu que as corporações transnacionais afetassem todos os setores econômicos, através de processos conjugados de privatização das estatais e de aquisição, desmembramento, deslocalização e fechamento de empresas privadas nacionais, independentemente da intensidade tecnológica. Além disso, o sistema financeiro encontrou campo aberto para a especulação financeira e fomentou a prevalência de altos juros e de câmbio flexível como únicos instrumentos reais de controle inflacionário.

Esse processo intensificou a monopolização de setores inteiros das economias nacionais de muitos países. O resultado desse tipo de globalização nos continentes africano e centro e sul-americano foi a devastação de parques industriais, a estagnação econômica, a disseminação da miséria social, e a permanente expropriação das riquezas pelas corporações empresariais. No entanto, não constava do programa de globalização gestado pelas grandes corporações e pelos Estados das principais potências capitalistas, a reação ambígua de uma parte considerável dos países asiáticos.

De imediato, os tigres asiáticos, surgidos na primeira onda de industrialização de países subdesenvolvidos pós-Segunda Guerra, aproveitaram as aberturas comerciais e financeiras como pretexto para participar mais ativamente do comércio internacional, em concorrência com os produtos dos países centrais e, em vários casos, aproveitando a saída das corporações transnacionais de ramos considerados de baixa lucratividade. Os mercados europeus e norte-americanos tornaram-se foco das manufaturas de bens de consumo corrente e intermediários dos tigres asiáticos, e de alguns dos novos países industrializados da Ásia.

Assim, na Ásia, ao contrário do que acontecia na América Latina e na África, parecia haver um intenso processo de industrialização e de elevação da capacidade produtiva, com grande participação de corporações transnacionais e de corporações estatais e privadas nacionais. O crescimento econômico, em alguns casos, atingiu índices de dois dígitos, ao mesmo tempo em que ocorria a redução da pobreza e da miséria.

Também não constava do programa de globalização a forma como a China decidiu realizar sua abertura e suas reformas econômicas, sociais e políticas de mercado. Ela, de acordo com Pomar (1987), abriu-se para investimentos estrangeiros em 1979, desde que tais investimentos fossem produtivos e observassem algumas exigências.

Primeiro, tivessem prazos determinados de 20 anos ou mais e fossem instalados em zonas geográficas delimitadas. Segundo, operassem em *joint-venture* com empresas estatais chinesas, obrigatoriamente aportando novas e altas tecnologias. E, terceiro, toda a produção fosse destinada ao mercado internacional. Em contrapartida, a China oferecia isenções fiscais por alguns anos, uma infraestrutura moderna e de baixos custos e, como vantagem imbatível, uma enorme força de trabalho relativamente qualificada, de custos internacionais muito baixos.

Em outras palavras, a China utilizou um esquema simples de atração de investimentos estrangeiros diretos como instrumento de industrialização soberana. Suas estatais, associadas a corporações transnacionais, absorviam altas e novas tecnologias. Tais tecnologias eram transferidas para as empresas domésticas, que ganhavam musculatura sem sofrer a concorrência destrutiva das corporações estrangeiras no mercado interno.

Ao mesmo tempo, as estatais associadas às empresas estrangeiras ingressavam no mercado internacional na garupa das empresas estrangeiras e ganhavam experiência de comércio internacional. Paralelamente a isso, a partir de 1984, a China adotou uma economia de mercado, na qual competiam entre si tanto as empresas estatais resultantes da divisão dos monopólios estatais, quanto as novas empresas privadas nacionais. À medida que as empresas chinesas, estatais e privadas ganhavam capacidade competitiva, a China continuou abrindo progressivamente o seu mercado, em correspondência com a abertura dos mercados norte-americano, europeu e de outros continentes a seus produtos.

A adoção da economia de mercado pela China foi tomada como uma reversão completa do sistema socialista e uma adesão desse país ao sistema capitalista, tanto pelos teóricos da burguesia quanto por parte considerável da esquerda. Naquele momento, poucos se deram ao trabalho de recuperar a história da revolução chinesa e constatar que, para o desenvolvimento econômico e social do país, o Programa da Nova Democracia do Partido Comunista, de 1946, previa um longo processo de aliança com a burguesia nacional. Isto é, com a participação da propriedade privada capitalista para desenvolver as forças produtivas, o que estava de acordo com as previsões de Karl Marx.

Os esforços para implementar essa aliança foram reiterados pelo Programa das Quatro Modernizações, primeiro em 1964 e, depois, em 1974. Mas

a luta de classes, tendo como principais atores, de um lado, o campesinato pobre, com suas tendências igualitaristas, e de outro, o campesinato abastado e as camadas médias urbanas, só refluíu em 1976. Com isso, apenas a partir de 1978 a aliança com a burguesia nacional ganhou corpo, em escala ampliada, através do *programa de abertura e reformas*, e se tornou o principal eixo da política de desenvolvimento econômico, social e político da China.

Com a vantagem de que a nova política de exportação de capitais dos países capitalistas do Primeiro Mundo para países agrários e agrário-industriais permitiu aos chineses aproveitarem-se disso para desenvolver as forças produtivas de uma forma mais rápida do que seria possível se não contassem com os capitais excedentes do capitalismo desenvolvido. A China abriu-se ao investimento estrangeiro de acordo com seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos, ao contrário do que fizeram muitos outros países subdesenvolvidos.

Na segunda metade dos anos 1980, o Vietnã também adotou reformas semelhantes às chinesas, ingressando num forte processo de industrialização. Assim, no início dos anos 1990 já havia fortes indícios de que grande parte dos países asiáticos havia ingressado na globalização por meio de formas diferentes daquelas sonhadas pelos países centrais. Em termos geopolíticos, o eixo de desenvolvimento capitalista se deslocava dos Estados Unidos e da Europa para a Ásia, tendo como força motriz um modo de produção híbrido chamado socialismo de mercado com características chinesas.

Os reajustes e as reformas chinesas, combinando o planejamento estatal macroeconômico e social com o mercado, a colaboração e a concorrência entre empresas estatais e empresas privadas, nacionais e estrangeiras, a constante redistribuição de renda, e a elevação do padrão de vida da população, começaram a impactar a economia mundial. O desempenho chinês, com um crescimento médio anual superior a 10%, proporcionou uma crescente demanda por commodities minerais e agrícolas e lançou no mercado mundial uma imensa massa de produtos de consumo corrente a baixo preço, com incidência positiva na queda da inflação mundial.

Paralelamente, esse desempenho intensificou alguns dos desequilíbrios globais. A competitividade dos produtos chineses aumentou os déficits comerciais dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que elevou a acumulação de capitais na China e em outros países asiáticos. Os incentivos para o reinvestimento dos lucros dos capitais estrangeiros no próprio território asiático intensificaram, por um lado, a desindustrialização dos países capitalistas e, por outro, a industrialização asiática.

Seguindo o exemplo do Japão e dos tigres asiáticos dos anos 1950, a China surfou na onda da globalização capitalista, mas com sua própria prancha.

A emergência industrial chinesa, indiana, vietnamita e de alguns outros países em desenvolvimento indicava que a globalização poderia evoluir por caminhos não previstos pelos teóricos e executores neoliberais. No início dos anos 2000, a China consolidou-se como o principal parque industrial do planeta.

A queda dos preços de seus produtos manufaturados, assim como as demandas de sua indústria, intensificaram os efeitos positivos sobre o controle da inflação e sobre os preços das commodities minerais e agrícolas, propiciando um período de crescimento econômico com estabilidade de preços na maioria dos países do mundo. Nos países asiáticos que adotaram políticas de industrialização soberana ocorreu um forte crescimento da classe trabalhadora industrial. Em termos globais, a fração da classe operária industrial passou a concentrar mais de 2 bilhões de trabalhadores industriais, bem mais do que o auge histórico do trabalho industrial nos países capitalistas desenvolvidos.

Apesar disso, a China continuou, para muitos, como um enigma de difícil decifração. Em vista disso, o destaque dos anos 1990 não foi sua forte emergência e a possibilidade de se transformar na principal potência econômica mundial, num forte desmentido às teorias de subordinação incondicional à globalização capitalista. O destaque foram os diferentes casos de desindustrialização e de fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados, tanto nos países capitalistas avançados quanto naqueles que seguiram as receitas neoliberais, como algo irreversível e adequado aos novos parâmetros de desenvolvimento científico e tecnológico.

Nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, o crescimento do uso de novas tecnologias e o conseqüente incremento da produtividade do trabalho intensificaram o desemprego tecnológico e a transferência da força de trabalho para os serviços. Os demais países seguiriam o mesmo curso de modernização no rumo dos serviços e do aumento do padrão de vida. Nessa linha, os países capitalistas centrais haviam intensificado sua desindustrialização, a pretexto de que seu desenvolvimento lhes permitia ingressar numa era pós-industrial, embora isto fosse acompanhado do desemprego tecnológico e do aumento da pobreza.

Na prática, a desindustrialização dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França e, em certa medida, do Japão, tinha como força motriz a busca desesperada para reverter a crescente tendência de colapso da lucratividade. Colapso esse, paradoxalmente, decorrente da elevação da produtividade, da extração da mais-valia relativa da força de trabalho e da acumulação crescente de capitais excedentes.

Nos anos posteriores ao ano 2000, a exportação de capitais excedentes e a produção de dinheiro fictício, ou a financeirização, como formas encontradas pelo capital para reverter aquela tendência, alcançaram um volume ini-

gualável e muito superior aos 30 anos posteriores à reestruturação do capital imperialista. O antigo capitalismo industrial tecnologicamente avançado dos países centrais havia se transformado num capitalismo desindustrializado e de serviços comerciais e financeiros.

Ao invés da produção de bens materiais de produção, o principal objetivo desse capitalismo se tornou a produção de mercadorias-dinheiro. Bens fictícios, cuja renda, provinda dos juros, deveria permitir a extração de altos lucros dos incautos que adquirissem papéis sem lastro, independentemente de serem indivíduos, empresas, grupos empresariais, fundos de pensão, governos municipais e regionais, ou Estados nacionais. E, ao invés da melhoria generalizada do padrão de vida, o que se tinha era o crescimento do desemprego tecnológico e o aumento do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. A pretensa migração do trabalho industrial para os serviços não passava de uma teoria vazia.

Alguns autores continuam defendendo o ponto de vista de que a desindustrialização nos países desenvolvidos pode ser vista como positiva, porque decorreria dos aumentos de produtividade da indústria serem superiores aos do setor de serviços. A queda da participação do emprego industrial em relação ao total ocorreria principalmente devido ao progresso técnico no setor manufatureiro, sendo responsável por mais de 60% da queda do emprego no setor. Outros fatores, como o comércio Norte-Sul e a queda relativa dos preços dos produtos industriais também afetariam a desindustrialização dos países desenvolvidos.

Porém, esses fatores teriam pouco efeito sobre a queda da participação do emprego manufatureiro, sendo estimados em um sexto do total da queda do emprego industrial. Portanto, a transferência de atividades da indústria de transformação, intensivas em trabalho, das potências do Norte para países do Sul, também contribuiria para afetar a produtividade industrial e o nível da produção. Mesmo assim, a desindustrialização não passaria de um resultado natural do desenvolvimento econômico, associado ao aumento do padrão de vida, ou seja, do aumento da renda *per capita*, constituindo um processo virtuoso.

A desindustrialização dos países desenvolvidos deve-se ao progresso técnico da indústria, que eleva a produtividade do trabalho e reduz a participação do emprego industrial em relação ao total. No entanto, a suposição de que isso conduz à transferência do trabalho para o setor de serviços e ao aumento do padrão de vida não condiz com os dados estatísticos de desemprego e de redução do padrão de vida, especialmente nos Estados Unidos, onde mais de 46 milhões de pessoas vivem com renda abaixo da linha da pobreza.

Além de gerar desemprego e pobreza, a elevação do progresso técnico e da produtividade do trabalho cria uma situação estranha, em especial para aquelas

indústrias que são intensivas em trabalho. Com tantos trabalhadores desempregados, o que as leva a se transferirem para países subdesenvolvidos? Isso só pode ser explicado pelo fato de que o valor de reprodução da força de trabalho nos países desenvolvidos é muito superior ao valor de reprodução da força de trabalho nos países subdesenvolvidos, impelindo as indústrias a se realizarem.

Para piorar, isso não acontece apenas com as indústrias intensivas em trabalho, mas também com aquelas intensivas em tecnologias. As 500 maiores corporações transnacionais possuem plantas industriais localizadas em vários países subdesenvolvidos, em especial na Ásia. Portanto, o segredo do processo de desindustrialização está relacionado com a lucratividade das indústrias, tanto as intensivas em trabalho, em tecnologias ou capital constante.

A natureza ou qualidade da desindustrialização em países da periferia é totalmente diferente da de países desenvolvidos. Alguns autores não enxergam essas diferenças estruturais e chegam a cunhar os processos de desindustrialização de países periféricos como precoces. Ou seja, estariam apenas adiantando-se ao mesmo tipo de desindustrialização em curso nos países capitalistas desenvolvidos.

A situação se agrava quando essa análise se estende, explicitamente ou não, a todos os países periféricos. Esses autores sequer se dão conta de que a maior parte dos países da América Latina e da África jamais experimentou qualquer tipo de industrialização. Na verdade, dos anos 1930 para cá, nesses continentes, apenas o México, o Brasil, a Argentina e a África do Sul conheceram surtos de industrialização, de diferentes formatos, intensidades e graus de maturidade.

Tomando o caso do Brasil, o país apresentava um razoável grau de maturidade industrial nos anos 1970. Nessas condições, a conclusão de que a desindustrialização brasileira decorre de sua própria condição de país subdesenvolvido e de suas raízes históricas, simplesmente apaga da história a desindustrialização forçada do período neoliberal, que gerou um passivo histórico oneroso.

Sem considerar tal passivo, alguns supõem que a queda da participação do emprego industrial em relação ao total, que marca a desindustrialização brasileira, poderia ser explicada eventualmente por diversos fatores. O aumento dos serviços contratados por empresas industriais seria um deles. O limite do crescimento através do aumento da renda e do consumo seria outro. O aumento da produtividade do setor industrial, ou a concorrência dos produtos industriais importados, também poderiam ser outros. E poderia, ainda, haver a combinação perversa desses fatores, no todo ou em parte.

Todas essas explicações fraquejam simplesmente por não examinar as condições de acumulação, concentração e centralização do capital que caracteriza a economia brasileira e seu funcionamento. Assim, além de generalizar e

não explicar os casos específicos de desindustrialização de alguns poucos países em desenvolvimento, essas análises acabam confundindo os fatores dessa desindustrialização com a dos países desenvolvidos. E deixam de lado um dos fenômenos internacionais mais importantes, que consiste na industrialização de um número considerável de novos países no contexto da globalização capitalista, comandada pelas corporações transnacionais e pelos países centrais.

A emergência de uma série de novos países em industrialização não só na Ásia, mas também na África e na América Latina, pode ser comprovada por diferentes exemplos. Desde 1985, Hong Kong e China tornaram-se os principais exportadores de capitais do chamado Terceiro Mundo. A consolidação da China como potência econômica e principal fabricante mundial de bens industriais se acelerou a partir da sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em 2001.

O aumento da participação da China nas exportações mundiais de bens manufaturados passou de 4,7%, em 2000, para 14,8%, em 2010. Simplesmente triplicou numa década. Hong Kong respondeu, em 2010, por 23,2% do total dessas exportações, enquanto a China respondeu por 20,8%, segundo dados da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Nesse mesmo ano, a participação da Rússia foi de 15,8%, acompanhada de perto pela Índia.

Em tais condições, a acumulação de capital nesses países permitiu que participassem, desde o final dos anos 1980, do processo de exportação de capitais, ou de internacionalização de suas próprias empresas. Em 2010, essa participação dos países em desenvolvimento nos investimentos estrangeiros diretos já representava cerca de 25% do total mundial. Em outras palavras, especialmente após a metade dos anos 2010, países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, passaram a incentivar suas empresas a competir no mercado internacional. As corporações transnacionais, tendo como origem os países capitalistas avançados – aqueles que haviam imposto forte competição a empresas de diferentes países –, de um momento para o outro começaram a ter que se confrontar com empresas desses países não apenas em seus mercados domésticos e regionais, mas também no mercado global.

A industrialização ou a reindustrialização não ocorre em todos os países subdesenvolvidos. Algumas nações, como a Venezuela, Bolívia, Peru e Chile, na América Latina, e o Burundi, Mali, Níger e outros países da África, jamais experimentaram qualquer surto de industrialização, encontrando dificuldades para seguir esse caminho.

Outros, como o México, Filipinas e Malásia, por exemplo, integram-se às redes internacionais de produção como montadores de bens intensivos em

trabalho. Há crescimento da indústria de montagem, do emprego e das exportações, mas intensificou a dependência tecnológica, financeira e comercial em relação a um ou a alguns dos países centrais. Seu crescimento econômico, investimentos, desenvolvimento tecnológico e incremento da produtividade dependem das flutuações da economia central ou das corporações empresariais às quais estão atrelados.

Brasil e Argentina, embora tenham sofrido profunda destruição de seu parque produtivo industrial, possuem experiência em processos de industrialização. Seus problemas consistem no sucateamento de sua infraestrutura, no alto grau de monopolização de sua economia por corporações estrangeiras e nacionais, na pequena capacidade de interferência do Estado na economia, e na persistência de políticas macroeconômicas que estimulam o rentismo e desestimulam os investimentos na indústria.

O crescimento econômico desses países, nos últimos anos, tem base nas exportações de recursos naturais ou em políticas de estímulo ao consumo. Apesar disso, os países que passaram a dar o rumo do desenvolvimento são aqueles que impõem condicionalidades às entradas de capital, que proibiram não só os monopólios privados, mas também os monopólios estatais, impondo a todas as empresas a necessidade de concorrer no mercado e estipular preços mais baixos para se sustentarem.

Isso tem permitido o surgimento de uma gama considerável de pequenas, médias e mesmo grandes empresas não monopolistas nesses novos países industrializados. Ao lado das grandes corporações funcionam empresas menores, tanto de propriedade privada, quanto de propriedade estatal e pública, configurando uma situação em que a concorrência foi reimplantada em todos os níveis.

Ao invés de abolida pela globalização das corporações transnacionais, a concorrência se intensificou de forma diversificada e inesperada. A globalização capitalista, sonhada por seus ideólogos como o melhor dos mundos, transformou-se na globalização capitalista prevista por Marx, com todas as contradições que abalam esse modo de produção constantemente.

A CRISE DA GLOBALIZAÇÃO

Durante quase toda a década de 1990, perseverou dominante a ideia de que as crises cíclicas eram coisas do passado. A inovação prática de que tais crises poderiam ser submetidas a certo grau de controle e atenuadas pela intervenção do Estado, empreendida pelos países capitalistas e, depois, teorizada por John Maynard Keynes (1937), foi dada como superada. Como superada estaria a tese de que o Estado seria capaz não só de atenuar as crises, mas também de manter a economia indefinidamente num equilíbrio de pleno emprego.

O neoliberalismo desdenhou, arrogantemente, não só a teoria das crises cíclicas de Marx, mas também as teses de Keynes sobre a possibilidade de um capital excedente cada vez maior levar a economia à estagnação e à depressão. Havia uma certeza teórica de que a globalização capitalista oferecia um remédio infalível contra as crises industriais cíclicas e contra a eclosão de crises financeiras.

O primeiro golpe sério nessa arrogância neoliberal foi a crise financeira e econômica de 1997-99, que causou uma devastação considerável na Turquia, na Rússia, em diversos países asiáticos e no Brasil. Além do retorno possivelmente inevitável das crises cíclicas, emergiram como fenômenos mal explicados, como apresentamos anteriormente, sobre a ascensão industrial da China e de outros países asiáticos, o deslocamento do eixo econômico do Atlântico norte para o Pacífico asiático, e a desindustrialização dos países capitalistas centrais. Soma-se a isso as reconfigurações políticas que procuravam democratizar as organizações multilaterais, e as diversas mudanças políticas que, nos países mais afetados pelo neoliberalismo, procuravam reverter suas consequências desastrosas e ingressar em novos processos de desenvolvimento.

Depois disso, as crises de superprodução, tanto de mercadorias-objeto quanto de mercadorias-dinheiro (essas na forma de papéis fictícios), apresentaram-se como uma série de pequenas crises, entre os anos 2003 e 2007. Elas envolveram empresas e setores econômicos dos países centrais, por exemplo, a falência da Enron e o naufrágio das empresas ponto.com, nos Estados Unidos. Todas elas renunciaram a crise que afundou Wall Street, em 2007 e 2008.

A suposição de que tal crise era marcadamente anglo-americana, e não uma crise do capitalismo desenvolvido, levou os países capitalistas europeus a subestimar sua capacidade de propagação. Quando chegou à Europa, em 2011, veio à tona o profundo declínio industrial dos países capitalistas desenvolvidos, a fragilidade do consumismo turbinado por créditos fáceis, a falência dos Estados que, de emprestadores globais, haviam se transformado em tomadores universais de empréstimos, e os perigos sistêmicos do novo patamar de desenvolvimento capitalista.

O Banco Internacional de Compensações (BIS), banco central dos bancos centrais, estimou que o endividamento de governos, empresas não financeiras, e famílias, em 2007, quando começou a crise econômica, havia aumentado em 30 trilhões de dólares (trilhões!). Esse montante representava cerca de 40% do PIB mundial, demonstrando o descompasso entre a debilidade da economia real e os riscos em que a colocavam os mercados financeiros.

Haviam passado a movimentar-se sem regras, especulando com ativos de diferentes tipos, em especial os imobiliários e os seguros de crédito. Rosenthal afirma que nos países com grandes setores financeiros, os ativos dos ban-

cos incharam entre 8 a 10 vezes o PIB. Nos Estados Unidos, a relação entre os ativos bancários e o PIB passou a ser de 126% nos 15 anos anteriores à crise, mais do que dobrando.

Não havia controle, nem prescrições. As condições dos contratos eram estabelecidas diretamente, de tal forma que nem os bancos tinham ideia dos seus passivos líquidos, não conheciam o total de seus registros e estavam à mercê dos acontecimentos. Os bancos criaram um número cada vez maior de títulos. Um terço do crescimento da relação entre dívida e PIB mundiais veio de bancos que aumentaram seus balanços através da emissão de bônus e outros produtos financeiros, em volumes cinco vezes maiores do que os emitidos por empresas não financeiras.

Desse modo, empréstimos fáceis para a compra de ativos e papéis de preços inflados, aliados a um crescente desemprego tecnológico e a uma queda crescente das rendas reais provindas do trabalho, resultaram em bolhas impagáveis e em crises financeiras e econômicas destruidoras. A partir de 2007, a instabilidade do mercado financeiro se transformou em crise, cuja face econômica ficou logo visível com a quebra de bancos e de grandes e pequenas empresas industriais e um desemprego de milhões de trabalhadores. A maioria dos analistas considerou-a a pior crise financeira do pós-guerra e, provavelmente, a segunda mais grave pós-revolução industrial.

A extensão da crise cíclica à Europa demonstrou que o capital europeu, da mesma forma que a dinastia Bourbon, não esquecia nada, mas não foi capaz de aprender com a experiência do passado. Essa crise permitiu ao mundo descobrir que havia uma periferia europeia, economicamente dominada pela Alemanha, que vivendo mais das mercadorias exportadas do que das importadas, obtinha vantagem de um euro estável e dos empréstimos aos europeus do Sul. Com isso, eles viram seus sistemas produtivos serem desorganizados e quebrados, quase da mesma forma que ocorreu na América Latina durante o período de domínio neoliberal.

Na União Europeia, um povo atrás do outro, a começar pela Irlanda e Islândia, seguidos de Espanha, Portugal, Grécia, Itália e Chipre, sem contar o que vem sucedendo na Europa do Leste, vem sendo desprovido das conquistas econômicas, sociais e políticas que havia obtido no passado. Em nome da austeridade fiscal, cujos únicos beneficiários são os bancos e outras instituições financeiras, o desemprego atinge quase 50 milhões de trabalhadores.

Está em curso a criação de uma nova ordem, na qual os sindicatos, os partidos políticos, a democracia representativa e outras instituições estatais mediadoras perdem sua utilidade, enquanto o desemprego, o rebaixamento dos salários e aposentadorias, a insegurança social e a precarização do trabalho

se afirmam como perspectiva de longo prazo. Para suportar a balança de pagamentos de seus países, a União Europeia pretende criar fundos multilaterais, nos moldes do que os Estados Unidos vêm fazendo.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve passou a efetuar uma constante depreciação de sua moeda ao injetar 85 bilhões de dólares mensais na liquidez internacional. Ao mesmo tempo, mantinha negativa sua taxa básica de juros, aumentando a volatilidade internacional do câmbio e reduzindo a competitividade dos demais países. Ou seja, como no passado, os Estados Unidos voltaram a transferir os efeitos de sua crise para os demais países, atitude que começou a ser imitada pelo Japão, que decidiu injetar em seu mercado, mensalmente, um volume de ienes equivalente a 75 bilhões de dólares, na esperança de sair de duas décadas de depressão e criar um nível inflacionário de 2%.

O déficit na balança comercial estadunidense pode, em tese, ser financiado pelos serviços e ganhos financeiros obtidos nas vendas dos setores mais intensivos em tecnologia. Apesar da sua desindustrialização, esse país ainda mantém um parque industrial amplo, principalmente no setor de armamentos. No entanto, as vendas desse setor apresentam crescentes dificuldades pelos preços envolvidos e pelo fato de aprofundarem o déficit orçamentário.

Essas dificuldades explicam, em parte, o movimento de capitais entre os países capitalistas desenvolvidos. Entre 2001 e 2003 teria havido uma tendência de queda, devido ao estouro da bolha das empresas ponto.com nos Estados Unidos. Porém, a partir de então ocorreu uma reversão, com os investimentos diretos entrando numa trajetória ascendente, com variações positivas significativas em quase todos os anos, até 2010.

Em 2007, os Estados Unidos foram o principal destinatário de capitais europeus, tendo recebido 112 bilhões de euros, 42,5% acima dos 79 bilhões de euros recebidos em 2006. Já o total aplicado na União Europeia cresceu 89%, chegando a 319,2 bilhões de euros, quase o dobro dos 168,9 bilhões de euros registrados em 2006. Desse total, a Inglaterra ficou com 87 bilhões de euros, ou 27%, enquanto o diminuto Luxemburgo, que funciona como um paraíso fiscal, ficou com 50,2 bilhões de euros, ou 16% do total, mostrando que grande parte dessa movimentação foi exclusivamente financeira.

Os investimentos europeus nos demais países do mundo haviam aumentado 53%, em 2007, totalizando 419,9 bilhões de euros, contra 275 bilhões de euros em 2006. Devidamente analisada a situação, as exportações de capitais da Europa superaram as importações, podendo significar que uma parte do dinheiro retornado foi redirecionado para outros destinos.

A crescente continuidade da exportação de capitais dos países capitalistas desenvolvidos e, agora, também de países em desenvolvimento, amplia

as possibilidades de industrialização soberana de países subdesenvolvidos ou medianamente desenvolvidos. Além de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, exemplos significativos podem ser encontrados em Angola, Nigéria, Zimbábue e outros países africanos. Segundo a UNCTAD, pela primeira vez em 150 anos, o produto interno do Brasil, China e Índia é quase igual ao produto interno combinado das potências industriais capitalistas. A conclusão óbvia é a de que a industrialização dos países em desenvolvimento está reconfigurando o mundo do século XXI.

Durante a recuperação da crise iniciada em 2007, ficou clara uma diferença entre o potencial de resistência de economias emergentes e a vulnerabilidade das economias desenvolvidas. O desempenho das economias emergentes antes e depois da crise financeira continuou elevando a demanda por commodities. Os preços desses produtos se mantiveram elevados, constituindo um alerta para a inflexão das políticas econômicas de inúmeros países, tanto na Ásia, quanto na América Latina e na África.

Grande parte desses países encontrava-se, desde os primeiros cinco anos do século XXI, numa intensa diversificação de parcerias comerciais, no aumento do controle sobre investimentos de capitais de curto prazo, na criação de exigências para os investimentos diretos estrangeiros, na elaboração de planos e programas de industrialização e de crescimento econômico. Tudo isso na contramão das receitas neoliberais. O naufrágio de Wall Street e, depois, a extensão da crise à Europa, com repercussões diferenciadas sobre os países em desenvolvimento, pressionou e intensificou ainda mais essas políticas.

A Rússia reformulara seu processo de industrialização, fizera a reestatização de indústrias estratégicas, como a do petróleo, e diversificara seus parceiros comerciais. Apesar disso, ainda se encontra numa situação econômica relativamente crítica pelos desarranjos dos anos da Guerra Fria, mas não foi profundamente afetada pela crise.

A diversidade de situações dos países africanos não permite estabelecer um quadro médio. Alguns, como a África do Sul, Angola e Nigéria encontram-se num processo de industrialização. Outros, como Camarões, seguem num estado de estagnação econômica. Tunísia, Líbia e Egito ingressaram numa transição política e econômica complexa, cujo resultado não é fácil de prever.

Algo idêntico ocorre com os países do Oriente Médio e da Ásia Menor, que sofrem forte interferência externa do hegemonismo euro-americano, seja para manter monarquias e governos de tipo feudal, seja para derrubar ditaduras e governos que não se subordinavam a tal hegemonia. A constante tentativa de liquidar o povo palestino e sua aspiração por um Estado independente, a destruição das economias e das sociedades afegã, iraquiana e síria, são exem-

plos da estratégia de procurar destruir povos por meio de máquinas, e deixar o território livre para posterior ocupação.

Na América Latina há uma diversidade de tentativas de retomada do crescimento econômico em novas bases, em disputa ferrenha com o neoliberalismo e com as ondas de choque da crise internacional. Na Ásia Central e Oriental, o processo de desenvolvimento econômico e social continua relativamente imune às consequências negativas da crise norte-americana e europeia, compensadas na maior parte pela constituição de mercados domésticos e regionais que hoje, em conjunto, são superiores aos mercados dos países centrais.

A maior novidade estratégica parece ser a articulação das principais economias em desenvolvimento do Leste Europeu e dos continentes asiático, africano e sul-americano: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os BRICS. Eles operam no sentido de conformar um eixo próprio de desenvolvimento econômico e social, sem se isolar dos demais países, tanto desenvolvidos, quanto subdesenvolvidos. Paradoxalmente, com isso eles podem contribuir para tornar o declínio norte-americano e europeu menos doloroso do que o declínio do império britânico.

O acordo dos BRICS para a constituição de um fundo de compensação anticrise de 100 bilhões de dólares, com o fim de enfrentar problemas de liquidez em virtude da volatilidade cambial internacional não é uma ideia nova. Ela surgiu pela primeira vez em 1935, como proposta para estabelecer um sistema de estabilização monetária entre os Estados Unidos, Inglaterra e França, para fazer frente a uma possível corrida contra a moeda de algum desses países. E funcionou como modelo para a criação do FMI. Portanto, o fundo de compensação dos BRICS é uma resposta dos países emergentes à insuficiência das instituições criadas desde os acordos de Bretton Woods para enfrentar as consequências das crises criadas pela ausência de controle sobre o sistema financeiro das grandes potências.

A China, por seu turno, ao mesmo tempo em que chega à posição de segunda maior economia mundial, reduziu o custo do crédito a seu setor industrial e decidiu intensificar seu comércio externo com a Ásia, a África e a América Latina, como contrapeso às tentativas norte-americanas e europeias de reduzir sua competitividade internacional. Em relação à Ásia, na última década, a China elevou seu fluxo comercial em mais de duas vezes. Em relação à África, no mesmo período, esse fluxo foi multiplicado por seis. Em relação à América Latina, o fluxo comercial cresceu de 57 bilhões para 310 bilhões de dólares, enquanto seus investimentos diretos cresceram de 2,7 bilhões para 59 bilhões de dólares.

Para reduzir o risco cambial nas relações com a América Latina, a China tem firmado acordos de *swaps cambiais* bilaterais com a Argentina, o Brasil e o

Peru. Além disso, estabeleceu um Fundo Soberano de um bilhão de dólares do Eximbank chinês, em coordenação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para investimentos em infraestrutura. A China está sugerindo aos demais países em desenvolvimento a utilização das respectivas moedas para reduzir os impactos da instabilidade financeira, fazer frente às flutuações do dólar e impedir o fluxo de capitais de curto prazo.

Os países latino-americanos, por seu turno, criaram um novo mecanismo de coordenação regional para a defesa conjunta dos seus interesses nos processos de arbitragem internacional, interpostos por empresas estrangeiras. Essa foi a principal decisão da 1ª Conferência Ministerial dos Países Latino-Americanos Afetados por Interesses das Transnacionais. A preocupação procede.

A América Latina concentra a maior quantidade de processos ilegais e arbitrários contra uma região, sendo que Argentina, Venezuela, Equador, México e Bolívia acumulam 27% do total de casos no mundo. Num dos tantos exemplos de afronta à legislação citados está o caso da multinacional Texaco, que entre os anos 1970 e 1990, provocou imensos estragos ecológicos no campo de Lago Agrio, no Equador, com sua exploração predatória. Para economizar, a multinacional despejou, sem qualquer tratamento, mais de 16 bilhões de quilos de lixo tóxico nos rios e córregos da região, contaminando mais de 30 mil moradores da área, multiplicando os casos de câncer, leucemia, aborto, anomalias congênitas e doenças crônicas. O processo judicial teve início na Justiça Federal dos Estados Unidos, em 1993, e acabou transposto para o Equador em 2003, a pedido da Chevron, sucessora da Texaco, que via no governo neoliberal de então um possível anteparo aos seus crimes. Mas, uma vez que o governo mudou, e a decisão equatoriana foi desfavorável à multinacional, condenada a pagar uma indenização de 19 bilhões de dólares, a Chevron passou a questionar a competência e a lisura da Justiça equatoriana para julgar o caso.

Genericamente falando, o que parecia o fim da história e a mundialização tranquila do modo de produção capitalista está se tornando um painel cheio de contradições e caminhos desafiantes, tanto para o capitalismo, como para todos aqueles que buscam uma solução diferente para a organização social da humanidade.

Os países de capitalismo desenvolvido começam a apresentar sinais de que o alto nível tecnológico e científico de seus meios de produção, e também de destruição, tendem a acentuar o fato de que a força de trabalho deixa de ser uma necessidade indispensável para a realização da produção. Esses capitalismo aproximam-se cada vez mais do ponto em que poucos trabalhadores serão necessários para a elaboração de projetos e inovações científicos e tecno-

lógicos e para a produção efetiva das máquinas automáticas capazes de realizar todo o resto do processo produtivo. Ou seja, o trabalho morto tende a se tornar o aspecto fundamental para a produção, enquanto o trabalho vivo tende a se tornar um apêndice altamente especializado do processo produtivo. Na área de circulação e distribuição aquela tendência, embora mais lenta, tende a seguir o mesmo curso. A possibilidade de utilização de sistemas automatizados na circulação de mercadorias vem se tornando uma realidade, enquanto a utilização de cartões com chips e sistemas *online* pode, a médio prazo, substituir a utilização do papel e do metal moeda.

Essas tendências dos países capitalistas avançados criam, paralelamente, um fosso entre a acumulação da riqueza em algumas poucas mãos e a depauperação das massas sociais desnecessárias ao trabalho produtivo. Esses capitalismo não se aproximam, cada vez mais, dos limites da absurda contradição entre a propriedade dos meios de produção automatizados, e sua consequente acumulação de capitais, e a grande massa de forças de trabalho excluídas, pauperizadas.

Esses capitalismo, por razões relacionadas com a queda de suas taxas médias de lucro, tiveram que ingressar num movimento cada vez mais intenso de exportação de capitais e transferência dos elementos do modo de produção capitalista para países atrasados do ponto de vista capitalista. Em outras palavras, os capitalismo avançados viram-se na contingência de se mundializarem ou se globalizarem, sem garantia de que isso seja acompanhado da dominação global por parte deles.

A prática vem mostrando que a globalização do modo de produção capitalista, ao invés de eliminar as fronteiras nacionais e criar um mundo plano sob a hegemonia ou o domínio das potências capitalistas avançadas, está fomentando a emergência de aspirações independentistas e de novas nações soberanas. Paralelamente, a globalização capitalista possibilitou a emergência e o desenvolvimento rápido de nações de socialismo de mercado, como a China e o Vietnã, e como tende a ser Cuba.

Estimulou que antigas nações socialistas transformadas em capitalistas, ao invés de se subordinarem às potências capitalistas dominantes, procurassem um desenvolvimento soberano, como a Rússia e vários países do Leste Europeu e da Ásia Central. Incentivou países e regiões capitalistas asiáticos a se tornarem motores de desenvolvimento tecnológico, centros financeiros e comerciais, e agressivos concorrentes comerciais, por exemplo, Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura, Taiwan, Índia, Tailândia e outros.

Criou tantas e tamanhas contradições econômicas, sociais e políticas na África e na América Latina que fez emergirem diversas experiências de desenvolvimento capitalista associado a políticas de desenvolvimento social, como

na África do Sul, Angola, Venezuela, Brasil, Equador, Bolívia e Argentina. Tornou os países árabes ricos em petróleo e outras riquezas naturais em economias capitalistas encapsuladas numa envoltura feudal e religiosa que tende a fazer explodirem conflitos geopolíticos e sectários extremamente destrutivos, como ocorre na Tunísia, na Líbia, no Egito, no Iêmen, na Síria e em outros países e regiões.

Em termos de crescimento econômico global, tais disparidades no processo de globalização criaram uma situação estranha. Segundo alguns autores, o crescimento global do período imediato ao pós-guerra não foi superado. Sua taxa média de crescimento foi de 4,5% ao ano, enquanto a taxa média de crescimento do período 1980-2003 foi de 3,1% ao ano. China, Índia e alguns outros países em desenvolvimento tiveram taxas de crescimento superiores aos anos do pós-guerra, entre 8% e 10% ao ano, enquanto Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Tailândia apresentaram taxas de crescimento de 6% a 7%, semelhantes aos registrados no período anterior.

Mas Estados Unidos e países europeus industrializados apresentaram taxas de crescimento inferiores aos anos de pós-guerra. Nesse mesmo período, os países latino-americanos tiveram um crescimento médio de 2% ao ano, entre 1980-2003, bem inferior aos registrados entre 1950 e 1980, quando sua taxa média de crescimento foi superior a 5%. Porém, entre 2003 e 2010, as taxas de crescimento dos países asiáticos foram bem mais altas, sendo seguidas de perto por vários países africanos e latino-americanos, embora o crescimento dos países industrializados tenha se mantido nos baixos níveis anteriores.

Essas discrepâncias estão relacionadas com o fluxo de capitais dos países capitalistas desenvolvidos para os países da periferia, em desenvolvimento ou emergentes. Somente no período de 2003 a 2007, esses fluxos se elevaram a 1,64 trilhão de dólares, um aumento de 98,4% em relação ao fluxo acumulado entre 1990 e 1996, quando a expansão financeira global atingiu o maior nível do século XX. Esses fluxos se dirigiram não só para os países periféricos da Ásia e da África, mas também para os países da Europa central, do Sul e do Leste.

Nessas condições, a mundialização ou globalização capitalista tende a seguir um caminho tortuoso. Isto parece ser verdade não somente em relação aos países capitalistas desenvolvidos, com suas inevitáveis crises cíclicas e com a crescente contradição entre a acumulação imensa de capitais em algumas poucas mãos (cerca de 50 bilionários nos Estados Unidos) e o permanente descarte do trabalho vivo em virtude do desenvolvimento tecnológico (cerca de 50 milhões de pobres nos Estados Unidos). Parece ser verdade, também em relação aos países emergentes, tanto capitalistas quanto de socialismo de mercado.

De acordo com estatísticas do FMI, entre 1975 e 1997, houve 289 casos de crise financeira, dos quais 73 foram em países industrializados e 216 em novos mercados. Este último número foi o triplo do primeiro. Alguns acreditam que as crises nos países desenvolvidos são apenas uma crise financeira. Na verdade, talvez seja mais apropriado considerar as crises financeiras como o aviso mais evidente das crises econômicas.

Desde a década de 1970, principalmente depois da liberação financeira da década de 1980, o mecanismo polar do desenvolvimento mundial revelava, principalmente, a mudança do ciclo de acumulação de expansão material para o ciclo de expansão financeira no mundo capitalista. Nos países capitalistas desenvolvidos pode haver certa margem para mascarar e separar artificialmente as duas crises. Nos países em desenvolvimento, nem sempre há condições para a ocorrência dessa separação.

As crises financeiras se desdobram imediatamente em crises econômicas. Pelo menos foi o que mostrou a crise da dívida da América Latina, nos anos 1970 e 1980. Teve sua causa aparente na inflação transferida pelo monopólio emissor e prestador dos Estados Unidos e de outras potências capitalistas. Mas emergiu quase imediatamente como uma crise econômica que atingiu todos os setores: agrícola, industrial, comercial e de serviços. E é evidente que a continuidade desse monopólio, nos anos seguintes, deveria produzir crises ainda mais destrutivas.

Nos anos 1990, os colapsos de bolhas financeiras de diversos tipos, criadas pelos excedentes financeiros, pipocaram na economia de vários países dos diferentes continentes. Nos primeiros 10 anos do século XXI, essas bolhas financeiras tornaram-se maiores e mais perigosas, sob a forma de derivativos e de outros tipos de papéis virtuais, atingindo setores tão diversos como tecnologias de informação, imobiliário, petrolífero, seguros e commodities agrícolas e minerais. A partir de 2008, o setor financeiro de Wall Street implodiu, levando bancos e outras instituições financeiras, assim como várias empresas industriais globais, à falência.

Segundo David Harvey (2010), um terço do equipamento de capital dos Estados Unidos estava parado em 2009. E 17% da força de trabalho daquele país estavam desempregados, ou forçados a trabalhar meio-período, ou sem ânimo para qualquer tipo de trabalho. Alguns autores acreditam que na primeira metade do século XX – a fase do capital industrial –, a produção excessiva e a competição nociva levaram a uma violenta explosão de conflitos no centro do sistema capitalista. E que no atual estágio de competição excessiva entre os países do centro e da periferia, as crises econômicas tendem a circular da periferia para o centro.

Vale a pena alertar que, na primeira metade do século XX, a fase não era mais do capital industrial, mas da fusão deste com o capital financeiro. As crises explodiam no centro do sistema, mas não ficavam circunscritas a ele. Espalhavam-se em ondas pela periferia, arrasando a economia de muitos países coloniais e semicoloniais. Porém, desde a segunda metade do século XX, as crises começaram a explodir em países periféricos, nem sempre se espalhando para o centro, como ocorreu na crise de 1998 e 1999. Mas isso não se firmou como tendência.

A crise de 2008, cujo epicentro foi os Estados Unidos, passou a se espalhar na Europa desenvolvida a partir de 2011. Desdobrou-se pesadamente sobre os países menos desenvolvidos da zona do euro e passou a atingir, em menor escala, países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina. A novidade é que vários países em desenvolvimento resistiram à crise inicial e estão resistindo à sua propagação.

A mundialização ou globalização capitalista parece seguir a pauta estabelecida por Marx, em meados do século XIX, disseminando tanto seu modo de produzir, quanto todos os fenômenos contraditórios que leva em suas entranhas. Em alguns casos, tenta repetir experiências históricas de cooperação, mas sua tendência geral é de intensificar seu caráter conflituoso.

As dificuldades para repetir a experiência de Estados social-democratas de bem-estar social, por exemplo, aumentaram em virtude das contradições que minam a lucratividade do capitalismo desenvolvido. Elas o impedem de arrancar lucros suplementares nas relações desiguais com os demais países e o incapacitam a distribuir parte desses lucros para seus trabalhadores. Nos principais círculos políticos burgueses dos países capitalistas centrais cresce a tendência de reprimir a democracia e de intensificar a destruição da natureza como forma de elevar as taxas de lucro. Certas inovações tecnológicas norte-americanas para elevar sua produção de petróleo e gás estão se mostrando extremamente danosas ao meio ambiente e, diretamente, às populações que residem nas áreas de exploração e produção.

Não é fato consumado que os países capitalistas emergentes consigam evoluir para economias e Estados de socialismo de mercado, nem que os Estados das atuais economias socialistas de mercado consigam evoluir linearmente no sentido de uma maior socialização. Crises e retrocessos, ou mesmo reversões, são possibilidades que não podem ser descartadas em qualquer dessas experiências. De qualquer modo, há necessidade de fazer distinção entre a situação e as contradições internas dos países capitalistas desenvolvidos, de um lado, e dos países capitalistas subdesenvolvidos e em desenvolvimento, de outro, assim como entre os países capitalistas em desenvolvimento em relação aos países de socialismo de mercado.

É essa distinção prática que está levando muitos dos trabalhadores que migraram dos antigos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos a retornarem aos seus países de origem ingressantes em processos de desenvolvimento. Aumenta o número de retornados na China, no Vietnã, no Brasil e em outros países emergentes. Paralelamente, trabalhadores de países que continuam em situação de subdesenvolvimento começam a migrar para países em desenvolvimento como, por exemplo, o que vem ocorrendo com os haitianos em relação ao Brasil. E há sinais de que trabalhadores de países capitalistas desenvolvidos em crise começam a migrar para países em desenvolvimento.

Nessas condições, não é impossível que a mundialização do capital possa ser acompanhada de ondas migratórias dos países em crise ou em declínio para os países em desenvolvimento, criando problemas nacionais e internacionais imprevistos. O problema da miséria na globalização atual consiste em que ela está aumentando nos países avançados, enquanto parece haver uma redução relativa em alguns países em desenvolvimento. Com sentidos contrários, ela acompanha a desindustrialização dos primeiros e a industrialização dos segundos. O que tem acentuado as discussões em torno da globalização, ou mundialização, do capital.

POSSIBILIDADES DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Os keynesianos continuam considerando que, para entender a acumulação do capital é necessário entender a acumulação por parte do Estado, que regula a taxa de juros e estabelece limites para a tendência de acumulação. Para eles, o tipo de capitalismo com o qual nos defrontamos hoje seria radicalmente diferente do capitalismo que foi presenciado por Karl Marx. Para a compreensão do significado da atual circulação monetária, e do papel do Estado nela, seria preciso levar em consideração as características globais desse capitalismo do nosso tempo.

Na verdade, eles deveriam reparar que a história colocou a humanidade diante de situações ainda mais complexas do que a relação do capital com o Estado. O capitalismo do século XXI não é desigual somente em relação ao capitalismo inglês do século XVIII. Ele também é desigual aos capitalismos inglês, francês, americano e alemão do século XIX, já diferentes do capitalismo inglês do século anterior.

O capitalismo inglês do século XVIII, assim como os diversos capitalismos do século XIX, ainda eram infantis, ou jovens. Estavam na fase em que só haviam desenvolvido seu esqueleto, músculos e sistemas circulatórios. Por isso, usavam e abusavam de procedimentos extra-econômicos, valendo-se de seus Estados para estabelecer e explorar colônias e semicolônias e obter lu-

crois suplementares. Ao mesmo tempo, realizavam uma brutal exploração das forças de trabalho de seus próprios países, através de jornadas que podiam se estender por mais de 16 horas, incluindo não apenas homens adultos, mas também mulheres e crianças. Com isso, arrancavam altas taxas de mais-valia absoluta de seus trabalhadores e obtinham altos lucros.

Somados aos lucros suplementares da exploração colonial e semicolonial, cada um desses capitalismo amadurecia e desenvolvia seus esqueletos, músculos e sistemas circulatórios, em grande parte impelidos pela concorrência, seja no interior de seus países, seja no mercado internacional. Na primeira metade do século XX, esse amadurecimento e desenvolvimento dos poucos capitalismo nacionais de então chegou a tal ponto que foi possível imaginar que o capitalismo, como sistema, alcançara sua fase superior, imperialista. Fase que promoveria uma era de guerras entre países imperialistas e de revoluções nacionais e proletárias.

No entanto, embora fossem gigantes imperiais, esses capitalismo ainda possuíam um sistema nervoso pouco desenvolvido. Esse sistema nervoso só começou a mostrar sua presença e suas potencialidades na segunda metade do século XX, com o salto revolucionário nas comunicações e informações eletrônicas. O que abriu ao capitalismo o campo para um desenvolvimento ainda mais vigoroso e contraditório, e para sua nova expansão global.

Em termos históricos, o modo de produção capitalista nasceu da chamada acumulação primitiva do capital e da revolução agrícola da Inglaterra, que gerou milhões de vagabundos, uma força de trabalho livre à disposição daquele capital primitivo. Em termos técnicos, sua infância foi representada pela passagem da manufatura caseira para a indústria mecânica concentrada, com o auxílio de um sistema financeiro também pouco desenvolvido.

A juventude capitalista assistiu à passagem da indústria mecânica para a indústria eletromecânica, com a participação crescente do sistema financeiro. Já na idade adulta, o capital passou da indústria eletromecânica, com participação do sistema financeiro também adulto, para a fusão da indústria e das finanças de forma crescente, tentando se constituir como um sistema imperialista. A essa altura, no mundo todo, apenas a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Alemanha e o Japão haviam alcançado tal desenvolvimento. No resto, num processo extremamente desigual, havia países ingressando na acumulação primitiva, outros vivendo a fase infantil e juvenil, e outros, embora subordinados a algum dos capitalismo avançados, que sequer possuíam elementos do modo de produção capitalista em seus territórios.

Na atualidade, o capitalismo das nações desenvolvidas ingressou numa fase ainda mais avançada. Seus sistemas ósseo, muscular e circulatório alcança-

ram um alto nível de desenvolvimento técnico, enquanto seus sistemas eletrônicos de informação e comunicação podem substituir os homens no comando da indústria eletromecânica e do sistema financeiro. As ciências passaram a instrumentos de resultados, e o modo de produção capitalista realiza um intenso processo de globalização ou mundialização, principalmente a partir dos países desenvolvidos.

Nestes, aqueles sistemas e as ciências continuam, porém, dependendo dos homens para desenvolver-se, embora em quantidades infinitamente menores. E suas contradições internas apresentam indícios crescentes de estarem chegando a seu ponto limite. A imensa apropriação privada das riquezas geradas pelo trabalho social, em contraste com o crescente descarte e pauperização das forças de trabalho, torna-se um absurdo econômico e social. Nessas condições, o problema da diferença entre o capitalismo atual, que ingressa numa idade ainda mais madura, e o capitalismo em suas fases adulta, jovem e infantil, consiste justamente em saber se suas leis de desenvolvimento continuam ou não válidas.

Examinando a história do capitalismo, em suas diferentes fases, e em suas diferentes áreas geográficas, é possível constatar que seu desenvolvimento vem sendo historicamente cristalizado, embora de forma desigual. Ao ingressar na presente fase de alto desenvolvimento científico e tecnológico, o pleno emprego sonhado por Keynes torna-se uma aberração, já que sua tendência principal é de emprego mínimo, conforme previsto por Marx.

Nessas condições, os teóricos do capitalismo foram constrangidos a elaborar uma teoria na qual a economia, ao alcançar o pleno emprego, faria com que qualquer aumento na oferta dos meios de pagamento teria como efeito uma elevação dos salários. Essa elevação se transmitiria aos preços, dando início a um perverso processo inflacionário. Essa hipotética relação de causa e efeito entre pleno emprego, aumento da oferta de meios de pagamento, elevação dos salários e inflação foi a principal contribuição da escola monetarista de Chicago, para justificar a necessidade do estrito controle inflacionário, de baixos salários, restrições fiscais e desemprego como um benefício à sociedade.

A maior dificuldade da escola monetarista de Chicago consistiu em não enxergar que a inflação, em particular aquela supostamente provocada pelo aumento do custo da força de trabalho, era na verdade um problema relacionado com a lucratividade. Enquanto houvesse um razoável exército industrial de reserva, seja no próprio país, seja nos países subdesenvolvidos dispostos a permitir a migração, a produtividade poderia aumentar sem que os salários subissem, ou mesmo subissem mais devagar. A participação da massa salarial na renda nacional permaneceria relativamente constante, enquanto a participação dos lucros continuaria crescendo.

Desse modo, as receitas daquela escola teórica neoliberal, ao invés de amainarem as contradições do capitalismo desenvolvido, as agravaram. E, ao serem consideradas também válidas para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, tais receitas causaram processos destrutivos consideráveis. Em vez de evitarem as crises cíclicas, as tornaram mais descontroladas do que antes.

A rigor, as crises cíclicas, assim como as reformas e revoluções, não significam necessariamente o limite do desenvolvimento capitalista. Como se pode constatar, elas resultam sempre da contradição entre diferentes formas de propriedade, destruindo uma ou algumas dessas formas em benefício de outra ou de outras formas de propriedade. Por isso, a reprodução do sistema, ou sua organização espontânea, não pode ser prejudicada por ciclos e crises. Cada um dos ciclos e crises do capitalismo tem gerado novas formas de organização da propriedade capitalista, que reproduz, em geral de forma ampliada, o caos da competição.

Nos anos 1990, quando a economia global capitalista arrotava as vantagens do livre comércio e do mercado neoliberal em expansão, seus economistas chegaram a afirmar categoricamente que a falta de demanda efetiva não podia representar um problema para qualquer país. Se esse país não fosse competitivo, porque seu custo unitário era muito alto, ou sua taxa de câmbio estivesse sobrevalorizada, seu problema seria apenas pelo lado da oferta. Num mundo global de livre comércio, nenhuma economia aberta com preços competitivos enfrentaria falhas de demanda. Ou seja, os neoliberais acreditavam que as crises cíclicas eram decorrentes de subconsumo, ou da baixa demanda efetiva, o que a rigor não deveria ocorrer num mundo globalizado com inúmeras oportunidades abertas para a realização da produção.

A crise de 1997-1999, mascarada como crise financeira de países em desenvolvimento, não serviu para os neoliberais aprenderem que a superoferta de dinheiro – em especial se esse dinheiro fosse fictício –, não deixava de ser uma crise de superprodução. E a crise iniciada em 2007-2008, tendo como epicentro os Estados Unidos, embora tenha jogado no esgoto a baboseira neoliberal, por ocorrer numa época em que o livre comércio alcançara seu maior florescimento, também parece não haver ensinado nada aos neoliberais. Tanto que, quando o epicentro da crise migrou para a Europa Ocidental, o diagnóstico e o remédio continuaram seguindo a mesma fórmula desgastada de salvamento dos bancos.

Desai (2003) tem razão ao afirmar que os neoliberais não entenderam que a verdadeira revolução no pensamento econômico consistiu na introdução da teoria marxista dos ciclos de prosperidade e depressão. O ajustamento automático que os clássicos pressupunham não se realiza porque a taxa de

juros do dinheiro não funciona como eles imaginavam. Mesmo que a taxa seja zero, sempre haverá economia se a renda nacional for elevada. A propensão em economizar é menos função da taxa de juros do que do vulto da renda nacional e da propensão à liquidez. E, ainda, porque o sistema de preços sofre uma série de impactos das instituições, dos hábitos e do comportamento social. O progresso dinâmico da economia, da qual é parte a teoria dos ciclos de prosperidade e depressão, ou das crises cíclicas, mostra que o ajustamento suave e progressivo suposto pelos clássicos não levava em consideração aqueles elementos importantes da realidade.

Por isso, para alguns, Keynes teria tido o mérito de esclarecer a influência do consumo na teoria dos ciclos, mas não teria levado em consideração que, uma vez atingido o pleno emprego, novos empreendimentos fariam os preços subirem, mas não necessariamente a produção. Nessas condições de inflação e de emprego total o remédio seria, então, o estancamento da inflação e não o aumento da produção.

Na verdade, ao contrário do que Keynes pensava, não é a falta de demanda efetiva que limita a acumulação de capital, mas sim o excesso de capital acumulado que afoga a demanda. O excedente de capital cria uma produção material e monetária acima da demanda efetiva e acaba por precipitar a economia numa crise. Mesmo assim, alguns continuam pensando que uma suposta incapacidade de o capital continuar acumulando-se reduz a demanda global, ou tende a frustrar seu crescimento, introduzindo uma tendência ao subconsumo. O que estaria relacionado com a possibilidade de produzir uma situação de pleno emprego.

Talvez por isso alguns autores sublimem a classe trabalhadora como uma classe de número sempre crescente e disciplinada, unida, organizada pelo próprio processo capitalista de produção. Para eles, tal processo seria o entrelaçamento dialético do capital com o trabalho. No entanto, tal entrelaçamento inclui, além do conflito, a cooperação. O que contribui para tornar o processo de miserabilidade, ou de pauperização absoluta e relativa, bem mais complexo, levando vários autores a redefinirem o conceito original de pobreza limitada à renda e à garantia da subsistência básica.

Sen (2001) definiu a pobreza como a privação das capacidades. Com isso, extirpou dela a noção de baixa renda. Outros pensadores têm sugerido encarar a pobreza como a exclusão de oportunidades básicas e o direito de escolher o que é indispensável ao desenvolvimento humano. Tais oportunidades e direitos seriam as condições que propiciariam às pessoas viver uma vida longa, saudável e criativa, e desfrutar uma vida digna, com liberdade e autoestima.

Em outras palavras, ao contrário dos clássicos e dos marginalistas, eles extirpam da pobreza seus aspectos técnicos. E, ao contrário dos marxistas,

extirpam a exploração como fonte da pobreza passada, atual e futura. Exploração que se manifesta tanto na relação estrita capital-trabalho, quanto na relação centro-periferia, ambas construídas desde o processo de acumulação primitiva do capital, aparecendo ora como pauperização absoluta, ora como pauperização relativa. Na relação centro-periferia, desde aquela acumulação primitiva, o capital teria instituído mecanismos através dos quais os países centrais europeus partilhavam os ganhos e transferiam os custos para as nações periféricas. Essa assimetria de custos e ganhos entre os países dominantes e os demais teria causado o que alguns pesquisadores chamam de armadilha da pobreza institucional.

Com os mecanismos de exploração extra-econômica das colônias e semicolônias e, depois, com a exploração puramente econômica dos países independentes subdesenvolvidos, o capitalismo teria criado, nos países avançados, o que Marx chamou de um proletariado burguês, enquanto a miséria aumentava no resto do mundo. Essa visão é parcial porque desdenha o aumento da pauperização absoluta e relativa, tanto no próprio centro do sistema capitalista, quanto na periferia.

A instituição existe, mas sua ação é mais dialética do que uma divisão linear de ganhos de um lado, e custos de outro. Mesmo assim, pesquisadores reiteram que essa instituição teria persistido durante todo o período da acumulação primitiva. Ela teria protegido os crescentes ganhos dos países centrais, e produzido um impacto de dependência inata da trajetória sobre a transição institucional subsequente. Nos estágios seguintes do desenvolvimento capitalista, incluindo a expansão do capital industrial e a recente globalização do capital financeiro, a transferência de custos teria persistido e se aprofundado, agravando a polarização entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Na verdade, essa teoria é uma variante das teses de Baran (1975), Gun-der Frank (1967), Amin (1998) e de uma série de outros autores marxistas e não marxistas, que sofre da mesma falta de relatividade. Em sentido contrário, mas com o mesmo viés parcial, Desai faz uma caricatura dos países latino-americanos. Para ele, em comparação com os países asiáticos e africanos, tais países seriam independentes e prósperos. Seus problemas não teriam advindo de suas relações desiguais com os países centrais, mas sim de seus problemas estruturais internos. Neles haveria uma distribuição desigual das terras, uma industrialização também regionalmente desigual, e uma sucessão de governos não-democráticos e classes dominantes racistas.

Não há dúvida de que esses problemas estruturais internos realmente existiram ou existem. No entanto, em grande parte, eles foram criados e ou mantidos pela intromissão direta ou indireta, primeiro do imperialismo

inglês e, depois, do capitalismo imperialista dos Estados Unidos, em apoio às classes dominantes racistas e aos governos não-democráticos. Portanto, o atraso relativo do desenvolvimento dos países da América Latina em relação aos países capitalistas centrais reside no fato de que tais países conquistaram a independência numa época em que ainda havia um equilíbrio de forças entre a Inglaterra e os Estados Unidos, ambos sem condições de uma disputa armada pela colonização aberta. O que permitiu a todos eles se tornarem países politicamente independentes, mas semicolônias, primeiro da Inglaterra e, depois, dos Estados Unidos.

A diferença de lucratividade entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e atrasados, onde a composição orgânica do capital é baixa, tem intensificado a exportação de capitais dos primeiros para os segundos, principalmente através do moderno processo de segmentação produtiva. E a especulação financeira tem se intensificado como um dos principais instrumentos de reversão da queda de lucratividade. O uso desses mecanismos tem feito com que a repartição dos lucros se torne uma resposta momentaneamente adequada ao problema da taxa de lucro em queda.

Em algumas ocasiões, há certa reversão na tendência de queda da lucratividade. Mas esse refreamento não elimina a lei, apenas prejudica seus efeitos, que só se tornam claramente visíveis em determinadas circunstâncias e depois de longos períodos, como ocorre agora nos Estados Unidos e em vários países europeus. Ao mesmo tempo, porém, introduz uma inversão nas contradições entre o centro e a periferia.

Como se sabe, uma das novidades da globalização econômica capitalista da segunda metade do século XX seria a possibilidade de acabar com as fronteiras nacionais e com as nações, algo que não havia sido alcançado nem mesmo durante as globalizações coloniais. O capitalismo pós-Segunda Guerra, embora tivesse sido preservado como sistema liberal predominante no mundo, herdara um mosaico de sistemas capitalistas nacionais, além de confrontar-se com um mosaico de sistemas nacionais socialistas. Assim, aquela suposição tem por base a veloz segmentação produtiva internacional e a especulação financeira, que se tornaram doenças aparentemente incuráveis e capazes de derrubar todas as fronteiras. No entanto, na prática, nenhuma delas conseguiu liquidar as barreiras nacionais. E, ao contrário, elas têm produzido maiores tendências de secessões étnicas e nacionais.

Em quase todo o mundo há fortes pressões para o rebaixamento dos salários, a desregulamentação de direitos trabalhistas e a terceirização. Porém, quando alguns países caminham de uma situação de desemprego e de capacidade ociosa para um aumento da capacidade produtiva, podem surgir

casos de estrangulamento, por exemplo, a falta de trabalhadores qualificados. Assim, de uma forma ou de outra, o problema consiste em que todas as possibilidades buscadas pelo capital para aumentar suas taxas de lucratividade agravam as demais contradições nos países em que são efetivadas.

Em termos gerais, a tendência de queda da lucratividade pode ser freada, mas ao mesmo tempo intensifica a desindustrialização, reduz a capacidade aquisitiva da massa salarial, dissemina a precarização do trabalho, estimula o surgimento de crises financeiras e agrava ainda mais a concorrência intercapitalista. Como os capitais financeiros funcionam por meio de alavancagem, um alto retorno é inevitavelmente acompanhado de um alto risco. Contudo, retorno e risco são assimétricos. Essa situação tem implicações sérias no chamado desequilíbrio intrínseco do desenvolvimento global.

As teorias do sistema-mundo, de Wallerstein (1989), e da dependência, de Amin (1986), afirmam que a troca desigual entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, incrementada a partir do chamado estágio do capitalismo industrial, seria uma continuação do processo histórico da pilhagem colonial feita pelos países centrais no processo de acumulação primitiva de capital.

Wallerstein afirmou que a economia mundial consistiria numa divisão axial do trabalho. Num dos lados, o centro, haveria o monopólio. No outro lado, a periferia, haveria competição. A incessante e imprudente busca por acumulação de capital e monopólio faria com que as atividades centrais mudassem o tempo todo, levando à crise cíclica do capitalismo, ou seja, à redução dos lucros. Amin afirma que dentro dessa estrutura, o desenvolvimento na periferia só pode ser um desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Praticamente não haveria esperança para um cenário de capitalismo maduro e autônomo na periferia. A humanidade estaria se movendo no sentido da civilização capitalista, na qual todas as raças seriam gradualmente incorporadas pelos países centrais num sistema econômico mundial, com uma estrutura centro–semiperiferia–periferia, através da qual haveria uma troca desigual. O superávit na semiperiferia e na periferia seria transferido para o centro. Nesse processo, os países centrais se tornariam cada vez mais poderosos, enquanto as nações periféricas se enfraqueceriam.

Esse cenário econômico, social e político era certamente a situação do mundo nos primeiros 14 anos do século XX. Era também parte da civilização capitalista avançada, embora ainda carregada dos vestígios das civilizações que a antecederam. Essa civilização capitalista, que Hilferding (1910), Lenin (1914), Luxemburgo (1916) e outros denominaram imperialismo, jogou papel decisivo nos acontecimentos que levaram a novas divisões coloniais do mundo, até meados do século XX.

Mas essas divisões, e as lutas de classe e nacionais decorrentes, também serviram para começar a limpar a civilização capitalista daqueles vestígios das civilizações anteriores, presentes nas colônias e semicolônias. E embaralharam as relações centro-semiperiferia-periferia. Ganharam realce cada vez maior, tanto nos países capitalistas avançados, no centro, quanto nos países subdesenvolvidos, na periferia, os fatores que levaram o capital imperialista a abandonar, progressivamente, embora não completamente, os procedimentos extra-econômicos, que herdara do processo anterior à sua formação. E, assim, ser obrigado a empregar, cada vez mais, procedimentos estritamente econômicos.

Atualmente, o capitalismo avançado, ou central, se debate para garantir que sua exploração puramente econômica garanta o lucro máximo almejado. Exporta plantas industriais, segmentadas ou não, para países agrários e agrário-industriais, industrializando-os. Com isso, cria novos competidores e se desindustrializa. Tenta transformar o mundo num cassino, produzindo dinheiro fictício dos mais diferentes tipos, mas se submete ao risco de crises financeiras e econômicas cada vez mais destrutivas no próprio centro do sistema.

Essa situação tem levado muitos autores a debater a caracterização da presente fase do capitalismo. Alguns, como Fontes (2005), reconhecem uma modificação brutal na estrutura produtiva do capital, promovida pela revolução tecnológica, pela eliminação da força de trabalho humana e da extensão sem precedentes da divisão internacional do trabalho. Mas ela enxerga um viés laudatório no termo globalização e prefere ver crescentemente retomada a categoria, que supõe mais precisa, de imperialismo.

O problema da retomada da categoria imperialismo consiste, em grande parte, no fato de que a fase atual do capitalismo difere daquela descrita por Hilferding, Lenin e Luxemburgo, no início do século XX. E difere, também, do imperialismo presente até os anos 1970, quando ainda tendia a ocupar territórios como colônias. Se o final da Guerra do Vietnã pode ser tomado como uma inflexão da ascensão para o descenso das revoluções em todo o mundo, ele também pode ser considerado como um ponto de inflexão do imperialismo, tornando cada vez mais difícil a ocupação de territórios e a exploração extra-econômica.

Da mesma forma que o descenso das revoluções não causou a paralisação imediata de todas as insurgências, a inflexão imperialista também não eliminou totalmente as tentativas imperialistas. De qualquer modo, aquela inflexão resultou numa mudança de qualidade no funcionamento do capitalismo central. Talvez por isso, alguns acreditem que a esquerda necessita de uma nova teorização do imperialismo. Seria preciso transcender as limitações da antiga teoria marxista da rivalidade interimperialista por etapas. E permitir

uma apreciação mais completa dos fatores históricos que teriam conduzido à formação de um singular império informal norte-americano. Para eles, estaríamos diante de um novo período imperialista, qualitativamente diferente daquele que poderíamos chamar de imperialismo clássico.

Porém, Hardt e Negri (2000) e Gill (2012) sustentam, ao contrário, que o novo imperialismo não seria mais uma super-hegemonia do imperialismo estadunidense, mas algo desarraigado de qualquer Estado-nação existente. O centro capitalista atual estaria diluído. Ainda manteriam seus Estados nacionais com grande capacidade de ação, mas eles teriam cada vez menos poder de decisão sobre os investimentos das corporações empresariais.

Tais corporações conservariam suas sedes na nação, mas decidiriam seus investimentos sem considerar os interesses nacionais. Elas agiriam de forma ainda mais independente nas nações periféricas onde investem, principalmente quando conseguem uma posição monopolista ou oligopolista. Isto radicalizaria ainda mais a diferenciação entre o imperialismo e a fase atual do capitalismo. Nessas condições, talvez se possa dizer que o capital ingressou e está desenvolvendo uma nova fase de seu desenvolvimento.

Há os que consideram as diferenças entre o imperialismo histórico e a nova etapa da globalização não somente quantitativas. Elas seriam essenciais, com a financeirização sendo sua característica econômica determinante. Harvey (2005) também considera que o nexos Estado-financeiras passou a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento capitalista. O surgimento de um nexos Estado-corporações em torno das questões de pesquisa e desenvolvimento em setores estratégicos para o Estado, como defesa, segurança e espaço exterior, faria com que a caracterização do novo imperialismo se desse em torno da luta pela hegemonia, financeira em particular.

Embora a dimensão militar continue a ser de grande importância, a disputa não mais se daria pelo controle direto sobre o território. No outro extremo, Buchanan (2009) considera que os Estados Unidos atingiram uma superexpansão imperial. Em tais condições, ou bem dobram ou triplicam suas forças de ar, mar e terra, ou começam a se livrar dos compromissos, ou serão levados a um inevitável *Dien Bien Phu*¹. Se os soldados norte-americanos foram levados a seus limites no Iraque e no Afeganistão, como podem policiar o resto do mundo? Não podem. Se duas ou três das promissórias que assinaram forem cobradas, a bancarrota da política exterior dos Estados Unidos será exposta ao mundo.

1. Última batalha da Guerra da Indochina, de 13 de Março a 7 de Maio de 1954.

Tais contradições do Estado norte-americano são, fundamentalmente, as contradições do seu capitalismo e, em certa medida, do capitalismo das demais potências ocidentais e do Japão. Ao expô-las tão cruamente, Buchanan apenas expôs os aspectos conflitantes que emergiram no capitalismo desenvolvido da atualidade. Todas essas relações dialéticas tendem a tornar a luta de classes ainda mais complexa do que era no passado, e introduzem dúvidas ainda maiores em relação à caracterização da atual fase do capitalismo como imperialista.

Talvez por isso também haja os que consideram a *globalização* como uma *nova fase* do capitalismo. Ela seria *qualitativamente diferente do imperialismo*, por atuar fundamentalmente através de procedimentos econômicos, não extra-econômicos. Ainda perdurariam muitos dos aspectos da fase imperialista, da mesma forma que o imperialismo se firmou sem conseguir se livrar, por um período relativamente longo, das formas de livre concorrência.

Convenhamos que a globalização é a forma principal através da qual o capitalismo corporativo empresarial atua nessa fase. Mas ela talvez não seja a que melhor resume todas as características do capitalismo desenvolvido da atualidade. De qualquer modo, a suposição de que esse capitalismo vive uma fase qualitativamente diferente do imperialismo, embora ainda careça de fundamentação, talvez seja um avanço na investigação concreta do capitalismo das grandes potências. Investigação sem a qual as correntes anticapitalistas terão dificuldade de enfrentar os novos tempos.

Mesmo porque, há também os que acham que talvez estejamos ingressando na *última fase do sistema capitalista*, na qual o capitalismo se enfraqueceria justamente ao pretender o domínio absoluto do mundo. Ao tentar fazer isso com base no mercado, na tecnologia e na comunicação, ele aumentaria a pobreza e a riqueza, numa tal contradição e profundidade que, como disse Marx, seria um absurdo.

Certamente, como a tendência de mundialização ou globalização, ela é mais uma das tendências incontornáveis do capitalismo. Mas o fim iminente deste, como antes, ainda suscita dúvidas. Talvez a atual geração não tenha a oportunidade de ver concretizado esse fim. A existência de um número considerável de nações que ainda precisam desenvolver suas forças produtivas, para livrar-se do atraso, indica que o capitalismo, apesar de suas contradições e crises, ainda tem pela frente um vasto território sobre o qual pode se expandir.

Por outro lado, o fracasso do neoliberalismo como receita infalível tem levado à redescoberta do papel e das possibilidades do Estado, como uma externalidade que pode impor alguns rumos ao desenvolvimento do próprio capitalismo e evitar, em certa medida, o caos do mercado. É nesse contexto que, na atualidade, emergem vários projetos de sociedade, algumas limitadas

às determinações do capitalismo, outras retomando as expectativas socialistas, embora numa situação completamente diferente daquela vivida nas crises capitalistas da primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 3

PROJETOS DE SOCIEDADE

★ *Projetos*
para o Brasil

PROJETOS DE SOCIEDADE

Muita gente supôs que os projetos de sociedades socialistas haviam soçobrado durante as reformas do socialismo de mercado chinês e vietnamita e do enterro do socialismo soviético. E que os projetos de sociedades capitalistas seguiriam um caminho ascendente e incontornável com a globalização do modo de produção capitalista. Porém, o período histórico posterior aos anos 1970 assistiu a surpresas inesperadas.

Talvez a mais surpreendente tenha sido o fato de que o capitalismo desenvolvido que emergiu da globalização, visceralmente econômica, foi o capitalismo descrito por Marx em *O Capital*. Desai, que nada tem de marxista, tem razão ao afirmar que foi nesse ponto que Marx recuperou sua relevância. Depois de Adam Smith, sua visão teria sido a única tentativa séria de compreender a dinâmica do capitalismo.

Mas Desai aproveita desse reconhecimento para jogar sobre Marx a ideia de que o modo de produção e a formação social capitalista seriam eternos, por sua natureza revolucionária. Em outras palavras, Desai tentou agregar Marx a um dos pensamentos teóricos mais importantes do capitalismo. Isto é, o de que esse sistema econômico e social seria a coroação do desenvolvimento da humanidade. Portanto, o projeto de sociedade que, por seu caráter revolucionário, perduraria para todo o sempre.

Desai desconsiderou que todos os modos de produção e todas as formações sociais anteriores ao capitalismo demonstraram, em vários momentos de sua evolução histórica, uma natureza revolucionária. Não só porque sofreram mudanças mais ou menos profundas em seu processo histórico, mas fundamentalmente porque, ao chegarem próximas ou a seu ponto máximo de

desenvolvimento, se transformaram em outro modo de produção e em outra formação social, cujos embriões já carregavam consigo.

Foi justamente seu caráter ou natureza revolucionária que impediu tais modos de produção e tais formações sociais de conquistarem a eternidade. Foi isso que os levou ao fim, transformando-os em outros modos de produção e outras formações sociais. No entanto, essa constatação histórica talvez não baste para demonstrar, seja a natureza revolucionária do capitalismo, seja a impossibilidade de sua pretensa eternidade. Afinal, esse modo de produção e essa formação social continuam constituindo um dos mais importantes projetos de sociedade presentes no mundo.

Para avaliar a tese da eternidade dos projetos capitalistas de sociedade, é indispensável analisar com mais atenção o senso comum de que o capitalismo é uma sociedade de classes, destinado à produção perpétua de excedentes. Nessas condições, ele estabeleceria uma conexão interna entre a produção desses excedentes, o crescimento da população e a urbanização, num processo permanente de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Essa suposição deixa à sombra algumas das principais contradições internas do capital. Uma, a contradição que tende o tempo todo a produzir mercadorias-objeto e mercadorias-dinheiro acima da capacidade de consumo do mercado, que inclui a população, a terra, a urbanização e outros fatores externos, ou externalidades, resultando em crises cíclicas econômicas e financeiras destrutivas. Outra, a que tende a elevar a produtividade do trabalho a níveis crescentes, resultando na extração de altas taxas de mais-valia relativa, no descarte contínuo de trabalho vivo e, em sentido oposto, na redução das taxas de lucratividade.

Essas contradições, que fazem parte da natureza do capitalismo, empurraram aqueles capitalismo que acumularam montanhas de capitais excedentes, a partir de meados dos anos 1950, a exportarem parte desses excedentes para países atrasados do ponto de vista capitalista, porque suas sociedades já não produziam a lucratividade necessária à sua reprodução ampliada. Ou seja, seus projetos de sociedade, ao alcançarem um alto nível de desenvolvimento, tendiam a entrar em crise e em declínio, como acontece agora com *way of life* norte-americano e com o *welfare state* europeu.

Essa contingência dos projetos de sociedades capitalistas desenvolvidas propiciou, inicialmente, a emergência de dois grandes grupos de países periféricos capitalistas com projetos próprios de sociedade. Numa série considerável deles, os capitais exportados pelos países avançados permitiram uma industrialização relativamente soberana, em países com governos ditatoriais

que apoiavam as potências capitalistas na Guerra Fria e quente contra o comunismo. Os exemplos mais significativos desse grupo foram o Japão e os tigres asiáticos.

Numa série de outros, embora contando com governos ditatoriais aliados na cruzada anticomunista, os capitais exportados pelos países avançados permitiram a industrialização, mas num processo em que as empresas estrangeiras monopolizaram as economias nacionais e passaram a realizar um intenso processo de exploração das forças de trabalho e das riquezas desses países. Os exemplos mais evidentes desse grupo foram Argentina, Brasil e México, na América Latina, África do Sul e Nigéria, na África, e os novos países industrializados, na Ásia.

Os demais países periféricos continuaram desconhecendo qualquer tipo de industrialização, mas em quase todos eles, numa mistura de modos de produção capitalista e pré-capitalista, vingaram projetos de sociedades com regimes ditatoriais associados à Guerra Fria contra a expansão comunista.

As crises mundiais capitalistas dos anos 1970 e 1980 repercutiram tanto sobre os países capitalistas desenvolvidos, quanto sobre todos os países periféricos, industrializados ou não. Nos países capitalistas desenvolvidos promoveram uma profunda reestruturação empresarial, que incrementou a exportação de capitais a um nível global numa intensidade até então desconhecida. Em inúmeros países periféricos, tanto capitalistas, quanto mistos, propiciaram ondas de mobilização política contra os regimes ditatoriais e contra a exploração externa, promovendo processos de democratização numa série deles.

Esses acontecimentos no mundo capitalista também repercutiram fortemente sobre os países socialistas, cujos processos de desenvolvimento econômico, social e político se confrontavam com obstáculos aparentemente inesperrados. De qualquer modo, os diversos tipos de reestruturação capitalista, que haviam emergido nos anos 1970, se prolongaram por todos os anos 1980 e parte dos anos 1990. Foi no início dessa década que o neoliberalismo se consolidou como a ideologia e a política mestra dos países capitalistas centrais. E foi no decorrer dela que a crise estrutural do capitalismo japonês se firmou como de longo prazo, o socialismo de tipo soviético naufragou, e os socialismos de mercado com características chinesas e características vietnamitas se firmaram. Além disso, conformou-se uma cisão entre os países periféricos que aceitaram as recomendações neoliberais do Consenso de Washington, e os que não as aceitaram, criando uma miríade complexa e diversificada de projetos de sociedade.

Paradoxalmente, num primeiro momento, em muitos dos países periféricos democratizados, foi o neoliberalismo que conquistou as maiorias elei-

torais e impôs suas políticas, fazendo com que seus Estados nacionais capitulassem à teoria do subdesenvolvimento. Todos os países que adotaram as receitas neoliberais amargaram a ação destrutiva dos capitais financeiros e das privatizações selvagens.

Os países que possuíam parques industriais assistiram à sua desagregação e à conformação de grupos industriais estrangeiros funcionando em sistemas de oligopólios e de preços administrados. Os que não tinham indústrias afundaram ainda mais na condição de serem simples exportadores de matérias-primas minerais e agrícolas. Ocorreu não só a deterioração do meio ambiente e dos padrões de vida já baixos dos trabalhadores, mas também, das contradições sociais.

Em quase todos eles, acentuou-se a oposição entre uma classe minoritária burguesa fracionada e uma classe trabalhadora também fracionada. Emergiram tanto classes intermediárias como segmentos sociais excluídos, ou em processo de exclusão dos mercados. Isto é, grupos sociais que não se integravam ao processo de proletarianização. Esse fenômeno assumiu um caráter cada vez mais amplo à medida que o crescimento da economia foi negativo, estagnou, ou atingiu níveis inferiores ao crescimento da população.

Esse foi o caldo de cultura que deu surgimento a diferentes tipos de conflitos econômicos e sociais, seja entre as diferentes frações burguesas, seja entre as diferentes frações trabalhadoras e das demais classes e segmentos sociais. E que criou as condições para diferentes correntes políticas de esquerda participarem das disputas parlamentares e governamentais, mesmo em conformidade com as regras eleitorais impostas pelas classes dominantes.

Por outro lado, sem fazer muito alarde, tornou-se evidente que a Índia, o Vietnã e, principalmente a China, se industrializavam através de imposição de regras e condicionantes às exportações de capitais estrangeiros. Elas incentivavam tais investimentos, mas impunham a eles as áreas onde deveriam atuar, assim como contratos por tempo determinado, tendo em vista o adensamento de suas cadeias produtivas. Além disso, utilizavam o Estado como orientador do mercado e regulador da distribuição da renda. Mantiveram as empresas estatais como instrumentos estratégicos de desenvolvimento industrial, econômico e social. Desfizeram os monopólios estatais e impediram a formação de monopólios privados. Incentivaram a formação de uma burguesia nativa, na perspectiva de acelerar o desenvolvimento das forças produtivas. E passaram a concorrer agressivamente no mercado internacional, tanto com os países capitalistas menores, quanto com as potências centrais.

A exportação de capitais industriais para países agrário-industriais ou simplesmente agrários, associada a uma desindustrialização continuada dos países desenvolvidos, conduziu a mudanças importantes no fluxo das mercadorias. Elevaram-se as importações de bens de consumo provenientes dos novos países industrializados, promovendo déficits na balança de pagamentos de países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos.

A maior parte da renda dos países em desenvolvimento retornava para as nações desenvolvidas. Isso ocorria através da remessa de lucros e dos produtos importados a baixo preço e revendidos a preços maiores. Era o que permitia a existência de um superávit na conta de capital, enquanto os governos assumiam os custos dos déficits, e o sistema financeiro assumia a circulação do capital excedente, através da venda de títulos, seguros e derivativos no mercado internacional.

Assim, à medida que a lucratividade caía nas potências capitalistas, o capital fluía cada vez mais para os países subdesenvolvidos e para o sistema financeiro. No entanto, isso encontraria limites cada vez maiores à medida que os capitais estatais e privados nacionais dos novos países industrializados superavam os capitais estrangeiros em produtividade e inovação e conformavam projetos de sociedades capitalistas emergentes ou de sociedades socialistas com economias de mercado.

Apesar desse processo complexo e diversificado, continuaram fortes as previsões sobre a impossibilidade de os países subdesenvolvidos emergirem como novos países desenvolvidos independentes. Alguns estudiosos afirmavam que as poucas exceções, como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, podiam ser contadas com os dedos de uma mão. Eles acreditavam ainda, que a tendência geral era de desaparecimento das nações e a conformação de um sistema global comandado pelos países desenvolvidos centrais. No entanto, no final do século XX, essas previsões viram-se diante de um quadro nebuloso. Ao invés de reduzir-se, o número de nações cresceu, assim como os movimentos de secessão em várias nações. Ao invés de derrubar as fronteiras nacionais e o sentido de nação, a globalização colocou em campo 193 Estados. Destes, 128 são do Terceiro Mundo, que se transformaram em nações independentes depois da Segunda Guerra Mundial.

Praticamente todos eles buscavam meios de industrializar-se e modernizar-se. Nesse afã, haviam confrontado a oposição feroz das potências capitalistas desenvolvidas, que pretendiam que permanecessem como fornecedores exclusivos de commodities agrícolas e minerais, ou países industrializados dependentes das tecnologias e finanças dos países capitalistas centrais.

Na OMC, cada país passou a ter um voto, independentemente de seu tamanho ou importância. E, dentro dela, um Grupo de 20 (G-20) países passou a complicar o domínio do Grupo dos 7 (G-7), insuflando a concorrência entre os monopólios, entre os países e entre os diversos setores do capitalismo. A industrialização de vários países agrários e agrário-industriais criou ou recriou Estados, governos e burguesias locais, que retomaram parcelas de sua capacidade de controle sobre o capital e demonstraram interesses que nem sempre coincidiam com os interesses das corporações estrangeiras.

O crescimento econômico reapareceu como possibilidade, integrando parte dos excluídos na proletarianização. Por outro lado, a desindustrialização dos países desenvolvidos se agravou à medida que não conseguiram manter em seus territórios os centros de pesquisa e desenvolvimento, que utilizavam como vantagem competitiva para se apropriarem dos excedentes gerados nos países subdesenvolvidos. A emergência de camadas populacionais excluídas nesses países se tornou uma realidade que só os marxistas mais radicais poderiam pensar ser possível.

Além de colocar em dúvida a expansão triunfal do capitalismo, assim como a suavidade e a tranquilidade da globalização, a crise de 1997-1999 decretou a falência do neoliberalismo na América Latina e numa série de países asiáticos e africanos. Ela criou uma situação em que as diversas teorias em curso tiveram que sofrer uma revisão profunda. E abriu a chance de partidos e correntes nacionalistas, socialistas e comunistas assumirem, por via eleitoral, governos de países que haviam sido econômica e socialmente devastados pelas políticas neoliberais.

Desse modo, em termos gerais, na primeira década do século XXI se conformaram, no curso da globalização do modo de produção capitalista, alguns projetos de sociedade que, embora tendo o predomínio e/ou a participação do modo de produção capitalista, guardam diferenças em relação aos projetos existentes no final do século XX. O projeto de sociedade capitalista eterna e global norte-americana entrou em crise e seu declínio não augura qualquer tipo de certeza. O projeto de sociedade capitalista de bem-estar social da social-democracia europeia também entrou em crise e não parece capaz de se recuperar.

Os projetos de sociedades capitalistas em desenvolvimento, ou emergentes, se confrontam com desafios de reformas que aprofundem a democratização econômica, social e política, desfaçam os monopólios e ampliem a redistribuição da riqueza. E os projetos de sociedades de socialismo de mercado, ao mesmo tempo em que avançam em seu desenvolvimento econômico, se confrontam cada vez mais com a luta de classes entre um novo e forte proletariado e uma burguesia ascendente. Além disso, se veem diante da necessidade de

aprofundar a democracia social e política e resolver os problemas ambientais, tanto os herdados do passado milenar ou secular, quanto os que decorreram dos recentes anos de industrialização.

No Brasil, as diferentes propostas revolucionárias que faziam parte do cardápio da esquerda brasileira, tendo por base a submissão do país ao imperialismo, a persistência do latifúndio, e o crescimento do modo capitalista de produção, circulação e distribuição, em especial no Sudeste, com o conseqüente aumento da classe trabalhadora assalariada industrial, entraram em crise. Primeiro, em virtude das reformas capitalistas da ditadura militar, entre os anos 1960 e 1970. Depois, devido a destruição neoliberal, dos anos 1990.

De um lado, havia certo desprezo pelas mudanças estruturais no imperialismo e sua influência sobre a industrialização brasileira. De outro, tomava-se em consideração apenas o movimento mundial de integração do capital, deixando de lado as experiências fracassadas de construção socialista de tipo soviético. Em suma, o projeto democrático-burguês anti-imperialista e anti-feudal não considerou importante a revolução agrícola promovida pela ditadura militar, ao modernizar o latifúndio. E o projeto socialista não levou em conta o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

A situação complicou-se à medida que as táticas de combate das correntes de esquerda contra a ditadura tiveram que incluir alianças com a burguesia para derrotar o regime militar. O que explica, em parte, que durante o declínio da ditadura militar e de transição para o regime democrático, no final dos anos 1970, as forças políticas que fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT) tenham reiterado o socialismo como objetivo, frisando que ele seria construído em compasso com a prática de luta dos trabalhadores. E, ao mesmo tempo, tenham rechaçado qualquer possibilidade de alianças táticas com setores da burguesia, embora na prática essa declaração de princípios tenha sido deixada de lado na luta pelas “Diretas Já!”.

A retirada estratégica da China, em 1979, abrindo espaço para a participação de empresas estrangeiras em seu desenvolvimento, e incluindo reformas que admitiam o funcionamento de empresas privadas e do mercado em sua economia, foi seguida do impacto ainda maior da crise do socialismo de tipo soviético, que desabou no início dos anos 1990. Esses acontecimentos abalaram profundamente o objetivo socialista de grande parte das forças políticas de esquerda no Brasil, dando surgimento a diversas variantes de socialismo, a mais comum sendo a do socialismo democrático.

A imprecisão econômica, social e política dessa proposta, por sua vez, permite que o termo seja utilizado indistintamente por todas as correntes po-

líticas que se autodenominam socialistas, sem responder às questões relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo no país e sua possível transição para outro modo de produção e nova formação social. É a partir dessas considerações que neste capítulo sobre *Projetos de sociedade* procuraremos examinar os problemas e desafios dos principais projetos em curso.

Primeiro, em *Projetos reformistas do capital*, discutimos aqueles que têm em vista a manutenção de sociedades que reformem e eternizem o capitalismo. Depois, em *Reformas socialistas no capitalismo*, discutimos as propostas e as contradições dos projetos que se propõem a introduzir reformas socialistas dentro do capitalismo, humanizando-o. A seguir, em *Socialismo de transição*, sumarizamos os projetos que trabalham a hipótese de reformas e/ou revoluções políticas em países onde o capitalismo ainda não se desenvolveu plenamente e cujos Estados utilizam formas de propriedade social e privada com o objetivo de superarem o capitalismo através do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado. Para dialogar com as hipóteses acima em relação ao estágio de desenvolvimento e da luta de classes no Brasil, primeiro fazemos um *Retrospecto das alternativas brasileiras*, analisando os projetos elaborados desde as primeiras reformas democráticas do país, no final dos anos 1940. Depois, em *Projetos brasileiros atuais*, traçamos um panorama dos diversos projetos em disputa na sociedade brasileira e de suas condições e possibilidades. Finalmente, em *Questões de estratégia e tática*, tendo por base a configuração da sociedade brasileira como uma sociedade de classes, com vários projetos em disputa e com uma nova emergência da luta entre essas classes, procuramos discutir os desafios programáticos, estratégicos e táticos, colocados diante da esquerda e, em especial, diante do PT.

PROJETOS REFORMISTAS DO CAPITAL

Após a crise neoliberal final dos anos 1990, a situação do capitalismo voltou a melhorar a partir de 2002, com o novo ciclo de alta no preço do petróleo. A exportação desse combustível fóssil se tornou o item mais lucrativo em termos de superávit comercial. Em 2005, o superávit dos países exportadores de petróleo alcançou 400 bilhões de dólares americanos, então o dobro do superávit comercial de todos os países da Ásia juntos.

Os investimentos de petrodólares nos EUA, principalmente na compra de bônus do tesouro norte-americano, criaram as condições para o capital sair momentaneamente do ciclo vicioso de crise financeira. No entanto, não eliminaram a emissão excessiva de dólares, nem sua transferência para o capital industrial e para países exportadores de recursos, a causa evidente da crise anterior. A con-

tínua emissão de papéis financeiros e as transferências de ativos de corporações transnacionais para quase todos os países em desenvolvimento, associadas ao crescente endividamento dos Estados capitalistas centrais, resultaram no recrudescimento da crise financeira internacional a partir de 2007.

Para alguns, o derretimento financeiro de Wall Street não era senão uma crise da hegemonia mundial, originada nas contradições internas e numa mudança na história da hegemonia mundial. Harvey conta que, além de comprometer a hegemonia norte-americana, a crise das hipotecas *subprime* levou ao dismantelamento de todos os grandes bancos norte-americanos de investimento. Em todo o mundo, a montanha de títulos hipotecários tóxicos deixou bancos, fundos de pensão e governos locais segurando pedaços de papéis sem valor.

Ou seja, um mundo antes inundado de liquidez deparou-se, de repente, sem dinheiro e inundado por casas, escritórios e shopping centers em excesso, além do excesso de capacidade produtiva e de trabalho sem emprego. A Islândia, cujos bancos haviam especulado nos mercados financeiros, faliu. Em 2009, os países que tinham sua industrialização baseada em exportações, as viram cair em 20%. Na China, as regiões cuja industrialização tinha a mesma base viram-se, em pouco tempo, com mais de 20 milhões de desempregados, obrigando o governo central a remanejar esses trabalhadores para regiões cuja produção tinha por base o mercado interno. Nesse mesmo ano, o FMI estimou em 50 trilhões de dólares os ativos destruídos em todo o mundo.

Na década de 2000 a 2010, os lucros do setor financeiro chegaram a 41% dos lucros corporativos, impulsionados pela aliança do capital financeiro com a elite burocrática governamental. Alguns acreditam que, no caso dos Estados Unidos, teriam sido os interesses comerciais da elite burocrática e dos financistas que desempenharam um papel central na criação da crise, fazendo apostas cada vez mais altas, com o apoio implícito do governo, até a chegada do que Johnson e Kwak (2010) chamaram de inevitável colapso. Desse modo, podemos deduzir que a história da globalização capitalista, num período de 30 a 40 anos, não comporta apenas interpretações diversas sobre as contradições internas do capital. Ela comporta também um processo de reestruturação capitalista que foi da ressurreição triunfal, de meados dos anos 1990, ao *colapso*, do final dos anos 2000.

Parecemos viver mais uma onda de exportação de capitais dos países capitalistas desenvolvidos, com todas as consequências previsíveis e imprevisíveis. Segundo alguns críticos, os Estados nacionais parecem cumprir o papel das cidades, vilas e feudos em sua resistência inicial à aceitação do poder na-

cional central, imposto pelas monarquias absolutas no período de transição do escravismo para o feudalismo.

Nesse sentido, a globalização também seria um processo de concentração do poder político, embora podendo funcionar tanto num sentido, como em outro. A globalização se desenvolveria de forma análoga ao processo de estruturação inicial do capitalismo, porém num cenário que já não é nacional, mas sim global. Isto daria lugar à questão política do governo mundial, um fenômeno que integraria e desenvolveria, em movimento de síntese, a tendência internacionalista e imperialista que emergira na etapa intermediária do capitalismo.

Em contraposição, o fortalecimento de Estados nacionais como os dos chamados países emergentes, principalmente da China, ou o caminho de autodeterminação e defesa da soberania que está sendo trilhado em vários países latino-americanos, colocariam em evidência a confrontação e o desafio ao hegemonismo imperial.

De qualquer modo, para os neoliberais, o coração da questão permanece sendo a transição que os países centrais precisam impulsionar nos serviços financeiros e no livre comércio dos países em desenvolvimento. Se a hegemonia militar liderada pelos Estados Unidos é o hardware, então o software da hegemonia do seu capital financeiro deveria ser o neoliberalismo. Este deveria direcionar sua atenção para as necessidades práticas e ideológicas de desmantelamento das medidas de proteção das nações em desenvolvimento contra a globalização financeira dos países exportadores de capital.

Como dizia Gudin, para a economia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção. É a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços, traduzindo a demanda efetiva das mercadorias e serviços. É evidente que a prática histórica mostrou que os países capitalistas desenvolvidos procuram impor esse ideal às suas economias internas e aos demais países, enquanto adotam, no comércio internacional, práticas protecionistas que nada têm a ver com tal ideal. List havia descrito essa contradição sem qualquer mistificação.

Por isso, mais e mais países em desenvolvimento procuram livrar-se da sina neoliberal. Paulatinamente, se opõem ao cenário de polarização única. Procuram evitar o tipo de relação entre capital e Estado que poderia levar a humanidade a uma alienação ainda mais profunda. Erigem obstáculos à transferência dos desastres causados por certos investimentos capitalistas ao meio ambiente. Resistem cada vez mais à disparidade de ganhos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Procuram evitar serem

forçados a depender de formas de exploração que resultem em pilhagem de seus recursos naturais.

A globalização capitalista tem aumentado a consciência social sobre os perigos de investimentos capitalistas que levam à destruição financeira ou à destruição natural. Colapsos financeiros, da mesma forma que a reação da natureza por meio de desastres climáticos e naturais, causam sofrimentos aos trabalhadores e às camadas populares, tanto nos países em desenvolvimento, quanto nos países desenvolvidos. Essas classes populares sofrem os impactos diretos dos desastres e ainda arcam com os custos institucionais, fazendo com que surjam, tanto nos países centrais, quanto em vários países periféricos, movimentos massivos contra os efeitos da ordem capitalista.

Desde 2011, emergiram movimentos sociais e políticos que deram a impressão de representar um movimento global anticapitalista. Eles começaram na Tunísia, e se estenderam ao Egito, ao Iêmen e ao Bahrein, derrubando ou tentando derrubar ditaduras pró-capitalistas, aliadas dos Estados Unidos. Há estudiosos que colocam os conflitos na Líbia e na Síria como de natureza idêntica, embora eles estejam mais relacionados às disputas geopolíticas do capital.

Depois, as mobilizações e protestos sociais se estenderam à Europa, com greves e ocupações de espaços públicos na Espanha, na Grécia e na Inglaterra. No Chile ocorreram conflitos das mobilizações estudantis com a polícia. Nos Estados Unidos houve o Occupy Wall Street, e na Rússia aconteceram greves operárias. Algumas dessas manifestações populares, nitidamente anticapitalistas, lembram as primeiras manifestações históricas anticapitalistas do século XIX. Apesar de serem alvissareiras, e apesar de haverem se repetido com mais força ainda na Grécia, na Espanha, na Itália, na França, em Portugal, na Alemanha, na Turquia e, em 2013, no Brasil, sua caracterização como um movimento global é exagerada. Isto porque desdenha sua real amplitude, assim como suas características nacionais, que ainda desempenham o papel principal.

De qualquer modo, esse contexto de crise profunda do capitalismo, em especial nos países centrais, e das reações sociais correspondentes, fez com que surgissem concepções diversas sobre a possibilidade imediata de extinção do capital. Mészáros (2002), da mesma forma que Kurz (1992), antes dele, avalia que o denominador comum de todas as tentativas fracassadas de superação do capitalismo, a despeito de suas diferenças, consistiu em que elas tentaram atingir seus objetivos dentro da base estrutural da ordem sociometabólica estabelecida, isto é, da base estrutural do próprio capitalismo.

Para ele, mesmo que a derrota do capitalismo possa ser atingida, isto será *instável*, porque tudo que pode ser destruído pode também ser restaurado. A

verdadeira – e muito mais difícil – questão seria a necessidade de mudança estrutural radical. Isto é, a *completa erradicação do próprio capital do processo metabólico* da reprodução societária. Todas as tentativas para *controlar* as várias funções do capital em uma base duradoura teriam falhado em virtude de sua incontrolabilidade estruturalmente arraigada. Portanto, para ver-se livre do capital, seria preciso que ele fosse completamente erradicado, de acordo com o que seria o significado central do trabalho de toda a vida de Marx.

Na mesma linha, quase todas as análises sobre o possível final do capitalismo o relacionam apenas aos crescentes danos que o capital causa ao mundo do trabalho, à vida humana e à natureza, desconsiderando as notáveis forças produtivas que o capitalismo produziu. E procuram associar Marx a tal visão niilista. No entanto, este pensador enxergava os limites do capitalismo justamente na contradição entre o alto desenvolvimento das forças produtivas e a apropriação privada delas.

As forças produtivas criadas pelo capital devem chegar a um ponto em que sejam capazes de libertar os trabalhadores do trabalho obrigatório para sua sobrevivência, de atender a todas as necessidades humanas e de recuperar a natureza destruída pela voracidade de lucros. Porém, enquanto forem apropriadas privadamente, elas impedem a própria sobrevivência humana através do trabalho, reduzem cada vez mais a capacidade do mercado consumir os produtos fabricados e intensificam a destruição da natureza. Portanto, para Marx, a questão-chave para superar o capitalismo consistia na apropriação social das forças produtivas.

Para complicar os termos dessa equação, Marx e Engels (1973) acrescentavam que nenhuma formação econômico-social seria superada antes que houvesse esgotado todas as suas possibilidades de desenvolvimento. Ou seja, para que o capitalismo pudesse ser superado, ou erradicado como quer Mézáros, ele precisaria haver desenvolvido as forças produtivas a um estágio em que elas praticamente não mais necessitassem de trabalho vivo direto para realizar a produção.

Os robôs, computadores e outros mecanismos automatizados, ainda não existentes na época de Marx, apontam a possibilidade de substituírem o trabalho humano, que ficaria livre para usufruir da liberdade de estudar, desenvolver as ciências, as tecnologias e as artes. Ou seja, livre para fruir do mesmo tipo de ócio que levou os escravistas gregos e chineses a criarem a escrita, a filosofia, a geometria, a matemática e diversas outras artes. Com a vantagem de que não mais precisariam escravizar outros seres humanos para produzirem seus meios de subsistência. O que significa que tais forças produtivas também

teriam atingido uma capacidade de atender às necessidades de todos os membros da sociedade e evitar a destruição da natureza. E Marx alertava que, mesmo que tais condições já existissem, seria necessário um período de transição para reorganizar a sociedade, extinguir o Estado e tornar a democracia algo tão corriqueiro e entranhado que podia perder seu sentido atual.

Em outras palavras, partindo desses pressupostos de superação ou erradicação do capital, mesmo que revoluções socialistas ou comunistas sejam realizadas em países capitalistas de desigual desenvolvimento das forças produtivas, as novas formações sociais resultantes dessas revoluções terão que conviver, durante algum tempo, com a propriedade privada para completar o desenvolvimento das forças produtivas.

Atualmente, o desenvolvimento das forças produtivas nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Suécia, Noruega e Dinamarca parecem estar se aproximando daquelas condições para uma possível superação ou erradicação do capital. Nos demais países do mundo, as distâncias para alcançar tal tipo de desenvolvimento variam de imensas a relativamente grandes. A China, mantido o desenvolvimento de seu socialismo de mercado num ritmo relativamente equilibrado, talvez necessite de uns 50 a 100 anos para alcançar tal estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Dependendo da evolução da situação internacional, países com territórios e populações menores talvez consigam realizar tal salto no desenvolvimento das forças produtivas em períodos menores. É evidente que mudanças revolucionárias naqueles países de capitalismo avançado poderiam mudar o quadro internacional para melhor e favorecer um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas nos demais países do mundo, mas esta continua sendo uma hipótese entre muitas no processo de evolução e transformação do capitalismo em outra formação social.

Na prática, a erradicação do capital ainda não foi conseguida em parte alguma e, onde foi tentada, fracassou. É isso que tem permitido aos teóricos dessa formação social proclamarem o *fim da história* e, em consequência, a *eternidade do capital*. Eles ainda podem alegar que o capitalismo tem demonstrado uma imensa capacidade para se recuperar das crises cíclicas, apesar das tenebrosas destruições causadas por elas. Com a vantagem de que, segundo Desai e outros, a cada crise cíclica, o capital tem conseguido elevar a novos níveis sua capacidade produtiva, colocando em evidência seu *caráter revolucionário*, mesmo quando parece tender para a estagnação do tipo imperialista.

No momento, o capital não só predomina nos países capitalistas avançados, nas nações em desenvolvimento e nos Estados subdesenvolvidos, mun-

dializando-se ou globalizando-se cada vez mais. Ele também sobrevive nos países de socialismo de mercado, onde luta para superar as empresas estatais, subordinar o Estado, e se tornar predominante.

Porém, apesar disso, os teóricos da eternidade capitalista sofrem do mesmo mal dos teóricos da erradicação imediata do capital, como condição de sobrevivência da humanidade e do próprio planeta. Eles não enxergam no caráter revolucionário do capital justamente aquilo que impede sua eternidade. Não se dão conta de que a contradição entre o desenvolvimento técnico científico das forças produtivas e o crescente e inarredável descarte da força de trabalho, torna progressivamente absurda a apropriação privada por uma minoria da sociedade em contraste com a pauperização da maioria. Cria, pois, situações sociais e políticas conflituosas que obrigam o capital, seja no centro do sistema, seja na periferia, a realizar reformas, ou a submeter-se a rebeliões e revoluções dos expropriados de meios de produção e de trabalho.

Reformas capitalistas no capitalismo têm se realizado desde que esse modo de produção surgiu na história da humanidade. Primeiro, através da junção do capital, acumulado primitivamente, com a força de trabalho expropriada de seus meios de produção e tornada livre para ser vendida no mercado, como ocorreu na Inglaterra do século XVI. Depois, com as mudanças técnicas e organizacionais que levaram à transformação da manufatura em indústria, como ocorreu com a revolução industrial do século XIX.

Tudo isso, embrulhado ou embaralhado com reformas e revoluções sociais que levaram o capital a se transformar na força econômica e política predominante, como na Revolução Gloriosa inglesa, do século XVII, na Guerra de Independência americana e na Revolução Francesa do século XVIII, e na Guerra de Secessão norte-americana, na reforma de Bismarck e na restauração Meiji, do século XIX. Tudo isso permitindo à burguesia, a classe capitalista por excelência, conformar a sociedade capitalista teoricamente baseada na igualdade, liberdade e fraternidade.

Todas as mudanças posteriores ocorridas dentro do capitalismo, seja como modo de produção, seja como formação social, compreenderam lutas dentro da classe capitalista e lutas de classe entre os capitalistas e as demais classes existentes em cada sociedade do mundo. Pode-se considerar o capitalismo como o modo de produção mais competitivo e conflituoso de quantos existiram na história humana.

O capitalismo inglês se impôs como capitalismo imperial na guerra não só contra os povos colonizados, mas também contra os capitalismo francês e holandês, e contra as potências feudais portuguesa e espanhola. O capitalismo

norte-americano começou a se impor como capitalismo imperial nas guerras contra a potência feudal espanhola e nas guerras de repartição da China. O capitalismo alemão seguiu o mesmo caminho ao colonizar parcelas da China, da Oceania e da África e impor à França, à Inglaterra e à Rússia a guerra na própria Europa. A Primeira e a Segunda Guerra mundial foram as tentativas mais trelouçadas dos capitalismo imperialistas para dividir o mundo entre si, tendo como resultado o contrário do que desejavam.

Dentro de cada país capitalista, muitas das reformas e revoluções que fizeram avançar o capitalismo foram realizadas contra a vontade da expressão social do capital, a burguesia. As mudanças e inovações técnicas sempre ocorreram em decorrência da concorrência entre os capitalistas. As mudanças que reduziram as jornadas de trabalho, proibiram o trabalho infantil, deram a cada pessoa o direito de voto, proporcionaram o direito de voto às mulheres, introduziram as férias remuneradas, e permitiram o direito de formação e atuação legal de sindicatos e de partidos operários, social-democratas, socialistas e comunistas, foram conquistas dos trabalhadores e da pequena-burguesia. Conquistas que tinham por base os preceitos burgueses de liberdade, democracia e igualdade.

Em outros casos, foram mudanças capitalistas introduzidas pelo Estado, que nem sempre tinha o domínio da burguesia. No Brasil, por exemplo, muitas das reformas capitalistas foram introduzidas, a partir dos anos 1930, pelo Estado, não só contra os latifundiários, mas também, em parte, contra setores da própria burguesia. O Estado resultante da Revolução Liberal de 1930 foi hegemônico por setores latifundiários conscientes da necessidade da industrialização e de tratar a questão operária como questão social. Esses setores tinham em conta a experiência da Primeira Guerra mundial e da Revolução Russa, e estabeleceram uma legislação trabalhista tendo como eixo a paz social, proclamada por Leão XIII, para evitar revoluções comunistas.

O Estado brasileiro, embora sob o domínio de frações progressistas da classe latifundiária, se tornou então o principal indutor da industrialização, mas evitou realizar reformas capitalistas no campo e reformas burguesas na política, caracterizando-se pela constituição de um sistema político de tendência fascista, com alto grau de repressão policial e militar às reivindicações de liberdades e democracia. Algo idêntico ocorreu na Turquia, após a Primeira Guerra, assim como no México, na Argentina e no Chile, antes da Segunda Guerra.

A articulação entre o Vaticano e o capital, nos anos 1930 e 1940, independentemente do regime político estabelecido, tendo como eixo principal a paz social, visava domesticar a natureza animalésca do capital, inculcar a crença

de um Estado protetor dos direitos sociais dos trabalhadores, e evitar a emergência de novas revoluções sociais comunistas. No entanto, a experiência demonstrou que a essência do capital, ao revolucionar constantemente os meios de produção para elevar a produtividade, tendia a reduzir o emprego da força de trabalho, aumentar a produção, elevar a taxa de mais-valia relativa, aumentar o desemprego e, contraditoriamente, reduzir a taxa média de lucro.

Ou seja, tendia a mergulhar num processo ainda mais intenso e conflituoso de concentração e centralização de capitais monopolistas, crises financeiras e econômicas, desemprego e lutas de classes. A Segunda Guerra e os conflitos regionais posteriores, que foram muito intensos pelo menos até meados dos anos 1970, são exemplos significativos das tendências principais do capital e de suas reformas.

Paradoxalmente, nesse mesmo período, na Europa Ocidental foram estabelecidos Estados de bem-estar social, com a nacionalização de empresas e a instituição de amplas liberdades públicas e de direitos democráticos. A burguesia europeia, com o apoio da burguesia e do Estado norte-americano, erigiram uma fortaleza social-democrata para se contrapor ao avanço socialista de tipo soviético na Europa.

A nacionalização ou estatização de empresas estratégicas seguia o padrão de participação do Estado na economia, que tomara vulto na Primeira Guerra e se consolidara como instrumento de coordenação capitalista durante a Segunda Guerra. Tinha por objetivo reforçar o Estado, garantir e impulsionar a propriedade capitalista, estender os direitos sociais aos trabalhadores e impedir que os comunistas chegassem ao governo. Assim, apesar da extensão democrática formal, toda vez que se apresentou a possibilidade dos comunistas conquistarem o governo, como na Grécia, Itália e França, a burguesia não titubeou em adotar medidas extremas de contenção política, policial e militar.

Na Ásia, especialmente em virtude da vitória da Revolução Chinesa, em 1949, as reformas capitalistas no capitalismo ganharam uma intensidade quase tão forte quanto na Europa. A Índia se aproveitou da rivalidade da Guerra Fria para arrancar concessões de ambos os lados e ingressar num processo de industrialização em que as empresas estatais assumiam o risco de empreendimentos de retorno lento, como infraestrutura e siderurgia, enquanto as empresas privadas desenvolviam os demais setores.

O Japão, subordinado ao comando militar norte-americano, realizou uma reforma agrária, sendo seguido por Taiwan e Malásia. Além disso, com recursos norte-americanos do Plano Colombo e com as demandas da Guerra da Coreia, o Japão, Taiwan, Hong Kong e Cingapura se industrializaram rapidamente, logo

depois seguidos pela Coreia do Sul, tendo por base sua própria burguesia nacional. Os tigres asiáticos emergiram, assim, no contexto de reformas capitalistas exigidas pela Guerra Fria e pelo bloqueio econômico, político e militar à China.

Posteriormente, em virtude das demandas da guerra do Vietnã, não só os tigres asiáticos continuaram se desenvolvendo como nações independentes, embora aliadas dos Estados Unidos, mas também outros países asiáticos, como a Indonésia, Tailândia e Malásia ingressaram em processos de industrialização, com maior participação direta de capitais estrangeiros. Essa parece ser uma situação diferente da que existiu em vários países da África. Estes atravessaram as décadas de 1960, 1970 e 1980 sob o impacto das destruições causadas pelas guerras de libertação nacional, pela sucessão de golpes militares sangrentos, pelos conflitos étnicos e pelo continuado esforço das antigas potências colonizadoras em manter em funcionamento seus mecanismos de extração de lucros suplementares nas relações de troca com suas antigas ex-colônias e com os demais países do continente.

Kaplan (2000) havia previsto que a África iria mergulhar ainda mais fundo no pântano da violência. No entanto, justamente a partir daí, aproveitando a emergência dos tigres asiáticos e, principalmente, da China, alguns dos países africanos começaram a aplicar políticas de atração de investimentos externos com condicionalidades industrializantes, instaurando vias de desenvolvimento capitalista autônomo. Essas políticas se intensificaram, produzindo uma situação em que países até então considerados inviáveis passaram a ser viáveis, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e político.

A África do Sul, em especial após o fim do *apartheid*, tornou-se um dos países emergentes de maior evidência. E Angola, Costa do Marfim e Quênia apresentam taxas de crescimento impensáveis não faz muito tempo. A renda real *per capita* no continente, segundo August (2013), aumentou em mais de 30%, enquanto o PIB deve subir a uma média de 6%. Nos últimos anos, as matrículas no ensino médio cresceram 48%, as mortes por malária caíram cerca de 30%, e as infecções causadas por HIV foram reduzidas em mais de 70%. As guerras diminuíram, assim como o número de golpes de Estado e as desigualdades na população africana de um bilhão de pessoas. Em vários casos, embora o papel do Estado seja um dos fatores mais fortes do processo de desenvolvimento, as reformas tem caráter predominantemente capitalista.

Em sentido inverso, mas tão paradoxalmente quanto os resultados das reformas capitalistas na África, são os resultados das reformas capitalistas nos países desenvolvidos. Krugman (2013) reconhece que, nesses países, chegou o momento de reconhecer que, na relação entre o capital e o trabalho, são os

robôs que estão ganhando a guerra contra os trabalhadores. Há um aumento crescente da automatização e uma correspondente redução da força de trabalho, diminuindo a massa salarial e ampliando a dívida dos assalariados para manter os altos índices de consumo.

Paralelamente, o aumento do capital constante, ou do trabalho morto, tende a reduzir a taxa de lucratividade, o que empurra o capital a deslocar suas fábricas para países e regiões com força de trabalho mais barata, e a aumentar a utilização de dinheiro fictício para arrancar lucros através da especulação financeira. Desse modo, nos países capitalistas centrais as reformas capitalistas estão levando a uma desindustrialização. Embora muitos teóricos capitalistas considerem que isso é um efeito positivo do grau de desenvolvimento técnico, e que os empregos perdidos na indústria serão substituídos por empregos nos serviços, na prática o que existe é uma redução da força de trabalho no conjunto da economia.

Portanto, nos países capitalistas centrais, os principais problemas são aqueles relacionados com o desemprego estrutural, isto é, um desemprego permanente, sem seguridade social e com perda escalonada de acesso à renda, moradia, saúde, educação e outros serviços públicos e privados. Não é por acaso que uma das principais promessas de Barack Obama era a reforma do sistema de saúde e a criação de novas oportunidades de trabalho e renda.

A exploração e produção do gás de xisto pretende ser uma alternativa à dependência dos Estados Unidos às importações de petróleo e gás, ao aumento do desemprego, à queda das receitas do Estado e às crescentes demandas dos pobres. No entanto, o que aparenta ser um grande avanço tecnológico nessa exploração parece estar se apresentando como uma ameaça ainda não devidamente avaliada sobre o meio ambiente e a vida das populações nas regiões de sua exploração e produção. Por outro lado, se tal exploração representar realmente um avanço tecnológico importante, certamente agravará a preponderância dos robôs sobre a força de trabalho humano.

Nos países centrais europeus os problemas são de igual natureza, agravados pela crise financeira dos Estados. Nessas condições, as reformas capitalistas nos países centrais dificilmente resolverão os problemas com os quais seu capital se defronta na atualidade. As medidas que estão sendo adotadas pelas empresas norte-americanas e europeias devem elevar seu grau de inovação tecnológica. Portanto, devem elevar também o descarte da força de trabalho e, portanto, exigir cada vez mais que o Estado, em cada um desses países, se transforme num Estado beneficente, embora a maior parte de suas burguesias, em especial a estadunidense, considere que qualquer programa de benefícios

sociais é um perigo socializante inadmissível. Uma fuga para a frente no sentido de aliviar essa situação pode ser a exportação de forças de trabalho dos países centrais para os países periféricos, algo que aliás já vem ocorrendo.

Nos países capitalistas periféricos, por outro lado, os principais problemas estão relacionados a uma industrialização soberana e competitiva, que admita a presença de corporações transnacionais, mas propicie um desenvolvimento capitalista nacional. Ao contrário das reformas neoliberais, que afundaram vários países da América Latina e da África em desastres profundos, as reformas capitalistas nesses países visam reconstruir as indústrias, aumentar as taxas de emprego, combater a pobreza e a miséria, e elevar seu grau de competitividade no mercado internacional.

Mesmo naqueles países em que socialistas ganharam as eleições, em coalizão com correntes nacionalistas e progressistas, as reformas almejadas não têm ido além desses limites burgueses. No entanto, mesmo sendo reformas capitalistas, enfrentam a oposição dos monopólios e oligopólios estrangeiros e nacionais, tanto industriais, quanto financeiros, agrários e comerciais. E podem ter que enfrentar a disposição dos trabalhadores e outras camadas populares de instituírem, paralelamente, reformas de tipo socialista, tanto no Estado, quanto na economia e nos demais aspectos da vida social.

O mundo se defronta, assim, com uma situação completamente diferente daquela em que as contradições entre os países capitalistas desenvolvidos os levou à guerra mundial por uma divisão extra-econômica colonial do mundo. Embora o perigo de guerras continue presente, na atualidade nos defrontamos com cenários ainda mais complexos, inclusive para a deflagração de guerras.

No capitalismo central, as reformas capitalistas se tornam cada vez mais difíceis, tendendo a agravar as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e o uso da força de trabalho, e entre a apropriação privada da riqueza e a miséria social. Já nos países capitalistas periféricos, as reformas capitalistas podem combinar, em certa medida, o desenvolvimento das forças produtivas com o desenvolvimento social. Essa combinação enfrenta uma feroz resistência de setores burgueses neoliberais e liberal-conservadores, o que pode levar a luta de classes a evoluir justamente no sentido contrário do que pretendem tais setores, como muitas vezes tem ocorrido na história.

Essas situações, porém, mesmo que ocorram em períodos historicamente convergentes, continuarão a ocorrer de forma desigual e mesmo descombinada, em geral impondo suas condições nacionais ao que se pode considerar um processo global. Isto foi o que ocorreu com a era do imperialismo e das revoluções nacionais, em alguns casos tendo à frente partidos operários e

comunistas. E isso deve continuar ocorrendo nessa era de globalização, que ainda não retomou seu curso de grandes mobilizações, reformas e revoluções sociais e políticas. É verdade que as contradições do modo de produção capitalista em cada formação social do planeta empurram o capital a realizar um revolucionamento constante das ciências e das técnicas, assim como da força de trabalho. Mas elas se dão de forma desigual, em cada nação, obrigando o capital a viver entre a cruz e a caldeirinha.

Por um lado, ele tem que proclamar seu compromisso com a ampliação dos círculos de participação democrática no Estado. Por outro, em sentido contrário, ele tenta transformar o Estado em guarda pretoriana da propriedade capitalista. Portanto, queira ou não, cria permanentemente novas condições para a luta de classes, que tende a assumir cada vez mais um sentido anticapitalista.

Em tais condições, os projetos de sociedades capitalistas avançadas, seja do *way of life* norte-americano e da civilização anglo-saxã centro-europeia, seja da civilização social-democrata norte-europeia e da civilização neoconfucionista japonesa, estão em declínio, sem que tenha emergido algum projeto consistente para substituí-los. Embora os teóricos mais realistas do capital admitam tal declínio, eles continuam achando que o próprio capitalismo será capaz de reinventar-se, principalmente tendo em conta a possibilidade de algum país periférico se erguer como um país capitalista desenvolvido. O que não é impossível, no atual estágio histórico da sociedade humana.

REFORMAS SOCIALISTAS NO CAPITALISMO

Em termos gerais, pode-se dizer que o mundo atual comporta, predominantemente, projetos de sociedades capitalistas. No entanto, ao contrário do que pensam alguns teóricos, não é um mundo plano. Há sociedades capitalistas desenvolvidas, sociedades capitalistas em desenvolvimento e sociedades capitalistas atrasadas. E, para tornar o mundo ainda mais enrugado, há sociedades de socialismo de mercado, e pelo menos uma em que ainda vigora um socialismo de tipo soviético.

Portanto, embora as contradições do processo de desenvolvimento de cada um desses tipos de sociedade decorram principalmente da presença do modo de produção capitalista, o socialismo aparece não só como produto das contradições inerentes ao capital, mas também pelo fato externo de que se mantiveram sociedades que se proclamam socialistas. Em todas essas sociedades estão presentes as tendências de luta entre o capital e o trabalho em torno da apropriação da mais-valia e, em grau variado, as demais tendências próprias do

modo de produção capitalista e os acontecimentos das sociedades socialistas.

Nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, a acumulação do capital tende a elevar sua concentração e centralização, assim como a monopolização da economia e do poder político, a um estágio muito mais elevado do que nas demais. Paradoxalmente, isso aguça a concorrência entre as grandes corporações empresariais e entre as várias frações do capital, e cria situações esdrúxulas entre os direitos democráticos formais e os direitos reais, seja na privacidade individual, seja na participação do povo nos organismos de poder.

Nessas sociedades o capital constante, isto é, o trabalho morto, acelera a substituição da força de trabalho pelas máquinas automáticas, intensificando a pauperização absoluta e relativa da força de trabalho e conformando exércitos populacionais de reserva, nos quais grande parte tende a se tornar totalmente excluída do mercado. Essa situação é agravada ainda mais pela queda de lucratividade do capital, que o obriga a emitir capitais fictícios e a exportá-los, juntamente com capitais produtivos, para países agrários e agrário-industriais onde possam extrair lucros especulativos e mais-valia absoluta e relativa.

A terceira revolução industrial ou tecnológica, de transição das ciências como instrumentos de conhecimento, para as ciências como instrumentos de resultado, tem acelerado esse processo. A radical mudança na técnica industrial e agrícola de produzir, cada vez mais alijando os homens da necessidade de produzirem diretamente os produtos industriais e agrícolas que necessitam para sobreviver, aponta para a possibilidade positiva da humanidade libertar-se da necessidade de se subordinar a trabalhos exaustivos.

No entanto, sob o domínio do capital, essa liberdade permitida pela profunda revolução científica e tecnológica do capitalismo representa a degradação dos trabalhadores, e a criação de um absurdo civilizatório sem paralelo na história da humanidade. As promessas de que os homens se tornarão capazes de criar um sistema em que o conhecimento suprirá diretamente as necessidades do metabolismo humano com a natureza, sem a intermediação de máquinas industriais e agrícolas, não passam de publicidade enganosa para fazer com que os deserdados aguardem passivamente que tal revolução técnica e científica se realize e os liberte.

Na prática, esses movimentos objetivos do capital entram em contradição com suas promessas e perspectivas subjetivas. Eles têm agravado suas tendências de mergulhar em crises cíclicas, levar seus Estados a situações de inadimplência, criar enormes massas de desempregados e miseráveis, e tornar visível a brutal contradição entre a riqueza e a capacidade técnica acumuladas em algumas poucas mãos e a crescente pobreza que se estende a camadas cada

vez maiores. A minoria de proprietários de meios de produção passa a viver crises continuadas de realização, ou circulação de suas mercadorias, enquanto a força de trabalho excluída só consegue sobreviver se aquele grupo de proprietários distribuir como esmola, através do Estado, e/ou diretamente, parte da produção e da riqueza acumulada.

Em tal estágio de alto desenvolvimento das forças produtivas, a única forma possível de solução do grau alcançado pelas contradições do capital consiste na realização de reformas ou revoluções socialistas que transformem a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Essas sociedades socialistas de transição, para evitar o retorno à situação anterior, deverão reduzir paulatinamente a troca mercantil, eliminar o dinheiro e o mercado, e extinguir o Estado. Para isso, precisarão organizar a administração da produção, da distribuição e do trabalho ainda porventura necessário, e elevar a um patamar massivo a produção e o acesso cultural, científico e tecnológico, para o contínuo desenvolvimento das forças produtivas e a completa liberação da força humana para usufruir o trabalho como uma simples necessidade de sua condição humana.

Neumann (2012) reconhece que há um mau funcionamento do mercado e do Estado, em especial quando os lucros são privatizados e as perdas são socializadas, como acontece na crise dos bancos. Isso mina as bases do capitalismo. Outros analistas do capital sugerem que as empresas devem ganhar, mas também responder pelos riscos. Acreditam que, se as coisas não acontecerem dessa forma, a democracia estará ameaçada.

As classes médias terão a impressão de que uma pequena elite está cada vez mais ausente, encerrada em um mundo próprio indolor, abrindo condições para que os defensores de um socialismo estatista, de medidas restritivas por parte do Estado, e de mecanismos irracionais de redistribuição ganhem espaço. Em outras palavras, esses teóricos do capital culpam os excessos dos indivíduos que arriscam a economia de mercado em seu conjunto, e são incapazes de dizer que tais indivíduos não são os executivos, mas sim a burguesia proprietária das corporações capitalistas.

Apesar disso, as expectativas de que reformas ou revoluções socialistas se realizem em um ou em vários dos países capitalistas desenvolvidos ainda são muito tênues. Vários autores marxistas têm depositado grandes esperanças nos movimentos e mobilizações massivas que emergiram no ano 2011 e que, em certa medida, continuam se replicando nos Estados Unidos e em países europeus centrais. Acreditam que o movimento Occupy Wall Street, que colocou em pauta a contradição entre o 1% de ricos e donos do capital e os 99% de destituídos, e

mobilizou massas populares consideráveis em inúmeras cidades daquela cidade do capitalismo, pode se transformar em sólido movimento anticapitalista.

Alguns deles têm se dado conta dos limites desses movimentos, por expressarem principalmente sua negação à ordem vigente, sem apresentar a perspectiva de algo que a substitua. Outros consideram que isso constitui justamente o ponto forte desses movimentos. Estaria superada a época em que era necessário contar com fortes organizações partidárias de esquerda para resolver os problemas teóricos e práticos que a luta de classes faz emergir, assim como a questão do poder político.

A experiência dos partidos comunistas e dos Estados socialistas, assim como dos partidos e dos Estados social-democratas, teria demonstrado que organizações partidárias e o poder político tendem, por sua própria natureza, a se transformarem em organizações totalitárias, ou em organizações submissas. Não seria por acaso, portanto, que grande parte dos participantes dos movimentos massivos nos Estados Unidos e na Europa desenvolvida eram contrários aos partidos e a qualquer participação no poder político.

Outros afirmam que estamos em pleno processo de revolução democrática. Prova disso seria o fato dos espanhóis chamarem seu movimento de democracia real, por colocar em julgamento o marco normativo neoliberal. Tal democracia real implicaria dar aos cidadãos o direito de mudar o marco normativo legal, quando este fosse contrário ao que significa a democracia, seja forçando os governos a favorecer o crescimento econômico e manter o emprego, ou, caso isso não aconteça, realizar uma explosão social e política que rompa o marco normativo em que nos encontramos.

Eles deixam de lado a necessidade de superação do capitalismo, a não ser que os governos deixem de favorecer o crescimento econômico e o emprego, como antes fez a social-democracia. Além, eles predicam que será preciso uma coordenação nacional e internacional do movimento social, de modo que a população supere o momento de resignação que vive no seu cotidiano. Seria preciso a institucionalização da autonomia diante do sistema, pois não seria mais possível apoiar-se nos partidos políticos, sendo necessário inventar uma alternativa crível e viável.

Ao invés de pregar a criação de partidos que recoloquem na ordem do dia a superação do capital e do sistema, resgatam uma experiência autonomista que resultou em nada, em todos os lugares em que foi tentada. E, na mesma linha de raciocínio, sustentam que as antigas formas de socialismo estariam esgotadas, fazendo com que haja tanto uma grave crise do neoliberalismo, quanto da alternativa social. Descartam a possibilidade de novas formas de so-

cialismo, no momento em que o capitalismo desenvolvido aponta justamente para a necessidade cada vez mais imperiosa de tornar social a propriedade dos meios de produção e a apropriação da riqueza.

E pretendem que os intelectuais se obriguem a realizar, por um lado, uma análise da situação e, por outro, estejam sintonizados com os movimentos sociais na redefinição dos critérios de um mundo pós-capitalista. Esse mundo que para eles, como vimos, não deveria ser socialista, nem significar o que chamam de regressão nas liberdades individuais. Deveria significar que a burguesia continuaria livre para fazer o que bem entendesse, considerando que a transformação da propriedade privada em propriedade social significará, necessariamente, uma regressão para a burguesia.

Vista desse modo, a ideia de que seja possível favorecer o desenvolvimento das capacidades de cada um, para poder viver uma vida humana em harmonia, livre e dinâmica, conforme estabelecia o socialista francês Proudhon (1846), que fazia da própria força coletiva a essência da sociedade, não passará de uma ideia frouxa.

Mesmo assim, alguns pensadores têm certa razão quando enxergam os levantes e revoluções populares como movimentos objetivos, com um forte viés de espontaneidade, que emergem basicamente como negação ou oposição à ordem estabelecida, mesmo que aparentemente com foco naquela negatividade que lhes aparece como mais absurda. Nos Estados Unidos, o foco foi a concentração da riqueza e do poder em 1% da população, e a salvação dos bancos que geraram a crise e na Europa, a salvação dos bancos e o absurdo do desemprego.

Esses pensadores, aparentemente, procuram se precaver contra aqueles agrupamentos partidários que se supõem deterministas na eclosão de movimentos revolucionários e aos quais todos deveriam subordinar-se automaticamente. No entanto, estão equivocados ao se contentarem com os levantes espontâneos de massa e acreditarem que tais levantes, no próprio curso de seu movimento, serão capazes de resolver os problemas teóricos e práticos de seu desenvolvimento, da transformação dos movimentos negativos das grandes massas em movimentos positivos de transformação econômica, social e política.

Em algum momento esses movimentos terão que enfrentar a questão da organização de partidos e a da tomada do poder, tendo por base as experiências positivas e negativas do passado. A experiência histórica tem mostrado, por um lado, que os partidos de trabalhadores e populares são instrumentos fundamentais tanto para captar as tendências de luta das grandes massas da população, quanto para apontar soluções teóricas e práticas para fortalecer tal luta, e orientar seu desenvolvimento no sentido de resolver a questão-chave do Estado.

Não é por acaso que o capitalismo norte-americano sempre se dedicou a impedir qualquer organização partidária popular, socialista ou comunista, em seu território. Ele é extremamente eficaz tanto em aparentar leniência com a presença e a atividade individual e acadêmica de estudiosos e pensadores marxistas, quanto de mantê-los dispersos e esmagar qualquer tentativa de organizar-se como força política, ainda mais se tiver como meta a conquista do Estado e a superação do capitalismo. A experiência dos Panteras Negras é rica quanto às formas desagregadoras que o Estado norte-americano utiliza para evitar a construção de partidos revolucionários. Por outro lado, a história dos partidos democrata e republicano é rica em mostrar a importância que o capital americano dá à organização partidária e ao Estado, como guardião do modo de produção e da formação social capitalista.

A experiência europeia ocidental é relativamente diferente. As inúmeras rebeliões e revoluções operárias ocorridas nessa região desde os anos 1830, assim como as guerras imperialistas da primeira metade do século XX, impuseram à burguesia um tipo de ordem estatal e civil em que parece impensável utilizar os métodos hipócritas da burguesia e do Estado norte-americano. Este nunca permitiu reformas socializantes ou públicas, nem mesmo no sistema de saúde. Conta com parte do apoio popular para instituir abertamente sistemas de espionagem sobre o conjunto da população, e transfere descaradamente montanhas de recursos públicos para a indústria privada de armamentos.

O capitalismo desenvolvido europeu, ao contrário, teve que adotar reformas parciais, aparentemente socialistas, que beneficiavam parcelas significativas dos trabalhadores. É verdade que elas aburguesaram parte de sua classe trabalhadora e corromperam os partidos social-democratas, a tal ponto que tais partidos se tornaram neoliberais. No entanto, há uma razoável experiência partidária revolucionária que pode contribuir para os movimentos sociais avançarem mais rapidamente na superação da presente aversão ao papel dos partidos e à questão do Estado.

Nas sociedades capitalistas periféricas, apesar das novas oportunidades de desenvolvimento econômico em virtude da exportação de capitais na forma de plantas industriais, a luta de classes também tem assumido um caráter crescentemente anticapitalista, mesmo que as condições para superar ou erradicar o capital não estejam plenamente dadas. Isso faz com que nesses países e regiões do mundo sejam criados movimentos e projetos de sociedade de diferentes tipos, em virtude da situação histórica particular de cada um.

Um desses projetos se refere a reformas que implantem elementos socialistas dentro do capitalismo, seja com a instituição de novos Estados social-

democratas, combinados ou não com a existência de empresas e outras formas produtivas, comerciais e de serviços de propriedade social. A discussão sobre a possibilidade desses tipos de reformas socialistas no capitalismo talvez seja tão velha quanto o próprio capitalismo.

Desde o século XVIII, reformas com esse conteúdo vêm sendo tentados, com graus de sucesso e insucesso variados. Elas incluíram a organização de coletividades comunistas, cooperativas socialistas, economias solidárias e outros tipos de experiências de propriedade social dentro do capitalismo. Os *diggers* de Winstanley, no século XVIII, assim como os falanstérios de Fourier, no século XIX, talvez sejam as experiências de coletividades comunistas mais conhecidas da história. A cooperativa de Owen, também no século XIX, é de longe a mais elogiada e, também, a mais atacada experiência de cooperativa socialista dentro do capitalismo.

Outros tipos de economias solidárias, que vão da ajuda mútua, ou mutirão, a diversos tipos de trabalho cooperado, sazonal ou permanente, e de auto-gestão, são encontrados por todo o mundo. Os kibutzes israelitas, assim como as cooperativas de agricultores, catadores e artesãos brasileiros, são exemplos diferenciados de tentativas, ou enclaves, como os chamou Paul Singer (2000), nem sempre conscientes, de praticar uma propriedade social e uma relação socialista no contexto do sistema capitalista predominante.

A experiência de Estados social-democratas de bem-estar social foi a tentativa mais ampla e consistente de combinar o capitalismo predominante com um Estado garantidor de padrões de vida e direitos socialistas. Isto é, os padrões e direitos sociais não foram garantidos pela propriedade social de meios de produção, circulação e distribuição, mas pelos Estados e por legislações apropriadas.

Embora tenha sido necessário nacionalizar ou estatizar empresas de modo a garantir que parte dos resultados materiais dessas empresas constituísse parcela da renda nacional a ser direcionada ao atendimento daqueles padrões e direitos, as empresas estatais, na prática, acabaram por se constituir, também, como enclaves estranhos ao sistema capitalista dominante.

Mas os Estados social-democratas de bem-estar constituíram uma mistura de conquista da luta dos trabalhadores dos países europeus com a necessidade das burguesias europeias erigirem uma muralha social e política ao avanço do socialismo de tipo soviético. Numa espécie de aplicação da receita homeopática do *contraria contrariis curantur*, a burguesia europeia concedeu a possibilidade de materialização de vários enclaves socialistas para se proteger da socialização completa.

O recuo estratégico dos socialismos chinês e vietnamita, nos anos 1980, e o posterior desmonte do socialismo soviético, nos anos 1990, foram acompanhados por uma persistente tentativa de desfazer todos aqueles enclaves e concessões socialistas nos países europeus, em especial na Inglaterra. Em vários desses países, os trabalhadores viram-se obrigados a travar uma luta constante para não perder os benefícios que tais enclaves e concessões lhes proporcionavam.

Mesmo nos países do Leste Europeu, o retrocesso ao capitalismo não pode ser completo, em muitos deles permanecendo restos da estrutura socialista anterior cuja destruição poderia levar a resistências sociais de monta. Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que se submeteram às receitas do Consenso de Washington, a maior parte dos enclaves e concessões socialistas obtidas nos períodos anteriores foi eliminada através das privatizações e de reformas liberalizantes.

Em especial na América Latina e na África, tais países sofreram um processo de destruição e desestruturação econômica e social de vulto, processo que levou, a partir do final dos anos 1990, tanto ao fracasso do neoliberalismo, quanto ao ressurgimento de propostas de retomada dos enclaves e padrões socialistas no desenvolvimento capitalista, quanto de sociedades socialistas substitutas do capitalismo.

A discussão a respeito dessas propostas foi intensificada ao mesmo tempo em que as contradições entre o crescimento capitalista monopolizado por corporações transnacionais e as demandas por um crescimento concorrencial e de amplas formas não monopolistas permitiu a vitória eleitoral de partidos de viés socialista e a formação de governos tendo tais partidos como força principal. Muitas correntes socialistas passaram a crer que tais governos poderiam implantar reformas de caráter socialista imediatamente, enquanto outras, ao contrário, esquecendo ou eludindo a experiência social-democrata europeia, enxergaram naquela vitória a possibilidade de domesticar e humanizar o capitalismo, sem necessidade de introduzir reformas profundas de caráter socialista.

No momento, as dissensões onde há governos sob a direção de correntes socialistas têm ocorrido por parte daqueles que consideram inaceitável que tais governos não introduzam reformas socialistas imediatas. Eles parecem acreditar que a existência de liberdades democráticas formais é suficiente para que medidas radicais de maior democratização e socialização sejam implantadas. Não parecem levar em devida conta o grau de desenvolvimento das forças produtivas, aqui incluída a formação de uma forte classe assalariada industrial, nem a experiência de luta dessa classe e das demais classes populares de suas sociedades. Nem o fato de que, em geral, dirigem governos de coalizão, nos

quais a burguesia possui uma forte participação, enquanto a maior parte do aparato do Estado continua sob o poder dessa classe capitalista e/ou de outras classes dominantes pré-capitalistas.

Esses governos sob a direção socialista se confrontam, em vários casos, com situações políticas nas quais sequer possuem condições para realizar reformas democrático-burguesas nos outros poderes do Estado e na economia. Os setores burgueses neoliberais e liberais, fora e dentro dos governos dirigidos por socialistas, se erigem como um contrapoder a qualquer tentativa de mudança econômica, social ou política.

Na economia, eles se opõem a qualquer tipo de democratização da propriedade capitalista. Levantam obstáculos ao crescimento dos setores pequenos e médios da burguesia e ao desenvolvimento de experiências de cooperativas e economias solidárias. Resistem à substituição do sistema de monopólios estrangeiros e nacionais pela livre concorrência, tão cara aos teóricos capitalistas. E procuram impedir, a qualquer custo, a reconstrução de um sistema de empresas estatais que sirva como instrumentos do Estado na orientação do desenvolvimento econômico e social.

Na política social, procuram impedir políticas de transferência de renda para os setores mais pobres e miseráveis da população, sob o argumento de que tais políticas estimulam a vagabundagem. Travam, também, uma batalha permanente pela completa privatização dos serviços públicos, impondo preços extorsivos à maior parte da população que necessita deles. Na política, estimulam as reivindicações por todos os direitos que, eventualmente, possam desviar a atenção das camadas populares e médias da população da verdadeira clivagem de classes em torno do direito de propriedade dos meios de produção.

O sucesso desses governos sob liderança socialista depende tanto das reformas democrático-burguesas, econômicas, sociais e políticas, que eles conseguirem introduzir na sociedade, quanto dos mecanismos e enclaves de socialização que conseguirem construir, seja como supostos instrumentos de domesticação ou humanização do capitalismo, seja como perspectiva de futuro. Isso diz respeito a um número considerável de reformas democráticas no aparato governamental e nos principais aparatos do Estado e na propriedade dos meios de produção, circulação e distribuição.

Diz respeito, também, à construção de instrumentos poderosos de ação econômica e administrativa no mercado e de estímulo a experiências de propriedade social. E incluem um combate permanente à corrupção pública e privada, o desenvolvimento de políticas públicas de renda, educação, saúde, proteção e recuperação do meio ambiente, moradia e transportes. As manifes-

tações populares no Brasil, em junho-julho de 2013 colocaram em pauta tais políticas como prioritárias.

Os principais aparatos do governo e do Estado dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos carregam, em geral, a herança dos tempos coloniais e escravistas, em que o povo é que devia servir ao Estado e não o contrário, e que ao Estado cabia penalizar aos que não o servissem como deveriam. Não é por acaso, assim, que a segurança e a repressão representem um setor fundamental do aparato estatal e que seus funcionários sejam formados não para exercer a educação e o diálogo, mas a força e a violência.

Choques de ordem em várias cidades do mundo em desenvolvimento têm como eixo a formação de forças policiais que são completamente alheias aos problemas da população e da correção de tais problemas, por exemplo, o acúmulo de lixo e a ausência de coletores suficientes, dedicando-se exclusivamente a reprimir eventuais atitudes ou atividades real ou supostamente não permitidas pelo Estado. Nessas condições, qualquer manifestação pública democrática é tida como sublevação.

As forças militares e policiais foram e continuam a ser formadas por manuais cujos ensinamentos se destinam a demonstrar que comunistas e socialistas são inimigos da nação, que devem ser eliminados da vida pública, e que qualquer ato de desobediência civil é resultado da ação comunista e/ou socialista. Os textos que falam da democracia são vazios e de pequena influência.

Os principais meios de produção, circulação e distribuição, na agricultura, indústria, comércio e serviços, incluindo os meios de comunicação dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, são propriedade de monopólios que exercem um poder quase absoluto sobre a economia e a sociedade, sempre em concordância com seus interesses exclusivistas. Eles determinam os preços de seus produtos de forma administrativa, expropriam seus potenciais concorrentes, impedem que novos concorrentes se estabeleçam, deformam o processo de desenvolvimento econômico, e transformam os meios de comunicação de concessões para a disseminação de informações em órgãos de propaganda política dirigidos contra seus inimigos econômicos, sociais e políticos.

Nessas condições, empresas estatais podem servir tanto ao desenvolvimento capitalista, quanto ao desenvolvimento socialista. Como o Estado, elas são uma externalidade no capitalismo, imposta a ele pelas necessidades de salvamento e de maior lucratividade. Portanto, são uma contradição em termos. Seja porque são necessárias para realizar os investimentos que o capital não deseja realizar em virtude de sua maturação demorada e dos riscos de seu retorno econômico. Seja porque acabam se transformando em concorrentes

indesejáveis, definidoras dos rumos de desenvolvimento econômico. E, além disso, um atestado de que a economia eventualmente pode funcionar sem capitalistas, estimulando a formação de outras propriedades sociais.

A corrupção é inerente às sociedades de classe. Todas as classes dominantes, no curso da história humana, utilizaram a corrupção de diferentes formas. Com o dinheiro, ou com os bens que ele pode produzir, elas compram almas, mentes e serviços de quem quer que esteja disposto a ser corrompido. O que pode incluir desde lúmpens dispostos a cometer assassinatos, depredações e vandalismos, e trabalhadores propensos a trair seus companheiros de luta, a funcionários públicos, agentes governamentais, empresários e políticos seduzidos a vender facilidades e defender os interesses de seus compradores.

A corrupção nunca foi uma questão individual, mas uma questão que dizia respeito à luta de classes. No capitalismo ela assumiu uma dimensão ainda maior à medida que o Estado teve que desempenhar papéis não previstos pelos teóricos clássicos. Além de proteger o capitalismo dos trabalhadores e dos próprios capitalistas em sua concorrência insana, e assegurar os serviços públicos necessários ao funcionamento do próprio capital, como a educação, o Estado foi paulatinamente assumindo missões relacionadas com os estragos produzidos pela produção e circulação das mercadorias.

O Estado se viu compelido a implementar políticas públicas de saúde, saneamento, transportes, moradia, renda, proteção e recuperação do meio ambiente e financiamento de crédito, que o capital descobriu como fontes de renda que também poderiam ser apropriadas por si. A partir desse momento, os aparatos de Estado se transformaram em campos de caça dos capitalistas em busca de negócios, transformando a corrupção de endêmica em epidêmica.

Não é por acaso, assim, que o capitalismo norte-americano, visceralmente liberal e com fortes componentes neoliberais, considera que a propriedade estatal ou pública sobre os serviços públicos já seja socialismo. A esse rol de elementos socialistas no capitalismo, os teóricos burgueses costumam acrescentar as cooperativas de produtores agrícolas, industriais e artesanais, as cooperativas de comercialização (compra e/ou venda) de produtos agrícolas, industriais e artesanais, as cooperativas de crédito, e os diversos tipos de economias solidárias.

Apesar dos nomes variados que recebem, elas são experiências de propriedade social dentro do sistema capitalista. Não são propriedade social do conjunto da sociedade, mas propriedade social de parcelas, em geral minoritárias, da sociedade. Pequenos enclaves que incomodam o capitalismo, mas não se conformam como perigos estratégicos.

De imediato, elas se confrontam com as obrigações impostas por uma legislação elaborada para reger as relações do capital com o trabalho, entre as diversas frações do capital, e destas com o Estado. Uma legislação que não foi construída para atender à possível transformação da propriedade privada em propriedade social, mesmo que em pequena escala. Depois, elas se confrontam com a propriedade capitalista predominante, que impõe à sociedade leis concorrenciais objetivas, tanto sobre o mercado em geral, quanto sobre o mercado de trabalho, em particular. Tais leis impõem às experiências de propriedade social pressões e tensões de diferentes tipos, tanto em relação a custos e preços, quanto às relações de trabalho no interior da propriedade social.

Paradoxalmente, as propriedades sociais também se confrontam com a propriedade estatal, supostamente uma forma de propriedade social, que é obrigada a se submeter à legislação burguesa. Ao invés de se tornar aliada das propriedades sociais parciais, muitas vezes torna-se concorrente das propriedades sociais, principalmente se o Estado não tiver qualquer tipo de influência de forças políticas socialistas. Sem livrar-se das leis do mercado capitalista, as propriedades sociais são, em geral, empurradas a praticar a competição do mercado, o que influi sobre sua organização e sobre suas relações internas. A realidade tem mostrado que as experiências de propriedade social só conseguem sobreviver se alcançam uma escala de concentração e centralização do capital que lhes permita concorrer em igualdade de condições com as corporações capitalistas, o que só é possível no caso de empresas estatais.

Por outro lado, empresas de propriedade social não estatal, que evoluem em escala de concentração e centralização do capital, acabam sendo obrigadas a submeter-se num elevado grau às leis do mercado e tendem a se transformar de propriedade social em propriedade privada.

Isso conduz à conclusão de que reformas socialistas no capitalismo só são viáveis e podem se desenvolver se o Estado ganhar certa autonomia em relação à hegemonia burguesa e criar instrumentos estatais de concorrência econômica com o capitalismo, demonstrando superioridade empresarial e se impondo economicamente.

Além de concorrerem com as empresas capitalistas no mercado, as empresas estatais podem servir de guarda-chuva protetor das economias solidárias, embora correndo o perigo de que tais economias, sentindo-se protegidas, não elevem seu nível tecnológico e deixem de ser competitivas. De qualquer modo, os enclaves socialistas no capitalismo podem representar tanto experi-

ências para o futuro, quanto um caminho de transição. Nesse caso, se o Estado o catapultar a um patamar em que possa concorrer de igual para igual com a propriedade privada.

SOCIALISMO DE TRANSIÇÃO

A história conheceu, na segunda década do século XX, a experiência inusitada de enclaves capitalistas numa sociedade que se proclamava socialista. Essa experiência foi realizada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre 1922 e 1928, através da Nova Política Econômica (NEP).

Tal política levava em conta a tese de Marx de que não era possível realizar a transição socialista antes do capitalismo haver desenvolvido suas forças produtivas e sua acumulação de capital num alto grau. O socialismo teria que se apropriar desse capital e das forças produtivas desenvolvidas por ele para reorganizar a sociedade. Teria que tornar propriedade social os meios de produção. E deveria extinguir, paulatinamente, os demais mecanismos de exploração, opressão, circulação e distribuição do capital, substituindo-os por mecanismos sociais de administração das coisas e não das pessoas.

Esse detalhe final, em geral, não é tomado como decorrência do capital haver chegado a tal ponto de desenvolvimento, que o trabalho vivo teria se tornado desnecessário para a continuidade da produção. Os seres humanos estariam livres da necessidade de trabalharem para obter o sustento do dia a dia. O trabalho livre se tornaria apenas condição para a continuidade da espécie.

Em termos objetivos, a herança que o capital deixara para a nascente União Soviética nada tinha a ver com os pressupostos da tese de Marx. Por outro lado, os revolucionários haviam conquistado o poder de Estado e só lhes restava dois caminhos: devolvê-lo para a burguesia russa desenvolver o capitalismo até chegar ao ponto em que ele se tornasse maduro a uma verdadeira revolução socialista, ou manter o Estado em suas mãos e abrir condições para a burguesia desenvolver as forças produtivas sob seu comando. Foi este segundo caminho que levou os comunistas russos a elaborarem a política da NEP, em meio a atritos e divergências que somente o tempo poderá resgatar com mais nitidez.

As disputas políticas internas, associadas ao bloqueio imperialista ocidental e oriental, não permitiram à NEP um desenvolvimento rápido. Nessas condições, a emergência das ameaças de guerra imperialista, tendo como principal alvo de ataque o território da União Soviética, colocou o seu Estado diante da necessidade de uma industrialização acelerada, que a capacitasse a enfrentar a prometida e preparada invasão imperialista.

Essa necessidade liquidou com a experiência da NEP, conforme Pomar (1994). Posteriormente, ao final da Segunda Guerra, o sucesso da industrialização estatal que permitiu à União Soviética enfrentar e derrotar a máquina de guerra nazista convenceu os planejadores soviéticos, e grande parte do movimento comunista e socialista em todo o mundo, de que a tese de Marx poderia ser deixada de lado. Seria dispensável contar com a propriedade capitalista para completar o desenvolvimento das forças produtivas necessárias à transição socialista. O Estado seria capaz, com todos os meios de produção transformados em propriedade social, de realizar a missão de construir a sociedade socialista.

O planejamento centralizado, macro e microeconômico, permitiria que a produção fosse orientada tanto para desenvolver as forças produtivas, através da industrialização pesada, quanto para suprir as necessidades sociais, através do estabelecimento de metas a serem cumpridas pelas indústrias de bens de consumo e pelas cooperativas agrícolas. A circulação, realizada por monopólios estatais de comércio, garantiria que a produção chegasse a todos, através de preços correspondentes aos custos. A rigor, o socialismo de tipo soviético era autossuficiente, não necessitando participar do comércio mundial, a não ser aleatoriamente.

A experiência da União Soviética, e de outros países que seguiram o modelo de socialismo soviético, mostrou que tal modelo apresentava problemas difíceis de superar. Logo após a Segunda Guerra, a proclamada autossuficiência econômica foi substituída por uma divisão de trabalho entre a União Soviética e os novos países socialistas europeus e a China, na prática criando um mercado de trocas para superar a escassez de recursos de uns e a abundância de recursos de outros.

Isso não evitou, porém, o surgimento de problemas internos nos diversos países socialistas, seja pelas divergências em torno dos termos de troca, seja pelas variações nas formas de propriedade social. A Iugoslávia, desde 1948, tentou desenvolver-se através da autogestão das empresas estatais e da participação no mercado mundial capitalista, criando a primeira cisão séria no então chamado campo socialista. A China, em 1946, previra um caminho diferente, com a participação da propriedade privada ao lado da propriedade estatal, e adotou o modelo soviético de estatização a partir de 1953. No entanto, em 1957, teve que dar o primeiro passo atrás, passando a adotar um equilíbrio entre indústria pesada, indústria de bens de consumo e agricultura. E somente não ingressou no mercado mundial capitalista porque as potências imperialistas, em especial os Estados Unidos, haviam estabelecido um bloqueio total ao país.

Nesse intervalo, a União Soviética deparou-se com crescentes dificuldades para sustentar a corrida armamentista da Guerra Fria com os Estados Unidos. Obrigou-se a carrear todos os investimentos para as indústrias pesadas e bélicas, e criou um imenso descompasso com o desenvolvimento da indústria de bens de capital e de bens de consumo, e com a agricultura. Com isso, gerou uma crescente contradição entre as demandas de consumo da população e a oferta de bens, situação agravada pelo sistema de metas quantitativas das empresas e monopólios estatais de comércio, que não consideravam os desejos e preferências dos consumidores.

E as empresas do complexo militar, por razões diversas, não transferiam seus avanços tecnológicos para as indústrias civis, criando um hiato entre a diversidade de bens de consumo durável produzidas pelas indústrias capitalistas e a incapacidade das indústrias socialistas em produzir algo tecnicamente parecido. Esse conjunto de problemas internos da União Soviética era comum nos demais países socialistas da Europa, assim como na Coreia do Norte, em Cuba, no Vietnã do Norte e, em parte, na China.

A China, em 1964, procurou retomar a política de 1946, através do programa de quatro modernizações, que combinava a propriedade estatal com formas privadas de propriedade. No entanto, logo depois esse programa foi atropelado pelo movimento igualitarista do campesinato, a *revolução cultural*, que se prolongou até 1976. O movimento esgotou as tentativas de realizar o desenvolvimento das forças produtivas através da socialização completa das forças produtivas, mesmo que todos os esforços de participação massiva fossem colocados em tensão máxima. De acordo com Pomar (1987), esse esgotamento teria permitido à China, a partir de 1978, iniciar um processo de reajustamentos, abertura e reformas.

Num primeiro momento, do ponto de vista político, aboliu o sistema de vitaliciedade, estabelecendo um sistema de aposentadoria aos 60 anos, que atingia também dirigentes estatais e partidários. Ao mesmo tempo, recuperou o papel do Conselho Consultivo Político do Povo Chinês, como órgão de frente única de partidos e de personalidades sem partido, em todos os níveis da sociedade chinesa, e instituiu a proibição de permanência no poder político e no poder partidário acima de dois mandatos de 5 anos.

Essas reformas políticas foram seguidas, mesmo mantendo a terra nacionalizada, de um retrocesso ao modo de produção camponês na agricultura, sob um sistema de contratos de responsabilidade. As fazendas estatais conservadas transformaram-se em centros de experimentação e difusão de técnicas agrícolas. E as cooperativas foram mantidas como organizações de comercia-

lização dos produtos camponeses para as cidades, e dos produtos industriais para os camponeses, retomando a circulação mercantil.

As cooperativas rurais dedicaram-se a criação de indústrias em povoados e cantões, de diferentes tipos, tendo por base as oficinas e pequenas indústrias criadas no período em que a China era ameaçada pela guerra nuclear e previa um período complexo de autossustentação regional. Essas indústrias rurais não somente absorviam os excedentes de força de trabalho na agricultura, como intensificaram a economia mercantil nas áreas rurais.

Em 1979 foram criadas cinco zonas econômicas especiais (ZEE) para investimentos estrangeiros, sob a condição de obedecer a um guia de investimentos externos, estabelecer *joint ventures* com empresas estatais chinesas, transferir novas ou altas tecnologias a essas estatais, e dedicar toda a produção para o mercado externo.

A partir de 1984, tiveram início as reformas urbanas na indústria, comércio, serviços e sistema financeiro. Elas abriram condições para a atuação de empresas individuais e privadas, desfizeram os monopólios estatais, reformaram as empresas estatais, em especial as estratégicas com capacidade de orientar o desenvolvimento da economia, e abriram paulatinamente a economia à participação e concorrência de empresas estrangeiras. Tudo isso na perspectiva de dobrar o PIB nos primeiros dez anos, dobrá-lo novamente na segunda década, e dobrá-lo outra vez na terceira década.

Somente nos anos 1990, quando as reformas começaram a mostrar todo o seu potencial, foi que os chineses conceituaram seu projeto de sociedade como socialista de economia de mercado com características chinesas, visando construir uma sociedade materialmente forte e espiritualmente civilizada. Embora a qualificação de *socialismo com características chinesas* procure apontar para o fato de que projetos de sociedade dependem das características de cada nação, a utilização do mercado parece ser comum às reformas e ao novo projeto adotado pelo Vietnã, em meados dos anos 1980, e por Cuba, em anos recentes, para substituir o projeto de socialismo soviético.

O Vietnã tem apresentado resultados parecidos aos chineses em termos de desenvolvimento econômico e social, enquanto Cuba ainda encontra-se nos passos iniciais. Esses projetos de socialismo com economias de mercado assemelham-se também por manterem Estados que utilizam o planejamento macroeconômico, macrossocial e, agora, também macroambiental, combinando com a ação do mercado.

Os instrumentos principais de política econômica são uma legislação clara para o funcionamento do mercado, empresas estatais fortes, juros baixos

e estimulantes aos investimentos, e câmbio administrado para dar competitividade aos produtos. Secundariamente, o Estado utiliza o poder administrativo existente na lei para combater a corrupção e corrigir desvios do mercado. Há várias formas de propriedade dos meios de produção. Elas incluem a propriedade privada capitalista nacional e estrangeira (individual, pequena, média e grande), a propriedade privada camponesa, a propriedade cooperativa ou coletiva, parcialmente social, a propriedade estatal, e propriedades mistas, estas últimas podendo ser estatais-privadas, cooperativas-privadas ou estatais-cooperativas-privadas.

Essas experiências de transição do capitalismo para o socialismo em países pouco desenvolvidos, ou subdesenvolvidos do ponto de vista capitalista, abriram a perspectiva de apreciar sob novo ângulo a experiência fracassada do socialismo de tipo soviético, e sua relação com as teses de Marx a respeito das condições para a transição socialista. Além disso, permitem uma nova visão sobre as diferenças entre os países capitalistas desenvolvidos e os subdesenvolvidos e sobre as condições para a efetivação de projetos socialistas também diferenciados, nuns e noutros.

Nas *sociedades capitalistas em desenvolvimento* e nas *sociedades capitalistas atrasadas*, os problemas colocados são o oposto daqueles presentes nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Nas primeiras, a acumulação do capital nacional é relativamente reduzida e sofre uma brutal interferência da ação dos capitais estrangeiros. Estes, muitas vezes, monopolizam as economias locais e impedem a concentração e a centralização dos capitais nacionais. Essa monopolização cria empecilhos às demandas locais de crescimento de um capitalismo concorrencial e de amplas formas não monopolistas.

A necessidade dos capitais dos países capitalistas centrais exportarem seus excedentes cria oportunidades para a industrialização e para o aumento da concorrência entre as corporações empresariais, principalmente quando o Estado dos países receptores assume um papel mais ativo no mercado. Assim, em várias sociedades em desenvolvimento e atrasadas essas dificuldades tendem a ser resolvidas por movimentos de mobilização social e pela eleição de governos que realizem reformas democráticas, tanto no sentido político, quanto econômico e social. Há esforços para aumentar a participação do povo nos organismos de poder e, ao mesmo tempo, reformar a infraestrutura, direcionar investimentos para a indústria e para a agricultura, e realizar uma distribuição de renda menos desigual através de mecanismos estatais de transferência.

Nessas sociedades convivem empresas em que o capital constante acelera a substituição da força de trabalho por máquinas automáticas, com empresas

intensivas em trabalho, que aumentam o emprego e podem reduzir a miséria e a pobreza. Em algumas delas haviam se conformado exércitos populacionais de reserva durante as décadas de predomínio neoliberal, deixando como heranças forças de trabalho excluídas das condições escolares e profissionais de ingressarem no mercado de trabalho. Portanto, a queda de lucratividade do capital nas sociedades capitalistas desenvolvidas, que o obriga a emitir capitais fictícios e a exportá-los, juntamente com capitais produtivos, para países agrários e agrário-industriais onde possam extrair lucros especulativos e mais-valia absoluta e relativa, está propiciando o desenvolvimento das sociedades desses países.

Naqueles países em que o Estado assumiu papel ativo nesse desenvolvimento, ordenando o processo de investimentos estrangeiros e nacionais, e realizando um controle macroeconômico que tenha como foco os interesses nacionais, a industrialização assume importância diretora, levando ao crescimento da classe trabalhadora, tanto na indústria, quanto no comércio e nos serviços. Naqueles países em que o Estado deixa o mercado agir por sua própria conta, o desenvolvimento tem ocorrido com prioridade na exploração e produção de recursos naturais, minerais e agrícolas. Esse processo pode, a curto prazo, deixar suas economias à mercê das flutuações internacionais dos preços das commodities. E, a médio e longo prazo, pode exaurir seus recursos naturais e fazer a sociedade retornar à situação miserável anterior.

Tanto nos países em desenvolvimento, quanto nos países atrasados, a situação criada pela falência do neoliberalismo, pela exportação de capitais produtivos e pela circulação destruidora dos capitais financeiros tem aguçado a luta de classes, seja num diapasão surdo, seja em movimentos abertos. Em vários casos, tanto setores sociais atrasados e oprimidos da população quanto setores médios, foram lançados à batalha porque chegaram ao limite de sua paciência.

Na Tunísia, isso ocorreu ao tomarem conhecimento de que um vendedor ambulante imolou-se diante da proibição de continuar praticando seu comércio para sobreviver. No Egito e no Iêmen, por não possuírem sequer o direito de procurar emprego e de expressar livremente suas reivindicações, diante de ditaduras ferozes, aliadas dos Estados Unidos. Na Grécia e em Portugal, o estopim foi o fato de, ao descobrirem que o país havia caído num conto de vigário alemão, que destruiu sua capacidade produtiva e o tornou dependente das importações, tendo ainda que pagar uma dívida impagável com o sacrifício dos empregos, das aposentadorias e dos serviços públicos. Na Turquia, o gatilho foi acionado ao tomarem conhecimento de que o governo autorizou a destruição de uma praça tradicional e arborizada para construir um mega empreendimento. No Brasil, a revolta começou a partir do aumento

abusivo indexado dos transportes públicos e ao não haver concordância com a prioridade de investimentos públicos em estádios esportivos.

Gatilhos desse tipo para a explosão de insatisfações sociais, na maior parte das vezes, mascaram problemas e reivindicações mais profundos, mas são a condição preliminar e básica para qualquer mobilização massiva e para qualquer rebelião ou revolução popular. Mas não é a única. A outra condição é que as classes dominantes e seu Estado não tenham mais condições de reprimir o movimento social pela força, de fazer concessões para dividi-lo e esvaziá-lo, e/ou de reciclar-se para manter sua hegemonia ou seu domínio.

De qualquer modo, é no confronto das classes subalternas com as ações das classes dominantes e de seu Estado que as condições acima podem se revelar em toda a sua crueza. As classes dominantes e seu Estado podem não ter condições de eliminar a mobilização social pela força. Podem não ter condições de dividir e esvaziar tal mobilização com concessões, como em geral está acontecendo na Grécia e em Portugal. Mas podem ter condições de reciclagem para manter sua hegemonia ou domínio, como conseguiram fazer diante de várias das mobilizações iniciadas em 2011. Na Tunísia e no Egito, as classes dominantes realizaram mudanças de governo que pouco significaram em melhorias econômicas, sociais e mesmo políticas, mas criaram uma situação política nova.

Situação mais complexa se cristaliza quando partidos de esquerda fazem parte do governo, isto é, de uma parcela do Estado. Esses partidos podem ter capilaridade suficiente para captar as mudanças nos sentimentos e ressentimentos das grandes massas do povo e prever com certo grau de certeza as manifestações sociais. Nesse caso, eles podem atuar no sentido de canalizar as forças que emergem com tais manifestações para evitar a repressão estatal, aprofundar as concessões no sentido de reforçar os movimentos sociais e ampliar a democracia e a participação popular no governo e no Estado.

Por outro lado, se tais partidos não possuem tal capilaridade, mesmo que a tenham possuído no passado, podem ser apanhados de surpresa pelas insatisfações sociais e por suas manifestações massivas espontâneas. Terão, então, que disputar com a direita a influência sobre essas manifestações, se verão às voltas com as infiltrações provocativas de policiais e lúmpens, e com o vandalismo que provocam, e enfrentarão dificuldades para capitalizar as concessões e aprofundar o processo democrático.

Partidos de esquerda que estão nos governos de países como Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina e Brasil têm encontrado dificuldades para tratar as manifestações populares, evitar sua criminalização, especialmente quan-

do provocadores de diferentes tipos promovem quebra-quebras e danos ao patrimônio público, e transformar tais manifestações em apoio às reformas democráticas e populares.

Situações desse tipo tendem a tornar-se mais acirradas à medida que se acentuarem as disputas de governos democráticos e populares de esquerda com os setores dominantes da burguesia. Essas disputas geralmente devem girar em torno das políticas de desenvolvimento econômico e social e da democratização da sociedade.

Medidas que dificultem ou proíbam a ação monopolista e oligopolista geram reações iradas. Ações que estimulem a formação de novos setores burgueses nacionais e promovam o crescimento da participação estatal na economia produzem sabotagens e ataques furiosos. A intensificação da distribuição de renda descontenta tanto setores burgueses quanto da pequena-burguesia. A criação de obstáculos à ação rentista do capital financeiro mobiliza não só a oposição de capitais nacionais, mas também de todo o sistema financeiro internacional. A ampliação da participação democrática dos setores populares no governo e no Estado é considerada populismo, socialismo, comunismo e golpe de Estado.

Nos países capitalistas em desenvolvimento e subdesenvolvidos, as reformas de democratização do capital são consideradas crimes contra o capitalismo, tendendo a aumentar a resistência dos setores burgueses economicamente dominantes. Tendem objetivamente, portanto, a incentivar lutas de classes mais abertas, que eventualmente podem levar a reformas e revoluções que reformem ou destruam o Estado anterior, estruturado como comodato das frações burguesas, e construam um novo Estado, como comodato das classes populares.

Portanto, como diz Dávalos (2013), o centro atual do problema não é o neoliberalismo, é o capitalismo. Segundo ele, o neoliberalismo é uma forma particular de capitalismo, concentrada no poder mantido pelas corporações e o capital financeiro-especulativo. O capitalismo pode criar novas formas ideológicas, políticas, simbólicas, e um modo de se reinventar e conseguir legitimidade através de novas formas que nem sequer sejam keynesianas, mas neodesenvolvimentistas.

Tais formas implicariam, fundamentalmente, em pensar que a exploração da natureza permitiria ter recursos para fazer trabalho social. O que seria um engano, como na época do neoliberalismo. Naquela época, supunha-se que com a privatização de tudo, ter-se-ia estabilidade econômica. No final das contas, nunca houve estabilidade econômica. Dávalos deduziu daí que, agora,

se todos os recursos da natureza forem explorados, também não haverá recursos para o setor social, nem para o pleno emprego.

Noutras palavras, ele enxerga em qualquer desenvolvimentismo uma contradição insolúvel com a conservação da natureza, ideia que significa a estagnação do desenvolvimento das forças produtivas, seja no capitalismo, seja em qualquer outra formação social. Essa ideia, paradoxalmente, é cara tanto a grupos monopolistas do capital, que não desejam enfrentar novos concorrentes, quanto a correntes que supõem possível estatizar todos os meios de produção, acreditando que tal medida permitiria resolver os problemas sem necessidade de novos atentados à natureza.

Liñera (2013), por seu turno, ao apreciar a experiência recente de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos da América Latina, diz que tudo começa com uma crise do Estado, que permite que um bloco social dissidente mobilize o povo para um projeto político. Desenvolve-se, então, um embate catastrófico entre o bloco do poder e o bloco do povo. No caso da América Latina, tal embate estaria sendo resolvido, pelo menos por hora, a favor do povo.

O novo governo teria, então, que *converter o que eram demandas da oposição*, em atos de Estado. Teria, pois, que *construir uma hegemonia* mais profunda e mais ampla, combinando as ideias da sociedade mobilizada e os recursos materiais oferecidos ou pelo Estado, ou através do Estado. O ponto de virada ou ponto de bifurcação nesse processo se daria mediante uma série de confrontações entre os blocos, que se resolveriam de modos inesperados, seja com a consolidação da nova situação, seja com a reconstituição da situação velha.

Para ele, os governos de esquerda nos continentes latino-americanos estariam no ponto de bifurcação, ou bem próximos dele, não sendo previsível o que virá. Existe, portanto, a possibilidade da conformação de pelo menos dois cenários, ou dois projetos diferentes. Qualquer desses cenários ou projetos dependerá do grau da luta de classes, podendo ser resolvido tanto por via eleitoral, quanto por outras vias, dependendo da resistência e das formas de luta que a burguesia impuser. Não se pode descartar a possibilidade de que a burguesia volte a se utilizar de formas não-democráticas de governo, ou da possibilidade de que ela aceite uma transição paulatina e negociada.

Em um dos projetos, o Estado sucumbe às exigências e interesses do capital e volta a ser seu instrumento de coerção sobre as classes não proprietárias de meios de produção. O país poderá adotar qualquer uma das vias de desenvolvimento capitalista, ou mesmo um caminho de regressão neoliberal, dependendo da fração ou das frações burguesas que conquistarem a hegemonia e da forma que exercerão o domínio sobre o Estado. Nacional desenvolvimentismo, desenvolvimento subordinado, desenvolvimento puramente

capitalista, desenvolvimento capitalista com enclaves socialistas, ou variações em torno dessas opções, fazem parte do cardápio que a burguesia pode utilizar.

Outro projeto possível consiste na possibilidade de o Estado conquistar certa autonomia frente às diversas frações burguesas em virtude da mobilização social. Ele pode assumir as rédeas do processo e continuar seu rumo de radicalização democrática, que tende a tornar social também a propriedade dos meios de produção como forma de superar as contradições geradas pelo modo de produção capitalista. Portanto, não está descartada a possibilidade de que algumas dessas sociedades a que se refere Liñera iniciem um processo de transição socialista.

Em qualquer desses casos, a experiência histórica demonstrou que o processo de transição socialista não depende apenas da capacidade de o Estado introduzir reformas políticas democráticas, progressivas ou radicais. Depende, fundamentalmente, do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais gestadas pelo capitalismo.

Nos países capitalistas desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Inglaterra, essas forças produtivas estão chegando a um estágio em que a produção tornou-se capaz de atender a todas as necessidades materiais e culturais da sociedade. Elas necessitam pouco da interferência do trabalho vivo para realizar-se, objetivamente podendo permitir um processo mais curto para a socialização completa dos meios de produção.

Mas, nos países em desenvolvimento, as forças produtivas ainda estão longe de alcançar o estágio de desenvolvimento daqueles países. Portanto, eventuais reformas ou revoluções que deem ao Estado poder para realizar transições socialistas não podem transformar toda a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Eles ainda necessitam contar com diferentes tipos de propriedade capitalista, ao lado da propriedade estatal e de outros tipos sociais de propriedade, para desenvolver as forças produtivas. E também precisarão do mercado para a realização do cálculo econômico e para a efetivação da concorrência indispensável ao desenvolvimento técnico e científico. Não podem resultar, como pensam e gostariam alguns, na erradicação imediata do capital. No caso das sociedades subdesenvolvidas, a situação é ainda mais complexa, embora não seja impossível ingressar no mesmo tipo de desenvolvimento.

A transição socialista em países emergentes ou subdesenvolvidos tende, assim, a assumir diferentes formas nacionais de economias socialistas de transição, economias combinadas de múltiplos tipos de propriedade, economias socialistas de mercado, ou outras denominações, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas em cada país e do grau de avanço da luta de classes.

Em todos eles, o Estado terá que desempenhar um papel-chave no processo de desenvolvimento e na transição. Nessas condições, ocorre a necessidade de estabelecer diferentes tipos de relação no Estado, na sociedade, no mercado e entre eles. O processo de democratização dependerá, em alto grau, da decisão do Estado em dar prioridade às demandas e aspirações das classes populares majoritárias, ao mesmo tempo em que cuida de manter as condições econômicas, sociais e políticas indispensáveis para a burguesia minoritária contribuir positivamente para o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, o Estado precisará funcionar com preceitos legais estabelecidos de acordo com o grau de democracia obtido. Ao mesmo tempo, precisará estimular a reforma e a modernização constante da legislação econômica, social e política, de modo que tal legislação molde-se às práticas de funcionamento e desenvolvimento da sociedade. O funcionamento de acordo com a lei é uma das condições para se contrapor a qualquer tendência de burocratização ou personalização do Estado e, ao mesmo tempo, para garantir a coesão social.

As relações entre o planejamento estatal e o mercado devem ocorrer no contexto de orientar o processo geral de desenvolvimento econômico e social e criar as condições concorrenciais para o amplo desenvolvimento dos diversos tipos de propriedade, ao mesmo tempo em que devem exercer papel importante na correção dos desvios anárquicos do mercado. Nas relações de mercado competem empresas privadas e empresas estatais, e empresas estatais entre si, sendo natural que algumas empresas sejam mais lucrativas do que outras, intensificando a concentração e centralização do capital, tendendo ao monopólio.

O monopólio tende a impor preços administrados e a dificultar o desenvolvimento técnico, a não ser que tenha pela frente concorrentes fortes. Nesse sentido, a legislação deve impedir a formação de monopólios, inclusive estatais, como uma das condições para o desenvolvimento das forças produtivas. Também é natural que, na competição do mercado, algumas empresas, inclusive estatais, fiquem defasadas e se tornem incapazes de se manterem atuantes no mercado. Nessas condições, a legislação econômica deve prever os direitos dos trabalhadores e os encargos estatais e/ou privados no caso de falência de empresas.

Enquanto persistir o mercado, a tendência de acumulação ampliada do capital é inerente ao funcionamento das empresas, tendendo a alargar a diferença entre a massa de capital acumulado e a massa de salários pagos aos trabalhadores. Como essas massas se expressam na renda nacional e na distribuição dessa renda, o Estado precisa ser munido de leis que lhe permitam agir, tanto de forma econômica, quanto de forma administrativa, sobre o processo de distribuição de renda.

O Estado precisa garantir que os capitais privados e os capitais estatais tenham lucros que lhes permitam realizar a reprodução ampliada num nível compatível com as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas. É indispensável evitar que a acumulação do capital atinja um nível em que crie um fosso em relação à massa salarial ou à renda percebida pelos trabalhadores.

Nesse processo, o desenvolvimento inicial do socialismo de transição intensificará a construção da infraestrutura, a industrialização, o comércio e os serviços, tornando-se uma fonte de geração de empregos, podendo até mesmo chegar ao pleno emprego em nações em que a força de trabalho é relativamente reduzida.

À medida que o desenvolvimento técnico se intensificar, elevando a produtividade do trabalho, a tendência é de redução da força de trabalho empregada. Portanto, da mesma forma que o capitalismo desenvolvido, o socialismo de transição se verá às voltas, mais cedo ou mais tarde, com a contradição entre um alto desenvolvimento das forças produtivas e da produção, e a redução da necessidade do trabalho vivo. É evidente que, numa escala muito menos resistente do que no capitalismo, esse socialismo pode adotar uma progressiva redução das jornadas de trabalho, seguro desemprego universal combinado com reciclagem profissional, técnica, científica e cultural, e com a realização de trabalhos comunitários e outras medidas.

Ao contrário da situação conflituosa que aquela contradição tende a criar no capitalismo desenvolvido, no socialismo de transição o Estado pode facilitar uma transformação mais suave. O trabalho vivo, ou a necessidade de venda da força de trabalho como condição para a sobrevivência do trabalhador e sua família, pode transitar sem muitos conflitos para uma sobrevivência que não mais necessite da venda da força de trabalho. Ou seja, permitir ao trabalhador apenas realizar o trabalho vivo como condição de manutenção de sua natureza humana. Trabalhadores libertos da necessidade de venda de força de trabalho como condição de sobrevivência poderão se dedicar ao trabalho científico, tecnológico, educacional, cultural, de saúde, de construção de formas cada vez mais amplas de democratização e outros.

A presença de classes proprietárias de meios de produção no socialismo de transição representa a presença de estranhos no ninho, especialmente no processo final da transição socialista. A transformação dessa propriedade privada em propriedade social de forma também suave vai depender da capacidade do Estado em realizá-la com o apoio ativo da esmagadora maioria da população e com o convencimento de que a propriedade privada chegou a seus limites.

Por outro lado, é difícil que o Estado mantenha essa capacidade se não contar com a presença e a ação ativa de um ou vários partidos comprometidos com

o objetivo socialista. Nos países desenvolvidos, assim como nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, essa questão voltou a ser tão importante quanto a questão do Estado. Como mostraram não só as experiências socialistas, mas também as experiências capitalistas, a construção de organizações políticas que tenham uma inserção profunda nas camadas populares é estruturalmente estratégica.

Nenhuma classe ou fração de classe social no capitalismo conseguiu firmar-se no poder político sem contar com um partido forte, no sentido de ter uma sólida base social e política de massa e, ao mesmo tempo, possuir um forte conjunto de quadros e militantes capazes de elaboração teórica e de operação prática, tanto no nível institucional, quanto na base da sociedade.

Portanto, no caso específico das classes trabalhadoras, uma organização que, além daqueles pressupostos, tenha estratégias e táticas políticas capazes de dividir as forças burguesas, isolando seus setores mais reacionários e conservadores, neutralizando ou ganhando os demais setores burgueses e pequeno-burgueses, e incorporando à luta os setores populares. E ainda que possua um estilo de trabalho que tenha as grandes massas do povo como seu foco principal, ao mesmo tempo em que realiza um trabalho institucional e de alianças políticas que acumule forças, radicalize as lutas democráticas e populares e não perca de vista seu objetivo estratégico de construir o socialismo.

RETROSPECTO DAS ALTERNATIVAS BRASILEIRAS

As primeiras reformas democráticas conhecidas pelo Brasil foram decorrência do processo de luta popular e nacional contra o nazifascismo, em meados do século XX. Elas levaram à anistia política, à legalidade de organização de partidos, inclusive comunistas, à eleição de uma Assembleia Constituinte, e à aprovação de uma nova Constituição, em 1946. No entanto, a eleição de um governo conservador (Eurico Gaspar Dutra) e de um congresso em que os representantes políticos dos latifundiários e da burguesia eram maioria esmagadora levou, logo depois, a um retrocesso nas liberdades políticas.

Nessa época, em especial para os latifundiários dominantes, liberdade e democracia liberal, mesmo formais, eram palavras impúblicáveis. A declaração da Guerra Fria contra o comunismo, estipulada na Doutrina Truman¹, estimu-

1. Nome pelo qual ficou conhecida a política externa adotada pelo governo norte-americano de Harry S. Truman em relação aos países do bloco capitalista. Visava conter a expansão do socialismo não pertencentes à zona sob influência da União Soviética. Teve o início formal quando em 12 de março de 1947 o presidente pronunciou discurso em que assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo. De imediato foram propostas a concessão de créditos para a Grécia e a Turquia e a colaboração financeira dos Estados Unidos na recuperação da economia dos países europeus. A ajuda americana não limitava-se ao campo econômico mas estendia-se ao campo militar o que deu origem à Guerra Fria. No campo econômico a Doutrina Truman foi responsável pelo chamado Plano Marshall. [N. E.]

lou as classes dominantes nativas a intensificarem o controle sobre qualquer movimento social e sobre os sindicatos. Para participar nas direções sindicais, os sindicalistas tinham que assinar atestados de ideologia. A repressão às greves e às manifestações públicas tornou-se corriqueira. O mandato dos deputados comunistas foi cassado e o funcionamento legal de seu partido foi proibido, embora contando com mais de 200 mil filiados.

Diante disso, os comunistas passaram rapidamente de uma política de colaboração de classes e apoio ao desenvolvimento capitalista nacional para uma política de revolução anti-imperialista e nacional-democrática, através da organização de uma frente democrática de libertação nacional. Adotaram também uma política de organizar sindicatos independentes, fora da estrutura sindical, ao mesmo tempo em que começaram a se interessar pelas lutas dos posseiros contra grileiros e latifundiários.

Apesar da política repressiva do governo Dutra, o sindicalismo oficial participou, em certa medida, de lutas operárias, e começou a tomar vulto o movimento nacionalista pela monopolização da extração e produção do petróleo e pelo controle na remessa dos lucros das empresas estrangeiras. Foi no bojo dessa reativação de movimentos operários e populares que Getúlio Vargas voltou ao governo, em 1951, procurando retomar a política de industrialização.

Sua medida mais contundente foi a aceitação, mesmo parcial, do monopólio estatal da extração e produção do petróleo, por meio da fundação da Petrobras. As políticas de Vargas, porém, ao mesmo tempo em que procuravam reforçar o desenvolvimento capitalista nacional, criando contradições com os latifundiários e com capitalismo internacional, não conseguiram fazer com que a burguesia reduzisse suas taxas de exploração, o que intensificou as lutas operárias.

Em 1953, após mudarem sua política de criação de sindicatos independentes e voltarem a atuar nos sindicatos oficiais, os comunistas tomaram a frente da greve geral operária por reivindicações estritamente econômicas. A classe trabalhadora firmou-se, assim, como um ator social e político importante, e aguçou o conjunto das disputas econômicas e políticas que opunham vários setores das classes dominantes ao governo Vargas. Paradoxalmente, os comunistas também se opunham a Vargas, somente diferenciando-se daqueles setores de direita por seu apoio às lutas operárias e populares.

Os acontecimentos que ameaçaram Vargas com um golpe militar, e o levaram ao suicídio, em 1954, causaram uma comoção nacional, levando grandes massas a manifestações de repúdio, inclusive contra os comunistas. Isto fez com que eles dessem uma guinada brusca de 180 graus em sua política, passando a propor uma frente conjunta com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eles

recuaram de seu projeto de revolução independente e ingressaram num esforço crescente para fazer com que a burguesia nacional não só se opusesse ao domínio imperialista, mas participasse ativamente da direção da luta pela reforma agrária e pelo desenvolvimento da economia nacional.

Na prática, juntamente com outras forças de esquerda, conformaram um projeto em que a burguesia brasileira teria um papel saliente na construção de uma sociedade capitalista democrática e independente. Sequer notaram que essa burguesia não tinha qualquer interesse na reforma agrária, embora fosse uma reivindicação burguesa clássica. E também não avaliaram que tal burguesia também estava empenhada em associar-se aos capitais imperialistas para o desenvolvimento capitalista no país. Desse modo, quando Juscelino Kubitschek, em 1956, lançou seu plano de crescimento de 50 anos em cinco, a maior parte da esquerda aliou-se a ele.

A implantação do projeto de desenvolvimento capitalista associado abriu as portas do país a grandes investimentos de empresas multinacionais estrangeiras e fez emergir novos setores burgueses e pequeno-burgueses nacionais, em geral associados ou subordinados ao capital estrangeiro, como por exemplo, a indústria mecânica de peças e componentes. Ao mesmo tempo, porém, fortaleceu quantitativamente a classe trabalhadora industrial, intensificou as contradições do desenvolvimento capitalista com a existência de grandes massas da força de trabalho presas ao latifúndio por laços extra-econômicos, e disseminou a luta de classes em grandes áreas do país.

No curso do espasmo de desenvolvimento capitalista, entre 1956 e 1963, ocorreram períodos de atenuação do sistema repressivo, forçado por grandes lutas dos trabalhadores e das camadas populares e nacionalistas, como as greves de 1957, que impuseram à burguesia concessões salariais e outras reformas econômicas, assim como maior distensão política democrática.

Os movimentos pela reforma agrária, por seu lado, forçaram a burguesia a movimentos de flanco. Ela continuava firme aliada do latifúndio, que ainda detinha a maior parte do poder de Estado. Mas essa reivindicação tipicamente democrático-burguesa mobilizava número crescente dos camponeses sem-terra, formados na ocasião principalmente pelos agregados que trabalhavam de favor nas terras dos latifundiários, e por posseiros.

Na cabeça dos setores conservadores da sociedade brasileira de então, constituídos tanto por latifundiários, burgueses nacionais e estrangeiros, quanto por setores da pequena-burguesia, as lutas operárias e camponesas poderiam eventualmente causar revoltas do tipo das que haviam ocorrido na China, no Vietnã e em outros países asiáticos e também africanos. Esse temor agravou-se com a realização da revolução cubana.

Foi nessas condições que a burguesia apoiou a extensão da legislação trabalhista ao campo, como forma de liberação da força de trabalho e modernização capitalista do latifúndio, ao mesmo tempo em que o país era mais intensamente aberto à exportação de capitais estrangeiros. Para dar continuidade a tal política, os setores sociais mais conservadores jogaram todas as suas cartas na eleição presidencial de Jânio Quadros, em 1960.

Esse demagogo profissional capitalizou os descontentamentos populares contra as contradições do desenvolvimento do período anterior, mas logo depois da posse adotou uma política que misturava falsos atos de esquerda, como a condecoração a Ernesto Che Guevara, com uma política de prática conservadora que tendia a criar uma situação favorável a um golpe de Estado personalista. O fracasso do golpe, tentado por meio do ato de renúncia à presidência, em 1961, gerou uma profunda crise política e militar, e quase descamba em guerra civil.

Embora as forças populares tenham saído vitoriosas desse enfrentamento, o processo de conciliação adotado por grande parte das forças progressistas, socialistas e comunistas manteve intocado o aparato militar golpista. O ovo da serpente continuou maturando. A continuidade da luta popular por reformas de base, incluindo a reforma agrária, assim como a crescente participação dos comunistas e socialistas no governo Jango, teve como contrapartida a intensificação do movimento das forças conservadoras e reacionárias, civis e militares. Elas pregavam e preparavam, de forma mais ou menos aberta, a derrubada do governo e a instauração de um projeto de desenvolvimento capitalista associado aos capitais estrangeiros, sem qualquer concessão aos trabalhadores, com a redução da participação de empresas estatais, e com o esmagamento de qualquer tentativa democrática de oposição a tal projeto. Tudo sob o véu da luta contra a comunização do país.

Entretanto, grande parte da esquerda, incluindo a maior parte dos comunistas, não acreditava nessa conspiração reacionária e disseminou a crença de que o dispositivo militar do governo Jango seria capaz de debelar qualquer nova tentativa de golpe militar. O que permitiu à instauração da ditadura militar, em 1964, não enfrentar resistência firme, constituindo uma regressão política cavernosa. Embora tenha formalmente mantido as eleições parlamentares, a existência de dois partidos políticos e o funcionamento do parlamento, a ditadura esmagou todas as liberdades públicas e reprimiu ferozmente todos os oposicionistas.

Em contrapartida, ela introduziu por decreto reformas capitalistas profundas no latifúndio, modernizando-o e expropriando o campesinato para atender à demanda de força de trabalho livre da indústria. Adotou o planejamento econômico, criou condições ainda mais favoráveis para a instalação de indústrias

capitalistas estrangeiras, inclusive quase liquidando totalmente o sistema ferroviário, para abrir campo ainda maior para o crescimento da indústria automobilística. Promoveu um choque inflacionário, para debelar a inflação e criar melhores condições para os investimentos externos.

Financiou a transformação dos antigos latifúndios em empresas capitalistas agrícolas e teve que edificar novas empresas estatais para a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial. E, para esvaziar qualquer movimento de resistência nas áreas camponesas, instituiu a aposentadoria rural, e estimulou a organização de sindicatos de trabalhadores rurais como órgãos responsáveis pelo pagamento dessas aposentadorias.

Os altos índices de crescimento, do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, promoveram o chamado milagre econômico. Foi obtido graças aos grandes investimentos estatais em infraestrutura, à modernização capitalista dos latifúndios, ao crescimento vertiginoso das forças de trabalho baratas provenientes do campo, ao contingenciamento dos aumentos salariais, à exportação de capitais estrangeiros, e ao esmagamento de qualquer tipo de reivindicação popular e democrática.

Mas esse milagre, promovido pelas reformas econômicas progressivamente capitalistas e pelas reformas políticas regressivas começou a mostrar seu esgotamento em meados dos anos 1970. Ele não havia conseguido eliminar as vulnerabilidades externas da economia brasileira, tanto financeiras quanto tecnológicas. Também não havia eliminado as contradições entre os diferentes tipos de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, e as empresas estatais, cujo desmantelamento fora uma das principais promessas do golpe militar à burguesia brasileira e estrangeira.

No confronto com as crises mundiais dos anos 1970, contradições foram intensificadas, levando um setor considerável da burguesia a reivindicar o fim do regime militar, a volta do regime civil e, novamente, o fim do que consideravam privilégios das estatais. Paralelamente, os problemas decorrentes da compressão salarial, do custo de vida, da redução da oferta de emprego para a grande massa que saíra do campo rumo às cidades, levaram a uma intensificação das lutas econômicas e sociais operárias e populares. A essas lutas reuniu-se diversos setores políticos que lutavam pelo fim das repressões e pela democracia.

Nesse contexto, os militares iniciaram uma retirada estratégica de modo a realizar uma reforma política restrita e manter o controle por trás das cortinas. No entanto, as lutas democráticas e econômicas ganharam uma dimensão que rompeu os limites impostos pelos militares. A anistia política se manteve em tais limites, mas as demais reformas políticas no capitalismo

brasileiro levaram a uma amplitude de liberdades políticas democráticas até então desconhecida na história brasileira.

Criou-se um contexto político em que, embora fosse mantida a falta de liberdade e de igualdade no acesso à propriedade dos meios de produção e à renda nacional, todas as forças políticas, inclusive socialistas e comunistas, passaram a agir livremente. A extensão do direito de voto aos analfabetos aumentou substancialmente o colégio eleitoral. A burguesia tinha a expectativa de que o voto dos grotões rurais e urbanos prevaleceria sobre o voto consciente, não levando em conta que a liberdade partidária poderia criar novas condições de disputa eleitoral e modificar as práticas tradicionais da compra e do cabresto de votos.

Esse conjunto de mudanças políticas criou uma situação em que a possibilidade de solução das contradições entre o crescimento capitalista monopolizado por corporações transnacionais e as demandas de um crescimento concorrencial com amplas formas não monopolistas e com redistribuição de renda pareceu viável. Não é por acaso que todas as eleições presidenciais, retomadas a partir de 1989, foram marcadas principalmente por disputas entre propostas de reformas capitalistas.

Em 1989, apenas as propostas do PT apareceram como reformas socialistas, acusadas como capazes de expropriar não só os capitalistas, mas também as classes médias e os pobres. As propostas das demais forças políticas apareceram como reformas tópicas no capitalismo, capazes de acabar com os marajás, os corruptos, os *carros-carroças* e outros defeitos ou falhas evidentes, mas não com o sistema de exploração do capital. A fraude perpetrada pela camarilha Collor resultou no *impeachment* presidencial, mas manteve a expectativa de solução através de reformas capitalistas neoliberais e da continuidade do processo eleitoral.

Como avalia Soares Campos (2012), a implementação das políticas econômicas neoliberais foi “facilitada” por governos eleitos democraticamente, frustrando as expectativas de que a reconquista da democracia implicaria em maior bem-estar para a maioria da população. Neste sentido, o “Estado Mínimo” representou uma mudança significativa no papel do Estado, para viabilizar o aumento da acumulação de capital. A fraude sobre a natureza das reformas foi mantida por dez anos, considerando que não se destinaram a resolver os problemas da sociedade, mas sim os problemas das corporações capitalistas. O resultado das reformas capitalistas neoliberais foi o aumento da miséria e do desemprego, e a destruição de parte importante da infraestrutura e da indústria nacional. Mas, a existência de alternativas partidárias manteve viva a possibilidade de reformas de outros tipos pela via eleitoral.

Nessas condições, pela primeira vez na história brasileira, e menos de 20 anos após o final do regime militar, houve a eleição de um governo de coalizão no qual se evidenciou uma aliança entre trabalhadores e setores da burguesia, na qual os trabalhadores e os socialistas estavam formalmente no comando. A burguesia brasileira, depois de haver ingressado de cabeça no neoliberalismo, mostrou-se incapaz de sair do desastre em que se meteu. Surgiu, assim, uma profunda divisão em seu meio, levando uma parte dela a apoiar a esquerda democrática e socialista a vencer as eleições presidenciais de 2002.

O Brasil tentava ingressar num novo desenvolvimento capitalista, tendo como herança um processo neoliberal extremamente destrutivo de sua força de trabalho, de seu parque industrial e de sua infraestrutura. Apesar disso, a burguesia conservadora neoliberal continuou mantendo poder sobre parte considerável da máquina governamental, assim como sobre os poderes Legislativo e Judiciário, e sobre os meios de comunicação social.

A hegemonia econômica da burguesia, com participação ativa das multinacionais monopolistas estrangeiras, apesar de tudo, fora reforçada com a privatização de empresas públicas, deixando o governo com poucos instrumentos de intervenção estatal na economia. O domínio da burguesia financeira sobre os demais setores da burguesia também continuava relativamente intocado. Os juros praticados pelo sistema financeiro impediam a maior parte dos investimentos produtivos, mas permitiam que grande parte da burguesia industrial e agrícola obtivesse altos lucros nas aplicações financeiras.

O sistema financeiro ameaçava retaliar, nacional e internacionalmente, qualquer tentativa de redução rápida das taxas de juros e de elevação dos investimentos públicos. A confusa leitura da correlação política de forças na ocasião colocou o governo na defensiva. Ele escolheu fazer uma ação de flanco para retomar o crescimento econômico, via crescimento do consumo das camadas mais pobres da população. Deixou, então, de mexer nos pontos macroeconômicos nevrálgicos dos juros, do câmbio, do superávit primário e das baixas taxas de investimento, e de tentar qualquer mudança política mais radical.

O programa reformista petista, vencedor das eleições de 2002, manteve-se estritamente nos limites das reformas capitalistas dentro do capitalismo. Embora de vez em quando se referisse a reformas de sentido democrático-popular e/ou socialista, não especificava seu significado. A reforma mais importante, embora incompleta, foi a que retomou em certa amplitude o papel do Estado na economia e na sociedade, revertendo o curso neoliberal de desmonte do aparelho estatal, de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos. Com base nessa reforma parcial foi possível adotar várias políticas econômicas progressistas, do ponto de vista capitalista.

As diversas políticas de transferência de renda para os mais pobres permitiram o crescimento econômico de setores industriais de produtos de consumo corrente. No entanto, os investimentos públicos e privados na reforma da infraestrutura e no desenvolvimento dos setores industriais de bens de capital praticamente não geraram qualquer mudança significativa. Essa situação, na verdade, se agravou com a emergência da China e de outros países em desenvolvimento. Por um lado, contribuiu para a contenção da inflação mundial e brasileira, e para o crescimento do mercado mundial de commodities minerais e agrícolas, elevando as exportações brasileiras e seu saldo comercial. Por outro lado, os baixos preços dos produtos industriais daqueles países empurraram ainda mais a desindustrialização dos setores que já vinham nesse processo desde os anos 1980.

A alta dos preços das commodities agrícolas levou o agronegócio a ampliar suas áreas de plantio em detrimento da produção de alimentos para o mercado doméstico. Isso reduziu a oferta de alimentos em relação ao aumento da demanda causada pela melhoria do poder de compra da população beneficiada pelo aumento do salário mínimo, e pelos programas de transferência de renda. A continuidade da política de transferência de renda para populações pobres, de modo a ampliar o mercado, assim como a elevação do salário-mínimo e o aumento do poder aquisitivo de setores expressivos da população criou contradições com a oferta relativamente reduzida de alimentos e bens de consumo corrente.

Contradições que tendiam ao agravamento, paradoxalmente, com a retomada do planejamento, a elaboração de projetos executivos, a execução de obras, o aumento dos empregos, a redução dos juros, e o maior acesso ao crédito. Essas tendências aumentavam a resistência de setores burgueses alimentados pelo rentismo desbragado, os quais pretendiam manter suas altas taxas de rentabilidade. Por outro, aumentavam as tensões populares em relação aos preços, às dificuldades de transportes e à impossibilidade das camadas excluídas terem acesso à educação, à saúde e à moradia.

Tensões que tendiam a explodir ante as consequências das calamidades naturais, a escolha tecnocrática de prioridades na utilização de recursos públicos, e aos diversos casos de malversação desses recursos. Os índices de popularidade do governo não deixavam ver com clareza os ressentimentos difusos que se disseminavam entre várias camadas populares e médias da população. Criou-se uma situação extremamente contraditória, embora de conflito retardado.

O emprego foi elevado de forma consistente, praticamente englobando a maior parte do exército industrial de reserva com qualificação mínima para ser ativado pelo mercado de trabalho. Mas as gerações excluídas, formando alguns

milhões de pessoas, não tiveram tempo nem condições para estudar e qualificar-se profissionalmente, criando o paradoxo do falso pleno emprego com milhões de pessoas sem condições de acessar o mercado de trabalho. Isso talvez explique o fato de que, ao invés de diminuir, os diferentes tipos de criminalidade parecem haver aumentado, paralelamente ao aumento do emprego e da renda da população trabalhadora e das classes médias.

Os planos de pacificação, empreendidos por algumas cidades, como o Rio de Janeiro, apenas estão transferindo os bolsões de criminalidade de algumas regiões para outras, enquanto em cidades como São Paulo, a criminalidade assumiu o aspecto de guerra civil não declarada.

A inclusão de milhões de trabalhadores assalariados no mercado de trabalho, tanto industrial, quanto nas áreas de serviços e comércio, introduziu uma mudança importante no perfil da antiga classe assalariada. Em primeiro lugar, mesmo considerando a permanência de setores mais velhos e com alguma experiência proletária, os setores que agora compõem a classe dos trabalhadores brasileiros são relativamente novos, não tendo experiência da relação capital-trabalho, nem consciência dos problemas dessa relação, que só a luta de classes é capaz de produzir.

A classe assalariada da agricultura, dos serviços e do comércio, em geral dispersa, ainda é proporcionalmente maior do que a classe assalariada da indústria, em geral mais concentrada. Tendo saído de uma situação precária de desemprego ou subemprego, também é natural que, durante algum tempo, os diferentes setores da nova classe trabalhadora sintam-se beneficiados pela situação de emprego e ainda temam perdê-lo prematuramente. Daí o fato de que os primeiros setores operários a reivindicar direitos econômicos e melhoria nas condições de trabalho foram os daqueles ramos econômicos que estão aquecidos e onde é mais evidente a falta de trabalhadores minimamente qualificados, como é o caso da construção civil.

Do ponto de vista social e político, houve incentivo à participação popular na formulação de reformas democráticas, foram iniciadas mudanças no sistema educacional, adotou-se a política de cotas nas universidades públicas. O Sistema Único de Saúde (SUS) e o sistema de atendimento previdenciário foram melhorados em certo grau, entre outras medidas. Entretanto, as reformas não tocaram no domínio monopolista da economia brasileira. Elas não conseguiram elevar de forma consistente os investimentos nos principais gargalos do chamado Custo Brasil (produção de alimentos para o mercado doméstico, novas plantas produtivas industriais, infraestrutura energética, de transportes e comunicações, ciências e tecnologias). As reformas também não aumentaram de forma significativa o papel do capital estatal na economia, nem avançaram

na regulamentação dos dispositivos democratizantes da Constituição de 1988, mesmo sendo todas de caráter democrático-capitalistas.

Significa que as grandes corporações nacionais e estrangeiras não têm qualquer interesse em assistir ao aumento da competição capitalista no mercado interno, apesar de suas constantes declarações de amor à livre concorrência. Precisam continuar praticando altos preços administrados como uma das formas de se contraporem à queda da taxa média de lucro, resultante da elevação da produtividade do trabalho e da extração apenas de mais-valia relativa. Também não têm qualquer interesse na queda substancial da taxa básica de juros, já que suas aplicações financeiras constituem outro instrumento importante na luta para evitar a queda da taxa média de lucro.

Tais limitações monopolistas e rentistas a reformas capitalistas que intensifiquem a participação da agricultura de alimentos domésticos e a instalação de novas indústrias que elevem a competição ou a concorrência no mercado, são obstáculos sérios ao desenvolvimento das forças produtivas, ao crescimento do emprego industrial e, em geral, à superação da massa de excluídos existente na população brasileira. São, portanto, uma barreira a qualquer política efetiva que elimine a miséria e reduza a violência no país.

Não significa, todavia, que tais limitações não possam ser superadas por uma combinação de mobilizações sociais, ações parlamentares, pressões jurídicas e programas governamentais. Estes últimos, por exemplo, podem articular as ações para a solução dos principais problemas sociais de mobilidade urbana e interurbana, saúde, educação, moradia, saneamento e oferta barata de alimentos com o desenvolvimento industrial daqueles setores indispensáveis à construção e funcionamento da infraestrutura daqueles serviços e produtos sociais.

Tal combinação pode elevar o poder de interferência do Estado no mercado, desfazer o poder de monopólio e intensificar a competição, reforçar a capacidade indutora industrial das empresas estatais, e aumentar a participação de diferentes tipos de micros, pequenos e médios capitais nacionais no conjunto da economia.

Uma democratização econômica desse tipo pode permitir um maior crescimento da renda nacional e uma melhor distribuição da renda, nesse caso incluindo a melhoria das condições de moradia, educação, cultura, saneamento, saúde e transportes. E pode criar condições para aprofundar os direitos democráticos, aumentar a participação popular na administração do Estado, tornar mais evidente a igualdade entre homens e mulheres, ampliar a liberdade religiosa, e subordinar o aparato do Estado aos interesses da maioria do povo.

Não deixa de ser um paradoxo que o avanço de reformas desse tipo, eminentemente burguesas ou capitalistas, tenda a se chocar com a necessidade im-

periosa de reprodução ampliada do modo de produção capitalista no formato em que existe no país. Esse modo de produção, ainda subdesenvolvido, mas monopolizado, pretende aumentar sua concentração e centralização, e elevar sua produtividade e sua taxa de extração de mais-valia relativa. Isto reduz a participação do trabalho vivo na produção e o faz se confrontar prematuramente com a queda da taxa média de lucro. Sua saída tem sido obter lucros extras na especulação financeira e na exportação de capitais para regiões de força de trabalho mais baratas. Em ambos os casos, o capital entra em contradição com os interesses da sociedade nacional e, portanto, em contradição com o avanço daquelas reformas.

A partir de 2008, quando os Estados Unidos entraram em crise, o Brasil apresentou condições macroeconômicas muito mais favoráveis para enfrentar a crise, e saiu relativamente ileso das destruições que ela vinha causando em países em desenvolvimento que não haviam diversificado seus parceiros comerciais, nem tinham no mercado chinês uma demanda consistente. Mesmo assim, o ritmo de crescimento puxado pelo consumo começou a mostrar menos força. Para conseguir um crescimento de 7% em 2009, o governo teve que adotar algumas medidas de choque, que se mostraram incapazes de sustentar ritmo idêntico nos anos posteriores. Ficou evidente que o crescimento somente pela via do consumo começava a bater no teto, sendo necessário complementá-lo fortemente com um crescimento baseado em investimentos.

Ademais, a infraestrutura logística continuava desempenhando um papel extremamente negativo na formação dos custos e preços, retirando qualquer competitividade dos manufaturados brasileiros, além de reduzir os ganhos nas exportações das commodities minerais e agrícolas. Nesse contexto, vieram à tona com mais força os problemas estruturais inibidores dos investimentos produtivos, como os juros exageradamente altos, o estoque relativamente pequeno de capital acumulado pelo Estado e pelo empresariado nacional, a monopolização da maior parte da economia brasileira por corporações multinacionais e transnacionais, e o câmbio valorizado pela ação do capital estadunidense em desvalorizar o dólar.

A queda de braço entre o governo e as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, intensificou-se à medida que o governo procurou reduzir as taxas de retorno dos investimentos em infraestrutura e, paralelamente, exercer um controle estatal mais estrito sobre as obras. O capitalismo voltou a apresentar sua velha tradição liberal, e também neoliberal, de ter o Estado fora da economia. E o mote “privatiza já!” voltou a encher as páginas dos jornais, os noticiários das emissoras de rádio e televisão, e os livros de conhecidos e desconhecidos teóricos do capital sem amarras.

Como acentua Pinheiro Guimarães (2013), todo o noticiário sobre Mercosul, Aliança do Pacífico, Parceria Transpacífica e China tem a ver com um embate ideológico entre duas concepções de política de desenvolvimento econômico e social. A primeira afirma que o principal obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento é a ação do Estado na economia. Essa ação, seja através de empresas estatais, ou através de políticas tributárias e creditícias, distorceria as forças de mercado e prejudicaria a alocação eficiente de recursos. Numa visão privatista, fundamentada na premissa de que todos os Estados partem de um mesmo nível de desenvolvimento, o capitalismo caboclo e estrangeiro voltou a reivindicar uma política de eliminação dos obstáculos ao comércio e à circulação de capitais; de não discriminação entre empresas nacionais e estrangeiras; de eliminação de reservas de mercado; de mínima regulamentação da atividade empresarial, inclusive financeira; e de privatização de empresas estatais.

Era essa a situação em que se encontrava o Brasil no início de 2013. Uma situação ainda mais complexa diante da extensão da crise financeira e econômica para a Europa, da redução do ritmo de crescimento da economia chinesa, e dos planos norte-americanos de estabelecer zonas de livre comércio com a Europa e com a Ásia. Em tais condições, a situação contraditória de conflito retardado, que permeava os planos de desenvolvimento econômico e social, cujas linhas mestras pareciam inexistentes, tendia a desdobrar-se em episódios de diferentes formas.

No Congresso Nacional, a pretensa base de sustentação do governo tendia cada vez mais a transformar-se numa base própria de oposição aos projetos do governo, embora exigindo cada vez mais participação em cargos e decisões. No Judiciário, a corte suprema do país ingressou num processo intenso de criminalização da política e de desmonte do PT, a pretexto de combate à corrupção. No próprio governo, setores liberais e neoliberais tenderam cada vez mais a adotar, ou retomar, medidas de aumento dos juros, contenção dos salários, e aumento do desemprego, a pretexto de combater a inflação.

A destruição de pontes de diálogo entre o governo, os movimentos sociais e as grandes massas da população se intensificou à medida que os indígenas reivindicavam o reconhecimento da posse de suas terras ancestrais e em que os pequenos agricultores exigiam mais financiamentos para elevar a sua produção. E em que as ruas se encheram de multidões reivindicando transporte público decente e barato, mais saneamento, mais educação, mais saúde e maior combate à corrupção.

PROJETOS BRASILEIROS ATUAIS

O Brasil, embora um país capitalista em desenvolvimento, enfrenta resis-

tências variadas, como vimos, para manter tal desenvolvimento. As resistências vêm de setores da própria burguesia, que preferem manter seus instrumentos de obtenção de altos lucros através de instrumentos financeiros e monopolistas, supostamente imunes à concorrência e às crises. E veem também de setores populares, que associam o desenvolvimento à exploração da força de trabalho, destruição do meio ambiente, caos urbano, carestia, pobreza, miséria, exclusão social, discriminação de raça, gênero, orientação sexual, situação de classe, corrupção e a outras sequelas. O que não deixa de ser verdade. O problema é que a falta de desenvolvimento agrava todos esses males.

276

Os teóricos capitalistas, com exceção dos neoliberais, aproveitam-se dessa contradição para afirmar que qualquer projeto de desenvolvimento capitalista é melhor do que estagnação. Com certa razão, eles debitam vários dos problemas que assolam grande parte da população brasileira ao relativamente baixo desenvolvimento capitalista brasileiro. Mas eles não responsabilizam a burguesia pelo saneamento básico inexistente na maior parte dos municípios, caos e favelização urbana, analfabetismo e educação do século XIX, rede de saúde incapaz de atender a maior parte da população, escassez relativa de alimentos agrícolas e bens de consumo corrente, rede de transportes cara e ineficiente etc.

Eles responsabilizam o poder de Estado, como se a burguesia nada tivesse a ver com os tipos de Estado que tivemos no Brasil, pelo menos desde a República velha, quando o capitalismo começou a dar os primeiros passos no país. Por isso, quando falam das potencialidades positivas do capitalismo, eles são obrigados a apresentar os exemplos dos capitalismo desenvolvidos, que superaram esses problemas, em grande parte como resultado da luta dos seus trabalhadores e pela possibilidade de extrair lucros suplementares das colônias e das semicolônias. É lógico que seria demais pedir a eles que admitissem isso e listassem os novos problemas que os capitalismo desenvolvidos enfrentam.

De todo modo, os teóricos capitalistas liberais possuem um projeto próprio de desenvolvimento. Eles procuram desdenhar a crise sistêmica do capitalismo desenvolvido e apresentam a possibilidade de construir ou modernizar empresas social e ambientalmente responsáveis. Estas seriam capazes de produzir de acordo com as demandas do mercado, evitando tanto a especulação e o colapso financeiro, quanto os danos aos trabalhadores e à natureza.

Não dizem como vão controlar as corporações transnacionais, onde a hegemonia do capital financeiro determina todas as ações para acumular ainda mais capitais. Nem como vão determinar as taxas de juros e as taxas de câmbio que atendam aos interesses do conjunto da sociedade, e não da minoria da minoria burguesa, cujo cálculo econômico é determinado pela ganância do lucro máximo. Ou de taxas de retorno incompatíveis tanto com a reprodução

civilizada da força de trabalho, quanto com a exploração sustentável dos recursos naturais.

Em outras palavras, eles negam reconhecer que um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil somente será viável se a circulação do capital financeiro das corporações transnacionais for controlada. E se grande parte desse capital for direcionado para atividades produtivas atualmente inexistentes ou escassamente desenvolvidas no país, como aquelas relacionadas à mobilidade urbana e interurbana de massa, à saúde, à educação, ao saneamento, e à forte produção de alimentos para o mercado doméstico.

A história da burguesia brasileira tem demonstrado que ela é incapaz de confrontar o capital monopolista estrangeiro, preferindo associar-se a ele, mesmo que seja para ficar com as migalhas. Por outro lado, também tem demonstrado que o Estado brasileiro, ao conquistar certa autonomia frente às classes dominantes, pré-capitalistas, como no caso de Vargas nos anos 1930, e no caso da ditadura militar, nos anos 1960 e 1970, pode impor a elas modelos de desenvolvimento que não correspondem exatamente ao que pretendiam.

Vargas impôs a construção da indústria pesada. A ditadura militar, embora tenha aberto ainda mais o país à sanha dos capitais multinacionais, aumentou o número de empresas estatais a um nível insuportável, tanto para a burguesia nacional, quanto para a burguesia estrangeira. Nessas condições, não é uma suposição fora do tempo e do lugar que uma coalizão de governo dirigida por forças políticas de esquerda possa levar o Estado a conquistar certa autonomia e realizar um desenvolvimento capitalista que subordine os apetites burgueses dominantes aos interesses da massa da burguesia.

Da mesma forma que também não é fora do tempo e do lugar a possibilidade de introduzir reformas democráticas e socialistas nesse desenvolvimento, de modo a realizar reformas e criar enclaves socialistas e, mais adiante, transformá-los no setor principal, subordinando o desenvolvimento capitalista aos objetivos socialistas. No entanto, embora possam ser dirigidos por forças políticas de esquerda, e partam do pressuposto do papel autônomo do Estado e do desenvolvimento capitalista, esses projetos não são semelhantes. Na prática teremos, de um lado, um projeto de desenvolvimento puramente capitalista e, de outro, um projeto de desenvolvimento com reformas democráticas e socialistas. Seus objetivos, estratégias e táticas são diferentes e devem levar a resultados diferentes.

Um projeto de desenvolvimento puramente capitalista pode comportar pelo menos três variantes, uma de industrialização autônoma, uma de industrialização maquiladora e uma de industrialização agrícola. Elas podem ser associadas, discrepantes, ou de transição de uma para outra. No momento, a situação

brasileira ainda é uma combinação dessas três variantes, com certa predominância das industrializações agrícola e maquiladora. Estas exercem um poder econômico monopólico, mas se confrontam com a presença da industrialização autônoma, relativamente fragmentada.

Essa situação, que perdura desde os anos 1970, ingressou num processo discrepante pelo sucateamento ou destruição neoliberal da infraestrutura de transportes e comunicações, e pela devastação do parque industrial. Ela impõe aos processos de crescimento econômico ritmos espasmódicos de baixa intensidade, com ondas curtas de aumento do emprego e ondas longas de aumento do desemprego. Portanto, com ondas curtas de ascensão social via consumo, e ondas longas de aumento da pobreza, miséria e exclusão social.

Embora o Estado possa agir no sentido de executar programas de transferência de renda, que pressionem em alguma medida o crescimento da industrialização autônoma, isto encontra limites. Primeiro, no crescimento mais rápido do poder de compra das populações pobres do que no crescimento mais lento da oferta de alimentos e bens de consumo corrente, que pressionam a inflação. Depois, nas políticas macroeconômicas liberais e neoliberais de juros altos e câmbio flutuante, que travam o crescimento e pressionam o desemprego.

A ação mercantil da industrialização maquiladora, em geral monopolista, impõe altos preços administrados à economia como um todo, inclusive a pretexto de um suposto alto custo da mão de obra. Causa, portanto, uma permanente pressão sobre a inflação, e erige-se como obstáculo ao desenvolvimento da industrialização autônoma, que pode levar ao aumento da concorrência, forçando a redução de custos e preços.

A essa ação monopolista maquiladora se junta a industrialização agrícola, que legitima-se ao permitir a obtenção de saldos comerciais com a venda de commodities agrícolas no mercado internacional. Aproveita-se para avançar não só através da introdução de novos avanços científicos e tecnológicos, que elevam a produtividade do solo e do trabalho, mas também por meio da expropriação da agricultura de alimentos para o mercado doméstico, aumentando os problemas da seguridade alimentar e dos preços de reprodução da força de trabalho. Seus pontos fracos residem em sua dependência de altos financiamentos do Estado ou de capitais externos, e nas flutuações dos preços no mercado internacional, atrelados aos movimentos financeiros das corporações transnacionais.

Para romper esse círculo vicioso, o projeto de desenvolvimento puramente capitalista teria que colocar sob rédea curta os capitais financeiros, dispersar os monopólios, democratizar a propriedade capitalista, dar prioridade à industrialização autônoma, e continuar executando políticas de transferência de renda, articuladas à educação, à qualificação profissional e à saúde. Ou seja,

teria que dar ao Estado um poder autônomo que chocaria não só os interesses da burguesia transnacional neoliberal, mas também os interesses daqueles setores burgueses liberais que temem enfrentar o poder do capital dos países capitalistas avançados.

A experiência dos últimos dez anos de governo liderado por forças de esquerda evidencia esses obstáculos para romper com o grande capital, superar qualquer tipo de política neoliberal e dar um salto na tentativa desenvolvimentista via aumento do consumo. No governo Dilma Rousseff, obstáculos tornaram-se maiores, o que explica suas tentativas de avanço no enfrentamento do capital, tanto neoliberal quanto liberal, e seus frequentes recuos e concessões. Mesmo porque, desconectado de uma forte mobilização social de suporte, num país sem tradição histórica democrática, o governo se vê ameaçado, de forma sibilina ou aberta, por golpes antidemocráticos, mesmo de novo tipo. Isso coloca o país, constantemente, sob o risco de retornar a um capitalismo estagnado, como aquele que dizimou suas forças produtivas durante os anos 1990, ou um capitalismo extremamente concentrado, como aquele dos anos 1970.

Um projeto de desenvolvimento com reformas democráticas e socialistas, de modo a criar enclaves socialistas no desenvolvimento capitalista e, mais adiante, transformar tais enclaves no setor principal, subordinando o desenvolvimento capitalista aos objetivos socialistas, teria que promover um salto nas atuais tentativas de desenvolvimento para concretizar-se.

Seria necessário que o conjunto ou a maior parte das forças de esquerda se convencesse de que o desenvolvimento capitalista ainda está colocado na ordem do dia da revolução brasileira. Nenhum governo, socialista ou não, pode furtar-se dele. Por outro lado, a situação inusitada de termos um governo dirigido pelas esquerdas democrática, socialista e comunista coloca na ordem do dia a necessidade de delinear um caminho de desenvolvimento que não seja exclusivamente capitalista. Delineamento que não pode ser resolvido retirando do termo desenvolvimento seu qualificativo capitalista, ou mascarando-o com uma salutar redistribuição de renda e programas de melhoria da moradia, educação, saúde e outras condições de vida da população.

Em outras palavras, no Brasil da atualidade, se os socialistas querem avançar na criação de condições para a transformação social, eles terão de desenvolver, em termos econômicos, as formas de propriedade que trazem na sua essência a possibilidade de sua transformação em formas socialistas. Terão que desenvolver tanto as forças produtivas capitalistas, quanto as forças produtivas estatais, públicas, cooperativas e solidárias, compreendendo que tais forças podem cooperar entre si, em determinadas circunstâncias, e competir e entrar em conflito, em outras. Isso, sem dúvida, inclui consórcios estatais-privados, como

no caso da concessão de aeroportos, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, ferrovias, portos e outras obras de grande porte, para as quais é necessário mobilizar recursos financeiros consideráveis. E deveria incluir também a formação de novas estatais, para o aceleração de setores de ponta, e a transformação de todas as empresas estatais em instrumentos indutores de industrialização.

É inconcebível, por exemplo, que as estatais elétricas, com enorme experiência no setor, não operem como participantes na implantação de indústrias de turbinas, geradores e outros equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica. Consórcios estatais-privados também deveriam atuar para o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas capitalistas, industriais e agrícolas, na perspectiva de romper os oligopólios das grandes burguesias, estrangeiras e nacionais, reforçar a pequena e a média burguesias e, portanto, incentivar a competição entre elas. O mesmo dever em relação às cooperativas e empresas solidárias. Porém, em qualquer desses casos, é ilusão supor a possibilidade de escapar da competição do mercado capitalista, por um tempo razoavelmente longo.

Talvez seja duro para os socialistas e comunistas brasileiros, numa situação mundial em que o capitalismo dos países desenvolvidos coloca em evidência suas contradições mais profundas, ouvir dizer que, para o desenvolvimento do Brasil, ainda está colocada na ordem do dia a utilização do capital. Não é fácil, no momento em que se proclama que um outro mundo é possível, aceitar que o resultado mais palpável do desenvolvimento desigual do capitalismo é a necessidade de empregar o capital para desenvolver as forças produtivas. Isto, mesmo que haja alguma revolução política no país, dirigida pela esquerda.

No entanto, a longa experiência socialista de quase 100 anos mostra que, para desenvolver as forças produtivas, condição básica para cristalizar um outro mundo, ainda é necessário contar com a força da propriedade capitalista e do mercado, sob firme direção de um Estado que tenha autonomia e força suficiente para orientar seu desenvolvimento e corrigir a anarquia mercantil.

Autonomia e força que o Estado terá que conquistar através de políticas que, por um lado, facilitem a mobilização das forças sociais objetivamente interessadas nas mudanças econômicas, sociais e políticas de caráter democrático e socialista e, por outro, realizem uma administração macroeconômica coerente com os investimentos estatais e privados nos setores estratégicos prioritários e com as relações comerciais diversificadas. Tudo de modo a criar um modelo de desenvolvimento industrial e agrícola que combine a inovação científica e tecnológica com a geração de empregos e o crescimento da renda *per capita*.

As políticas macroeconômicas precisam manter a inflação baixa, utilizar os juros para incentivar os investimentos e tratar o câmbio como instrumento

de política de desenvolvimento industrial, garantindo um equilíbrio entre oferta e demanda. Mello (2013) apresentou a desindexação da economia brasileira como uma ferramenta para continuar avançando no processo de crescimento.

Com razão, afirmou que a indexação incluía políticas de compra garantida e financiamento e apoio técnico às lavouras de produtos de difícil estocagem, além de diversos outros preços administrados, todos eles reajustados por índices de inflação inadequados. E sugeriu avançar na constituição de índices de custos setoriais, que permitam maior equidade nos reajustes. O que não é fácil, tanto do ponto de vista econômico, quanto político, se não houver clareza na estratégia que deve transformar a política de crescimento em política de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, associadas a políticas de apoio às formas econômicas capitalistas, micro, pequenas, médias, além do reforço das propriedades estatal, pública e solidária.

Mello também sugeriu a renegociação ou ruptura de alguns monopólios estabelecidos. Para ele, essa batalha já teve início, particularmente nos setores de energia elétrica, transportes administrados pelo poder público e na utilização dos bancos públicos para elevar a concessão de crédito e reduzir os *spreads*. Apesar disso, ainda de acordo com ele, importantes setores oligopolistas mantêm seu poder de determinação de *mark-up*, o que limita qualquer política de combate à inflação. Em outras palavras, a batalha contra os monopólios não pode ficar limitada à macroeconomia existente. Para que ela seja realmente vitoriosa será necessário que o setor estatal tenha força econômica equivalente aos monopólios privados, algo que hoje talvez só exista no setor de petróleo e gás e no setor de energia elétrica.

Os investimentos estatais precisam concentrar-se em áreas estratégicas, tanto as que impactam direta e positivamente o padrão de vida do povo, quanto aquelas que elevam a produtividade do solo e do trabalho. Ou seja, aquelas relacionadas com os alimentos e os bens industriais de consumo doméstico, criação de novos empregos, moradia, educação, saúde, distribuição de água, saneamento básico, transportes urbanos e interurbanos, distribuição de energia elétrica e arborização urbana, cuja prioridade pode variar de lugar para lugar. A essas áreas, no momento, estão articuladas as reformas e modernizações da infraestrutura, sobretudo da malha ferroviária, navegação fluvial e marítima, portos, hidrelétricas e sistemas integrados de transportes.

A expansão dos investimentos em infraestrutura precisa estar intimamente ligada ao desenvolvimento das áreas estratégicas que impactam diretamente a vida do povo e, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento econômico como um todo. Deve contribuir para a redução dos custos e preços e para a elevação da competitividade dos produtos. As áreas estratégicas que elevam a produtividade

do solo e do trabalho são aquelas relacionadas com a instalação de plantas de fabricação daqueles setores que estão na ponta do desenvolvimento científico e tecnológico. Isto é, terras-raras, aeroespacial, carros elétricos, *softwares*, *tablets*, biogenética, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa, energias renováveis, base química, base mecânica e eletrônica, telecomunicações e infraestrutura digital. Isto é, aquelas áreas que vão contribuir de forma mais incisiva para modificar os modelos de relação entre os homens e entre os homens e a natureza.

Os investimentos e o desenvolvimento econômico e social também precisam estar articulados com as políticas de exportação e importação, tendo em conta não só as condições internacionais favoráveis de comércio, mas também os desafios que tais condições colocam diante do país. O Brasil pode ser consolidado como um dos maiores exportadores globais de alimentos, energia e commodities minerais e metálicas, mas deve ter cuidado para não prejudicar a produção de alimentos para o mercado doméstico, nem dilapidar seus recursos naturais. Por outro lado, o Brasil pode aproveitar essa vantagem competitiva para importar e adaptar bens de capital e inovações científicas e tecnológicas internacionais, de modo a concentrar seus esforços de pesquisa e desenvolvimento em áreas novas, que futuramente também possa exportar. Para isso, precisará aprofundar suas relações com as áreas mais dinâmicas de desenvolvimento científico e tecnológico, e também de consumo, que migraram para a Ásia.

Tendo em conta sua escassez de capitais próprios, estatais e privados, o Brasil precisa de políticas que guiem e condicionem os investimentos estrangeiros. Para começar, é preciso impedir investimentos que apenas adquirem plantas industriais, comerciais e de serviços já existentes. Essas aquisições somente devem ser permitidas se estiverem associadas a projetos de ampliação e criação de novas plantas. Portanto, à elevação da produção.

Além disso, investimentos externos só são positivos se impulsionarem o adensamento das cadeias produtivas industriais e só devem ser aceitos se transferirem novas ou altas tecnologias a seus associados nacionais, estatais ou privados. Também é crucial uma política de importações que facilite a entrada de mercadorias que contribuam ao desenvolvimento industrial e científico. Sem regras claras para investimentos e importações que busquem elevar as cadeias produtivas nacionais, as empresas brasileiras não conseguirão disputar os caminhos competitivos do mercado mundial.

A estratégia de internacionalização de empresas brasileiras deveria ser revista, tendo em conta a necessidade de concentrar os investimentos nas áreas estratégicas internas. A internacionalização somente deveria ser permitida e estimulada no caso de que ela conduza a um fluxo maior de capitais e

inovações científicas e tecnológicas para o Brasil, ou abra mercados novos e mais amplos para as exportações brasileiras.

Especial atenção terá que ser dada à reforma do atual modelo agrícola, que tem como carro chefe a agricultura industrial e comercial, o chamado agronegócio. Desde 2002 ocorreu um aumento mundial do preço das commodities agrícolas, seja pelo crescimento da demanda dos grandes países asiáticos, seja pelo deslocamento da produção do milho e de outras culturas para a produção de biocombustíveis. A produção e as exportações de soja e milho brasileiros subiram exponencialmente, tornando atrativos os investimentos nessas commodities mesmo diante da rentabilidade dos ativos financeiros.

A eclosão e a expansão da crise financeira do mercado de hipotecas *subprime*² nos Estados Unidos levaram os fundos de investimentos especulativos e outros setores do sistema financeiro a fazerem os investimentos em commodities saltarem de 13 bilhões de dólares para 260 bilhões de dólares, entre o final de 2003 e março de 2008. Os preços das 25 principais commodities minerais e agrícolas subiram, em média, 183%, gerando hiperinflação nos preços dos ativos financeiros em alimentos. Os preços locais de carnes, ovos e leite, assim como das terras de agricultores familiares sofreram forte impacto, criando uma situação grave e complexa para a segurança alimentar da população brasileira.

Essa situação tem prejudicado a produção de alimentos para o mercado doméstico, cuja maior responsabilidade caiu sobre a agricultura familiar e as pequenas e médias empresas agrícolas capitalistas. O agronegócio aumentou sua pressão para apropriar-se dos solos mais férteis, seja grilando, adquirindo ou arrendando as terras de pequenos e médios produtores, justamente no momento em que a melhoria do padrão de renda da população mais pobre deu um salto, exigindo uma maior oferta de alimentos.

Não é por acaso que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2013) constatou que, durante os últimos anos, a alimentação fora e dentro dos domicílios registrou expressivo aumento de preços devido ao aumento do emprego, da massa de salários e consequente elevação na demanda. Ou seja, justamente no momento em que a elevação da demanda de alimentos se tornou crucial para o sucesso da política de crescimento econômico, a demanda internacional por commodities levou o agronegócio a

2. O conceito tornou-se conhecido ao longo do segundo semestre de 2007, quando os mercados financeiros foram sacudidos por notícias de elevadas perdas no financiamento de imóveis nos Estados Unidos, o que ameaçou a saúde de importantes bancos e fundos de investimento. Subprime são hipotecas de maior risco ou de segunda linha. Com o excesso de liquidez no mercado internacional nos últimos anos, os bancos e financeiras dos Estados Unidos passaram a financiar a compra de casas a juros baixos para pessoas com histórico de crédito ruim, tendo o próprio imóvel como única garantia. Mas veio a queda nos preços dos imóveis e os bancos ficaram ameaçados de não reaver os empréstimos feitos. [N. E.]

expandir-se sobre solos e recursos públicos, criando obstáculos ainda maiores ao desenvolvimento das pequenas e médias propriedades, e colocando em risco não só a seguridade alimentar, mas também o controle da inflação.

Infelizmente, o governo não se deu conta do que estava ocorrendo e perdeu uma oportunidade impar para assentar alguns milhões de produtores rurais sem-terra e para consolidar um modo de produção camponês ou capitalista agrário democrático, que se contraponha, econômica e politicamente, ao latifúndio, ou monopólio capitalista agrícola.

Sem uma ação eficaz para ampliar substancialmente o número de pequenos e médios produtores de alimentos para o mercado interno, e aumentar sua área agrícola e sua segurança contra o avanço do agronegócio, quaisquer políticas complementares estarão fadadas ao fracasso. Políticas de compras diretas, mesmo contando com a intervenção da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), assim como políticas de industrialização dos pequenos e médios produtores, tenderão a encontrar um número cada vez menor de lavradores e criadores rurais.

As questões-chaves consistem em intensificar os assentamentos de reforma agrária; barrar a expansão da compra, arrendamento e grilagem de terras pelo agronegócio; ampliar o crédito e o financiamento para a produção de alimentos; garantir o fornecimento de sementes melhoradas; isentar de tributos o uso da terra e a comercialização de alimentos agrícolas para o mercado interno; intensificar a construção de infraestrutura de educação, saúde, apoio técnico, apoio administrativo e jurídico nas áreas rurais; intensificar a construção da infraestrutura de energia elétrica, armazenamento, transportes e comercialização. Isto é, criar ao lado e como contraponto ao latifúndio capitalista, um forte campesinato ou capitalismo agrário democrático, capaz de garantir a seguridade alimentar do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, reforçar as forças sociais antimonopolistas.

O Estado também pode administrar o processo de desemprego tecnológico de modo a evitar a pauperização e a exclusão dos desempregados. Pode adotar políticas que transformem a queda da lucratividade em pouso suave das empresas em economias voltadas para atender as necessidades do conjunto de suas populações. E pode transformar o desenvolvimento científico e tecnológico de terror da concorrência e do desemprego tecnológico em bem-estar social se o Estado garantir formas de reciclagem profissional e elevação do conhecimento científico e tecnológico em articulação com os sistemas de seguro desemprego e serviços comunitários.

Em suma, um projeto de desenvolvimento com reformas democráticas e socialistas terá que combinar uma política industrializante, inclusive na agricultura, que comporte diferentes formas de propriedade: estatal; privada; pública

não-estatal; mistas, incluindo associações público-privadas, público-públicas, público-cooperativas, cooperativo-privadas. Essas diferentes formas de propriedade devem concorrer no mercado, inclusive para demonstrar aquelas que são mais avançadas do ponto de vista técnico-científico, de sua produtividade, das relações de trabalho, e de sua responsabilidade social e ambiental.

As empresas estatais, combinando sistemas de responsabilidade governamental com autogestão, e modernizando-se constantemente para elevar a eficiência econômica e o bem-estar social, devem funcionar como instrumentos do Estado para orientar o desenvolvimento econômico, social e ambiental do conjunto da sociedade. Portanto, devem ajudar as políticas macroeconômicas a remediar as distorções do mercado e avançar no processo de constante redistribuição e elevação da renda, elevação educacional, científica e cultural, universalização da saúde pública, e civilização da mobilidade e da vida urbana e rural.

No entanto, nada disso será viável se o Estado não se transformar num servidor democrático do povo, mesmo que isto seja feito paulatinamente e passo a passo. Somente com um Estado desse tipo, que conquistou autonomia em relação às velhas classes dominantes burguesas e se torne, cada vez mais, um comodato de poder em que as classes trabalhadoras e as demais classes populares tenham voz e voto predominante, será possível avançar no sentido de fazer com que o capitalismo se subordine à perspectiva socialista.

O que depende, na atual situação, das forças de esquerda, a começar pelo PT, terem uma clara noção das classes em evolução na sociedade brasileira. Isto é, de seus interesses fundamentais, de suas formas espontâneas e organizadas de luta, e de suas possíveis alianças estratégicas e táticas. E também dos desafios que a expansão mundial do capitalismo coloca diante de todos os povos, em geral, e do povo brasileiro, em particular. Em outras palavras, que as forças de esquerda entendam a dinâmica real da luta de classes e desafios históricos que a sociedade brasileira coloca diante de tal luta, e resolvam as questões de ordem estratégica e tática capazes de superar tais desafios.

QUESTÕES DE ESTRATÉGIA E TÁTICA

Durante o período neoliberal, parte da esquerda brasileira, embora não tenha acreditado totalmente no fim da história, capitulou à ideia de que as classes e a luta de classes haviam deixado de ser o motor da história. Suas análises sociais e conjunturais não tomavam as classes e suas lutas como parâmetro principal. E, quando se referiam a classes sociais, tendiam a tomá-las como classificações referentes a rendas e posse de bens de uso, e não à clivagem da propriedade dos meios de produção.

Em contraposição, parte da esquerda também tomou como dogma a tese de que o capitalismo comportaria apenas duas classes sociais antagônicas, embora a sociedade brasileira apresente maior complexidade de classes. Assim, multiplicaram-se visões que se tornaram fatores de confusão na elaboração teórica programática e estratégica, e na definição teórica e prática das táticas econômicas, sociais e políticas.

Não foram poucos os que acreditavam que proletariado, classe operária e classe trabalhadora assalariada fossem apenas conceitos relacionados ao operariado industrial. Assalariados no comércio e nos serviços não pertenceriam à classe operária. Em vista disso, acreditaram que a fragmentação da burguesia, promovida pela desindustrialização dos anos 1990, ao introduzir a redução e a fragmentação do proletariado industrial, teria simplesmente extinguido essa classe e liquidado seu papel histórico.

Não foram poucos os pensadores de esquerda que enxergaram na desindustrialização, e na consequente redução da fração industrial do proletariado, o mesmo tipo de desindustrialização e descarte do proletariado que ocorre nos países capitalistas desenvolvidos. Numa reengenharia teórica inversa, chegaram à conclusão de que não haveria mais chances da indústria se desenvolver no Brasil. E que a recuperação da fração industrial da classe dos trabalhadores assalariados brasileiros seria impossível.

É relativamente vasta a quantidade de textos à procura de novos atores revolucionários, na suposta impossibilidade das sociedades pós-industriais gerarem trabalhadores manuais assalariados. Para eles, a fração industrial da classe trabalhadora estaria fadada ao desaparecimento. Tese que continua forte em virtude da inércia desindustrializante do período neoliberal continuar atuante, apesar dos esforços de reindustrialização.

A nova industrialização brasileira ainda está longe de alcançar a envergadura de vários países asiáticos e africanos. Porém, bastou o pequeno crescimento econômico promovido pelo aumento do consumo para mostrar que a fração industrial da classe dos trabalhadores assalariados pode crescer, se o país ingressar no mesmo ritmo de desenvolvimento daqueles países. Em conjunto, em especial pelo aumento mais rápido de sua fração de serviços, o número de assalariados voltou a crescer e, inclusive, a protagonizar algumas das primeiras lutas econômicas do período recente, com as greves dos operários da construção civil.

Essa classe trabalhadora em crescimento, que alguns teóricos buscam classificar como classe média, possui características diferentes da classe trabalhadora que se formou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A classe trabalhadora que emergiu, em 1978, como principal ator social do país, e foi a base de fundação do PT, era oriunda principalmente das zonas rurais. Ela resultou de

uma parte do campesinato expulso de suas terras pela modernização ditatorial do latifúndio, que se sentiu momentaneamente satisfeita com as possibilidades de emprego urbano, recebendo salários e benefícios sociais. Classe que somente descobriu o segredo da exploração capitalista e os efeitos do regime ditatorial no curso de uma década de pequenas lutas e paulatina organização sindical.

A nova classe trabalhadora atual, por sua vez, é oriunda das milhões de famílias urbanas que haviam sido expulsas do campo e se viram fora das possibilidades de emprego, renda e benefícios sociais ao explodir a crise dos anos 1970. Famílias que haviam se integrado ao caos urbano, em favelas de morros e encostas de risco, margens de rios e mangues, encravadas nos bairros de classe média ou em periferias longínquas. Famílias que, por mais de duas décadas, foram excluídas do acesso ao mercado de trabalho, sobrevivendo de trabalhos eventuais, e sem acesso à escolaridade e à formação profissional. E parte das quais constituiu uma ampla ralé, lumpenproletariado, subproletariado, ou classe excluída, cujo acesso a bens de uso passou a se dar através do banditismo, do tráfico de drogas e de outros meios extra-econômicos e antissociais.

Portanto, ao lado de uma classe trabalhadora assalariada fragmentada e dispersa, persistiu um exército de reserva do capital, na prática uma *classe excluída*. Uma classe que pode tanto servir como força de trabalho para a reprodução ampliada do capital, quanto como força destrutiva contra o movimento dos trabalhadores e das classes populares.

A luta de classes no Brasil envolve não só a burguesia, a classe trabalhadora assalariada e essa classe excluída, mas também uma massa extensa de pequenos proprietários de meios de produção, urbanos e rurais. Tais proprietários, muitas vezes, trabalham sozinhos seus meios de produção, ou com a participação de alguns assalariados. Ou são obrigados a assalariarem-se eventualmente para complementar sua renda, como acontece com minifundiários que trabalham como boias-frias em colheitas agrícolas comerciais.

Envolve, ainda, uma massa de assalariados de alta renda que, com isso, conseguem exercer o duplo papel de assalariados e donos ou associados de algum tipo de capital. Ou que, mesmo não sendo donos ou associados de capital, têm um padrão de vida que pode se assemelhar aos pequenos ou médios capitalistas, passando a pensar como se capitalistas fossem. Essa classe intermediária, espremida entre a burguesia e a classe trabalhadora assalariada e a classe excluída, chamada classe média ou pequena-burguesia, busca se tornar burguesa, embora seus membros sejam constantemente expropriados e transformados em proletários ou excluídos.

Historicamente, tanto em outros países quanto no Brasil, ela tem se dividido entre o apoio à burguesia e o apoio ao proletariado, ao mesmo tempo em

que seus setores mais radicais, de um lado e do outro, tentam assumir a direção de qualquer processo de mudança, seja reacionário e conservador, seja revolucionário. Muitas vezes, elementos dessa classe transitam com facilidade de um extremo a outro, em virtude de sua própria natureza dúplice.

São as contradições entre essas classes, e dentro de cada uma delas, que produzem as discrepâncias entre os programas e as estratégias de seus representantes políticos. Programas e estratégias políticas têm como demanda preliminar, mesmo quando são elaborados em termos positivos, os interesses que vão substituir ou os interesses que vão preservar. Em outras palavras, têm que ter claros seus inimigos principais e seus inimigos secundários, de modo a isolar e golpear os primeiros, e neutralizar ou ganhar os demais como aliados eventuais.

Na história da esquerda brasileira, essa questão tem constituído uma das principais dificuldades. Num passado recente, a burguesia era tomada como um todo homogêneo, sem divisões sérias, e tomada como o inimigo que deveria ser derrotado em bloco como condição para a construção de outro mundo. Todos os padrões, mesmo aqueles que tinham poucos assalariados, eram englobados na divisão entre ricos e pobres. Somente com a experiência da luta de classes foi possível notar que, embora comportando a mesma natureza exploradora, a burguesia era composta de frações que se digladiavam. E que a maior parte delas tinha como principal concorrente e agente concentrador e centralizador das riquezas materiais e financeiras as grandes corporações empresariais.

Essas corporações reúnem indústria, finanças, comércio e serviços como um conjunto unificado, tendo o lucro financeiro como cerne. No Brasil, onde as forças produtivas ainda não alcançaram alto nível de desenvolvimento, essas corporações monopolizam a maior parte da economia, sendo um empecilho ao desenvolvimento do próprio capitalismo concorrencial, ou smithniano³ como chamam alguns, e da democracia política. Nessas condições, o programa ou estratégia da esquerda deveria concentrar seu fogo contra o domínio dessas corporações, ou dessa fração da burguesia, procurando neutralizar ou ganhar as demais frações burguesas para uma transição socialista.

A discussão sobre as estratégias de desenvolvimento no Brasil compreendem, pelo menos, duas vertentes ou enigmas a resolver sobre a definição do inimigo principal e o papel da nova classe trabalhadora na luta de classes no Brasil. Uma dessas vertentes defende a impossibilidade do capitalismo, por sua natureza, promover bem-estar, desenvolvimento social e democracia. O desenvolvimento capitalista tem provocado grandes massas pobres e miseráveis,

3. Relativo ao pensamento de Adam Smith (1723-1790), filósofo e economista escocês, teórico do liberalismo econômico. Autor do livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776.

causado uma brutal destruição ambiental, e desnacionalizado a maior parte da economia brasileira. Portanto, como nas atuais condições brasileiras qualquer desenvolvimento terá que ser capitalista, tal constatação a leva a ser contra qualquer tipo de desenvolvimento.

A partir daí, essa vertente se dispersa em vários ramos, que encontram sua razão de existência em movimentos de defesa dos indígenas, dos quilombolas, da ecologia e assemelhados, cujo eixo principal consiste em impedir a construção de novas hidrelétricas, ferrovias, portos, indústrias etc. Não aceitam que a solução dos problemas desses setores oprimidos depende, em grande medida, das riquezas que o desenvolvimento pode gerar. E que, nas condições do capitalismo, o maior aporte que o desenvolvimento gera, contrário à própria existência do capital, é a formação de uma grande classe trabalhadora.

A outra vertente acredita na impossibilidade de a classe trabalhadora crescer e desempenhar algum tipo de papel histórico se não houver desenvolvimento capitalista. O que é um dilema não só para as forças política de esquerda, mas também para a burguesia que, para crescer no estágio de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, se vê obrigada a aumentar o número de trabalhadores assalariados, seus opostos sociais e, em perspectiva, também políticos.

Mas, para a esquerda, pelo menos para aquela parcela que é anticapitalista e que luta, como diz Mészáros, pela erradicação do capitalismo, não é fácil admitir que o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados dependa do crescimento do capitalismo. Ou seja, que o desenvolvimento capitalista tem como aspecto positivo o crescimento e a organização produtiva da classe trabalhadora, como parte do desenvolvimento das forças produtivas.

Ambas as vertentes têm dificuldade em compreender que a transformação da classe trabalhadora assalariada numa força social de combate decorre de seu aprendizado nas relações com o capital e com as demais classes existentes na sociedade brasileira. Como no passado de todas as classes trabalhadoras, em cada país, as melhorias em suas condições de vida e na ampliação dos direitos democráticos, mesmo burgueses, precisam ser conquistadas com lutas. Só desse modo a classe trabalhadora aprende, pouco a pouco, a natureza do capital e se torna, de colaboradora passiva no processo produtivo e na vida social, em opositora ativa do sistema.

Demanda, portanto, tempo e muito suor. Tem, ainda, como aspecto central a participação ativa da classe trabalhadora assalariada no aprendizado econômico e político nas lutas pela melhoria das condições de vida, pela igualdade entre mulheres e homens e entre todos os seres humanos, pela participação democrática e pela soberania nacional. É necessário porque o capitalismo ainda é pouco desenvolvido e porque foram criadas condições

históricas, sociais e políticas para a esquerda participar no governo central, inclusive como força dirigente.

Desde 2003, o PT tem a presidência da República e a direção de vários ministérios, assim como a direção de governos estaduais e municipais. Esse cenário colocou o partido na difícil situação não somente de não poder abdicar do capitalismo, mas também de ter que tratar do desenvolvimento de um capitalismo dominado por grandes corporações estrangeiras e nacionais monopolistas ou oligopolistas. Um capitalismo no qual a maior parte das empresas nacionais sofreu um intenso processo de destruição, fragmentação e estagnação produtiva e tecnológica, em que a fração industrial da classe trabalhadora está fragmentada e ainda é sua menor parcela, e em que persiste uma massa excluída de proporção maior do que certas pesquisas populacionais captam. E no qual os poderes do Estado ainda são hegemônicos e dominados pelas diversas frações burguesas.

Olhando o mundo atual em perspectiva, não é difícil constatar que o capitalismo foi capaz de gerar uma abundância produtiva imensa, mas que seu desenvolvimento criou um absurdo civilizacional ao manter bilhões de pessoas sem acesso a tal abundância. E que, quanto mais as grandes corporações empresariais monopolizam a economia dos diversos países, mesmo dos ainda pouco desenvolvidos, como o Brasil, mais elas colocam em risco o próprio desenvolvimento burguês. Isto é, emparedam as empresas capitalistas não corporativas, ameaçam a já limitada democracia econômica da burguesia, comprimem a democracia social e se confrontam com a necessidade de liquidar a própria democracia política.

São essas discrepâncias que abrem a possibilidade de apresentar, no Brasil, um programa ou estratégia de transição socialista, que preveja a continuidade de empresas privadas como condição para o desenvolvimento das forças produtivas sociais e para a construção socialista. Não será mais aquilo que André Singer (2013) chamou de espírito anticapitalista, ou alma do Sion⁴. Nem o espírito temeroso da alma do Anhembi⁵, onde foi aprovada a Carta aos Brasileiros da campanha presidencial do PT, em 2002, que assumiu a ambígua tática de continuidade do neoliberalismo, que alguns pretenderam manter como estratégia.

No ambiente das reformas democráticas dos anos 1980, o PT reiterou uma ideia estratégica do pensamento socialista e comunista. Isto é, que a emancipa-

4. Refere-se ao momento de fundação do Partido dos Trabalhadores, com reunião realizada no Colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. [N. E.]

5. O Parque Anhembi é um complexo de exposições e feiras localizado na cidade de São Paulo. [N. E.]

ção da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora. Por outro lado, confundiu a contradição fundamental de qualquer sociedade capitalista, entre capital e trabalho, como a contradição principal da sociedade brasileira naquele momento histórico. Não se deu conta de que a contradição fundamental só se transforma na contradição historicamente principal quando o capitalismo houver concentrado e centralizado, em um pequeno número de burgueses, a esmagadora maioria da massa de meios de produção da sociedade. Desse modo, ele reúne no polo oposto uma massa crescente de forças de trabalho sem condições de acesso ao trabalho.

Em sociedades como a brasileira, em que o capitalismo ainda não fechou as portas para diversos tipos de desenvolvimento capitalista, a contradição fundamental é a que separa o capital do trabalho, mas a principal contradição histórica momentânea pode ser outra. Nessas condições, por um lado, o PT demonstrou radicalidade em reiterar que o capitalismo não muda sem a luta pelo socialismo. Porém, por outro, foi incapaz de distinguir a contradição principal da sociedade brasileira da contradição fundamental entre capital e trabalho, e ficou devendo um programa ou uma estratégia que respondesse à situação real do Brasil, em que ainda há espaço para a implantação de uma série considerável de reformas de caráter democrático-burguês. E, também, para a introdução de reformas de caráter socialista, pelas dificuldades da própria burguesia nacional em cumprir o que deveria ser seu papel histórico.

Não é por outro motivo que há uma imensa concordância na necessidade imediata de instituir, no Brasil, medidas que assegurem o caráter público e universal à educação e à saúde; implantem o imposto sobre grandes fortunas; taxem fortemente os lucros das empresas monopolistas; realizem a reforma agrária, fortaleçam a agricultura familiar e criem uma agroindústria ecológica; submetam o sistema bancário ao interesse coletivo; assegurem o controle público das ações do Estado; descriminalizem o aborto; democratizem os meios de comunicação em todos os níveis; deem fim à concentração fundiária urbana; garantam o domínio do país sobre seus recursos hídricos, florestais, biológicos e minerais; intensifiquem os trabalhos de unificação política e econômica dos países latino-americanos; protejam os biomas ameaçados pelos interesses econômicos; mudem radicalmente o modelo de transporte público; combatam a corrupção pública e privada; impeçam o financiamento privado das eleições; criem mecanismos de controle externo dos poderes públicos; consolidem a subordinação do aparato militar ao poder civil; e imponham a formação democrática a todas as instituições militares e policiais.

É provável que existam outras medidas necessárias, mas como se pode notar por essas, todas são de natureza democrático-burguesa. Na história dos

países capitalistas, muitas dessas medidas foram conquistadas pelas lutas de classe dos trabalhadores, contra a própria burguesia. Todas elas abrem o campo para o desenvolvimento posterior do socialismo, mas não representam *mudanças socialistas*. Elas só ocorrem quando parte da propriedade privada dos meios de produção, circulação e distribuição se tornar propriedade social, e quando o Estado se tornar um instrumento de poder principalmente a serviço da classe trabalhadora e das demais camadas populares da população.

Isto marca uma diferença de qualidade entre o capitalismo e o socialismo. Tal diferença entre capitalismo e socialismo está longe de ser consensual na esquerda. Alguns, em especial os que se engajaram na esquerda após a vitória eleitoral de 2002, temem ou não querem realizar mudanças que reforcem essa diferença qualitativa. Para eles, basta realizar maquiagens de reformas e pinturas das favelas, sem ouvir o que realmente suas populações precisam e querem, que tudo se resolverá.

Outros, por sua vez, confundem o desenvolvimento capitalista com o desenvolvimento socialista e acreditam que já constroem o socialismo no Brasil. Baseiam-se no fato de a burguesia reacionária considerar comunista qualquer medida democrática, e da burguesia conservadora considerar socialista qualquer programa de cunho social. Em sentido oposto, há setores da esquerda que consideram que um desenvolvimento de caráter socialista terá necessariamente o mesmo caráter de destruição ambiental do capitalismo, e buscam uma *terceira via de não crescimento e não desenvolvimento*, sem considerar que seu resultado deve ser uma estagnação mais profunda do que a do período de predomínio neoliberal.

E, certamente, há aqueles que continuam com a ideia de que socialismo é igual à transformação plena da propriedade dos meios de produção em propriedade social. Não acham necessário considerar o estágio alcançado pelo desenvolvimento desses meios de produção. Portanto, para eles, qualquer revolução social no Brasil teria que propor-se a realizar uma construção socialista de tipo soviético, talvez apenas expurgada do totalitarismo stalinista.

A sugestão de que se possa diferenciar o desenvolvimento capitalista, mesmo que contenha enclaves socialistas, do desenvolvimento socialista, mesmo que contenha enclaves capitalistas, não faz parte das considerações de grande parte da esquerda. Apesar disso, nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil há uma real possibilidade de que ambos os caminhos possam ser trilhados.

Eles podem mesmo parecer de natureza idêntica. Porém, da mesma forma que na bifurcação das espécies, num determinado estágio de sua evolução, um dos caminhos subordinará o outro, que tende a perecer. O que exige, da esquer-

da, em especial do PT que dirige o governo, uma visão clara da possibilidade de transformar o caminho de desenvolvimento capitalista, atualmente predominante, em caminho de desenvolvimento socialista. No estágio de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, o caminho socialista terá que conviver com uma proporção de enclaves capitalistas que contribuam para completar aquele desenvolvimento. Se o PT e as demais forças de esquerda se limitarem a reiterar que um governo dirigido por elas têm como objetivo transformar o Brasil num país de classe média, elas na prática ficarão nos limites da suposta revolução democrática e nos limites do desenvolvimento capitalista.

Para evitar isso, e ingressar no desenvolvimento socialista, além de radicalizar as lutas pelas reivindicações democrático-burguesas, será necessário incrementar os enclaves socialistas na economia, nas condições sociais e no poder político.

Na economia, reforçar a presença de empresas estatais e empresas públicas como instrumentos de orientação do desenvolvimento econômico. Ou seja, criar empresas de propriedade social que ganhem envergadura para competir no mercado com as empresas capitalistas e forçá-las a baixar custos e preços sem prejudicar as forças de trabalho.

No campo social, agir no sentido de que os meios de vida fundamentais das camadas populares, como alimentos, moradia, transportes, saneamento, educação e saúde tenham preços baixos ou sejam gratuitos, garantidos por serviços públicos eficientes.

No terreno político, criar mecanismos de base, intermediários e superiores que garantam a participação democrática ainda maior dos setores populares na definição das estratégias e medidas práticas de desenvolvimento econômico, social e político, e exerçam o controle social sobre as instituições de poder político.

Esse programa pode pôr em prática as transformações que a sociedade brasileira requer para se transformar numa nação capaz de assegurar a todos os seus cidadãos o exercício efetivo de direitos e garantias individuais e, sobretudo, coletivos. Ou seja, pode instituir um padrão civilizatório em que o desenvolvimento das forças produtivas permita reduzir a jornada de trabalho, retardar o ingresso no mercado de trabalho, elevar a educação e a cultura, e reduzir a destruição da natureza, até poder instituir um metabolismo de trocas equivalentes entre a humanidade e ela.

Portanto, a radicalização das demandas democrático-burguesas é essencial para aprofundar o que alguns chamam de *revolução democrática*. Mas ela certamente não é suficiente para transitar do desenvolvimento capitalista, mesmo com enclaves socialistas, para o desenvolvimento socialista, mesmo com encla-

ves capitalistas. Se a esquerda não conseguir gerar um movimento de massificação dos enclaves e da proposta socialista no curso da *revolução democrática*, e como uma etapa ainda mais elevada de democratização da sociedade brasileira, quase certamente a bifurcação do atual desenvolvimento será a continuidade do predomínio capitalista.

A extinção total ou parcial dos enclaves socialistas existentes poderá ocorrer num movimento idêntico ao que ocorreu no período neoliberal. E a derrota da esquerda no governo talvez ocorra na mesma proporção e de forma semelhante à derrota e transformação da social-democracia europeia. Não é por acaso, em especial após as grandes manifestações de rua em junho de 2013, que o PT e as demais forças de esquerda sejam obrigados a retomar seu debate sobre o desenvolvimento do capitalismo e a necessidade de recolocar o socialismo em pauta.

A questão central para a consecução da estratégia socialista consiste na compreensão do papel do Estado. Essa questão se torna ainda mais complexa e premente porque o atual Estado, como diz Pochmann (2013), é um Estado truncado que, na melhor das hipóteses, pode distribuir a riqueza já produzida, mas não é capaz de ser promotor do desenvolvimento. Situação que se agrava com a presença de correntes sociais e políticas, à direita e à esquerda, que defendem a necessidade de o Estado não fomentar o desenvolvimento.

O PT e a esquerda no governo são acusados, por ambos os extremos, de intensificar os desequilíbrios sociais e ambientais com suas políticas de crescimento, mesmo aquelas que estão voltadas apenas para dar melhores condições de consumo para as populações mais pobres. Tais correntes não distinguem entre o *consumismo* e a retirada de alguns milhões de brasileiros da situação de miséria.

No entanto, como também mostraram as manifestações populares de junho de 2013, a retirada de alguns milhões de brasileiros da situação de miséria foi apenas um pequeno passo. É enorme a lista de demandas da população brasileira. Esta quer transportes urbanos civilizados e baratos, saneamento básico, e produção suficiente de alimentos e bens de consumo corrente. Quer educação e saúde universais. E não admite mais a corrupção, nem a violência policial e do lumpenproletariado, que se confundem. Ou seja, o Estado e os partidos que o disputam não podem continuar truncados e incapazes de realizar um desenvolvimento que responda àquelas demandas. Têm que ser transformados rapidamente num Estado e em partidos que saibam auscultar permanentemente as ansiedades, insatisfações e demandas das grandes massas da população e tenham a capacidade de atendê-las.

Dessa forma, o conceito de *revolução* em seu verdadeiro sentido de transformação de quantidade em qualidade, e desta qualidade em nova quantidade,

é independente da forma em que tal transformação ocorra. Do ponto de vista político, não basta que haja a emergência das massas na vida política para que isso conforme uma revolução na estrutura do Estado ou da sociedade.

Essa emergência pode, eventualmente, produzir uma situação revolucionária, que se desdobre, ou não, numa revolução conflituosa ou pacífica. Esse desdobramento depende das classes populares não desejarem mais viver como até então, e não terem mais nada a perder. E das classes dominantes não poderem mais dominar como até então, e de estarem ou não dispostas a perder os anéis para não perder os dedos. Por isso, confundir revolução política com formas de luta, pacíficas ou armadas, algo que faz parte da propaganda negativa burguesa, e também do pensamento de parte da esquerda, apenas serve para dispersar a atenção dos problemas programáticos.

Os problemas das formas de luta só podem ser decididos diante da ação concreta da burguesia contra a emergência das massas na vida política, não antes. Se a burguesia não aceitar sobreviver durante um longo período subordinada a um Estado socialista, para salvar-se da destruição de curto prazo da monopolização corporativa, isso poderá levar a uma revolução conflituosa. No entanto, se a burguesia aceitar pacificamente aquela sobrevivência, isso constituirá uma revolução no desenvolvimento capitalista, que se transforma em desenvolvimento socialista com participação capitalista. Mas ainda será uma revolução de transição, como foi a maior parte das revoluções burguesas dos séculos XVII a XIX, em que o capitalismo conviveu com formas pré-capitalistas de produção, por tempos razoavelmente prolongados. Ou como está sendo o recuo estratégico das revoluções que, antes, haviam ingressado na construção socialista de tipo soviético mas, agora, adotaram a construção socialista de mercado.

Um dos problemas complexos para uma reformulação estratégica desse tipo no Brasil consiste na evolução conjuntural que assedia o governo Dilma e as forças de esquerda. Enquanto alguns consideram que estamos em pleno curso da revolução democrática, embora nem sempre vislumbrem o socialismo na ponta dessa revolução, outros discordam de que as condições atuais sejam melhores para o socialismo, no Brasil e no mundo. Principalmente para aqueles sob influência panglossiana⁶, a crise do capitalismo estaria sendo vencida pelas forças democráticas. O declínio dos capitalismo desenvolvidos seria irreversível e não sobraria a eles outra alternativa que submeter-se à realidade e conformar-se com a submissão a uma nova ordem internacional multipolar, à ascensão dos BRICS e às demandas populares em seus próprios países.

6. Refere-se ao Dr. Pangloss, personagem do romance *Cândido*, de Voltaire (1694-1778), caracterizado por sua grande disposição para ver as coisas pelo lado mais favorável, mesmo nas mais severas adversidades. [N. E.]

Esses pensadores parecem não enxergar o ressurgimento de forças fascistas e nazistas, tanto nesses países, quanto na periferia do mundo, nem os esforços da grande burguesia para gerar múltiplos focos de conflitos e guerras, e derrubar governos que não comunguem com seus interesses. Honduras, Paraguai, Líbia, Síria, Mali e sistemas globais de espionagem na internet seriam pontos fora da curva, e não parte de experimentos e movimentos perigosos para reverter o declínio do capitalismo desenvolvido, e barrar qualquer avanço democrático efetivo.

Para outros, porém, seria o neoliberalismo que estaria ganhando. Ele estaria armando uma nova onda neoliberal, sob a rubrica da diminuição do custo do trabalho e da velha agenda conservadora. É evidente que seria ingenuidade não tomar nota ou desconsiderar o grande esforço que as burguesias das potências capitalistas realizam no sentido de retomar tal agenda e armar uma nova onda neoliberal, empurradas pelas corporações transnacionais, sob o comando de seus setores financeiros. Uma virada desse tipo certamente teria repercussões negativas sobre os países em desenvolvimento, como o Brasil. No entanto, por outro lado, embora seja certo que o socialismo ainda não retornou aos corações e mentes dos trabalhadores e dos desempregados e excluídos pelo capital, é preciso considerar se o capitalismo desenvolvido tem condições de retomar o caminho neoliberal.

Paradoxalmente, os únicos caminhos contraditórios que parecem restar aos países capitalistas desenvolvidos consistem na disseminação de guerras e na exportação de capitais para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Em ambos os casos, incrementam a desindustrialização interna, a falência financeira de seus Estados e a acumulação de capitais em mãos de uma minoria cada vez menor. Por sua vez, ela se obriga a reexportar novamente os capitais, seja na forma de armas, destruições massivas e industrialização de novos concorrentes, numa espiral inversa, que aprofunda a desindustrialização interna, a falência dos Estados desenvolvidos e a perversa acumulação de capitais.

É uma ciranda muito mais complexa e perigosa do que aquela que levou ao precipício o antigo império romano e o moderno império britânico. É essa ciranda, associada à necessidade do capital erguer sua ambígua bandeira de democracia, que parece conformar uma situação de equilíbrio instável entre o progresso das revoluções democráticas e o retrocesso da contrarrevolução capitalista. Talvez o mais adequado seja considerar que, onde a revolução democrática avança, somente se consolidará caso ingresse no desenvolvimento socialista. E, onde a regressão capitalista ocorre, tende a causar mais desarranjo e destruição que desenvolvimento, sendo indispensável enfrentá-la combinando democracia e socialismo.

Nessas condições, no Brasil, as perspectivas acima exigem a discussão das questões estratégicas, relacionadas com a democracia e o socialismo, e sua ligação estreita com os atuais problemas e desafios táticos, de ordem econômica, ambiental, social e política. Na economia, como diz Mattoso (2013), a necessidade da expansão e consolidação do investimento é evidente. Ela resulta tanto das demandas históricas e crescentes da infraestrutura, do setor produtivo e do setor social, quanto da necessidade de se assegurar a elevação de um crescimento econômico sustentável, considerando a inevitável menor expansão do consumo das famílias.

É premente responder às demandas de alimentos e bens de consumo em maior volume e mais baratos, e resolver os gargalos de infraestrutura relacionados com as demandas sociais. Ambientalmente, é fundamental superar o que alguns chamam de maniqueísmo entre desenvolvimento e meio ambiente, que levou o país a tentar resolver tal maniqueísmo por meio da redução do volume dos reservatórios das hidrelétricas, tendo como resultado a ativação de termelétricas poluentes. Nas demandas sociais é necessário dar um salto na infraestrutura de transportes urbanos e na quantidade e qualidade da educação e da saúde, apesar de tudo o que foi conquistado nessas áreas. E, na política, é preciso aproveitar a paúra geral causada pelas massas populares nas ruas para aprovar as reformas democratizantes no sistema eleitoral e nas telecomunicações, e para reforçar a construção ideológica, política e organizativa da esquerda.

André Singer (2013), por exemplo, defende como programa tático a consolidação das leis sociais, de modo a constitucionalizar alguns avanços dos governos petistas, a exemplo do direito universal ao programa Bolsa Família; o fim do fator previdenciário; o abandono das políticas de desoneração; a redução da jornada do trabalho; o delineamento claro de uma política de reindustrialização em novas bases; a taxação imediata das grandes fortunas e a garantia de recursos de PIB para a educação e a saúde; e o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Programas táticos como esses, que respondem às insatisfações e demandas das grandes massas populares e médias da população, podem unificar os setores de esquerda, atrair setores do centro, neutralizar setores da centro-direita e isolar a direita, contribuindo para o avanço estratégico.

Nesse sentido, é preciso considerar o retrocesso gerado pelo neoliberalismo no processo de construção partidária, dando valor absoluto a pretensos aspectos técnicos e institucionais, a serem discutidos e solucionados no âmbito parlamentar e judiciário, em detrimento da política e da relação com as ansiedades e demandas das grandes massas do povo. Os partidos de esquerda, inclusive o PT, parecem haver sucumbido a isso, alheando-se de suas bases sociais, e da pauta econômica, social e política que deveriam representar.

Na prática, os movimentos sociais viram-se impelidos a deglutir os problemas que incomodavam grandes setores da população, apesar e por causa dos avanços obtidos nos dez anos de governos dirigidos pelo PT. Esses problemas não conseguiam entrar na sua pauta de discussão e nem dos partidos aliados de esquerda. Entravam, sim, na pauta dos partidos de direita e de ultraesquerda como petardos de luta contra o governo dirigido pelo PT, como se ele apresentasse oposição à solução de tais problemas e ao atendimento das reivindicações populares. Os movimentos sociais e as massas trabalhadoras e médias que elevaram seu poder aquisitivo e suas condições de vida justamente nos últimos dez anos, ficaram órfãos dos aparelhos ideológicos, culturais e artísticos que os partidos de esquerda, segundo Gramsci, poderiam utilizar para criar uma nova cultura, na qual os trabalhadores se identificassem como classe e como alternativa ao que existe.

A explosão popular de junho de 2013 foi expressão dessa orfandade, colocando os partidos de esquerda, em particular o PT, diante da necessidade de um movimento interno de retificação de suas políticas e de suas formas de atuação. Além de realizar a redefinição de seus objetivos programáticos e estratégicos, tendo em consideração as mudanças do capitalismo no mundo e no Brasil, talvez precise resgatar várias das formas de atuação militante de seus primeiros anos de vida. E, ao mesmo tempo, subordinar o trabalho parlamentar e institucional à política de interesse dos trabalhadores e da maior parte da população brasileira, de modo a que seus parlamentares, ministros, prefeitos e governadores não sejam confundidos pelas grandes massas do povo com os oportunistas e corruptos que assolam a institucionalidade brasileira.

Concomitantemente, terá que elevar a disputa ideológica e política a um novo patamar para fazer frente ao partido da mídia que, por sua vez, monopolizaram os meios de comunicação e o transformaram num instrumento de formação ideológica e política, no sentido de manter a hegemonia cultural sobre as diversas classes da sociedade brasileira. Isto demanda substituir a confusão, predominante em boa parte do PT e da esquerda, entre liberdade de expressão e liberdade de monopolizar a propriedade dos meios de comunicação. E substituir o conceito predominante de utilização de espaços na mídia burguesa pelo conceito de combinar a utilização de espaços na mídia burguesa com a propriedade de meios de comunicação que abram espaço, tanto para o debate interno, quanto para a expressão dos sentimentos, ansiedades, insatisfações, demandas, reivindicações e propostas dos movimentos sociais e dos indivíduos do povo.

O PT, o governo Dilma, os demais partidos de esquerda – assim como vários movimentos sindicais e sociais –, estão colocados diante de desafios inarredáveis, em grande parte porque deixaram de fazer política e de realizar aquilo

que a maior parte dos partidos de esquerda, em todo o mundo, chamava adequadamente de trabalho de massa.

Vários movimentos sociais e sindicais terão que decidir se querem ser um guia de boas maneiras para um capitalismo sustentável, ou se desejam o engajamento num projeto alternativo ao capitalismo puro, de exploração do trabalho e de destruição dos seres humanos e da natureza. O governo Dilma terá que escolher entre um projeto de desenvolvimento capitalista, que se apoia nos grupos monopolistas estrangeiros e nacionais, ou num projeto de desenvolvimento capitalista que tenda para o socialismo, com o apoio dos trabalhadores, das massas excluídas, da maior parte da massa da pequena-burguesia e de parte da burguesia nacional, das estatais e do Estado democratizado.

E o PT terá que decidir se está ou não disposto a empenhar-se num projeto que articule o processo de desenvolvimento capitalista com um número crescente de enclaves socialistas, transformando-o num processo de desenvolvimento socialista com enclaves capitalistas. Isto é, um desenvolvimento capaz de evitar o caos do mercado e a destruição do trabalho e da natureza, cuja condução leve as forças produtivas, paulatinamente, a um ponto que libertem a humanidade do trabalho obrigatório à sua sobrevivência, e a natureza do saque destrutivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. “China e Brasil: oportunidades e desafios”. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO; Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (orgs.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- ALMEIDA, Leandro Morais de *et al.* Empresas transnacionais na Amazônia: uma análise de suas interações no Polo Industrial de Manaus. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>>. Acesso em 24 set. 2013.
- AMARAL, Roberto. Os impasses da reforma política. *CartaCapital*, 8 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/os-impasses-da-reforma-politica-9484.html>>. Acesso em 24 set. 2013.
- AMIN, Samir. *El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico*. Barcelona: Fontanela, 1974.
- _____. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- _____. *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa: Dinossauro, 1989.
- _____. *El fracaso del desarrollo en África y en el tercer mundo: un análisis político*. Madrid: IEPALA, 1994.
- _____. *Los desafíos de la mundialización*. Cidade do México: Siglo XXI, 1997.
- _____. *El capitalismo en la era de la globalización*. Cidade do México: Siglo XXI, 1998.
- _____. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. In: PROCÓPIO, Argemiro (org.). *Relações internacionais: os excluídos da Arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- AMIN, Samir (dir.). *Las luchas campesinas y obreras frente a los desafíos del siglo XXI: el porvenir de las sociedades campesinas y la reconstrucción del Frente Unido de los Trabajadores*. Mataró: El Viejo Topo, 2005.

- ANTONIL, João André. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVER, August. Special report: Emerging Africa. *The Economist*, 2 mar 2013.
- AZNÁRES, Carlos. Álvaro García Liñera, vicepresidente de Bolívia, en Buenos Aires “La punta de lanza de la reacción imperialista, se llama hoy Alianza para el Pacífico”. *Agencia Latinoamericana de Información*, 01 jul. 2013. Disponível em: <<http://alainet.org/active/65228>>. Acesso em 24 set. 2013.
- BARAN, Paul A. On the political economy of backwardness. *The Manchester School of Economy and Social Studies*, n.1, v.20, jan. 1952. Disponível em: <<http://marx21.files.wordpress.com/2010/10/baran-1952-on-the-political-economy-of-backwardness.pdf>>. Acesso em 24 set. 2013.
- _____. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *The longer view: essays toward a critique of political economy*. New York; London: Monthly Review Press, 1970.
- _____. *The political economy of neo-colonialism*. London: Heinemann Educational Books, 1975.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO; Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (Orgs.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- _____. Crise global do capitalismo ou reorganização da economia-mundo capitalista? *FPA Conjuntura*, n. 4, abr. 2013. Disponível em <<http://novo.fpabramo.org.br/content/fpa-conjuntura-no-4-eleicoes-crise-global-coreia-do-norte-midia-corporativa>>. Acesso em 1º mai. 2013
- BARBOSA FILHO, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Brasil: um desenvolvimento difícil...”. In: CASTRO, Ana Célia. (org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, 2002.
- BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. Cidade do México: Siglo XXI, 1982.
- _____. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOITO JÚNIOR, Armando (org.). *A comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã, 2002.

- _____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, 2007.
- BONELLI, R.; PESSÔA, S. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. *Texto Para Discussão*, FGV, IBRE, n. 7, mar. 2010.
- BANCO NACIONAL de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório anual*. Brasília: BNDES, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/>. Acesso em: 24 set. 2013.
- _____. *BNDES 60 anos: perspectivas setoriais*. Brasília: BNDES, 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes60anos_perspectivas_setoriais.html>. Acesso em: 24 set. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil vive desindustrialização. *Folha de S.Paulo*, 29 ago. 2010.
- _____. “Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o segundo Consenso de Washington”. In: CASTRO, Ana Célia. (org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, v. 1, 2002.
- _____. Maldição dos recursos naturais. *Folha de S.Paulo*, 6 jun. 2005.
- _____. Neutralização da doença holandesa. *Valor Econômico*, 31 mai. 2007.
- _____. Tarifa x Câmbio. *Folha de S.Paulo*, 2 jul. 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. OREIRO, José Luís; PAULA, L. F. R.; BASÍLIO, F. (orgs.) *Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- BUCHANAN, Patrick J. *Churchill, Hitler e a “guerra desnecessária”*: a Inglaterra perdeu seu império, o Ocidente perdeu o mundo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CANO, Wilson. Notas sobre o imperialismo hoje. *Crítica Marxista*, n. 3, 1996.
- _____. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas: IE-Unicamp, 2007.
- _____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Unesp, 2007.
- _____. *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. São Paulo: Unesp, 2008.
- _____. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Revista Tempo do Mundo*, IPEA, v. 2, 2010.
- _____. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012.
- COMIN, A. *A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro*. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2009.
- CANO, Wilson e SILVA, A. L. G. Política industrial do Governo Lula. *Texto para Discussão*, IE-Unicamp, Campinas, n. 181, jul. 2010.

- CARDIM, Fernando. “Uma estratégia de desenvolvimento na tradição keynesiana-estruturalista”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARNEIRO, Ricardo. Globalização financeira e inserção periférica. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, dez. 1999.
- _____. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, IE-Unicamp, 2002
- _____. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. *Texto para Discussão*, IE-Unicamp, n. 153, nov. 2008.
- CASTELAR, Armando: “O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento?” In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- CERQUEIRA, Daniela Franco. Determinantes e perfil do investimento externo direto brasileiro (IED) nos anos 2000. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>>. Acesso em 24 set. 2013.
- CHAUÍ, Marilena. A ética da política. In: Juarez Guimarães (org.). *Leituras da crise*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. Nova classe trabalhadora: enigmas? *Fundação Perseu Abramo*, São Paulo, 8 ago. 2013. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/nova-classe-trabalhadora-enigmas>>. Acesso em 24 set. 2013.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. “Um programa de ruptura com o neoliberalismo”. In: HELLER, Agnes. *et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- _____. “Da noção de imperialismo”. In: NÓVOA, Jorge (org.). *Incontornável Marx*. Salvador/São Paulo: Editora Unesp/Edufba, 2007.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CHURCHILL, Winston. *Iron Curtain Speech*. Fulton, Missouri, 5 mar. 1946. Disponível em: <<http://www.historyguide.org/europe/churchill.html>>. Acesso em 24 set. 2013.
- CORRÊA, Paulo. Uma estratégia para expandir os investimentos em infraestrutura no Brasil. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- CONSTANTINO, Rodrigo. Capitalistas brasileiros, uní-vos! *Veja*, São Paulo, ano 46, n. 11, 13 mar. 2013. Entrevista concedida a Giuliano Guandalini.

- COUTINHO, Luciano G. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, R. (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fórum Nacional, 1997.
- _____. “Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea”. In: CASTRO, Ana Célia. (org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, 2002.
- COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, J. C. (coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papirus; Editora da Unicamp, 1994.
- DANTAS, Marcos. *Comunicações e desenvolvimento: uma outra agenda é impossível?* Brasília: IPEA, 2009
- DÁVALOS, Pablo. La plurinacionalidad del Estado y las aporías del liberalismo. *Agencia Latinoamericana de Información*, 23 jul. 2013. Disponível em: <<http://alainet.org/active/65914&lang=es>>. Acesso em 24 set. 2013.
- _____. Distopia y violencia neoliberal. *Agencia Latinoamericana de Información*, 02 jul. 2013. Disponível em: <<http://alainet.org/active/65267&lang=es>>. Acesso em 24 set. 2013.
- DEITÓS, Maria Melo de Souza. *A gestão da tecnologia nas pequenas e médias empresas*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- DELGADO, Guilherme. Especulação fundiária (urbana e rural) e dependência externa constroem o desenvolvimento. *Correio da Cidadania*, 15 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>> Acesso em: 24 set. 2013.
- _____. Sem tocar na dependência externa e estagnação econômica, políticas conjunturais prosseguirão inócuas. *Correio da Cidadania*, 12 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>> Acesso em: 24 set. 2013.
- DELFIM NETTO, Antonio e IKEDA, Akihiro. “Estratégias de desenvolvimento”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- DE NEGRI, F. “Empresas estrangeiras na indústria brasileira: características e impactos sobre o comércio exterior”. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: IE-Unicamp, 2003.
- _____. “Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras”. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. (orgs.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005.
- DESAI, Meghnad. *A vingança de Marx: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal*. São Paulo: Códex, 2003.
- DEPARTAMENTO Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2012. *Estudos e Pesquisas*, n. 64, mar. 2013.

- _____. Balanço das greves em 2012. *Estudos e Pesquisas*, n. 66, mai. 2013.
- _____. Balanço dos pisos salariais negociados em 2012. *Estudos e Pesquisas*, n. 67, jun. 2013.
- _____. Balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2013. *Estudos e Pesquisas*, n. 69, ago. 2013.
- _____. Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE (Brasil, 2008-2012). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/SAS_2008-2012_reajustes_grafico_dinamico.html>. Acesso em: 24 set. 2013.
- _____. Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE (Brasil, 1996-2008). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/SAS_1996-2012_reajustes_grafico_dinamico.html>. Acesso em: 24. set. 2013.
- DINIZ, Eli. “Globalização, Estado e trajetórias nacionais: dilemas do desenvolvimento e o futuro do país”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- ENGELS, Friedrich. “Carlos Marx, contribución a la crítica de la economía política”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escogidas*. Moscou: Progreso, 1973, v. I.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2009.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Central Intelligence Agency*. Disponível em: <www.cia.gov/index.html>. Acesso em 24 set. 2013.
- FAGNANI, Eduardo. Seguridade social e desonerações. *FPA Conjuntura*, n. 2, mar. 2013. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/content/fpa-conjuntura-no-2-analises-sobre-disputa-em-2014-e-integracao-regional-latino-americana-0> Acesso em 1º abr. 2013.
- FEIJÓ, Carmen; CARVALHO Paulo G. M. Heterogeneidade intra-setorial da produtividade do trabalho na indústria brasileira nos anos 90. *Revista Economia Contemporânea*, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2003.
- FENDT, Roberto. “Desenvolvimento é o aumento persistente da produtividade do trabalho”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- FILGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA Elizabeth. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; PINHEIRO, B. R. Empresas estrangeiras e vulnerabilidade externa da economia brasileira. XIII ENCONTRO NACIONAL DE ECO-

- NOMIA POLÍTICA, João Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et. al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FIORI, José Luís. A propósito de uma “construção interrompida”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. “O capitalismo e suas vias de desenvolvimento”. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília: CEPAL, IPEA, 2011. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã 1995
- FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, v. 24, n. 1, 2012.
- FRANÇA, Fernando Cesar Teixeira. *Criação e dialética: o pensamento histórico-político de Cornelius Castoriadis*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FRISCHTAK, Cláudio. “Os caminhos do desenvolvimento: antigas questões e novas perspectivas”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Criatividade e dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A nova dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- GARCIA, Ana Saggiore. “Empresas brasileiras: dupla frente de luta”. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. BNDES e a expansão internacional de empresas com sede no Brasil, out. 2011. Disponível em: <www.plataformabndes.org.br>. Acesso em 24 set. 2013.
- GARCIA, Ana Saggiore; KATO, Karina; FONTES, Camila. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: PACS, 2013. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>>. Acessado em 24. set. 2013.
- GARCIA, C. J. Desnacionalização da indústria brasileira: uma avaliação pós-abertura. XIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, João Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- GENTIL, Denise Lobato; MICHEL, Renaud. “Estratégia de desenvolvimento e intervenção fiscal do Estado”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- GILL, Louis. *La crise financière et monétaire mondiale: endettement, spéculation, austérité*. Montreal: M. Éditeur, 2012.
- SILVA, Josué Gomes da. Para uma estratégia de desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. *Economia política internacional*. São Paulo: Elsevier, 2005.
- _____. “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”. *Economistas*, ano II, n. 6, out.-nov, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Notas para a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- GUDIN, Eugênio. “Rumos da política econômica”. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 2010.
- _____. *Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- _____. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.
- GUNDER FRANK, André. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies on Chile and Brazil*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1967.
- HADDAD, Cláudio. Concentrar no fundamental. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2000.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. Neoliberalismo como destruição criativa. *InterfaceEHS – Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 2, n. 4, ago. 2007.
- _____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HAYEK, Frederich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HOBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa industrial de inovação tecnológica (PINTEC - 2008)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pintec/2008/>> Acesso em 24 set. 2013.
- INSTITUTO de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). *Investimento direto estrangeiro no Brasil: um panorama*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20060804_ide.pdf>. Acesso em 24. set. 2013.
- IZERROUGENE, Bouzid. Inovação tecnológica e ciclo econômico numa perspectiva histórica e social. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- JOHNSON, Simon e KWAK, James. *13 bankers: the Wall Street takeover and the next financial meltdown*. London: Vintage Books, 2011.
- KALECKI, Michael. *Crescimento e ciclos das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- KAPLAN, Robert. *The coming anarchy: shattering the dreams of the post cold war*. Nova Iorque: Random House, 2000.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KHAIR, Amir. Caminhos para o desenvolvimento: uma visão estratégica. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- KUPFER, David. “Em busca do setor ausente”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

- KURZ, Robert. *O colapso da modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAMBERT, Jacques. *Le Brésil: structure sociale et institutions politiques*. Paris: A. Colin, 1953.
- LAPLANE, Marcelo F.; SARTI, F. Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial no anos 90. *Texto para Discussão*, Ipea, n. 629, fev. 1999.
- _____. O Investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O estado e a revolução*. Campinas: FE-Unicamp, 2011.
- _____. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- _____. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.
- _____. *Dois táticas da social democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, 1971
- _____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LESSA, C. F. T. M. R. A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976: Sonho e Fracasso. 1. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.
- LIÑERA, Álvaro García. No vamos a aceptar chantajes de ningún país. *Agencia Latinoamericana de Información*, 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://alainet.org/active/65297>>. Acesso em 24 set. 2013.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOPEZ, Júlio. “Uma estratégia de desenvolvimento na tradição keynesiana-estruturalista”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do capitalismo*. São Paulo: Abril, 1984.
- MAGALHÃES, Rafael de Almeida. “Desenvolvimento econômico: escolha política e não técnica”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982.
- MARCONI, Nelson Existe doença holandesa no Brasil? In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, João Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolucion. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.
- _____. *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*. Cidade do México: Ediciones Era, 1973.
- MARX, Karl. Carta a Pável Visilievich Annenkov (1846). In: MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. *Obras Escogidas*. Moscou: Progresso, 1973, v. I.

- _____. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOSO, Jorge. Continuidade dos desafios do investimento de longo prazo. *Teoria e Debate*, n. 114, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/economia/continuidade-dos-desafios-do-investimento-de-longo-prazo>>. Acesso em: 24 set. 2013.
- MELLO, Guilherme. A batalha de posições na política econômica. *FPA Conjuntura*, n. 2, mar. 2013. Disponível em <<http://novo.fpabramo.org.br/content/fpa-conjuntura-no-2-analises-sobre-disputa-em-2014-e-integracao-regional-latino-americana-0>>. Acesso em 1º abr. 2013
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Tese (Doutorado), Campinas, IFCH-Unicamp, 1975.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Três faces da liberdade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MENEZES FILHO, Naércio Aquino. “Qualidade da educação”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia*: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.
- MESZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, Maurício Mesquita. Uma pequena agenda “neoliberal” para a política comercial. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia*: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.
- NAKANO, Yoshiaki. Problemas de política monetária. *Valor Econômico*, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/3156514/problemas-da-politica-monetaria>>. Acesso em: 24 set. 2013.
- NASCIMENTO, Érica Patente; NASCIMENTO, Carlos Alves. Restrição externa, dependência de *commodities* primárias e IDE no Brasil. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- NASCIMENTO, Carlos Alves; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. E. Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>>. Acesso em 24 set. 2013.
- NAVARRO, Vicenç. La abusiva discriminación fiscal a favor del capital. *Publico*, 27 ago, 2013. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/vicenc-navarro/2013/08/27/la-abusiva-discriminacion-fiscal-a-favor-del-capital/>>. Acesso em 24 set. 2013.
- NEUMANN, Stephan. O fim do capitalismo está próximo? *IHU On-line*, 02 mai. 2012.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/509060-o-fim-do-capitalismo-esta-proximo-artigo-de-stephan-neumann>>. Acesso em: 24 set. 2013.

NÓBREGA, Mailson. “A saída é consolidar o sistema capitalista”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972.

_____. *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. Políticas do antivaior, e outras políticas. In: _____. *Os direitos do antivaior: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Passagem na neblina. In: OLIVEIRA, Francisco de; GENOINO, José; STEDILE, João Pedro. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

OLIVEIRA, Giuliano Contento; VASQUEZ, Daniel Arias. *Endividamento e necessidade de financiamento do setor público no Brasil (1995-2010)*. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.

OREIRO, José Luís. Crescimento e regimes de política macroeconômica: teoria e aplicação ao caso brasileiro (1999-2011). In: 8º FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/1%20Painel_Oreiro%20texto.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, abr.-jun. 2010.

PALMA, J.G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/design/uploadAddress/5%20-%20QUATRO%20FONTES%20_2_.pdf>. Acesso em: 24. set. 2013.

_____. As raízes da brecha tecnológica entre Ásia e América Latina. *Carta Maior*, 22 mar. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21778>. Acesso em: 24 set. 2013.

PASSARINHO, Paulo. A crise brasileira e o momento atual. *Correio da Cidadania*, 22 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>>. Acesso em: 24 set. 2013.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul.-dez. 2011.

- PEREIRA, Vinícius Vieira. Inovação e desenvolvimento regional: uma crítica a partir de Marx. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- _____. *Capitalismo e crise: uma crítica marxista à teoria do sistema-mundo*. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- PERFEITO, André. O mercado exige o absurdo. *Comentário diário*, São Paulo, 21 ago. de 2013. Disponível em: <http://www.gradualinvestimentos.com.br/Resc/Upload/PDFs/CD_21-08-13.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.
- PESSOA, Samuel. “Duas visões a respeito das estratégias de desenvolvimento”. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Mercosul, a nova Alca e a China. *Escola Sul*, 22 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.escolasul.org.br/noticias-nac/52737/samuel-pinhoeiro-guimaraes-mercosul-a-nova-alca-e-a-china>>. Acesso em: 24 set. 2013.
- PINTO, A. “Natureza e implicações da ‘heterogeneidade estrutural’ da América Latina”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PINTO, Eduardo Costa. *Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. O Bolsa Família dos ricos. *Viomundo*, 13 ago. 2013. Entrevista concedida a Luiz Carlos Azenha. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/marcio-pochmann-que-o-ministerio-da-fazenda-nao-seja- apenas-o-ministerio-dos-juros.html>>. Acesso em: 24 set. 2013.
- POMAR, Wladimir. *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.
- _____. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo: Página13, 2009.
- _____. *A ilusão dos inocentes*. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. *Um mundo a ganhar*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- _____. *A revolução chinesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- _____. *China: desfazendo mitos*. São Paulo: Página 13, Publisher, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

- _____. *Esboços dos fundamentos de teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- PROUDHON, Pierre. *Système des contradictions économiques ou philosophie de la misère*. Paris: Librairie Internationale, 1872.
- RICARDO, David. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ROBINSON, Joan. *The economics of imperfect competition*. London: Macmillan, 1954.
- RODRIGUES, Fernando Lemos. A trajetória e a influência do Cepal nos governos latino-americanos. *IHU On-line*, 17 dez. 2006. Entrevista. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/2467-a-trajetoria-e-a-influencia-do-cepal-nos-governos-latino-americanos-entrevista-especial-com-fernando-henrique-lemos-rodrigues>>. Acesso em: 24 set. 2013.
- ROSENTHAL, Jonathan. Sistema financeiro. *The Economist*, 11 mai. 2013.
- SABOIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 30, n. 1, abr. 2000.
- SADER, Emir. *A esquerda brasileira frente ao Estado*. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998.
- SAMPAIO, Daniel Pereira. A desindustrialização em marcha no Brasil: uma análise comparada. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>> Acesso em 24 set. 2013.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- SARAVIA, Enrique. Estado e empresas estatais. Criação e crescimento. O papel das empresas estatais como instrumento de política pública. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/080707_GEST_SemInter_estado.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.
- SCHYMURA, Luiz Guilherme. Uma ação vital para o desenvolvimento econômico In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SERRANO, Franklin: Política macroeconômica e estratégia de desenvolvimento: uma visão crítica. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

- SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. *Observatório da economia global – Textos avulsos*, n. 6, mar. 2011. Disponível em: <http://www.iececon.net/arquivos/OBSERVATORIO_6.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.
- SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- SIFFERT FILHO, Nelson; SILVA, C. M. S. *As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças*. In: GIAMBIAGI, F. MOREIRA, M. (org.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDDES, 1999.
- SIMONSEN, Roberto. *Ensaaios sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- _____. “A planificação da economia brasileira”. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 2010.
- SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- _____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. “Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo”. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998.
- SINGER, Paul; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOARES CAMPOS, Christiane Senhorinha; SOARES CAMPOS, Rosana; CASTILHOS, Clarisse Chiappini. *Estado mínimo para que e para quem? A funcionalidade do Estado para a acumulação de capital no contexto neoliberal na América Latina*. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>>. Acesso em 24 set. 2013.
- SOUZA, Jessé de. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SQUEFF, Gabriel Coelho; YANNIK, Kolai Zagbai Joël. Concentração, desconcentração e baixo dinamismo: a economia brasileira nos anos 2000. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>>. Acesso em 24 set. 2013.
- STÉDILE, João Pedro. Comentários. In: OLIVEIRA, Francisco de; GENOÍNO, José;

STÉDILE, João Pedro. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SUZIGAN, Wilson; ALBUQUERQUE, E. *A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 2, abr.-jun. 1985.

_____. “Poder, dinheiro e vida intelectual”. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Desenvolvimento no Brasil: lembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA; CEPAL, 2002.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. A internacionalização do BNDES no governo Lula. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Estratégia de “economia criativa”: sob o signo da incerteza. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

WALLERTEIN, Immanuel. *Historical capitalism*. London: Verso, 1989.

WASQUES, Renato Nataniel; TRINTIN, J. G. A economia brasileira na década de 2000: ocorreu uma “doença holandesa?”. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://sep.org.br/artigos>>. Acesso em 24 set. 2013.

SOBRE O AUTOR

WLADIMIR POMAR nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final do mesmo ano, devido ao *habeas corpus*, foi julgado e condenado à revelia.

Viveu na clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Em seguida, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 1984 e 1990, integrou a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela Secretaria Nacional de Formação Política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar.

Colabora regularmente com várias publicações como analista político. É autor de estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp); *China: desfazendo mitos* (Editora Página 13 & Editora Publisher).

Outros livros publicados: *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980; *Rasgando a cortina*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991; *A miragem do mercado*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991; *A ilusão dos inocentes*. São Paulo: Scritta, 1994; *O Brasil em 1990*. São Paulo: Editora Ática, 1996; *Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista*. São Paulo: Viramundo, 2002; *Era Vargas: a modernização conservadora*. São Paulo: Editora Ática, 2004; *Pedro Pomar: um comunista militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; *Quase lá, Lula o susto das elites*. São Paulo: Editora Página 13, 2009; *Os latifundiários*. São Paulo: Editora Página 13, 2011; *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003; Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

Coleção *Projetos para o Brasil* e suas respectivas coordenações:

- ★ **A QUESTÃO FISCAL E O PAPEL DO ESTADO**
Amir Khair
- ★ **BRASIL, CRISE INTERNACIONAL E PROJETOS DE SOCIEDADE**
Wladimir Pomar
- ★ **POLÍTICA DE SEGURANÇA: OS DESAFIOS DE UMA REFORMA**
Guaracy Mingardi
- ★ **CONSÓRCIOS PÚBLICOS E AS AGENDAS DO ESTADO BRASILEIRO**
Marcela Cherubine e Vicente Trevas
- ★ **INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E MOBILIDADE TERRITORIAL**
José Augusto Valente
- ★ **MODELOS E ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS**
Luiz Pinguelli Rosa
- ★ **PACTO FEDERATIVO, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Carlos Brandão e Hipólita Siqueira
- ★ **REGULAÇÃO DO TRABALHO E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**
José Dari Krein, José Celso Cardoso Jr., Magda de Barros Biavaschi e Marilane O. Teixeira
- ★ **DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E QUESTÃO AGRÁRIA**
Carlos Guilherme A. Mielitz Netto
- ★ **COMUNICAÇÕES, DESENVOLVIMENTO, DEMOCRACIA**
Desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática
Marcos Dantas

- ★ **POLÍTICA EDUCACIONAL, CIDADANIA E CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS**
Balço de uma década
Pablo Gentili
- ★ **POLÍTICAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA**
Livro 1 - Economia, Distribuição da Renda e Mercado de Trabalho
Livro 2 - Educação, Seguridade Social, Pobreza, Infraestrutura Urbana e Transição Demográfica
Ana Fonseca e Eduardo Fagnani
- ★ **ESTRUTURA PRODUTIVA E COMPETITIVIDADE**
Fernando Sarti
- ★ **CONTEXTO GLOBAL E O NOVO POSICIONAMENTO BRASILEIRO**
Samuel Pinheiro Guimarães
- ★ **PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**
Vanessa Petrelli Corrêa
- ★ **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
Vicente Andreu
- ★ **EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA, SISTEMA POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO POPULAR**
Leonardo Avritzer
- ★ **CIDADES BRASILEIRAS E A QUESTÃO URBANA**
Nabil Bonduk e Rossella Rossetto

O livro *Brasil, crise internacional e projetos de sociedade* foi impresso pela Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkley no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel Pólen Soft 80g.